

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O papel, a pena e a fronteira: manifestações escritas e ação indígena nas  
reduções guaranis do Paraguai  
(1767 – 1810)

Alfredo Campos Ranzan

Porto Alegre, Março de 2015

ALFREDO CAMPOS RANZAN

O papel, a pena e a fronteira: manifestações escritas e ação indígena nas  
reduções guaranis do Paraguai  
(1767 – 1810)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Eduardo Santos Neumann – UFRGS (orientador)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helen Osório – UFRGS

---

Prof. Dr. Artur Henrique Franco Barcelos – FURG

---

Prof. Dr. Guilherme Galhegos Felipe – PUCRS

### CIP - Catalogação na Publicação

RANZAN, Alfredo Campos

O papel, a pena, e a fronteira: manifestações escritas e ação indígena nas reduções guaranis do Paraguai (1767 - 1810) / Alfredo Campos RANZAN. -- 2015.

209 f.

Orientador: Eduardo Santos Neumann.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Missões indígenas. 2. guaranis. 3. manifestações escritas. I. Neumann, Eduardo Santos, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

## AGRADECIMENTOS

Escrever uma dissertação é uma tarefa que demanda bastante tempo e dedicação e não se encerra naqueles momentos em que estamos na frente do computador tentando transformar em texto milhares de ideias que temos enquanto pensamos nossa pesquisa. Durante este tempo, todas as pessoas com as quais convivemos acabam se envolvendo direta ou indiretamente no trabalho, mesmo que seja nos ajudando a esquecer-lo por alguns momentos.

Assim, quero iniciar o agradecimento pelos diversos amigos, colegas, familiares e vizinhos que não serão citados, mas sabem que fazem parte da minha vida e são muito importantes para o meu bem estar, minha felicidade e que compartilham comigo a alegria de mais uma etapa concluída.

Agradeço também as instituições que tornaram este projeto possível: à Capes/CNPq que financiou minha bolsa de estudos; ao Programa de Pós-graduação em História que aceitou meu projeto e auxiliou financeiramente algumas viagens para a apresentação de resultados parciais; à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da qual sou aluno de longa data, enfim, foram duas graduações, e mais um defensor para que siga pública, gratuita, de qualidade e cada vez mais popular.

Do mesmo modo agradeço às instituições e seus funcionários que me receberam com grande profissionalismo para a consulta de seu acervo: Archivo de La Nacion Argentina, Archivo Nacional de Chile, Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Aproveito para deixar uma saudação especial à luta dos povos indígenas de toda a América que são os grandes responsáveis por fazerem a historiografia repensar-se e tentar enxergar que os indígenas seguem ativos e vivos como sempre. Uma menção especial para

as comunidades mbyá-guarani da Lomba do Pinheiro e de Itapuã, as quais eu tive a oportunidade de conhecer.

Passando para os agradecimentos pessoais devo começar pelo meu orientador, Eduardo Neumann, grande incentivador desta pesquisa, que me “deu bronca” quando foi necessário, mas acima de tudo confiou na qualidade do meu trabalho e na minha capacidade de concluir esta etapa. Da mesma forma sou muito grato aos professores que aceitaram fazer parte da banca e realizaram uma leitura muito atenta do trabalho final: Helen Osório, Artur Barcelos e Guilherme Felipe. No mesmo sentido, agradeço ao professor Fábio Kuhn que participou da banca de qualificação e todos os demais professores do Departamento de História e da Faculdade de Educação mestres no ofício de ensinar.

Entre os colegas, destaco a colaboração do Grupo de Estudos Indígenas na História, que infelizmente surgiu após a conclusão do meu trabalho, mas mesmo assim foi de extrema ajuda para a revisão da versão final. Agradeço especialmente a Karina, a Isadora e a Marina que me mandaram diversas sugestões de melhorias.

Além de pesquisar, durante o mestrado assumi outro desafio: lecionar no ensino básico da rede pública estadual. Da comunidade do Colégio Estadual Augusto Meyer prôvem mais de uma centena de pessoas para as quais também devo meus agradecimentos: aos alunos com quem muito aprendi; à equipe diretiva que foi sempre compreensiva com meus compromissos acadêmicos; e aos colegas com que divido as dificuldades e alegrias da profissão e que me mostram a cada dia ser possível fazer um trabalho de qualidade mesmo atuando em um setor pouco valorizado, no qual não se cumpre a lei do piso do magistério e diversos outros direitos que a comunidade escolar merece.

Por sorte, por onde passo surge muitos amigos, eles também conviveram com meus “sumiços” nos últimos anos, mas se fizeram presentes em vários momentos importantes da minha caminhada. Destaco aqui os amigos de Guaíba, alguns conhecidos desde minha infância, os companheiros de graduação e atividades daí surgidas como o CHIST, Sociedade Esportiva e Recreativa AZ, e os camaradas do Grupo de Capoeira Angola Zimba – Porto Alegre. Deixo para eles um forte abraço e a promessa de tentar me fazer mais presente.

Mas, se existe um grupo que esta sempre próximo da gente é a família. Passados o susto e a primeira resistência que tiveram quando decidi trocar de profissão para “virar professor”, foi sempre um porto seguro nos momentos de indecisão e necessidades. Além disso, meus pais foram os grandes responsáveis por me passarem a ideia de valorizar o estudo sempre, pois ele só ajudaria a alcançar meus objetivos. Vô, vó, pai, mãe, tia Ana e Cy, irmãos Duda, Theo e Ligia, Diego, Rafa e Belinha, muito obrigado por tudo!

Por fim, minha companheira mais próxima, quem riu e chorou comigo muitas vezes, com quem me mudei três vezes neste período e com quem decidi viver por muito mais tempo. Nós sabemos que nem tudo foram e serão rosas, mas que isso torna tudo mais emocionante. “Milonguinha” acredito que crescemos estando junto, obrigado pelo carinho, amor e compreensão, também te amo!

## **RESUMO**

Essa dissertação procura demonstrar o protagonismo dos indígenas na condução dos povos guarani-missioneiros do Paraguai, após a expulsão dos jesuítas até o início do século XIX. Analisa a apropriação que os indígenas fizeram dos documentos escritos e destaca algumas trajetórias individuais que são reveladas por esses documentos. Primeiro são verificados os livros de controle implantados pela administração espanhola, nos quais os indígenas participavam ajudando na coleta de informações, ao mesmo tempo em que podiam burlar os controles quando não estavam satisfeitos com a situação. Num segundo momento, demonstra como os indígenas manifestaram-se continuamente através da prática letrada para atingir seus objetivos, seja aproximar-se da administração colonial ou participando dos conflitos que ocorriam. Por fim, reflete sobre a atuação dos indígenas na ocupação portuguesa das sete reduções localizadas do lado oriental do Rio Uruguai e a participação deles nos primeiros anos após a aliança com os portugueses.

Palavras-chave: Missões indígenas. Guaranis. Manifestações escritas.

## **ABSTRACT**

This dissertation seeks to demonstrate the prominent role of indigenous people in conducting the Guarani missionary people of Paraguay after the expulsion of the Jesuits until the early nineteenth century. It analyzes the appropriation by Indians of written documents and highlights some individual trajectories revealed in these documents. Firstly, it examines the control books implemented by the Spanish government, of which indigenous individuals participated by helping to gather information, while, at the same time, were able to evade controls when not satisfied with the situation. Secondly, it demonstrates how indigenous people manifested continuously through literacy to achieve their goals, either approaching the colonial administration or participating in ongoing conflicts. Finally, it reflects on the role of Indians in the Portuguese occupation of the seven reductions located on the eastern side of the Uruguay River and their participation in the first years after their alliance with the Portuguese.

Keywords: Indigenous Missions. Guarani. Written statements.



## **LISTA DE ABREVEATURAS**

AGN IX – Archivo General de la Nacion Argentina. Sala IX (período colonial)

ANCh – Archivo Nacional de Chile

AHRS AM – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Fundo Autoridades Militares.

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

Pg. - página

## **ANEXOS - LISTA DE IMAGENS, MAPAS E TABELAS**

1) Mapa com a localização das 30 missões guaranis e os rios Uruguai e Paraná. ....	194
2) Planta da Missão de San Miguel .....	195
3) Imagem da Virgen Inmaculada em madeira talhada. ....	196
4) Tabela com a composição dos cabildos .....	197
5) Carta escrita por Gaspar Tapari .....	198
6) Carta do Governador Lassarte y Esquivel.....	199
7) Atividades escritas pelos alunos Gregorio Nacâ e Clemente Angulo.....	200
8) Caciques e corregedores que foram a Buenos Aires antes da expulsão dos jesuítas e seus respectivos povos.....	201
9) Carta de Dom Chrisanto Tayuare para o Governador.....	202
10) Carta de Dona Margarita Yachita para o Governador.....	203
11) Distribuição das ordens religiosas nas missões.....	204
12) Mapa do povo de La Cruz e suas estâncias.....	205
13) Mapa das estâncias do povo de La Cruz .....	206
14) Mapa del Pueblo de la Real Corona Nombrado Santo Tomé. 1784. ....	207
15) Mapa Compuesto por un indio guarani y en el que se consignan las estancias de algunas reducciones. ....	208
16) Carta de Ana Maria Martines para o Governador Geral. ....	209
17) Assinatura de Pasqual Areguati. ....	210

18) Assinatura de Pablo Areguati.....	211
19) População livre em 1801 para algumas missões .....	212
20) Assinatura de Santiago Pindo.....	213

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
Quebrando o monopólio da história.....	16
Como lidar com tantas vozes .....	21
Organização dos capítulos e fontes.....	34
<b>1 - CIDADE DE PEDRAS, CIDADE DAS LETRAS: CONTROLES E AUTONOMIA ..</b>	<b>37</b>
1.1– A expulsão dos jesuítas e as mudanças administrativas .....	39
1.2 – Os inventários, a arquitetura e os cabildos .....	42
Ornamentos e indumentárias nas igrejas e cabildos.....	49
1.3 – “Padron” de índios: afinal quem paga os tributos?.....	53
1.4 – O trabalho dentro e fora das reduções .....	59
“Empleados en el Real Serbizio” .....	65
1.5 – Remessas de bens para a administração geral.....	70
1.6– Livros de contas correntes: circulação e reciprocidade .....	75
1.7 – O escrivo Cipriano Chora.....	82
<b>2 - A PENA E O BASTÃO: LIDERANÇAS E CONFLITOS .....</b>	<b>87</b>
2.1 – “La buena orthographia”: do guarani ao castelhano .....	89
2.2 – “Nosotros Los caciques”: novas configurações de poder entre as lideranças índigenas .....	95
Em busca da prata .....	103
2.3 - “ <i>Quere gobernar como tiempo de antes</i> ”: a relação com os novos religiosos .....	106
2.4 – <i>Mburubicha Guazu</i> : alianças e conflitos com os novos administradores.....	115
2.5 – Disputas territoriais, mapas indígenas e relações entre povos.....	125
2.6 – Ana Maria em busca da filha: Escritos femininos .....	130
2.7 - A Civilidade gráfica de Pasqual Areguati .....	133

3 - FRONTEIRAS EM MOVIMENTO .....	138
3.1 – Os constantes contatos com portugueses .....	140
3.2 – A Relação com os infiéis e a disputa pelos campos.....	144
3.3 – A crise do Regime de comunidade e a “liberdade” dos índios .....	152
3.4 – A aliança com os portugueses em 1801 .....	157
3.5 – Os povoados espanhóis entre as rotinas e os conflitos .....	164
3.6 - “Requerimos que nos entregue, las cosas que nos ha sacado”: A elite indígena e a administração portuguesa.....	168
3.7 – Santiago Pindo: adesão à “nova ordem” de pai para filho.....	173
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
5 – FONTES E BIBLIOGRAFIA .....	183
Fontes de arquivo.....	183
Memórias e documentos publicados.....	184
Bibliografia geral .....	185
ANEXOS .....	194

## INTRODUÇÃO

No inverno de 1802, o corregedor e integrantes do cabildo indígena de *San Nicolás*<sup>1</sup>, escreveram para o Sargento Maior Comandante das Missões reclamando que fossem devolvidos bens do povoado que alguns portugueses tinham levado. Ainda não havia completado um ano do acordo entre uma parcela das lideranças indígenas e um grupo de representantes dos interesses portugueses. Tal acordo permitiu a expulsão dos administradores e demais espanhóis dos sete povoados localizados à margem oriental do rio Uruguai. Por outro lado, ao entrar e ocupar as missões, os militares e administradores portugueses, consolidaram a passagem dos habitantes destas localidades para vassalos portugueses.

A carta descreve claramente quem levou e o que foi subtraído. Entre os bens apropriados pelos elementos citados estão móveis, peças de ouro, livros e animais. Até aquele período os cabildos eram responsáveis por diversas riquezas pertencentes aos povoados onde habitavam milhares de pessoas. Assim como aconteceu quando eles eram vassalos espanhóis, os componentes do cabildo contataram as autoridades portuguesas pedindo o que eles consideravam seu por direito.

Expressões como “*requerimos que nos entregue las cosas que nos ha sacado*” e “*que se digne de mandar nos entregar lo que es nuestro*”<sup>2</sup> estão presentes nesta carta, e são uma pequena amostra da ação dos indígenas para defender seus interesses e a

---

<sup>1</sup> Nessa dissertação trataremos as trinta missões guaranis da Província do Paraguai pelos seus nomes originais em espanhol. A grande maioria da documentação que consultamos, e dos casos analisados, refere-se ao período que as missões estavam vinculadas ao Reino espanhol. Cabe alertar que alguns documentos e a historiografia em português, muitas vezes, fazem a tradução dos nomes, principalmente para os sete povos orientais do rio Uruguai que hoje fazem parte do território brasileiro, no entanto, estamos tratando das mesmas localidades.

<sup>2</sup> SAN NICOLAS, Cabildo de. *Carta para o comandante das missões*. 1802. AHR. AM. Maço 3.

manutenção dos povoados. A comunicação escrita havia sido apropriada pelos indígenas e ganhara grande visibilidade, principalmente após a expulsão dos jesuítas. Era mais um instrumento que parte destas pessoas usava para manifestar-se e agir no sentido de buscar suas demandas.

Muitas histórias das reduções guaranis estão diretamente ligadas à presença da escrita. Desde os primeiros jesuítas que chegaram à província do Paraguai, a pena e o papel registraram acontecimentos e descreveram estes locais. Atualmente, sabemos que as missões já foram analisadas de muitas e diferentes perspectivas<sup>3</sup>, no entanto, a maior parte delas valoriza apenas a presença dos jesuítas e vincula a sua saída à decadência dos povoados.

Porém, a historiografia recente, vem demonstrando que, mesmo após a saída dos jesuítas, as reduções mantiveram-se dinâmicas e os indígenas que lá viviam adaptaram seu modo de vida e ajustaram-se à nova situação. Influências da história social e da antropologia estão consolidando uma “nova história indígena” capaz de enxergar estas pessoas como agentes e responsáveis pelos seus atos.

O recorte cronológico desta pesquisa inicia em 1767, porque foi quando a Coroa espanhola decidiu expulsar os jesuítas de todas as suas possessões. Este plano foi executado nos 30 povos guarani-missioneiros em 1768 e, a partir de então, a forma de administração dos povos por parte do Reino espanhol foi se modificando. As novas composições da administração – que foi dividida entre espiritual e material - e a maior proximidade com espanhóis e portugueses<sup>4</sup>, que veio se intensificando desde as tentativas de demarcação do Tratado de Madri (década de 1750), ocasionaram situações de conflitos e negociações.

Apesar de parte da população daqueles povos ter ido embora, muitos ficaram e mantiveram suas atividades, bem como sua participação na administração. É provável que a parcela que ficou visse essa situação como a mais vantajosa. Sabemos um pouco sobre como agiam estes indígenas pelos relatos espanhóis e portugueses principalmente, mas

---

3 Para uma exposição mais detalhada de parte importante desta bibliografia ver MÖRNER, Magnus. Del estado jesuítico del Paraguay al régimen colonial guaraní misionero: un proceso de ‘normalización’ historiográfica desde los años 1950. In.: *Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas*, 7, 1988. Anales. Resistência: IIG/Conicet: UNNE, Facultad de Humanidades, 1998; e MELIA, Bartomeu & NAGEL, Liane Maria. *Guaraníes y jesuítas em tiempo de las Misiones: una bibliografía didáctica*. Santo Ângelo/RS: URI, Centro de Cultura Misionera: Asunción, Cepag, 1995.

<sup>4</sup> Nessa dissertação serão citados como portugueses ou espanhóis todos os agentes coloniais dos respectivos impérios, independente do local de nascimento, a menos que tal definição seja relevante para um melhor entendimento do caso específico.

também pelas cartas e documentos escritos pelos próprios indígenas nas suas funções da administração e fora delas.

Estes documentos demonstram que os guaranis estavam preocupados com o futuro dos seus povos e tentavam atuar dentro do sistema colonial que os cercava. Sistema este, que forçava a mercantilização da produção e permitia a subtração de grandes territórios pertencentes às reduções. Assim, configurou-se um contexto de declínio material das reduções, e de instabilidade quanto ao regime comunitário, que estabelecia a obrigatoriedade dos índios ficarem nas missões e dedicarem parte do seu trabalho para as atividades coletivas.

Em 1801, as forças portuguesas expulsaram os espanhóis e "conquistaram" os povos orientais quase sem resistência indígena apesar de viverem ali aproximadamente quatorze mil guaranis. A partir de então, a situação nas missões ficou ainda mais complexa e a disputa entre as Coroas ibéricas pelo espaço missionário tornou-se ainda mais intensa. Quando, em 1810, iniciaram os movimentos revolucionários nos principais centros urbanos da América Espanhola a região foi afetada diretamente. Assim, a primeira década do século XIX encerra o nosso marco cronológico, pois a partir dela entra em cena mais uma série de atores envolvidos com as independências das colônias espanholas no Prata, e do impacto destas novas possibilidades para os indígenas sugerem muitos outros problemas que extrapolariam os limites desta pesquisa.

As perguntas que esta pesquisa almeja responder estão relacionadas a que tipo de manifestações faziam os guaranis nas suas cartas, atas e memoriais, escritos pelos componentes do cabildo, ou pelos caciques e lideranças fora dele. Quais razões tinham para ficar nos povos? Que tipos de demandas apresentavam? Como eles se adaptaram às novas situações do período? Como estas mudanças afetavam a sua identidade? Que tipo de protagonismo podiam exercer no destino das reduções? Ou seja, articular as manifestações escritas com as atitudes relativas a questões sociais e políticas vividas por estes sujeitos.

## QUEBRANDO O MONOPÓLIO DA HISTÓRIA

A historiografia do Rio Grande do Sul deu pouca atenção à região missioneira antes da conquista deste território pelos portugueses em 1801, e após esta data ressalta apenas as disputas bélicas por território, como pontos em comum entre as populações de ambos os



lados do rio Uruguai. Ieda Gutfreind atribui este fato à força da matriz historiográfica "lusitana" que predominou no estado até a década de 1970, pelo menos. O maior expoente desta matriz foi Moyses Vellinho que, segundo a autora, "não se propunha apenas em retirar a área das Missões Jesuíticas da história do Rio Grande do Sul. O mesmo esforço o historiador fazia dissociando o Rio Grande do Sul da área platina. Qualquer aspecto que pudesse sugerir semelhanças, ou mesmo aproximações com o Prata, era desarticulado."<sup>5</sup>

Um dos poucos autores rio-grandenses, anteriores a década de 1970, que retrata as missões no período entre a expulsão dos jesuítas e a incorporação aos domínios portugueses é Carlos Teschauer, ressalta-se que ele também era jesuíta. O autor, no entanto, apenas consegue ver decadência com a saída de seus companheiros de ordem, e minimiza os indígenas a meros espectadores. Depois de comentar os problemas econômicos, ainda afirma: "mais triste, é porém, a decadência moral dos índios. É que muito depressa pereceram os bons costumes dos guaranis, e ao lugar da docilidade e boa ordem vieram ocupa-lo a insolência e toda a casta de vícios".<sup>6</sup>

Outro autor rio-grandense que se dedica ao período é Aurélio Porto. Ele também acredita na decadência econômica e moral, uma vez que o "carácter indolente dos índios, a sua inaptidão para a liberdade, e a incompreensão dos princípios abstratos da fé"<sup>7</sup> os levaria fatalmente para este destino. O autor também destaca as disputas entre os Administradores e os Padres pelo controle dos missionários e como muitos fugiam dos povos, e apesar de destacar "a inaptidão para a liberdade" dos índios, por diversas vezes ele defende a ideia de que foram os índios que solicitaram a conquista portuguesa, como no exemplo:

Precedeu à conquista das Missões um entendimento prévio com os principais caciques dessa região, cansados já da desorganização administrativa e social desses infelizes povos. Espoliados em seus haveres, trabalhando como escravos, padecendo tormentos e fome, ouviam de seus parentes do Rio Grande, com quem tinham contacto muito assíduo, que sorte melhor lhes estaria reservada sob domínio português.<sup>8</sup>

Em termos platinos, umas das pesquisas pioneiras dedicadas à vida dos guaranis após a expulsão dos jesuítas é a de José Maria Mariluz Urquijo. Ele vem combater a ideia, hegemônica até então, de que os índios voltaram para o mato com a saída dos religiosos.

---

<sup>5</sup> GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2ª ed, 1998. Pg.124.

<sup>6</sup> TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Porto Alegre: Selbach, 1921, v.2. Pg. 423.

<sup>7</sup> PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Selbach, 2ª ed., 1954. Pg. 252.

<sup>8</sup> *Ibidem*, pg. 269.

Porém não aborda a manutenção dos povos, mas aponta como muitos dos indígenas foram para os principais centros de povoação, com destaque para aqueles que foram para o lado brasileiro, e como sua mão-de-obra era valorizada. Apesar disso, este autor mantém o preceito da incapacidade deles ao afirmar: "*al pasar de la dulce tutela jesuítica a un régimen de completa libertad, muchos de los fugados, que aún seguían siendo niños grandes, tropezaron con la codicia de los blancos y sufrieron mil abusos*".<sup>9</sup>

Já sobre a administração dos 30 povos guarani-missioneiros neste período, a obra de maior densidade e informações é de Ernesto Maeder<sup>10</sup>. Ele faz uma profunda descrição e análise das condições materiais e das mudanças políticas e administrativas ocorridas entre os anos de 1768 e 1850. Anterior a este trabalho, mas já com análises que mostram a dinâmica econômica das missões pós-jesuítas, é o estudo de Juan Carlos Garavaglia,<sup>11</sup> no entanto, não trata só das missões guaranis, e é mais abrangente no sentido de analisar o mercado interno e a economia colonial, especialmente o papel da erva-mate.

Maeder informa sobre todas as mudanças no sistema de governo das missões: os governantes indicados pela Coroa espanhola, as divisões por departamentos, e suas vinculações aos Vice-reinados. Também analisa a demografia dos povos e elenca as principais razões para as mudanças no quadro populacional. Apesar de muito completo, este livro não destaca a atuação dos indígenas frente a estas mudanças, embora se proponha a negar que a decadência dos povos tenha sido unicamente devido à expulsão dos jesuítas, atribuindo este fato aos "*gobiernos que no llegaron a interpretar ni sus modalidades arcaicas ni sus apetências, y mal administrados por quienes debían velar por sus intereses materiales, las misiones decayeron, se empobrecieron y se despoblaron*".<sup>12</sup>

Porém, após esta obra, e a utilizando como referencia, foram publicados diversos artigos enfatizando a atuação daqueles indígenas enquanto agentes sociais, destacando as estratégias adotadas com relação aos conflitos e ao papel das suas lideranças. Esta nova

---

<sup>9</sup> MARILUZ URQUIJO, José Maria. Los guaraníes después de la expulsión de los jesuitas. *Estudios Americanos*, Sevilla, v.6, 1953, pg. 323-330. pg. 330.

<sup>10</sup> MAEDER, Ernesto. *Misiones Del Paraguay: Conflicto y Disolución de La Sociedad Guarani*. Madrid: Mafre, 1992.

<sup>11</sup> GARAVAGLIA, Juan Carlos. *Mercado Interno y Economía Colonial*. México: Grijalbo, 1983. Sobre as missões, o autor escreve outras obras, entre elas: GARAVAGLIA, J. Las actividades agropecuarias en el marco de la vida económica del pueblo de indios de Nuestra Señora de los Santos Reyes Magos de Yapeyú: 1768-1806. In: FLORESCANO (Coord.). *Haciendas, Latifundios y Plantaciones en América Latina*, México, Siglo XXI, 1975. Pg. 464-492.

<sup>12</sup> MAEDER, Ernesto. *Op. Cit.* pg.14.

tendência historiográfica é resultado da aproximação entre história e antropologia, consolidando uma chamada etno-história, ou antropologia histórica.

Outra contribuição para o campo é da estadunidense Barbara Ganson, que analisa a resposta dos guaranis à expulsão dos jesuítas e afirma que os indígenas adotaram uma estratégia de acomodação e não afrontamento. Ela aponta que, já em carta enviada ao Rei Carlos III em 1768, os caciques e corregedores vislumbravam benefícios e mais autonomia, ocorrendo o mesmo nos anos seguintes, inclusive com o envio de presentes<sup>13</sup>. Já o argentino Guillermo Wilde demonstra como o processo de expulsão e de apresentação dos novos administradores foi todo ritualizado, concluindo que a aliança com os jesuítas já estava deteriorada e que a nova situação estava vinculada a uma lógica cultural preexistente *"en el marco de la cual tenía preeminencia algún valor del orden de la 'generosidad' como gestor de relaciones sociales, políticas y económicas nuevas"*, e ainda que as práticas recíprocitárias continuavam vigentes no período após a expulsão, apesar de que *"iniciarían pocos años más tarde un proceso de desgaste y resquebrajamiento con la ruptura de la circulación recíprocitaria y la redefinición de la identidad guarani en el marco de procesos regionales más amplios"*.<sup>14</sup>

Por sua vez, a pesquisa de Juan Luis Hernández sobre os conflitos internos nos povos também reforça a importância da reciprocidade e como ela foi ressignificada neste contexto. Ele sugere que os primeiros anos da nova administração *"se caracterizó por la desobediencia generalizada de la población indígena a las nuevas autoridades, el consumo indiscriminado de la hacienda"*<sup>15</sup> e dos bens de consumo. Tudo isto dentro de um quadro no qual o Governador tramava alianças com a elite indígena, que assim aproveitava-se de suas promessas e das rivalidades entre os Curas e os Administradores. Somente com a nova Administração Geral das Missões em 1771, este quadro foi lentamente revertendo-se. Ela conseguiu o apoio da elite que passou a explorar mais o trabalho dos indígenas, tendo como resultado a melhora da economia dos povos. Contudo, os missionários não se resignaram

---

<sup>13</sup> GANSON, Barbara. Our warehouses are empty: Guarani responses to the expulsion of the jesuitas from the Rio de la Plata, 1767-1800. In.: GADELHA, Regina. *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: Educ, 1999.pg.41-54;

<sup>14</sup> WILDE, Guillermo. La actitud guarani ante la expulsión de los jesuitas: ritualidad, reciprocidad y espacio social. *Memoria America: Cuadernos de Etnohistoria*. Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n.8,pg.141-173, 1999. Pg.168.

<sup>15</sup> HERNÁNDEZ, Juan Luis. Tumultos y motines: la conflictividad social en los pueblos guaraníes de la región misionera (1768-1799). *Memoria America: Cuadernos de Etnohistoria*. Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n.8,pg.83-100, 1999; Pg. 90

com a situação e "*buscaron la manera de resistir los atropellos de las autoridades y los abusos de las elites indígenas a ellas aliadas*"<sup>16</sup>, dando início a motins e tumultos.

Wilde retoma o tema das missões guaranis, em uma obra muito mais completa, abrangendo desde as primeiras reduções no século XVII até a dissolução dos povoados no século XIX. Sua pesquisa tem o objetivo de compreender:

*en primer lugar, el proceso histórico de formación de una comunidad política heterogénea, las misiones de guaraníes, y los mecanismos simbólicos por medio de los cuales actualizó sus límites en el transcurso de los siglos. En segundo lugar, el modo como los indígenas, en particular las figuras nativas de autoridad, los líderes guaraníes misioneros, intervinieron en ese proceso y se inventaron en él, interactuando con otros sectores de la sociedad colonial*<sup>17</sup>

Entre os autores brasileiros, cabe destaque a obra de Eduardo Neumann, que se dedicou a analisar os documentos escritos por uma elite guarani, sendo muitos deles participantes do cabildo - especialmente a partir da celebração do Tratado de Madri, em 1750 - quando se "desencadeou uma 'reação escrita' dos índios, que como mecanismo de protesto redigiram vários textos, esgrimindo argumentos contrários à execução da permuta das missões orientais pela Colônia do Sacramento".<sup>18</sup> Ou seja, ele demonstra como a partir desta época os indígenas utilizaram a escrita para se adaptar à situação, a ponto de concluir que "o valor conferido à escrita pelos Guarani no período pós-jesuítico indica uma adesão às regras do jogo político, das estratégias de negociação, através do domínio dos códigos de comunicação escrita (...) houve uma clara intenção por parte dos indígenas letrados na eleição do idioma do colonizador no momento de recorrerem aos governadores".<sup>19</sup>

Já Elisa Garcia trabalhou com as relações construídas entre os índios e os portugueses na província de São Pedro e sua fronteira, em especial com os missionários, entre as tentativas de demarcação do Tratado de Madri na década de 1750 até as primeiras décadas pós-conquista dos povos da margem oriental pelos portugueses. O trabalho teve como objetivo "justamente apreender as populações nativas em sua historicidade, ou seja, demonstrar como elas lidaram com as diferentes situações desencadeadas pela colonização

---

<sup>16</sup> *Ibidem* Pg. 93

<sup>17</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009, pg. 23.

<sup>18</sup> NEUMANN, Eduardo. *Práticas Letradas Guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Rio de Janeiro: [Tese] IFCS, 2005, pg. 19. Um importante trabalho anterior, mas com outro enfoque, que já alertava sobre a utilização da escrita pelos guaranis é o do MELIÁ, Bartomeu. *La lengua guarani Del Paraguay*. Madrid: Mafre, 1992.

<sup>19</sup> NEUMANN, Eduardo. *Op. Cit*, pg. 295.

e se recriaram no decurso das mesmas"<sup>20</sup>. Neste sentido, ela analisa como a identidade indígena foi recriando-se a partir de uma oposição aos portugueses, surgida das situações imemoriais de conflito, chegando à situação, para uma parte dos guaranis, de negociações e até aliança. Nesta pesquisa, a autora também destaca como as disputas entre portugueses e espanhóis não se davam apenas pelo território, mas principalmente, por vassalos para as suas respectivas coroas e como "a política de atração dos missionários desenvolvida pelos portugueses suscitava sérias preocupações à administração espanhola".<sup>21</sup>

Sendo assim, esta pesquisa justifica-se pela tentativa de incrementar a análise de fontes que possam relacionar a atuação indígena dentro e fora dos cabildos, além de observar os seus tencionamentos com a administração espanhola – ou portuguesa para os povos orientais pós-1801 - e com os Curas. A partir disso imagina-se ser possível verificar a existência de relativa autonomia ou protagonismos na condução dos povos e suas demandas pelos missionários; bem como trazer indícios dos mecanismos de consolidação das lideranças, das formações de redes, e das recriações de suas identidades. Outra proposta é complementar os estudos que relacionam a autonomia exercida pelos indígenas com a maior presença e contato dos portugueses; e como isso pode ter influenciado na "conquista" dos povos orientais em 1801.

## COMO LIDAR COM TANTAS VOZES

Para iniciar este tema é importante referir-se ao que John Monteiro chama de "nova história indígena", ou seja, uma história que busca "aliar uma certa sensibilidade antropológica às informações inéditas que emergem, em fragmentos dispersos, dos arquivos que guardam e escondem os mistérios do passado"<sup>22</sup>. Desta forma, desconstruir imagens e pressupostos, como os que caracterizavam as sociedades indígenas como simples vítimas dos brancos, ou o pessimismo, que indicava para uma extinção dos povos nativos, é uma tarefa destes historiadores. Para realizar esta tarefa ele sugere que as pesquisas nesta área avaliem como os indígenas tiveram que construir e adaptar-se a um novo espaço político, e

---

<sup>20</sup> GARCIA, Elisa. *As Diversas Formas de Ser Índio. Políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009. Pg. 20.

<sup>21</sup> *Ibidem*, pg. 301.

<sup>22</sup> MONTEIRO, John Manuel. *Armas e armadilhas: História e resistência dos índios*. In.: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Pg. 238.

como isso interferiu na sua própria identidade, ou, como afirma Raúl Mandrini, temos que considerar a sociedade indígena “*mucho más compleja en su funcionamiento y en sus estructuras de lo que historiadores y etnólogos habían supuesto durante muchos años. También hay acuerdo sobre la imposibilidad de entender a la sociedad indígena sin atender a sus relaciones – múltiples y no menos complejas*”.<sup>23</sup>

Assim, dentro destas estratégias de resistência e adaptação, muitos dos expedientes usados vieram dos próprios europeus, como no caso da principal fonte desta pesquisa que são os documentos escritos pelos indígenas. Concluindo esta ideia voltamos a Monteiro:

Não basta mais caracterizar o índio histórico simplesmente como vítima que assistiu passivamente à sua destruição ou, numa vertente mais militante, como valente guerreiro que reagiu brava, porém irracionalmente à invasão europeia. Importa recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais da sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolavam.<sup>24</sup>

Neste sentido, antes de destacar alguns conceitos mais usados especificamente na história indígena, dialogaremos sobre uma temática muito cara a história social como um todo, e que complementa o tema que estamos tratando. Esta discussão versa sobre os conceitos de agência e experiência, especialmente no sentido exposto por Thompson, quando ele afirma que devemos atentar “para a ambivalência crucial de nossa presença humana em nossa própria história, parte sujeitos e parte objetos, agentes voluntários de nossas próprias determinações involuntárias”<sup>25</sup>, ou ainda, quando classifica a “agência humana” como “homens e mulheres como sujeitos de sua própria história.” Mesmo que “na verdade, essa agência não estará livre de pressões ulteriores determinadas, nem escapará aos limites determinados”.<sup>26</sup>

Da mesma forma, Alex Callinicos critica a visão de agência enquanto “escolha racional”, no sentido em que a pessoa age somente de acordo com o seu objetivo pré-definido. Também chama atenção para uma visão não demasiadamente individualizada das ações humanas, para contrapor a proposta generalizante que toda ação humana é uma ação

---

<sup>23</sup> MANDRINI, Raúl J. Hacer historia indígena. El desafío a los historiadores. In.: \_\_\_\_\_ y PAZ, Carlos D. *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVII-XVIII: un estudio comparativo*. Neuquén/Bahía Blanca/Tandil, 2003, (pgs. 13/32); pg. 19.

<sup>24</sup> MONTEIRO, J. *Op. Cit.* pg. 248.

<sup>25</sup> THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. RJ: Zahar, 1981. Pg.126.

<sup>26</sup> *Ibidem*, pg. 211.

de classe. Ele propõe que, “ao agir, o agente exerce poder”<sup>27</sup>. Neste sentido o poder emana de duas fontes: a) o poder de escolha inerente que todo ser humano adulto tem de fazer escolhas individuais; b) o poder determinado pelas estruturas, que varia de acordo com a posição ocupada pelo agente nesta estrutura.

Outro autor que aborda o tema é Helio Gallardo, em sua “*Critica social del principio de agencia*”<sup>28</sup> ele destaca exatamente como uma visão liberal deste princípio pode embasar uma teoria na qual nem todos os indivíduos tem capacidade de agência. Alguns exemplos de teorias que negam a agência de grupos subalternos, apresentados por ele, referem-se aos seguidores dos “caudilhos”, e a sociedades que teriam aceitado uma dominação institucionalmente a ponto de não desejarem mudar sua dependência. Ambas as situações já foram usadas para os guaranis missioneiros, seja por eles terem aceitado as missões jesuítas, seja por terem seguido caudilhos, especialmente José Artigas.

Ao estudarmos comunidades indígenas do período colonial, o problema da agência pode ficar ainda mais complexo. Como estamos tratando de pessoas que vivem entre uma organização social (estrutura) indígena, com seus próprios mecanismos de hierarquização, que esta sendo dominada por outra estrutura (colonial ou ocidental como um todo), que também esta impondo seus critérios de dominação, inclusive dentro da própria comunidade indígena, os empoderamentos (se pensarmos nos termos de Callinicos vistos acima), podem se dar de diversas formas, que necessitam de instrumentos teóricos bem diferentes para serem entendidos.

Assim, Elisa Garcia, destaca que a própria “noção de história que os grupos tinham de si mesmos”, deve ser buscada para o entendimento da forma que estes coletivos buscavam recuperar “a primazia sobre suas próprias trajetórias”. Neste sentido para entender as motivações dos índios, é importante ver como a partir de um

reordenamento constante dos seus contatos com a sociedade colonial, buscaram se posicionar em situações reais de interação não apenas de uma maneira fatalista, mas lançando mão de estratégias desenvolvidas por eles mesmos. (...) estas estratégias se materializavam nas formas empregadas pelos índios para se apresentarem enquanto agentes nos difíceis momentos de subjugação à ordem colonial que viveram.

(...)

Produzir um trabalho enfocando apenas as derrotas dos índios não faz jus a suas trajetórias, ao longo das quais eles usaram os meios disponíveis para lutar por vitórias. Tais vitórias

---

<sup>27</sup> CALLINICOS, Alex. Introduction to the Second Edition. In.: *Making History. Agency, structure and change in social theory*. Leiden: Koninklijke Brill NV, 2004. Pg xviii/xx. Tradução minha.

<sup>28</sup> GALLARDO, Helio. *Critica social del principio de agencia*. Univ. De Costa Rica, out, 2008.

podem ser consideradas modestas na perspectiva ocidental, mas, diante das imensas perdas, talvez significassem muito para os agentes indígenas envolvidos nas disputas ocorridas no seio da sociedade colonial.”<sup>29</sup>

Guillermo Wilde também vê como fundamental para entender a “agência indígena” a análise de casos concretos, “*cuya naturaleza y sentido histórico debe comprenderse en cada uno de los episodios que se abordarán*”<sup>30</sup>. O autor ainda destaca a “*accion social*” como um novo “*motor del diálogo entre la antropología y la historia.*” Mas alerta para o perigo do pesquisador, ao procurar o protagonismo indígena, descuidar da singularidade dos “*regímenes de historicidad nativos, proyectando sobre ellos ficciones modernas como la del individuo libre y racional.*” Mais do que isso, ele lembra que nada garante que a “história dos índios” seja verdadeiramente uma “história em sentido indígena”. Uma vez que, não esta em jogo, apenas a diferença entre os regimes ocidentais e indígena

*de la memoria, sino también el conjunto de teorías sociales de la acción y la agencia que cada una pone en juego. Para comprender esa noción de “agencia”, (...) es preciso remitirse a concepciones más amplias de la “persona” y la “alteridad”. Mientras la agencia histórica tal y como se entiende en la tradición occidental implica una **capacidad netamente humana**, basada en una comprensión sociológica (contractual) de la sociedad, la agencia de los amerindios amazónicos, cuya forma más acabada es la transformación shamánica, no implica como condición exclusiva ni excluyente la **praxis** humana sino la intervención de agentes no humanos, inscriptos en un orden cosmológicos sobre el que se espera poder influir. (...) Mientras una concepción implica la separación entre humano y no humano, la otra la disuelve.*<sup>31</sup>

Assim, mesmo se, ao escrever a história indígena, nós não nos preocuparmos especificamente com a cosmologia vivenciada por aquelas pessoas, devemos, ao menos, como faz o autor, assumir metodologicamente o desconhecimento dos regimes de historicidade e temporalidade desta população, mesmo para períodos após o contato e a colonização. Além disso, ele ainda sugere que, devemos reconhecer que os indígenas desenvolvem noções e lógicas inspiradas em “*tradiciones y memorias sedimentadas (anteriores y posteriores al contacto con los europeos), las cuales codifican nociones singulares y dinámicas de tiempo, espacio y persona*”.<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup> GARCIA, Elisa. *As Diversas formas ... Op. Cit.* Pg. 19 e 20.

<sup>30</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder ... Op. Cit.* Pg. 23.

<sup>31</sup> *Ibidem*, pg. 36, itálico no original. O autor se baseia na obra dos antropólogos Fausto e Heckenberger neste parágrafo, citando ainda o seguinte trecho: “*El equivalente de nuestro ‘hacer la historia’ es entonces una mitopraxis narrada como un pasado y un futuro em clave shamánica*”.

<sup>32</sup> *Ibidem*, pg. 26. Grifo meu.



Tal afirmação abre o caminho para pensarmos a questão da experiência. Se, vimos anteriormente que o conceito de agência pode guardar complexas teorias explicativas, muito disso é resultado das inúmeras possibilidades de experiência que os seres humanos estão sujeitos a vivenciar. Um dos fatores determinantes da agência humana é a sua experiência, que, ao mesmo tempo, é influenciada pela estrutura e a modifica.

Para Thompson, a experiência é uma categoria com problemas, mas “indispensável ao historiador, já que compreende resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”. No mesmo sentido, ele destaca a experiência como propulsora de um “diálogo entre o ser social e a consciência social. Obviamente, esse diálogo se processa em ambas as direções”.<sup>33</sup>

Ainda para o autor inglês, na “experiência humana”,

os homens e mulheres também retornam como sujeitos (...) não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua *consciência* e sua *cultura* das mais complexas maneiras (...) e em seguida (...) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.<sup>34</sup>

Deste modo, continua, a experiência é gerada na “vida material”, estruturada em termos de classe, ou seja, a estrutura domina a experiência. No entanto, sua influência é pequena e assim, “as maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer ‘agora’, ‘manipula’ a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita de determinação”.<sup>35</sup>

Nessa parte da argumentação, Thompson introduz o conceito de “cultura”. Com este conceito, ele torna mais complexa a articulação da experiência ao afirmar que as pessoas também vivenciam sua “experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou (...) na arte ou nas convicções religiosas. Essa metade da cultura (...) pode ser descrita como consciência afetiva e moral.” Isso posto, ele defende que “toda contradição é um conflito de valor, tanto quanto um conflito de interesse; que em cada ‘necessidade’ há

---

<sup>33</sup> THOMPSON, E. *Op. cit.*, pg. 15/17.

<sup>34</sup> *Ibidem*, pg. 225/226.

<sup>35</sup> *Ibidem*, pg. 234.

um afeto, ou ‘vontade’, a caminho de se transformar em dever (e vice-versa); que toda luta de classes é ao mesmo tempo uma luta acerca de valores”.<sup>36</sup>

Sendo assim, alguns autores desenvolvem conceitos para tentar dar conta de uma explicação para o que aconteceu com as populações indígenas. Estes conceitos levam em conta as experiências por eles vivenciadas. Neste sentido, Maria Celestino de Almeida analisa as transformações indígenas nas aldeias portuguesas, que aponta reflexões importantes que podem ser usadas para o caso desta pesquisa. Uma diz respeito às perdas que os nativos tinham ao submeterem-se ao aldeamento, que ela afirma serem indiscutíveis, mas apesar disso podemos perceber estas mudanças "como propulsoras das novas possibilidades dos índios adaptarem-se à Colônia"<sup>37</sup>. Desta forma, se os índios iam para estes locais, faziam-no a procura de um mal menor - em contraponto a estar sujeito ao apresamento e ao trabalho forçado - ou a um "espaço de liberdade possível", o que leva a afirmação: "longe de terem sido passivos, os índios foram sujeitos desse processo de mudanças que igualmente lhes interessava, por lhes conferir instrumental necessário à adaptação ao novo mundo. Transformaram-se, portanto, mais do que foram transformados”.<sup>38</sup>

Também trabalhando com aldeamentos portugueses, neste caso na Amazônia, Almir Diniz Carvalho Junior aponta para a importância de analisar a própria definição de “índio cristão”, e como essa identidade era uma escolha dentre as possibilidades surgidas. Escolha que acarretava reinterpretações indígenas do seu significado, que poderia variar de pessoa para pessoa, ou de grupo para grupo, não significando uma homogeneidade. Assim “a identidade de índios cristãos significou a resposta inovadora que as populações ameríndias, subjugadas e integradas, deram ao projeto civilizador. Era uma forma de se apropriarem de seu destino. Ser cristão, antes de ser um enquadramento genérico, era uma decisão – era fruto de uma ação, mesmo que muitas vezes, forçada.”<sup>39</sup> Ademais, esta identidade, de modo geral, é adquirida no período jesuítico, mas mantém-se no período pós-expulsão e mesmo para os que mudam para o lado português, possibilitando os indígenas interagir com os

---

<sup>36</sup> *Ibidem*, pg. 234/235.

<sup>37</sup> ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. Pg.129.

<sup>38</sup> *Ibidem*, pg. 136.

<sup>39</sup> CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Campinas: UNICAMP- Tese, 2005. Pg. 6.

códigos católicos e monarquistas durante todas as etapas.

Essas respostas ou transformações refletem-se na recriação e manutenção da identidade indígena e, para analisá-la, podemos partir do conceito de etnogênese utilizado por Guillaume Boccara. Para este autor, aquelas sociedades indígenas são tanto o resultado de uma história como foram capazes de desenvolver "*estrategias de resistencia y adaptación que se inscriben en la continuidad de prácticas y representaciones anterior a la conquista pero que desembocaron también, a través de los múltiples procesos de mestizaje, en la aparición de nuevos mundos en el Nuevo Mundo*".<sup>40</sup> Desta forma, é muito importante acabar com a dicotomia entre aculturação ou resistência, no sentido que define o primeiro como a perda da identidade pelos indígenas e o segundo como a manutenção da cultura imemorial desta sociedade, atribuindo a estas pessoas uma situação ahistórica ou, como afirma Monteiro, "para apreender os processos culturais em jogo, não se pode tratar as sociedades indígenas como culturas locais em isolamento".<sup>41</sup>

Para além da etnogênese é possível também analisar a questão da identidade a partir do conceito proposto por João Pacheco de Oliveira, no caso, processo de territorialização.<sup>42</sup> Este conceito é formulado a partir da obra de Fredrik Barth sobre os grupos étnicos e suas fronteiras, na qual o autor defende a idéia de que um grupo étnico utiliza-se das diferenças culturais existentes na sua interação social para formar e reformar sua individualidade e assim "quando se retraça a história de um grupo étnico ao longo do tempo, não se está, simultaneamente, no mesmo sentido, traçando a história de uma 'cultura'".<sup>43</sup> Deste modo Oliveira define que o

*Processo de territorialização é, justamente, o movimento pelo qual um objeto político-administrativo (...) vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso)*<sup>44</sup>

Assim, é necessário utilizar também o conceito de fronteira "*como un territorio*

---

<sup>40</sup> BOCCARA, Guillaume. Fronteras, Mestizaje y Etnogénesis en las Américas. In.: MANDRINI, Raúl J. y PAZ, Carlos D. Op. Cit. (pgs. 63-73). Pg. 63.

<sup>41</sup> MONTEIRO, John Manuel. Capítulo 3: Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais. In.: \_\_\_\_. *Tupis, tapuias e historiadores*. Tese de livre docência. IFCH - Campinas, 2001. Pg. 56

<sup>42</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* [online]. 1998, vol.4, n.1, pg. 47-77.

<sup>43</sup> BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In.: POUTGNAT, P. *Teorias da etnicidade*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998. Pg. 227.

<sup>44</sup> OLIVEIRA, J.P. *Op. Cit.* Pg. 56.

*imaginado, inestable y permeable de circulación, compromiso y lucha de distintas índoles entre individuos y grupos de distintos orígenes*"<sup>45</sup>. Neste território, e especialmente quando ele se encontrava entre as potências européias, os "*indígenas evolucionaban (...) y sacaban un feliz provecho de los antagonismos que se producían*".<sup>46</sup>

Por sua vez, para trabalhar a definição de elite indígena é importante destacar, como nos lembra Almeida, que "a política de valorização das lideranças nativas foi parte do projeto de conquista e colonização das Américas" com as autoridades espanholas e portuguesas incentivando "a criação de uma nobreza indígena por meio da concessão de favores, títulos, patentes militares".<sup>47</sup> Assim, Neumann nos aponta que

A cooptação dos índios principais à sociedade colonial, visando sua integração e assimilação aos valores do mundo hispânico, foi operacionalizada através da catequese, associada, por sua vez, à instrução. Essa estratégia educadora mostrou-se um instrumento eficaz tanto na formação de lideranças ameríndias quanto na interiorização das hierarquias do corpo místico espanhol (...) o tratamento a ser dispensado à nobreza indígena, em diferentes períodos, sempre foi tema presente na legislação colonial hispano-americana. Os caciques guarani no Paraguai também foram alvo de atenção por parte das autoridades coloniais, que através de informes procuravam garantir os privilégios conferidos a esses líderes indígenas.<sup>48</sup>

No entanto, a lógica indígena também atuava na escolha das lideranças, e estava baseada na formulação complexa de "*tradiciones socioculturales organizadas analíticamente en base a rasgos (oratoria, generosidad, destreza guerrera, poligamia, etc.)*" e também em uma "*racionalidad nativa que les producía beneficios materiales o simbólicos, dentro dos límites establecidos*".<sup>49</sup> Diferentes interpretações dessas complexas alternativas podiam causar disputa entre estes agentes.

Além de elite, outro conceito utilizado para tentar compreender as sociedades indígenas é o de mestiçagem. Um autor que deu grande destaque a esta discussão foi Serge Gruzinski, que destaca a dificuldade de uma boa definição quando o que "*predomina en la naturaleza y en nuestro medio es la nube, una forma desesperadamente compleja, vaga, cambiante, fluctuante y siempre en movimiento. Los mestizajes pertenecen a este orden de*

---

<sup>45</sup> BOCCARA, Guillaume. *Op. Cit.* pg. 64

<sup>46</sup> *Ibidem*, pg.72.

<sup>47</sup> ALMEIDA, Maria Celestino de . *Op. Cit.*, pg.150

<sup>48</sup> NEUMANN, Eduardo. *Op. Cit.*, pg. 58.

<sup>49</sup> WILDE, Guillermo. Hacia una perspectiva situacional en el análisis del liderazgo indígena. Reflexiones a partir de los "guaraníes históricos". In.: \_\_\_\_\_ & SCHAMBER, P.(Orgs.). *Historia, poder y discursos*. Buenos Aires: SB, 2005, (pgs. 77/102), pg. 98.

*realidad*”.<sup>50</sup> Ainda sobre a mestiçagem, o autor expõe um motivo para a dificuldade de análise: “*es porque nuestras rúbricas habituales – sociedad, religión, política, economía, arte cultura – nos obligan a separar lo inseparable y a eludir fenómenos que atraviesan las particiones clásicas*”.<sup>51</sup>

Assim, este conceito tão “nebuloso” vem proporcionando uma série de discussões a respeito e, a partir de algumas destas discussões, Judith Faberman e Silvia Ratto propõem três considerações sobre o tema. A primeira é que a mestiçagem não é inevitável, podendo existir grupos que escolhem não se misturar ou são rechaçados; a outra se refere ao caráter situacional da mestiçagem, na qual pode, um indivíduo nascer “índio” e morrer “espanhol”, e o contrário, de acordo com sua condição social; e a terceira é o problema de ausência de identidade desta pessoa, podendo se tornar a “antípoda” do índio e do espanhol.<sup>52</sup>

Para analisar a questão das táticas dos guaranis frente à situação de disputa entre espanhóis e portugueses utilizar-se-á, com cuidado, o conceito destacado por Michel de Certeau quando analisa parcelas sociais que não compõem o grupo dominante. Estas parcelas precisam se organizar dentro das regras impostas pela outra parcela visando aproveitar-se das possibilidades abertas com astúcia. Segundo sua definição a tática é “a ação calculada que (...) opera golpe por golpe, (...) tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo a vigilância do poder proprietário”.<sup>53</sup> Entretanto, enquanto o autor insiste na rigidez do “poder proprietário”, no caso das missões, vamos perceber pontos flexíveis nas regras.

Sobre as fontes produzidas pelos indígenas será desenvolvida a análise tendo como base a pesquisa de Neumann, que indica como os índios guaranis souberam se apropriar da escrita ensinada pelos jesuítas, e valorar seus significados como fonte de informação e comunicação. A apropriação foi tão eficaz que mesmo na comunicação entre eles à escrita foi muito utilizada. Para o autor, os memoriais eram uma forma de comunicação da elite missionária para entrar em contato direto com as autoridades coloniais. Esse expediente foi utilizado com mais frequência após a expulsão dos jesuítas e servia para as situações nas quais “lideranças guarani procuravam manifestar-se diretamente ou intervir em temas

---

<sup>50</sup> GRUZINSKI, Serge. *El Pensamiento Mestizo*. Trad. de Enrique Gonzáles. Barcelona: Paidós, 2000. Pg. 60.

<sup>51</sup> *Ibidem*, pg. 55.

<sup>52</sup> FABERMAN, Judith & RATTO, Silvia. Introducción. In.: \_\_\_\_\_ & \_\_\_\_\_ (coord.) *Historias mestizas en el Tucumán colonial y las pampas, siglos XVII-XIX*. Buenos Aires: Biblos, 2009, pg.15.

<sup>53</sup> CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis - RJ: Vozes 3ª ed, 1994. Pg. 100/101.

considerados importantes, cruciais. Os cabildantes tentaram interceder em determinados assuntos através da prática administrativa, expedindo memoriais escritos em espanhol”.<sup>54</sup>

Sendo assim uma

alternativa utilizada pela elite missioneira diante da ineficácia de outros expedientes, como as queixas encaminhadas aos administradores das reduções. A inoperância dos administradores frente às solicitações dos cabildantes implicou a busca de soluções, e a redação de memoriais foi o meio encontrado para dar conhecimento dos problemas ao governador.<sup>55</sup>

Cabe destacar, como afirma Wilde, que a análise destes memoriais e documentos, não deve se restringir à tentativa de estabelecer uma verdade ou falsidade do que esta sendo contado, mas “*entender por qué dicen lo que dicen en un momento determinado, o comprender por qué actuaron como lo hicieron*”.<sup>56</sup> Dentro das limitações desta pesquisa, este é um objetivo a ser atingido, mesmo que parcialmente.

Neste sentido, para entender o porquê uma situação local pode nos trazer um entendimento maior sobre a sociedade num sentido amplo, também propomos pensar e discutir um pouco dos usos da micro-história ou, como também é tratada, jogo de escalas. Esta experiência de análise se caracteriza por procurar seu objeto em uma escala micro, seja ela um sujeito, uma comunidade aldeã, ou mesmo um fato aparentemente isolado. De modo simplificado, poderíamos dizer que a metodologia consiste, em conseguir o máximo de informações possíveis deste objeto, aparentemente secundário, e assim interpretar as causas e conseqüências de suas ações. Esta análise do micro é então, contrastada com as explicações macro-sociais, que são assim, reforçadas ou questionadas, colocando em pauta a importância fundamental do contexto micro-social, e da agência do indivíduo, para as explicações estruturais.

Como já dito, esta é uma explicação simplificadora, que serve mais como uma ilustração, até porque, como nos lembra Jacques Revel, a micro-história não tem um programa unificado e foi uma “experiência de trabalho, feita por historiadores que se aproximaram em função de sua sensibilidade e trajetória, mas cujos projetos, áreas e

---

<sup>54</sup> NEUMANN, Eduardo. *Praticas letradas... Op. Cit.* pg. 280/281

<sup>55</sup> *Ibidem.* pg.123.

<sup>56</sup> WILDE, G. *Religión y poder...Op. Cit.* pg. 25.

referências teóricas podiam ser muito diferentes. Seria portanto falacioso conferir-lhes, passados alguns anos, uma força e coerência que eles não tiveram”.<sup>57</sup>

Dentre os principais nomes da micro-história Giovanni Levi e Carlo Ginzburg são os mais referenciados. Revel distingue estes dois autores como sendo o primeiro um historiador focado no econômico, enquanto o segundo no cultural.<sup>58</sup> De fato, Levi usa com muita destreza dados demográficos e econômicos, seriáveis, para colocar os seus problemas e análises. No seu trabalho mais conhecido ele propõe-se verificar a “racionalidade camponesa”, através da “contextualização e de interligação entre regras e comportamentos, entre estrutura social e imagem impressa nas fontes”.<sup>59</sup> Ginzburg, por sua vez, se dedica especialmente ao estudo da feitiçaria e cultura popular, de forma que a “história da arte, antropologia, psicologia e a crítica literária são alguns desses campos, interrogados sistematicamente a partir de ângulos às vezes inusitados”.<sup>60</sup> Este autor, propõe o paradigma indiciário, que ressalta o “excepcional normal”, ou seja, um documento que traz uma situação estatisticamente não freqüente, como um indício que “pode ser muito mais revelador do que mil documentos estereotipados”.<sup>61</sup>

Entre os autores que usam esta metodologia para analisar a atuação de indígenas na sociedade colonial, destaco o trabalho de Jacques Poloni-Simard. Em, pelo menos, dois artigos o autor propõe o uso da micro-história, e mais especificamente das análises de rede social, para o estudo das elites indígenas nos Andes. Neste sentido, o autor afirma que o

*Funcionamiento corporativo de las sociedades de Antiguo Regimen no impide una perspectiva más individual, tomando en cuenta la actuación, las decisiones y las iniciativas particulares, conforme al planteamiento de la microhistoria. Es en esa medida que se puede dar cuenta de las relaciones sociales realmente vividas por los actores y la articulación entre ellos en términos de poder, dependencia, alianzas, solidaridad, etcétera.*<sup>62</sup>

---

<sup>57</sup> REVEL, Jacques. “Apresentação”. In.: \_\_\_\_ (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro : Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. Pg. 09

<sup>58</sup> REVEL, Jacques. A história ao rés do chão. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2000, pg. 15.

<sup>59</sup> LEVI, Giovanni. *A herança imaterial... Op. Cit.* Pg. 47.

<sup>60</sup> LIMA, Henrique Espada Rodrigues. *A micro história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Pg. 281.

<sup>61</sup> GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989. Pg. 177. Poucos parágrafos antes desta citação o autor revela que a expressão “excepcional normal” foi cunhada por Edoardo Grendi.

<sup>62</sup> POLONI-SIMARD, Jacques. “Historia de los índios en los Andes, los indígenas en la historiografía andina: análisis y propuestas”. In.: *ANUARIO del IEHS* 15, Tandil: IEHS, 2000.

E assim, relata haver uma série de documentos na América espanhola que permite este tipo de abordagem, sejam eles livros notariais, paroquiais, processos judiciais, etc. A proposta do autor inclui o uso desta perspectiva para não pensar os atores presos as suas categorias étnicas ou profissionais, já que nem todos os laços tinham o mesmo valor, tampouco o mesmo significado. Por isso seria “*necesario tomar en cuenta el contexto en el cual se dio el vínculo, cuál es la situación que le dio origen para poder medir el significado que tenía para los individuos y los efectos que producen para entender la recomposición de la sociedad*”.<sup>63</sup>

Guillaume Boccara também vai nesse sentido ao concluir um artigo trazendo uma contribuição muito interessante para pensar as análises micro e macro, conectadas a questionamentos típicos da história indígena com relação à identidade e os mediadores culturais. O autor sugere que o estudo dos processos de etnogênese e etnificação no nível geral não deve desprezar as análises locais de redefinição de identidades através da formação de novas redes sociais. Nesse sentido explica que

*La identidad social de los agentes individuales y colectivos se define tanto por su inscripción en unidades políticas y étnicas macro como por su posición dentro de un espacio relacional dado. Para evitar la reificación o esencialización se hace necesario dar cuenta de los vínculos entre agentes individuales así como también de la formación de las identidades vía el parentesco o las redes comerciales y políticas. Adoptar una perspectiva macro pero a la vez hilar fino permite reconstruir la doble dinámica en juego en los espacios fronterizos. A nivel macro, una política de imperio y de contrahegemonía que delimita y define grupos o etnias; a nivel micro, una sociedad fluida en la cual existe una gran intimidad y fuertes vínculos entre indígenas, mestizos y criollos. Esa tensión entre la cristalización de las identidades y unidades sociales a nivel macro y la fluidez e interdigitación a nivel micro, entre el paradigma de la alianza por un lado y el de la conquista y subordinación por el otro, se manifiesta en la figura ambigua del mestizo y en la instauración del middle ground.*<sup>64</sup>

Por sua vez, Wilde coloca que o contexto histórico não é uma tela de fundo, na qual se encontram os personagens estáticos, mas ele é construído nos múltiplos níveis de relações destes atores, sendo assim, é necessário que o pesquisador esteja metodologicamente preparado para lidar com um número necessariamente limitado e

---

<sup>63</sup> POLONI-SIMARD, Jacques. "Redes y mestizaje: propuestas para el análisis de la sociedad colonial". In: Boccara, Guillaume & Galindo, Sylvia (eds.). *Lógica Mestiza en América*. Temuco, Chile: Instituto de Estudios Indígenas, 1999, pp.113-137

<sup>64</sup> BOCCARA, Guillaume. "Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas, repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel". In.: *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*. Buenos Aires. Número 13. 2005. Pg. 47.



inacabado de fontes. Daí a importância da micro-história, pois como define o autor, reúne muitos pontos de vista e

*Sobre esa urdimbre se reconstruye el 'universo de posibles', es decir, el horizonte de posibilidades de cada actor en situaciones, circunstancias, y épocas (o 'culturas') específicas, que de ninguna manera constituyen bloques monolíticos sino **tramas complejas y abiertas de tradiciones y expectativas**. (...) Las situaciones locales no son simplemente la ilustración de dinámicas globales, sino medios para pensar coyunturas y transformaciones de mayor magnitud, para luego volver al nivel local. El Estado, puede ser considerado una de las dimensiones de esa acción local. En este sentido, los avatares de la vida de un indio del común o las trayectorias de un caudillo desconocido, pueden ser más que simples anécdotas de espacios apartados y marginales de los dominios ibéricos pre y pos revolucionarios. Pueden aportar índices de las transformaciones del Estado y la sociedad en la etapa final de la colonia, los virajes de la legislación colonial con respecto a la población indígena, las modificaciones en las nociones de subjetividad propias del Antiguo Régimen o la incipiente formación de Estados políticos autónomos.<sup>65</sup>*

Em outro trecho Wilde, reflète sobre o uso da micro-história, ou jogo de escalas, para não cair na dicotomia entre os enfoques antropológicos, processualistas ou estruturalistas. Exemplificando para as situações da história indígena, o autor cita o caso dos que vêem o impacto da expansão europeia nas sociedades indígenas como uma mera versão local do capitalismo mundial, ou por outro lado, os que advogam por uma modalidade singular e autônoma de construção de alteridade, na qual o contato é uma entre vários aspectos. Neste sentido, ele propõe articular os dois enfoques através da “variação de escalas”, a qual concebe ambos enfoques como

*diferencias de énfasis metodológico y de nivel de análisis, y no tanto como opciones ideológicas, derivación que equivocadamente han tomado algunas controversias recientes. Tal vez sea razonable considerar esta cuestión no sólo como un argumento más del debate en torno de las fronteras entre historia y antropología y los controvertidos dualismos que sirven de cimiento a estas disciplinas, sino también sobre las formas de acción y las concepciones de la historia sobre las que se funda el análisis.<sup>66</sup>*

Neste trabalho vou utilizar os termos povo, povoado, missão e redução como sinônimos, sobre este assunto acho importante ressaltar a observação de Garcia sobre a utilização do termo “povo” no seu livro:

As missões jesuíticas eram *pueblos de índios*, inseridas dentro de um sistema de agrupamento de populações vigente no Império espanhol. Neste livro, porém, estas reduções são chamadas de povos, apesar de esta não ser necessariamente a tradução mais adequada à realidade designada por *pueblos*. Era de povo, no entanto, que os portugueses chamavam as reduções quando a elas se referiam e tal denominação acabou por se impor,

---

<sup>65</sup> WILDE, Guillermo. *Religión y poder... Op. Cit.* Pg. 26.

<sup>66</sup> *Ibidem*, pg. 35/36.

pois aqueles que passaram para o domínio português são hoje conhecidos como os Sete Povos das Missões.<sup>67</sup>

## ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS E FONTES

Essa dissertação divide-se em três partes. A primeira intitulada **Cidade de Pedra, Cidade das Letras: controles e autonomia** tem o objetivo de analisar algumas funções que exerceram os indígenas dentro da burocracia formada em cada Povo. Este item reflete primeiro sobre o fato de que estes burocratas estiveram mais afastados da tradicional vida do campo, sendo importantes engrenagens dos núcleos urbanos do qual fazem parte. Neste sentido, os núcleos urbanos, e especialmente os cabildos, são analisados através da proposta de Angel Rama, sobre uma cidade letrada, ou escrituraria, que surge dentro das próprias cidades e se autolegitima através dos trabalhos administrativos executados por seus membros e o poder que isso representa.<sup>68</sup>

São expostas nesta parte algumas considerações a respeito de pesquisas sobre a arquitetura das reduções e sobre as diferentes funções exercidas dentro do cabildo, especialmente o corregedor, o secretário e o *mayordomo*. Como sequência são analisados alguns conjuntos de livros administrativos (inventários, censos, livros de movimentações de bens, etc.), com a proposta de problematizar informações aparentemente quantitativas de uma forma que elas apontem dados mais qualitativos relacionados com reciprocidade, legitimação de lideranças, criação de redes, objetos simbólicos, usos da língua guarani, etc.

Esta parte encerra destacando o indígena Cipriano Chora, que exerceu um cargo de escrivão vinculado, não a um Povo, mas diretamente ao Governador do Departamento de *San Miguel*. Desta forma, ele aparece como sendo remunerado por este serviço e acompanhando o Governador em diferentes reduções por onde ele passa.

**A pena e o bastão: lideranças e conflitos** é a segunda parte e apresenta a análise da apropriação da escrita para além dos tramites burocráticos regulares. Nesta seção é analisada principalmente a atuação dos indígenas com os novos agentes coloniais, na maior parte das vezes representando a redução e a comunidade enquanto integrantes do cabildo.

---

<sup>67</sup> GARCIA, Elisa. *Op. Cit.* pg. 24.

<sup>68</sup> RAMA, Angel. *A Cidade da Letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Eles manifestaram-se por meio das letras, em cartas, memoriais, *razon*, *expedientes*, para alcançar seus objetivos, contatando as mais diversas autoridades da administração espanhola.

Dentre os temas que merecem manifestações estão alguns conflitos com os novos religiosos que foram ocupar o lugar dos jesuítas, com os administradores espanhóis, com os comerciantes espanhóis que moram ou circulam pelas reduções, entre indígenas; a busca que uma mãe faz por sua filha que trabalha na casa de um espanhol, etc. Para além dos temas de conflitos em si, é discutida uma acusação que aparece com frequência nestes casos: teriam os indígenas sido influenciados por alguém de fora ao escreverem suas reclamações?

A conclusão desta parte traz alguns dados sobre Pasqual Areguati, indígena de *San Miguel*, corregedor do povoado durante alguns dos conflitos expostos acima, e que tinha um bom conceito entre autoridades espanholas por sua “civilidade” e qualidade gráfica. Além disso, Pasqual foi credor de diferentes povos por bens vendidos de modo particular, e também arranhou casamento para suas filhas com espanhóis, demonstrando estender suas redes de relações muito além de *San Miguel*.

Já a última parte, **Fronteiras em movimento**, trata da passagem dos Sete Povos Orientais de vassallos espanhóis para portugueses. O objetivo é ressaltar a crise em que se encontravam os povoados e a ameaça ao regime de comunidade como um ponto de instabilidade. Por outro lado, havia uma política de atração dos portugueses para os indígenas e um histórico de insatisfação que chegou ao ponto de um grupo tentar mandar um pedido de ocupação para os portugueses já no final da década de 1780. Neste sentido, a proposta é caracterizar a ocupação portuguesa como uma conquista e uma aliança. Claro que, sendo uma aliança, não se tratou de uma aliança de dois grupos em iguais condições, no entanto, se houvesse ocorrido uma forte resistência indígena, os portugueses não teriam condições de efetivar a entrada nos povos, restando a eles apenas saques nas estâncias.

Também nesta parte são tratadas questões sobre as mudanças e possibilidades de identidade dos indígenas e dos mestiços que participaram da negociação. Além disso, é analisada a participação das lideranças missioneiras nos primeiros anos pós-ocupação e o modo como tratam e são tratados pelas autoridades portuguesas.

Por fim, é discutida a trajetória de Santiago Pindó. Seu pai foi corregedor de *San Luis* quando os jesuítas foram expulsos e logo aderiu à nova ordem. Anos depois, ele foi corregedor da mesma redução sob administração espanhola, inclusive com créditos com seu povo pela venda de produtos da propriedade de sua responsabilidade. Mais excepcional ainda é o fato de ser administrador interino, em nome da coroa portuguesa, do Povo após a aliança. Acontecimento que demonstra a capacidade que ele teve de ser respeitado nas mais diferentes condições, pelos indígenas e pelos colonizadores.

## CAPÍTULO 1

### CIDADE DE PEDRAS, CIDADE DAS LETRAS: CONTROLES E AUTONOMIA<sup>69</sup>

Durante aproximadamente cento e cinquenta anos os jesuítas estiveram entre os povos indígenas que habitavam as margens dos rios Uruguai e Paraná e, junto com eles, fundaram uma série de povoados que ficaram conhecidos como povos guarani-missioneiros<sup>70</sup>. Mesmo com a expulsão dos jesuítas da região, em 1768, muitos indígenas seguiram envolvidos na manutenção destes povos, tanto nas questões sócio-políticas, cerimoniais e demográficas, como nas questões materiais, relacionadas às construções, à produção, ao comércio e ao consumo (ver mapa no anexo 1).

As sedes das missões guaranis eram núcleos urbanos que seguiam as “*Leyes de Indias*” dos soberanos espanhóis, que entre suas determinações, estipulavam a forma e os traçados das cidades e povoados espanhóis na América colonial. No entanto, as influências do terreno, da população indígena e as adaptações nos projetos aplicados pelos jesuítas, fizeram com que alguns arquitetos qualificassem a organização espacial das reduções como “tipologia urbana missioneira” ou “sistema reducional missioneiro”, por suas peculiaridades.<sup>71</sup>

---

<sup>69</sup> Os povoados missioneiros não atingiram o *status* político-administrativo de “cidade” durante o período colonial no Império Espanhol e tampouco no Português após a incorporação dos “Sete Povos Orientais”. A palavra “cidade”, neste contexto, é sinônimo de “núcleo urbano” e é aqui utilizado para relacionar com as referências bibliográficas que tratam dos modelos “cidade missioneira” e “cidade letrada”.

<sup>70</sup> O termo “missões guaranis” é amplamente utilizado pela historiografia e pelos documentos coloniais, e visava passar uma noção de homogeneidade entre os habitantes da região. Ressaltamos que isso não reflete a realidade, visto que diversos grupos, além dos guaranis, fizeram parte deste conjunto, e tampouco os guaranis, grupo majoritário, pode ser considerado homogêneo. Para uma discussão recente do tema ver: BAPTISTA, Jean. A visibilidade étnica nos registros coloniais: Missões Guaranis ou Missões Indígenas? In.: KERN, A; SANTOS, M.C. & GOLIN, T (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas*. Vol. 5. Passo Fundo: Mérito, 2009;

<sup>71</sup> Para uma discussão referente aos planos urbanos dos povoados e as determinações das “Leis das Índias” ver KERN, Arno. *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território*. São Leopoldo: UNISINOS Cadernos IHU Idéias, 2007; e CUSTÓDIO, Luiz Antônio. *A Redução de São Miguel Arcanjo*:

Angel Rama, por sua vez, ressalta que a urbanização na América hispânica logo necessitou de um grupo social especializado, capaz de manejar o “universo dos signos a serviço da monarquia absoluta de ultramar”, ou seja, a língua espanhola escrita e a burocracia preenchida por ela. Além disso, apesar de não estar tratando das missões, aponta a expulsão dos jesuítas como um dos momentos fundamentais para determinar a relevância dos intelectuais religiosos e a transição para os intelectuais laicos. Destaca ainda, que dentro das cidades, havia outra, não menos amuralhada “porém mais agressiva e redentorista, que a regeu e conduziu. É a que creio que devemos chamar de *cidade letrada*”.<sup>72</sup>

Este capítulo aborda alguns aspectos de como o mundo letrado e a imensidade de documentos produzidos para as autoridades coloniais, representa e ajuda a entender o que estava acontecendo nas missões entre a expulsão dos jesuítas até o final do século XVIII. Teoricamente, a grande maioria dos documentos analisados neste capítulo são documentos reativos ou passivos. Quero dizer com isso que são documentos encomendados pelos administradores e agentes do governo espanhol com a finalidade de manter um rígido controle sobre a população das reduções, seus bens, seu trabalho e seu comércio.

Portanto, o objetivo do capítulo é discutir as situações que se apresentam ao redor daqueles controles. Casos que parecem isolados, e por isso não são tratadas estatisticamente, mas são reveladoras das possibilidades que os habitantes das missões tinham ao agir. Assim, as diversas construções escritas da “cidade letrada” serão analisadas em busca das suas peculiaridades, discutindo também, a própria intervenção dos grupos letrados indígenas na produção e no acesso a estas informações.

Deste modo, inicia-se tratando da saída dos jesuítas e a nova organização administrativa nas reduções. Na sequência, são explorados os inventários para discutir a situação material dos povos, tanto no aspecto arquitetônico e urbanístico, como nos ornamentos, utensílios e roupas que simbolicamente ordenam e hierarquizam. Também se discute os censos para verificar as características dos cacicados, os motivos e os impactos das variações demográficas, e os documentos de controle de mão-de-obra dentro e fora das redu-

---

*Contribuição ao Estudo da Tipologia Urbana Missioneira*. Porto Alegre: PPGPUR/UFRGS - Dissertação de Mestrado, 2002, especialmente a partir da página 39.

<sup>72</sup> RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985; pg. 41/42. NEUMANN, Eduardo. *Práticas Letradas... Op. Cit.*, pg. 22, analisa outros autores que destacam a utilização da escrita pelos monarcas espanhóis a fim de gerenciar seus vastos domínios.

ções, incluindo o “*real servicio*” para termos uma ideia das incontáveis atividades que podiam exercer. Em seguida, tratamos das remessas de bens para Buenos Aires, onde eles eram vendidos e revertiam no pagamento de tributos, comissões para os administradores e compra de produtos que voltavam para os povos, além dos livros de conta corrente que controlavam todas as movimentações destes e outros bens, produzidos e comprados pelas reduções.

Ao longo de todo o capítulo são ressaltados alguns personagens indígenas que destacaram-se entre os inúmeros dados apresentados na documentação. Outro dentre os objetivos deste trabalho é dar nome e sobrenome a estes personagens, normalmente invisíveis nas publicações de história. Nesse sentido, esta parte da dissertação encerra seguindo a trajetória do escrivão Cipriano Chora, que exerceu seu ofício, para o Governador do Departamento de *San Miguel*, sendo remunerado, por mais de dez anos.

Estes conjuntos de fontes foram produzidos por diferentes atores da sociedade colonial, sendo que a grande maioria era feita pelos espanhóis, sejam eles visitantes designados para realizar os inventários ou censos, sejam os administradores fixos que acompanhavam no dia-a-dia as reduções e seus controles de mão-de-obra, produção e remessa de bens. Parte destes documentos já eram produzidos na época jesuítica, mas com a expulsão a participação dos indígenas aumentou, afinal eram eles os que mais dominavam as informações internas. Muitos dos papéis aqui analisados já foram explorados por diferentes autores, como veremos ao longo do capítulo, principalmente de forma quantitativa para analisar as alterações demográficas e materiais dos povoados.

### 1.1– A EXPULSÃO DOS JESUÍTAS E AS MUDANÇAS ADMINISTRATIVAS

Para de abordar o processo de expulsão, é importante esclarecer como a Coroa espanhola preferiu agir de forma diferente com relação à demarcação de limites, definida pelo Tratado de Madri na década de 1750, que resultou na rebelião indígena conhecida como Guerra Guaranítica. Naquele evento os índios simplesmente foram comunicados, através dos jesuítas, que deveriam abandonar os povos orientais e atravessar o Rio Uruguai com seus pertences e os dos povoados. Tal atitude parece ter sido recebida por grande parte dessa população como uma traição da Coroa espanhola que cederia suas terras para seus

tradicionais inimigos, os portugueses, o que se tornou uma grande razão para a resistência.<sup>73</sup>

Já no caso da expulsão, após receber a determinação da Coroa Espanhola, Francisco de Paula Bucareli y Ursua, então Governador de Buenos Aires, convocou os caciques e corregedores a comparecerem na capital, lá eles ficaram por alguns meses e participaram de diversas atividades. Uma das atividades principais foi quando o Bispo da cidade rezou uma missa e após foi servido um jantar com a presença de autoridades laicas e religiosas, para o evento estes representantes guaranis receberam roupas nobres. Neste período Bucareli fez diversas promessas aos líderes guarani<sup>74</sup>, como reafirmar o privilégio dos caciques utilizarem o “Don” e a possibilidade de seus filhos tornarem-se sacerdotes, enfim privilégios impregnados de valores espanhóis, e que reforçava as diferenças internas já existentes, tudo com o propósito de evitar uma rebelião ao serem notificados da expulsão.

Funcionou. Ao final do encontro os caciques e corregedores presentes escreveram uma carta ao Rei Carlos III agradecendo a acolhida de Bucareli, os presentes e por colocar fim a sua miséria e ao trabalho feito escravos que realizavam para os jesuítas. Muitas outras reações escritas das lideranças indígenas seguiram a esta, parte delas serão analisadas no capítulo 2. O fato é que os jesuítas foram expulsos e uma comitiva passou por todos os povos para fazer a apreensão dos religiosos. Segundo as missivas do Governador e seus assistentes, entre eles as de Francisco Bruno de Zavala que se tornaria Governador Interino dos 30 povos, foram recebidos com “bons modos e alegria” nos povoados, isso quando não os esperava um banquete e música.<sup>75</sup>

Com a retirada dos jesuítas, Bucareli estabeleceu um novo sistema político e econômico que separou claramente as funções espirituais das temporais, para isso expediu em 1768 suas *Instrucciones a que se deberán arreglar los gobernadores interinos que dejó nombrados en los pueblos de indios guaraníes del Uruguay y Paraná, no habiendo dispocición contraria de SM.*<sup>76</sup> Estas medidas estavam inseridas em reformas mais amplas,

---

<sup>73</sup> Este tema é tratado por praticamente todas as obras que se dedicam ao estudo das missões na época jesuítica, dentre os autores tradicionais aponto CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período Colonial*. Porto Alegre: do Brasil, 2ª ed., 1980, como exemplo. Com uma abordagem mais contemporânea destaque as obras de NEUMANN, E. *Práticas letras ... Op. Cit.*, e GARCIA, E. *As diversas formas ... Op. Cit.*

<sup>74</sup> WILDE, Guillermo. *La actitud guarani ante la expulsión...Op. cit.* pg.162.

<sup>75</sup> *Ibidem* pg.147.

<sup>76</sup> Tais instruções foram uma adaptação do Diretório dos Índios estabelecido por Marquês do Pombal para a América Portuguesa, também em decorrência da expulsão dos jesuítas de seus domínios. MAEDER, E.



que tinham em seus objetivos uma lenta dissolução da divisão em repúblicas estipulada pelas legislações indigenistas, igualando a população indígena e hispano-americana. Se, em muitos lugares, isto já era uma realidade na prática, nas missões a política jesuítica era de rigorosa restrição à entrada dos espanhóis ou demais não índios.<sup>77</sup> Neste sentido as funções espirituais passaram a ser exercidas por religiosos de outras ordens, e as funções temporais ficaram a cargos de administradores espanhóis, os dois acompanhados pelo corregedor e demais componentes do cabildo, os problemas e conflitos que surgiram destas novas configurações serão melhor analisados no próximo capítulo.

Já com relação à organização administrativa do conjunto das trinta missões também ocorreram modificações. Primeiramente, logo após a expulsão dos jesuítas, as missões foram divididas entre as do Uruguai, que incluía dez povos (os sete orientais ao rio e as três mais ao sul) e a respectiva fronteira com Portugal, sob responsabilidade de Dom Francisco Bruno de Zavala, e as do Paraná que incluía os demais vinte povos, sob a responsabilidade de Dom Juan Francisco de la Riva Herrera. No início da década de 1770 o Governador de Buenos Aires, Bucareli, foi substituído por Juan José de Vértiz. O novo Governador não estava satisfeito com a forma de atuação da administração espanhola nos 30 povos, que após alguns problemas com o Governador Interino Riva Herrera, estavam subordinados unitariamente à Zavala, então auxiliado por três tenentes governadores, responsáveis, cada um, por um grupo de povoados.<sup>78</sup>

Como mudança inicial nomeou Juan Angel Lazcano como administrador geral, sediado em Buenos Aires, para receber e vender os produtos que chegavam das missões, ficando ao seu cuidado a arrecadação de tributos. Também mandou que fosse executado um minucioso censo, nomeando o coronel Marcos Joseph de Larrazábal como responsável.<sup>79</sup> Da experiência deste censo, Larrazábal sugeriu a divisão dos povoados em cinco departamentos (*Yapeyú, San Miguel, Concepción, Candelaria e Santiago*), dirigidos cada um por um tenente, o que foi estabelecido a partir de 1774. A restrição da responsabilidade

---

*Misiones del Paraguay...Op. Cit.*, pg. 22. Para mais informações do Diretório ver: ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora UNB, 1997.

<sup>77</sup> WILDE, G. *Religión y poder... Op. Cit.* Pg. 186.

<sup>78</sup> MAEDER, Ernesto. *Op. Cit.* pg. 23 à 27.

<sup>79</sup> MARTÍN, Carmen Martinez. El padrón de Larrazábal en las misiones del Paraguay (1772). In.: *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, 2003, 29: 25-50. Pg. 36/37.

de Zavala para apenas um departamento, entre outros pontos, o levou a uma batalha judicial contra Lazcano e a nova organização até pelo menos 1784.<sup>80</sup>

Em 1784 Vértiz, então Vice-rei do Prata, cargo que assumiu com a volta de Cevallos para a Europa em 1778<sup>81</sup>, aplicou a *Real Ordenanza de Intendentes*. Esta *Ordenanza* estabelece a criação de Intendências, de modo que os Departamentos de *Yapeyú*, *San Miguel* e *Concepción* ficaram a cargo de Buenos Aires, e *Candelaria* e *Santiago* com a do Paraguai. No entanto a nova organização parece ter trazido mais confusão e disputas por jurisdição entre o Governador, Tenentes, Intendentes e o Administrador Geral das Missões.<sup>82</sup>

## 1.2 – OS INVENTÁRIOS, A ARQUITETURA E OS CABILDOS

Ao mesmo tempo em que se executou a expulsão dos jesuítas, foram realizados inventários para controlar a quantidade e as condições dos bens que deveriam permanecer nos povos. Alguns outros inventários foram feitos em ocasiões específicas de cada Departamento, como a troca do Governador ou outro cargo importante. No ano de 1783 fez-se novamente inventários para todos os trinta povos. Conforme podemos verificar nos dados organizados por Maeder, as missões mantiveram-se dinâmicas economicamente e, embora com uma tendência de queda entre 1768 e 1801, em alguns momentos apresentou aumentos na quantidade armazenada de seus diversos produtos, sendo os principais a erva-mate, o algodão e tecidos e o gado em rodeio.<sup>83</sup>

Os inventários são importantes documentos que permitem conhecer um pouco da realidade em um dado momento de cada redução, como uma fotografia. Neles constam descrições de todos os bens móveis, semoventes e imóveis que o povoado possuía, incluindo aqueles que ficavam nas estâncias. Dessas fotografias pós-jesuítas, escolhemos destacar alguns pontos que refletem a manutenção de uma simbologia construída para

---

<sup>80</sup> MAEDER, Ernesto. *Misiones del Paraguay... Op. Cit.* pg. 27 à 29.

<sup>81</sup> O Vice-reinado do Prata foi criado em 1776 quando Pedro Cevallos liderou uma expedição, vindo da Espanha, para participar da disputa fronteiriça com Portugal, que incluía a Ilha de Santa Catarina (Florianópolis), Rio Grande e a Colônia de Sacramento.

<sup>82</sup> MAEDER, Ernesto. *Misiones del Paraguay... Op. Cit.* pg. 30 à 33 e POENITZ, Edgar & POENITZ, Alfredo. *Misiones, Provincia Guaranítica: Defensa y disolución [1768-1830]*. Posadas: Universitaria, 2 ed. 1998, pg. 71 à 74.

<sup>83</sup> MAEDER, Ernesto. *Misiones del Paraguay... Op. Cit.* pg. 121 em diante.

estabelecer e fortalecer um sistema hierárquico, mas que, ainda assim, sofreram modificações e foram apropriadas pelos indígenas antes e após a expulsão dos jesuítas: a arquitetura e novas construções no espaço missioneiro; e as vestes e ornamentos que ajudam a qualificar os cabildantes e outras atividades importantes.

Ressaltamos que o nosso interesse primeiro é o período pós-jesuítico e, no que diz respeito a algumas análises acadêmicas da arquitetura, o período pós-jesuítico não é sequer considerado uma fase para analisar a evolução do plano urbanístico ou da construção da tipologia urbana missioneira, como a utilizada por Custódio<sup>84</sup>, uma vez que o plano já estava constituído. Ainda assim, cabe ressaltar que, apesar das inegáveis determinações das leis das índias, adaptadas segundo as influências europeias dos jesuítas, os indígenas tiveram importante participação na realização dos planos. É consenso nas análises recentes, que os indígenas foram fundamentais no momento da escolha dos locais para os estabelecimentos das missões, pois eram eles quem mais conheciam o território, os melhores locais de acesso a matas e a água, inclusive com locais apropriados para banharem-se, e as alterações das épocas de cheias e secas.

No tocante a organização física das construções o modelo europeu prevalece: “o povoado para ser belo, necessita corresponder a uma figura geométrica”<sup>85</sup>. Assim o modelo de uma praça central, de onde saem ruas retas, sendo que as principais formam uma cruz, é um elemento recorrente. Também se repete a formação de dois conjuntos, o primeiro fechado, formado por uma grande estrutura mais elevado em relação à praça, com a igreja, o cemitério, o claustro, o colégio - residência dos padres, a quinta, o *tambo*, o *cotiguaçu* (casa das viúvas), os depósitos e as oficinas. Esse primeiro conjunto, tinha também uma finalidade simbólica, especialmente as igrejas, uma vez que “as artes de uma maneira geral e, especialmente, a arquitetura foi de grande importância na estratégia dos jesuítas para a conversão dos indígenas. As imponentes igrejas mostravam, em toda sua opulência, a superioridade do poder espiritual sobre o poder terreno”.<sup>86</sup>

Já o segundo conjunto foi constituído pelos blocos das casas dos índios, incluindo o Cabildo, que não diferenciava das demais casas a não ser por ter o brasão real sobre a porta,

---

<sup>84</sup> CUSTÓDIO, Luiz Antônio. *A Redução de São Miguel Arcanjo... Op. Cit.*

<sup>85</sup> KERN, Arno. *Do pré-urbano ao urbano... op. Cit.* Pg. 14. Ver como exemplo a Planta de San Miguel no anexo 2.

<sup>86</sup> STELLO, Vladimir Fernando. *Além das reduções: a paisagem cultural da região missioneira*. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS – Tese, 2013. Pg. 135.

foi ordenado e simetricamente disposto em relação aos eixos principais e à igreja, mas aberto, permeável, disperso. Nesta parte a influência indígena apareceu nas casas, grudadas umas nas outras, que formavam fileiras similares às antigas habitações coletivas guaranis, mas com o passar do tempo, foram ganhando divisões para que cada família monogâmica tivesse o seu espaço. Viñuales vai mais longe ao sugerir que o entorno da praça e do primeiro conjunto formava uma gradual relação entre o centro urbano e a natureza local, tão presente no modo de vida guarani:

*estas reducciones no iban a seguir las ideas de la traza urbana hispana ni tampoco la conformación de las viejas aldeas guaraníes. Lo que sí se iba a recoger de ellas era la graduación entre el propio centro urbano y el bosque, que se iba a dar a través de una serie de zonas intermedias que no llevaran a un corte entre ambos extremos, tal como era natural para el indígena, tan acostumbrado a dialogar con la naturaleza y el ambiente en el que desarrollaba su vida<sup>87</sup>*

Uma descrição da época pós-jesuítica foi a de Francisco Zavala<sup>88</sup> que, em 1784, falava sobre a organização espacial dos povos. Segundo ele, cada cacicado vivia em um galpão ou fila de casas de igual medida ou proporções, os galpões formavam as ruas e a praça, e eram divididos em pequenos aposentos que ocupavam cada família. Ainda segundo Zavala, todas as casas eram muito parecidas e conhecer um povo era quase o mesmo que conhecer todos, a diferença entre os povos era que em alguns, os galpões eram de pedra e nos outros de madeira, e somente o Povo de *Trinidad* tinha arcos nos corredores da praça. Para ele, o melhor dos povos eram as igrejas e casas principais, onde também ficavam as oficinas.

No entanto, é necessário ter cuidado para não seguir totalmente a ideia de que todas as reduções são iguais – “quem viu uma já viu todas” – que não é mais aceita, visto as diferenças de materiais, as adaptações ao relevo (como no caso de *San Juan*), as praças com arcos (*Trinidad*), as igrejas monumentais (*San Miguel* e *Trinidad*), entre outros aspectos, revelam as diferenças nas análises mais detalhadas. Tal ideia reproduz uma imagem de homogeneidade entre as pessoas e os povoados guaranis, que a historiografia recente cada vez desconstrói com mais argumentos.

Passado esta rápida apresentação, sobre algumas características gerais da

---

<sup>87</sup> VIÑUALES, Graciela María. *Misiones jesuíticas de guaraníes (Argentina, Paraguay, Brasil)*. APUNTES, vol 20, nº 1, disponível em ” <http://www.scielo.org.co/pdf/apun/v20n1/v20n1a07.pdf>. Pg. 117.

<sup>88</sup> ZAVALA, Francisco Bruno de. *Carta para o Governador Francisco de Paula Sanz*. Buenos Aires, 28/08/1784. AGN IX, 22.2.7.

arquitetura, reiteramos, dentro da lógica desta pesquisa, a dinâmica nas reduções após os jesuítas, ponto também abordado por Maeder e Levinton. Para Maeder<sup>89</sup>, que consultou diversos inventários, complementados por relatórios e relatos de visitantes, é inegável que ocorreu uma forte deterioração do que já estava construído, especialmente das igrejas de *Trinidad*, *San Miguel*, *Yapeyú* e *San Javier*, além da não conclusão das igrejas de *Santa María la Mayor*, de *San Cosme* e *Jesús*. Segundo o autor, tal deterioração contrasta com o interesse em melhorar as casas de cabildo de *San Carlos*, *San Miguel* e *San Nicolás*.

Por sua vez Levinton<sup>90</sup>, também usando os inventários e relatos de administradores, e sem negar os problemas de manutenção, destaca as mudanças qualitativas no uso dos edifícios, analisando mais detidamente os casos de *Santo Tomé*, *La Cruz* e *Yapeyú*. De modo geral, o autor identifica o fato dos Colégios passarem a servir de residência para os Tenentes Governadores, Curas, Professores, Sangradores e Administradores. Além disso, identificou que o Cabildo passou a ter mais predominância e as casas dos corregedores melhor localização e tamanho. Também aponta a existência de construções novas, como as escolas de espanhol fora dos Colégios, as oficinas de tecidos fora do “primeiro conjunto” por necessitarem um espaço maior com o aumento da produção voltada para o comércio, e os hospitais, que com a descoberta de técnicas para o tratamento da varíola puderam ser construídos dentro dos núcleos urbanos, além das construções de defesa e de alojamento para os soldados, principalmente nos povos ocidentais depois de 1801.

Neste sentido, as observações dos autores, de que os prédios dos Cabildos foram remodelados, parece materializar a perspectiva deste trabalho que pretende ressaltar a importância dos integrantes do Cabildo nas administrações dos seus povoados. No entanto, a busca pela manutenção das construções não se deu somente no sentido do benefício pessoal dos cabildantes e corregedor. Se Maeder fala na deterioração das construções ao longo do período pós-jesuíticos, não foi pelo fato dos indígenas não se importarem com elas. Pelo contrário, de acordo com as observações feitas por Jean Baptista, “enquanto o mutirão indica um determinado vínculo familiar entre nativos e jesuítas, o material empregado nas igrejas remete ao caráter sagrado atribuído as mesmas”. Referindo-se a

---

<sup>89</sup> MAEDER, E. *Misiones del...* Op. Cit. Pg. 185 em diante.

<sup>90</sup> LEVINTON, N. Un aporte para la datación cronológica de las ruinas de las Misiones Jesuíticas: la distinción de los aglomerantes y la presencia de edificios pos-jesuíticos en Yapeyú, La Cruz y Santo Tomé. In.: COLVERO, R. & MAURER, R. (org.). *Missões em Mosaico – Da interpretação à prática: um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Faith, 2011.

mobilização de milhares de índios para trabalho coletivo na obra e a união da simbologia cristã e guarani, com uso de madeiras de “árvores com alma” – *yvyra ñee’ery* - como cedros com mais de vinte metros de altura, que, por vezes, era adornadas e recebidas com festa na construção.<sup>91</sup> Vejamos alguns casos de mobilização indígena pela manutenção das igrejas:

Primeiro podemos analisar o próprio caso da igreja de *San Miguel*. Ainda durante o período jesuítico no contexto das demarcações do Tratado de Madri e da possibilidade dos miguelistas terem que abandonar seu povo, em 1753, o cabildo escreveu para o comissário Dom Juan de Echavarría uma resposta afirmando seu pertencimento aquele lugar e suas ligações com aquelas construções. Tal resposta foi escrita em guarani e traduzida pelo padre Matías Estrobel. No trecho a seguir os guaranis ressaltam os frutos do seu trabalho:

*Nuestro Santo Rey no sabe (certamente lo que) es nuestro pueblo, ni lo mucho que nos há costado. Mirad, Señor: más de 100 años hemos trabajado nosotros, nuestros padres y nuestros abuelos para edificarlo, y ponerlo en el estado que al presente tiene, habiendo todos tolerado con incessante tesón por tan dilatado tempo increíbles fatigas hasta derramar nuestra sangre para concluirlo y perfeccionarlo. La Iglesia está fabricada de piedra de sillería, consta el Pueblo de 72 grandes hileras de casas...*<sup>92</sup>

Passado alguns anos, logo após a expulsão, mas ainda antes que as novas administrações estivessem consolidadas, já há relatos de reformas na igreja. Primeiro, em 1769, Zavala avisa das obras para troca do telhado. No ano seguinte, Zavala volta a comentar que a igreja já esta com o telhado renovado, embora o restante do povo esteja precisando de reparos.<sup>93</sup> Infelizmente a igreja foi incendiada por um raio em 1789, no entanto, a resposta do povoado foi uma grande mobilização para a recomposição do edifício, que inclui a compra

---

<sup>91</sup> BAPTISTA, Jean. Igrejas, capelas e Opy: as áreas de reza das lideranças missionais. In.: *XXIV Simpósio Nacional de História* – São Leopoldo: S.T. Os Índios na História: Fontes e Problemas [texto apresentado], 2007. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/ST07Jean.pdf>. Pág. 3. Dentre a documentação que consultamos, nenhuma atribuí um caráter sagrado as igrejas, em um sentido não cristão, no entanto é interessante notar que parcialidades mbyá-guarani atuais reivindicam as ruínas das igrejas como Tava Miri, ou “morada dos deuses”. SOUZA & MORINICO. Fantasmas das brenhas ressurgem nas ruínas: mbyá-guaranis relatam sua versão sobre as Missões e depois dela. In.: KERN, SANTOS & GOLIN. *Povos Indígenas...Op.cit.*

<sup>92</sup> MELIÀ, Bartomeu. Escritos guaraníes como fuentes documentales de la historia paraguaya. In.: *Nuevo Mundo Mundo Nuevos* [Online], 2006. Neste artigo Melià publica e comenta trechos de correspondência escritas por lideranças guaranis entre o final do século XVIII e início do XIX. Esta Carta ele não teve acesso ao original, reproduzindo a inédita *Relación de lo que la Compañía de Jesús há hecho y padecido en el Paraguay em cumplimiento de las órdenes de su Majestad* escrita pelo padre Juan de Escandón.

<sup>93</sup> Zavala, Francisco Bruno de. *Correspondencias para o Governador Francisco de Paula Bucareli y Ursua*. 1769 e 1770. AGN IX.18.5.1.

de 5.000 *fanegas* de cal (aproximadamente 180.300 kg).<sup>94</sup>

Dentre os povos que Maeder aponta com igrejas incompletas, conseguimos informações adicionais de *Santa María la Mayor* e *San Cosme*. De *Santa María la Mayor*, temos uma carta de 1785 do administrador Carlos Ruano na qual informou ter solicitado índios para a reforma<sup>95</sup>. Entretanto, no inventário do povo de 1791 não é possível saber se a igreja continuava inconclusa, uma vez que a descrição diz que a igreja “*esta en mediano estado*”, seguido da sacristia que esta precisando de um teto novo urgente e do outro lado um galpão com teto e cercado de pedras. Além disso, descreveu “*os casarios*” que eram nove filas de quartos com 68 “*viviendas*”. Assinam o inventário, além do administrador e do visitador, ambos espanhóis, os índios corregedor Dom Luis Acaraoba e cabildantes Vicente Aybi, Hilario [T]acare, Theodoro Cañobay, Francisco Chemenbe e Policarpo Acaraoba, secretário.<sup>96</sup>

Já em janeiro de 1785 no povoado de *San Cosme*, temos uma situação ainda mais interessante. O corregedor e cacique principal Dom Cristoval Zambora reúne sete outros caciques, alguns também cabildantes, mais o escrivão maior Gregorio Arobi e encaminharam um memorial diretamente para o “*Señor Vi Rey*”. A principal queixa dos missionários foi pela não conclusão da igreja que havia começado a ser construída ainda na época dos jesuítas<sup>97</sup>. Maeder escreve que a igreja de *San Cosme* estava “*con muros levantados hasta una vara sobre los cimientos*”<sup>98</sup> e que o principal problema para a conclusão era a falta de um “*maestro*” capacitado. Por um longo período o povo compartilhou a igreja com *Candelaria*<sup>99</sup>, o que certamente causava um incômodo para a localidade.

Por sua vez, o Governador de Departamento Gonzalo de Doblaz manifestou, em 1786, sua grande preocupação com a igreja de *Mártires*. Informou que foi ao povoado

---

<sup>94</sup> MAEDER. *Misiones del ...op.cit.* pg. 186, fala sobre o raio e LEVINTON. *Un aporte... op.cit.* pg. 176, analisa a compra de cal. Levinton faz ainda importantes reflexões sobre a introdução e o uso de cal nas reduções que possibilitaram grandes avanços arquitetônicos, inclusive a construção de igrejas maiores como a de *San Miguel* e a de *Trinidad*.

<sup>95</sup> RUANO, Carlos. *Correspondencia para Don Francisco de Paula Sanz*. Santa María la Mayor, 12/07/1785. AGN IX.27.1.1.

<sup>96</sup> SANTA MARÍA LA MAYOR. *Cópia do inventário realizado em 1791*. AGN IX.27.1.1.

<sup>97</sup> SAN COSME. *Memorial do Corregedor, Cabildo e Caciques para o Vice-rei*.1985. AGN. Sala IX 17/7/2.

<sup>98</sup> MAEDER, Ernesto. *Misiones del Paraguay... Op. Cit.* Pg. 185/186

<sup>99</sup> SANTOS, Maria C. & BAPTISTA, Jean T.. Reduções jesuíticas e povoados de índios: controvérsias sobre a população indígena (séc. XVII-XVIII). In.: *História São Leopoldo: Unisinos*, 2007 (240-251). Pg. 243.

acompanhado pelo espanhol Francisco Pelayo, “bastante inteligente” em carpintaria e alvenaria e que havia alguns meses trabalhava neste ofício em *Concepción*, lá verificaram sérios problemas no telhado, que foram sanados de forma provisória. Propôs que o espanhol passasse a trabalhar em *Mártires* devido à urgência da obra, e citou as várias coisas que deveriam ser feitas na igreja, incluindo o uso do cal, a exemplo do que vinha sendo feito em *Concepción*. Afirmou ainda que o mesmo deveria ser feito em todas as igrejas das missões sob o risco de não ser longa a duração de todas elas. Sobre *Mártires*, alegou que era uma das missões mais atrasadas. Cabe ressaltar que o Corregedor Simeon Coé, o Secretário do cabildo Eusébio Quarara e o Administrador do povo, desde 1785 passaram a mandar correspondência para Doblas pedindo a reforma da igreja, informando os problemas financeiros do povo, inclusive apresentando dados das contas e inventários.<sup>100</sup>

Para concluir esta sessão, propomos relacionar estes esforços para a manutenção das igrejas com a negligência na manutenção dos conjuntos de moradia. No inventário de *Mártires* de 1773, foram citadas 30 quadras de casas, sendo que uma estava caída. Em *Santa María la Mayor*, no ano de 1791, das 10 fileiras de casas, 5 estavam ameaçando ruir e uma estava “arruinada”, já em 1796, eram 7 as fileiras com problemas<sup>101</sup>. Maeder cita também o caso de *Santo Angel* em 1788, onde, das 68 filas de casas, somente 17 estavam em pé. Por outro lado, o autor aponta que parte destas casas foi substituída por ranchos de palha que, sem maior organização, encontravam-se ao redor do núcleo urbano, ou ainda, duas ou três famílias passavam a dividir uma mesma casa.<sup>102</sup>

Pensando nos termos anteriormente citados sobre a organização espacial, podemos imaginar que alguns guaranis podiam preferir morar nos ranchos a morar nas fileiras de casas<sup>103</sup>. Mais perto da mata e da natureza do que da “cidade das letras”, ou mesmo dos núcleos urbanos. Como veremos a seguir ao tratar dos censos, uma parcela grande dos indígenas não estava nas suas povoações de origem, e a mobilidade era um fator importante do modo de vida indígena. Possivelmente havia uma diferença na forma de almejar uma

---

<sup>100</sup> DOBLAS, Gonzalo. *Carta enviada para Francisco de Paula Sanz, referentes ao pedido do Corregedor, Cabildo e Administrador de Mártires de reforma da igreja*. Concepción, 15/02/1786. AGN IX.18.3.5.

<sup>101</sup> MÁRTIRES. *Inventário de 1773*. AGN IX 22.2.7. SANTA MARÍA LA MAYOR. *Inventários de 1791 e 1796*. AGN IX 27.1.1.

<sup>102</sup> MAEDER, E. *Misiones del paraguay...op.cit.* pg. 179 e 187.

<sup>103</sup> Para refletir sobre a preferéncia dos Mbya-Guarani atuais por suas moradias “tradicionais”, melhor adaptadas aos seus mitos e crenças do cotidiano, incluindo o uso rotineiro do fogo em seu interior ver: ZANIN, Nauíra. Aspectos simbólico-culturais e continuidade das construções Mbyá-Guarani. IN.: SILVA, PENNA & CARNEIRO. *RS Índio: cartografias sobre a produção do conhecimento*. PoA: EDIPUCRS, 2009.



moradia entre aqueles que executavam trabalhos burocráticos, nas oficinas ou nos armazéns, e aqueles que iam para fora dos núcleos urbanos para trabalhos nas estâncias, ou estavam refugiados provenientes de outros povos.

### **Ornamentos e indumentárias nas igrejas e cabildos**

Além da questão arquitetônica, outro ponto que esta pesquisa destaca, entre os dados presentes nos inventários, são os ornamentos e indumentárias das igrejas e aqueles utilizados pelo cabildo. Estes bens eram inventariados e muitas vezes lhes era atribuído um valor monetários, embora não estivessem disponíveis para comércio, uma vez que suas principais funções eram simbólicas e rituais, e tinham grande importância para os indígenas.

O Governador Francisco Bucarelli y Ursua, entre 1769 e 1770, já havia percebido o cuidado que deveriam ter com os ornamentos da igreja. Logo da expulsão dos jesuítas, uma série de bens vinculados a eles foi confiscada com o intuito de ser vendida para pagar os custos da nova administração. No entanto, o governador foi taxativo em recomendar que *“no se haga novedad en el destino de los ornamentos y vasos sagrados”* e

*qualesquer destino que se intente a estas alhajas que no sea el servicio de la misma Iglesia a que corresponde puede ocasionar una ruidosa alboracion en los Indios: Este adorno de las Iglesias no es lo que menos contribuye a mantenerlos en los Pueblos: tampoco faltan muchos Indios que lo conceptuen (y efectivamente es asi) precedido de su trabajo, y vienes, y asi impresionados, sera consiguientemente muy arriesgado qualquier otro destino que les prive delas<sup>104</sup>*

Mais uma vez, transparece a preocupação indígena com os frutos do seu trabalho, a manutenção dos bens podia significar inclusive continuidade dos índios no povoado.

Dentre os ornamentos das igrejas a estatuária é, possivelmente, a que recebe mais estudos contemporâneos, principalmente no que diz respeito às peças remanescentes, a influência dos professores jesuítas e do estilo barroco, e as análises da importância que a produção das imagens sacras teve na tentativa de conversão dos indígenas ao cristianismo. Para Jacqueline Ahlert o “estilo de arte missionário” foi resultado da “intervenção estética indígena” e, também, da sua cosmovisão. Além disso, destaca o conhecimento dos corantes vegetais que só os índios possuíam, e o importante significado que as peças tinham para

---

<sup>104</sup> BUCARELLI y URSUA, Francisco. *Correspondencia para Conde de Aranda*. Buenos Aires, 10/02/1770. ANCh. Archivo de Jesuitas, Volume 144.

grande parte dos guaranis, que ia da adoração à idolatria, mesmo no período pós-jesuítico. Para ilustrar a continuidade da devoção neste período, a autora apresenta trecho de um relato do militar Felix de Azara no qual ele descreve a ida ao trabalho de um grupo de índios levando uma imagem e cantado até o momento da volta.<sup>105</sup>

É consenso que havia uma grande quantidade de imagens em todas as reduções, segundo os números dos inventários de 1768, foram registradas 1.546 escultura nos Trinta Povos<sup>106</sup>. Ainda assim, acredita-se que este número seja subestimado, e que cada igreja deveria ter em torno de cem imagens, sem contar aquelas que estariam nas capelas das estâncias e nas residências indígenas. Alguns guaranis produziam estatuetas em casa, mas as das igrejas, e de melhor qualidade, eram feitas nas oficinas especializadas. No geral as peças tinham autoria anônima, já que os jesuítas estimavam ressaltar mais o Santo do que o artista, ainda assim, Claudete Boff destaca que é possível conhecer alguns artesãos indígenas importantes, quando aparecem citados nos inventários como responsáveis pela oficina de carpintaria, no caso de *Santo Angel* temos Bernardino Tayuaré, Basílio Parapoti e Félix Guiray<sup>107</sup>. Seguindo este exemplo, para os inventários de 1768, podemos citar também o carpinteiro Angelo Taracui de *San Nicolás*.<sup>108</sup>

Estes carpinteiros foram os principais responsáveis pela continuidade na produção de estátuas no período pós-jesuítico. Os artesãos espanhóis eram contratados para finalidades específicas e não orientaram os indígenas nesta arte, tampouco entre os novos religiosos franciscanos, beneditinos ou mercedários foi destacado algum professor, ainda que alguns estudos sugiram que aconteceram modificações nas representações iconográficas influenciadas pelos novos religiosos. Por exemplo, teria ocorrido um acréscimo nas imagens de Santo Antonio e da Virgem de Itatí, por estarem mais ligadas ao santuário franciscano<sup>109</sup>. Em *San Luis*, já no ano de 1794, no inventário constam os bens do povoado relacionados com o maestro escultor, não identificado, entre eles está um São

---

<sup>105</sup> AHLERT, Jacqueline. Remanescentes missioneiros na estatuária. In.: KERN, A; SANTOS, M.C. & GOLIN, T (org.). *História Geral do Rio Grande...op. cit.* Pg. 285 a 288.

<sup>106</sup> *Ibidem*, pg. 289.

<sup>107</sup> BOFF, Claudete. A produção artística da Redução de San Angel. In.: COLVERO & MAURER. *Missões em mosaico... op. Cit.* Pg. 244.

<sup>108</sup> SAN NICOLÁS. *Inventário realizado em 1768*. ANCh. Archivo de Jesuitas, Volume 140.

<sup>109</sup> BRACCO, CURBELO & FERRARI. Presencia Misionera en Uruguay. In.: MAPI. *Maderas que hablan guaraní*. MAPI: Montevideo, 2007. Pg. 42.

Francisco Xavier e um Santo Ignacio<sup>110</sup>. Ainda assim, sabe-se que o número de estátuas teve uma queda ao longo dos anos, principalmente por causa de furtos dos forasteiros e dos próprios indígenas que saíam das reduções. Poucos registros existem das saídas de esculturas dos povos. A título de curiosidade podemos citar o caso de uma imagem da Virgem Imaculada, que teria sido dada a filha do Vice-rei Juan Vertiz y Salcedo por ocasião dos seus 15 anos e enviada a Maldonado no Uruguay, onde a menina residia.<sup>111</sup>

Outro fato curioso é a missão secreta do alferes de Dragão Dom Fernando Navarro, no outono de 1772. Ele, que estava nas missões, foi enviado para Corrientes com uma tarefa fictícia de procurar índios fugidos dos povos, no entanto, ele deveria encontrar mesmo era Joaquim Garcia. Garcia foi enviado para ser administrador no Departamento de *San Miguel*, passou por alguns povos e criou inimizade com Zavala quando quis forçar sua nomeação para *San Nicolás*, que já tinha administrador. Diante da recusa de Zavala, pediu uma autorização para ir a Corrientes, onde acabou ficando, alegando estar doente. Neste período, foi denunciado que uma estátua feita de ouro teria sido roubada em *San Juan*, e Garcia passou a ser o principal suspeito. Não foi possível localizar muitas informações do caso, uma carta de Zavala sugere que Joaquim Garcia foi localizado, entretanto a estátua não seria de ouro, mas dourada não cabendo maiores consequências, não fica claro se a estátua voltou para o povo.<sup>112</sup>

Além da estatutária outros bens de importante simbolismo para os indígenas eram as vestimentas e ornamentos dos cabildantes. Os cabildos eram organizações políticas institucionais que existiram em todos os territórios da coroa espanhola. Normalmente, nos “*pueblos de índios*” o cabildo era composto exclusivamente por indígenas. No caso das Missões Guaraní-jesuíticas do Paraguai elas já estavam em atividade desde, pelo menos, o início do século XVII e perduraram depois da expulsão dos jesuítas. Em 1784, o Governador Zavala<sup>113</sup> informa a composição padrão do cabildo: cada povo tem um corregedor, e um tenente corregedor, mais o cabildo que é composto por alcaides de 1º e 2º voto, um ou dois alcaides de irmandade, um aguazil maior, quadro regedores, procurador,

---

<sup>110</sup> SAN LUIS. *Inventário realizado em 1794*. AGN IX.3.6.4.

<sup>111</sup> A imagem encontra-se reproduzida no anexo 3. MAPI. *Uruguay em Guaraní: presença indígena missioneira*. MAPI: Montevideo, 2014.

<sup>112</sup> GOBIERNO Misiones. *Documentos diversos*. 1772. AGN IX.22.2.7.

<sup>113</sup> ZAVALA, Francisco Bruno de. *Carta para o Governador Francisco de Paula Sanz*. Buenos Aires, 28 de Agosto de 1784. AGN IX, 22.2.7

*mayordomo* e secretário. Segundo ele o cabildo era eleito anualmente e confirmado pelo governador.

Estas funções, obviamente, não faziam parte da divisão de tarefas tradicional dos guaranis, no entanto, índios e jesuítas fizeram questão de criar termos na língua guarani para elas. Assim o corregedor também era chamado de *poroquaitara*; os alcaides de *ibirayaruçu*, os regedores de *cabildoiguara*, os alguazis de *ibirayara*, os secretários de *quatiaapohara*, e os alferes reais de *aobebé rerequara*<sup>114</sup>. Mais detalhes das funções de cada cabildante podem ser encontradas no anexo 4.

Segundo Wilde, a formação e outorgação dos cargos foram fundamentais para impor uma ideia de hierarquia, baseada em instituições estáveis e centralizadas, que produziu mutações nas tradicionais formas de exercer poder nestas sociedades. Deste modo a ritualística para a entrega do bastão ao corregedor, regedores, alcaides e alguazil (o termo *ibira*, na tradução ao guarani das duas últimas funções, pode ser traduzido por “bastão”), o porte de espada, pistola e mesmo as vestimentas deveriam significar importante simbologia nestes povos marcados por festas e rituais. Alguns cargos militares e as crianças da igreja, também tinham roupas especiais.<sup>115</sup>

Assim, através dos inventários podemos imaginar a cena dos cabildantes indígenas devidamente vestidos com seus “trajes de gala” nos dias de festa. Para alguns é possível identificar o cargo que a roupa é atribuída, para poucos é possível até nomear o usuário da vez. Entre os vários inventários realizados em 1768, por exemplo, podemos visualizar o corregedor de *Apóstoles* vestindo *casaca y calzon* de pano vermelho, ou os alcaides, entre eles Basílio Mbavata, de *casaca y calzon* de seda azul, ou ainda o alguazil de casaca verde e calça *colorada*. Assim como, para o caso de *Jesús*, temos detalhes dos adereços do Alferes real e seu cavalo: casaco com bordado de ouro, cela, tecido de veludo com bordado de prata, com fivelas e estribos também de prata. Baseado nos inventários, entre os cabildantes, o alferes real parece ser o personagem com o conjunto de roupas e ornamentos mais singular, em quase todos os livros tem algum adereço descrito com a indicação de pertencer a ele, o que não ocorre com os outros. Em *Yapeyú* são vários itens relacionados

---

<sup>114</sup> “Na língua guarani, o Corregedor era denominado *Poroquaitara* (o que dá ordens), os Regedores eram os *Cabildoiguara* (pertencentes ao cabildo), o Alcaide era o *Ibirayaruzú* (o que leva o bastão), o Escrivão ou Secretário denominava-se *Quatiaapohara* (o que escreve)...” KERN. *Missões: uma utopia...* op.cit. pg. 46. Ver também NEUMANN. *Práticas letradas Guarani...* op.cit. pg. 66.

<sup>115</sup> WILDE, G. *Religión y Poder...* op.cit. pg. 74/75.

ao *Aobebé Rerequara*: uma casaca de pano fino azul com “*galon ancho de plata*” e seus botões; um par de esporas de prata com suas fivelas, um “*espadin*” com cabo de prata, estribos para as selas; sapatos de *cordovan* com fivelas de ferro; uma bandeira de damasco *colorado* com sua cinta. Para *San Nicolás* é possível identificar o alferes real em 1768, seu nome é Joseph Mariano Mayra. Este inventário é peculiar porque vários itens são descritos, no primeiro momento, em guarani, mesclando com termos em espanhol, e depois a lista é reescrita totalmente em espanhol. Assim “*siete casacas paño pita y nima ete baé*” é depois relacionado como “*siete casacas de paño colorado viejas*” e “*ocho aobebé miri*” como “*ocho vanderitas hechas de pañuelos*”, com indicação do alferes aparece somente “*un lomi alferes rehegua*”<sup>116</sup>. Passados vários anos a situação se repete. Por exemplo, em 1791 para *Santa María la Mayor*, que dentre as roupas, sombreros e capas, tem uma espada com guarnição de prata para o alferes real, além de dois bastões com punho de prata para o corregedor e seu tenente, e em 1794 para *San Luis*, onde esta inventariado um par de pistolas para a sela do alferes real.<sup>117</sup>

### 1.3 – PADRON DE INDIOS: AFINAL QUEM PAGA OS TRIBUTOS?

Além dos bens e produtos, outra informação que a Coroa tinha um grande interesse em ter atualizada era o do número de pessoas que habitavam nos povos e, especialmente, o número de pessoas que deveriam pagar tributos. Com este intuito, eram feitos periodicamente censos que serviam como base para estipular a tributação devida por cada localidade. Muitos estudos demográficos foram feitos a partir destes dados, vamos aproveitar parte destes estudos e algumas fontes primárias para discutir a dinâmica populacional, os cacicados e algumas de suas características.

Dentre os documentos que consultamos no AGN-BA está um caderno de instruções sobre como proceder nestas revistas, emitido no ano de 1784. Entre as orientações está a sugestão de que fosse feita uma visita a cada cinco anos. Outras discorrem sobre as pessoas responsáveis pelo procedimento, destas, uma observação chama atenção em função do

---

<sup>116</sup> APÓSTOLES; JESÚS, YAPEYÚ & SAN NICOLÁS. Inventários realizados em 1768. ANCh. Archivo de Jesuitas, Volume 140.

<sup>117</sup> SANTA MARÍA LA MAYOR. *Inventário de 1791*. AGN IX.27.1.1; SAN LUIS. *Inventário de 1794*. AGN IX.3.6.4.

papel dado para os índios no processo, no caso o de intérprete, que convinha não fosse da mesma jurisdição, para evitar o risco que “*sea coludido con los caciques, y demas Naturales del Pueblo*”<sup>118</sup>. Em relação a organização das informações são muitas as especificações: para que constasse as idades de todos, se são casados, tem filhos, especialmente os tributários, que deveriam ainda, ter descrita sua atividade quando fossem mestres em algum ofício. Dentre os não tributáveis, estavam os caciques, seus dois filhos mais velhos, os menores de 18 anos e os acima de 50, além de todas as mulheres e aqueles que exerciam alguns cargos no cabildo e na assistência a igreja. Dentre as mulheres foi convencionado que passavam de “*niñas*” para “*solteras*” aos treze anos de idade. Segundo Maeder, as instruções de Bucarelli em 1768 e 1770 já tinham uma formatação similar.<sup>119</sup>

Os censos são apresentados a partir dos cacicados, um de cada vez. Começa com os dados do cacique, depois sua esposa e filhos quando houver. Desta forma ele acaba seguindo a organização geográfica do povo. Como explicou Zavala, cada cacicado vivia em um galpão ou fila de casas, de igual medida ou proporções que formavam as ruas e a praça, e eram divididos em pequenos aposentos que ocupavam cada família. Segundo o Governador, quando se perguntava a um cacique quantas *Mboyas* tinha, informava o número de aposentos ou galpões que as pessoas do seu cacicado ocupavam.<sup>120</sup>

Ainda que a Coroa espanhola tivesse grande interesse nos censos, o primeiro só foi ser realizado por Larrazabal em 1772, já na gestão de Juan José de Vértiz como Governador de Buenos Aires. Gaspar de la Plaza chegou a justificar o atraso na realização dos censos devido a epidemia que atingiu o departamento de *San Miguel* no início da década de 1770, na qual *San Miguel* e *Santo Angel* foram as mais atingidas<sup>121</sup>. Carmen Martín analisa detidamente os dados para 1772 dando especial destaque aos povos de *San Ignacio Guazú*, *Itapua*, *Candelaria* e *San Miguel*. Dentre os dados organizados pela autora esta a população total de 80.881 indígenas, sendo 41.194 mulheres (51%), e 39.687 homens, destes 22.102 não contabilizados para a cobrança de tributos. Os 17.585 homens tributários correspondem

---

<sup>118</sup> ESCOBEDO Y ALARCON, Superintendente General de Real Hacienda del Vireynato de Lima Don Jorge. *Instruccion de revisitas o matriculas*. Lima, 16/10/1784. Reimpresso en Buenos Aires: 1802. AGN IX.10.7.4.

<sup>119</sup> MAEDER, E. *Misiones del Paraguay...op.cit.* pg.50. Para orientações anteriores à expulsão dos jesuítas ver MARTIN, C. M. . El padrón de Larrazábal... *op.cit.* pg. 30.

<sup>120</sup> ZAVALA, Francisco Bruno de. *Carta para o Governador Francisco de Paula Sanz*. Buenos Aires, 28/08/1784. AGN IX, 22.2.7

<sup>121</sup> PLAZA, Gaspar de la. *Correspondencia para o Governador Bucareli*. San Nicolas, 02/08/1770. AGN IX.18.5.1.

a 21,7% da população total. Focando nos quatro povos escolhidos, a autora mostra também que os casais com até um filho vivo são mais de 50% em todos os casos. Ainda com base nestes povos, identifica que a população masculina era jovem, mais da metade com menos de 23 anos, e a maioria entre os fugitivos, (independente de serem solteiros, casados ou viúvos).<sup>122</sup>

Maeder por sua vez, compara os diversos censos realizados depois da expulsão dos jesuítas. Para os trinta povos foi possível encontrar dados para 1768, 1772, 1783, 1793 e 1801, para alguns povos existem também censos em 1797, 1798, 1799, 1802 e 1803. A população total decaiu de 88.828 em 1768 para 45.639 em 1801, afetando todos os departamentos, especialmente entre 1768 e 1783, e entre 1793 e 1801, com exceção do Departamento de *Candelaria* para o último período. Segundo o autor, vários fatores atuaram para este declínio: baixo índice de natalidade, alta mortalidade, especialmente devido a epidemias de varíola, e principalmente às fugas. Em números gerais a população feminina é quase sempre maior (variando de 73 a 95 homens para cada 100 mulheres), chegando mais próximo do equilíbrio entre os mais jovens, e os homens eram a maioria dos fugitivos.<sup>123</sup>

Neste sentido, Jackson analisa dados complementares ao de Maeder, como registros de batismos e enterros, para verificar melhor os saldos vegetativos (natalidade menos mortalidade) e, sem negar o efeito nefasto das epidemias, propõe que na época jesuítica elas chegaram a ter momentos mais devastadores, salvo poucas exceções como a epidemia do início dos anos 1770 em *Yapeyú*. Para ele, as epidemias eram combatidas com seriedade pela nova administração, inclusive com a introdução de novos métodos como a inoculação do vírus. Assim, mesmo impactados, os povos seriam viáveis não fosse a emigração. Os que mais fugiam eram os homens jovens, analisando os dados de dez povos para 1799 chegou a índices entre 61 a 78% dos ausentes do sexo masculino, incluindo caciques.<sup>124</sup>

Com outro olhar sobre os censos, Wilde verifica que mesmo com o número de pessoas diminuindo o número de cacicados fica relativamente estável. O autor sugere que os cacicados continuam sendo o elemento organizador da política e da economia missional

---

<sup>122</sup> MARTIN, C. M. . El padrón de Larrazábal... *op.cit.* pg. 46.

<sup>123</sup> MAEDER, E. *Misiones del Paraguay...op.cit.* especialmente pg.53 em diante.

<sup>124</sup> JACKSON, Robert H. The post-jesuit expulsion population of the Paraguay missions, 1768-1803. *In.: Revista de História Regional*. Editora UEPG, Volume 13, nº02, Ponta Grossa (PR) Inverno 2008, disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/issue/view/221/showToc>.

e assim seguem existindo mesmo que tenham poucas pessoas. O etno-historiador sugere ainda, que falta uma análise dos censos capaz de ajudar de forma significativa, entender as dinâmicas dos cacicados ao longo do tempo. Acrescentamos que esta análise cruzada com os dados dos índios pertencentes aos cabildos poderia incrementar o entendimento das dinâmicas das duas instituições.<sup>125</sup>

Para exemplificar as inúmeras possibilidades das dinâmicas dos cacicados apresentamos três casos do povo de *Santo Angel*, auferidos a partir do material manuscrito consultado para esta pesquisa, que são os censos de 1772, um resumo com cometários sobre o censo de 1783 e o censo de 1801, específico deste local<sup>126</sup>. O primeiro caso é do cacicado Guarasipucu, seu cacique, Dom Miguel Guarisipucu, também foi o corregedor do povo em 1772, data que estava com 48 anos, casado com Dona Andrea e com um filho chamado Dom Pedro Paulo. Para 1783 temos somente o nome do cacicado, Guarisipucu, um dos maiores do povoado, e a idade do cacique 59 anos, o que indica que era o mesmo de 1772. Já para 1801 não aparecem Dom Miguel e Dona Andrea, mas o cacique era Dom Pedro Pablo Guarasipucu, 21 anos, casado com Dona Maria Ibatí e tendo como filhas Manoela e Vitoria. Ainda que a idade de Pedro Paulo não corresponda entre 1772 e 1801, acredito que este é um caso simples de passagem do cacicado de pai para filho, uma vez que, erros de idade ocorrem com certa frequência (como será comentado a seguir).

O segundo caso é o do cacicado Neesa, o primeiro arrolado nas três relações citadas acima. Em 1772, o cacique era Dom Ignacio Neesa, de 42 anos, casado com Dona Barbara sem filhos. Enquanto que seu irmão, também qualificado com o título de “*Don*”, Santiago Neesa tem 36 anos, era casado com Dona Maria Magdalena e tem um filho chamado Estevan de 1 ano, note-se que o filho não foi qualificado com “*Don*”. Em 1783, o cacicado Neesa era o maior do povo, com 99 tributários, o cacique, com 52 anos, deveria ser o mesmo. Já em 1801, o cacique era Dom Estevan Neesa, 31 anos, casado com Dona Maria Concepcion Mborehay e com duas filhas. Assim Estevan, que não herdou o título de “*Don*” do pai, por não ser filho de cacique, mas sobrinho, acabou assumindo o posto.

Para completar os exemplos, apresentamos o peculiar caso do cacicado Chebi. Comandado pelo cacique Dom Reymundo Chebi, em 1772, tinha 51 anos era casado com

---

<sup>125</sup> WILDE, G. *Religión y Poder...op.cit.* pg. 131, ver também nota na pg. 407.

<sup>126</sup> SANTO ANGEL. *Padron del Pueblo 1772*. AGN IX.18.8.5; SANTO ANGEL. *Estatísticas dos censos de 1783*. AGN IX.10.7.4.SANTO ANGEL. *Padron del Pueblo 1801*. AHRS. *Estatísticas*. Maço 1.



Dona Maria e tinha duas filhas. Em 1783 tinha 62 anos e era o mais velho entre os caciques, tudo indicava que seu cacicado estava no fim, uma vez que nos dois censos era apresentado sem nenhum *Mboya* – índios que fazem parte de um cacicado. Mas em 1801, passou a ser comandado por Dom Simon Chebi, 34 anos, solteiro, e já contava com mais de dez tributários e *Mboyas*, no entanto nenhum outro componente carregava o sobrenome Chebi. Deste fato podemos supor que o cacicado foi reorganizado a partir da agregação de novos integrantes com o casamento das filhas de Reymundo, e possivelmente irmãs de Simon, em relação conhecida como *suegroverno* ou *cuñadazgo*, ou seja, a partir da criação de laços de parentesco.<sup>127</sup>

Além dos historiadores da atualidade, também os administradores espanhóis preocuparam-se em analisar os censos. Nas décadas de 1780 e 1790 circularam, a partir de Buenos Aires alguns documentos emitidos pela “*escribania mayor de Gobierno*” comparando os censos de 1772 e 1783. Já se falava na grande diminuição de tributários em função das enfermidades, epidemias e fugas, e a decadência que experimentavam os povos com relação ao censo de Larrazabal em 1772, utilizando como exemplo os dados do Departamento de *San Miguel*, que caiu de 3.747 para 3.023 tributários. Para o redator, isto não foi surpreendente, pois era pública e notória a decadência dos povos das missões, enquanto que muitos índios saíam dos seus povos e andavam “*por todas partes ganando su sustento del modo que les acomoda*”, sendo muito difícil fazer com que os fugitivos retornassem.<sup>128</sup>

Alguns anos depois, entre 1794 e 1804, circulou entre os órgãos administrativos de Buenos Aires os censos mandados pelo Governador do Paraguai, realizados por seu antecessor, para o Vice-rei Dom Pedro Melo de Portugal. Os comentários da contadoria fizeram várias críticas ao modo de execução dos censos dos departamentos de *Santiago* e *Candelaria* em 1794. Dizia que faltavam alguns itens que constavam nas instruções, especialmente com relação às disposições dos nomes, e reclamou da falta de informação precisa das “classes” de índios, com seus empregos e família. Apontou também a ausência de 6.876 índios, sem constar diligências que deveriam ter sido feitas para buscar seus

---

<sup>127</sup> WILDE, G. *Religión y Poder...op.cit.* pg. 142. Simon já teria idade para aparecer no censo de 1772, é possível que tenha nascido depois (erro na idade), tenha sido esquecido, ou ainda não seja filho direto de Reymundo, de qualquer forma a relação esta legitimada por ter sido o herdeiro do cacicado.

<sup>128</sup> ESCRIBANIA Mayor de Gobierno. *Sobre el empadronamiento de los Pueblos de Misiones Guaranis*. 1793. AGN IX.33.9.5.

paradeiros, e como isso representou um descontrole na arrecadação. Além disso, falou das diferenças de idades, que podiam chegar a 10, 20 e até 40 anos, em comparação com os livros de batismos e outros registros. Citou dezenas de casos para serem verificados, alguns exemplos: em *N.S. de Fe*, no 3º cacicado, Josef Cabitu, aparece com 52 anos e “reservado”, no entanto deve ter 45, e ser tributado; em *Santa Rosa*, Rafael Tarecay, do 7º cacicado, deve ter 22 e não 13 anos; Josef Suye, do 16º cacicado, teria 36 não 50; Thomas Mbayapu, do 17º, tem 46 não 55 anos; etc. Informou também ter encontrado muitos nomes trocados ou equivocados e sugere nas próximas visitas tenha-se sempre uma cópia da anterior para verificar estes enganos.<sup>129</sup>

Apesar dos outros problemas, eram as fugas o que mais preocupavam os administradores. Já em 1771, Francisco Zavala emitiu instruções para os corregedores e administradores dos povos sobre os índios que se ausentaram do respectivo povo para ficarem “vagamundos” pelas estâncias e chácaras, sendo a ruína dos povos. Segundo o governador, o motivo da ausência era não se sujeitar aos trabalhos dos povos. Assim, ordenou que todos os corregedores e administradores não permitissem fugitivos em seus povos. Eles deveriam ser presos, levar 25 açoites, e ser restituídos aos seus povos e cacicados de origem. Nenhum índios poderia abrigar em sua casa um fugitivo, sob pena de 25 açoites. Se um índio precisasse circular por outro povo, deveria ter autorização do corregedor, cabildo e administrador e se precisasse sair da província deveria ter a licença do próprio Zavala. Para que todos soubessem destas determinações deveria ser fixada uma cópia desta ordem em cada um dos quatro cantos da praça principal, ao som dos tambores, enquanto era lida em voz alta pelo secretário do cabildo, e seria enviada também cópia para as estâncias.<sup>130</sup>

Guillermo Wilde lembra que as fugas já existiam na época dos jesuítas, embora o impacto para os povos fossem muito menores. Segundo o autor, as principais razões para as fugas eram a deterioração das condições materiais dos povos e as facilidades que os índios tinham de trabalharem fora dele. Neste sentido, o aumento da opressão econômica dentro dos povos, faria com que parte dos índios atingidos imaginasse a possibilidade de viver fora

---

<sup>129</sup> RIBEIRA, Governador do Paraguay Lazaro de. Remite en veinte y cinco quadernos originales los Padrones que hizo se antecessor el año de 1794. AGN IX.26.1.7

<sup>130</sup> ZAVALA, Francisco Bruno. Instruções para a Província do Paraná e Uruguai. Itapuã, 05/12/1771. AGN IX.22.2.7.

do povo como uma “liberdade” possível, na qual poderiam ter maior autonomia na organização do seu tempo, das relações sociais e do movimento de um local a outro.<sup>131</sup>

#### 1.4 – O TRABALHO DENTRO E FORA DAS REDUÇÕES

A grande cobiça pela mão-de-obra indígena fora das reduções foi o resultado da diversidade de atividades que eles eram capazes de desenvolver, por suas experiências a serviço dos seus povos. A organização do trabalho manteve alguns aspectos do período jesuítico, entre eles a divisão dos dias de trabalho entre o *ava mba'e* (coisas do homem) e o *tupã mba'e* (coisas de Deus). O primeiro era destinado à subsistência do cacique e seus *mboyas*, já o *tupambae* era o regime de trabalho coletivo nas terras da comunidade para obter produtos de subsistência, festas e, na ótica colonial, principalmente, excedentes para comercialização, pagamento de tributos e comissões<sup>132</sup>. Ainda assim os trabalhos coletivos poderiam ter um caráter lúdico como informa Doblas: “*No hay faena a que no se destinen tres o cuatro tamboriles que estén tocando entre tanto los otros trabajan, y se conoce desmayo en ellos cuando no tocan al tiempo que faenan*”.<sup>133</sup>

Além dos trabalhos nas terras da comunidade, os índios podiam exercer várias outras funções: nas oficinas, hospitais e armazéns próximos, ou dentro, dos núcleos urbanos; nas estâncias e ervais; alugado para terceiros com parte do valor revertido para a comunidade; em “*real servicio*”, muitas vezes centenas de quilômetros longe dos povos; além do transporte dos produtos comercializáveis. Os trabalhos nas funções religiosas e de alfabetização serão abordados ao discutirmos as relações com os novos religiosos e professores no capítulo 2.

Os caciques tinham papel fundamental na mobilização dos trabalhadores indígenas.

---

<sup>131</sup> WILDE, G. *Religión y poder... op.cit.* pg. 278/279. Sobre as fugas, ver também NEUMANN, E. *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial 1640-1750*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

<sup>132</sup> WILDE, G. *Religión y poder... op.cit.* pg. 83 sugere que o *tupambae* represente uma herança da forma tradicional de trabalho orientada ao chefe étnico que deveria ser redistribuída segundo o padrão econômico tradicional. Assim, justifica que em alguns documentos posteriores a expulsão os “*regalos*” sejam designados como “*tupambae*”. SOUZA, J.O.C. O Sistema Econômico nas Sociedades Indígenas Guarani Pré-coloniais. In.: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: ano 8, n.18, 2002. Pg. 231, concorda que o *tupambae* tem relação com modo econômico tradicional e destaca que “o trabalho coletivo dos Guarani manifestava-se numa dimensão lúdica tão ou mais importante que a produtiva”, relacionando também com o mutirão ou *puxirão* dos grupos guaranis atuais.

<sup>133</sup> DOBLAS, Gonzalo de. *Memoria histórica, geográfica, política y económica sobre la Provincia de Misiones de índios guaraníes*. Buenos Aires: Imprenta del Estado. [1785] 1836-1837. Pg.12

Segundo informou Zavala, cabia aos “*mandarines*” (cabildantes) ter um controle para saber se os caciques estavam cumprindo com seu papel de levar seus *mboyas* ao trabalho coletivo. Além disso, também eram os caciques que coordenavam o trabalho nas chácaras particulares, três dias por semana na época da plantação e colheita, e dois nos demais períodos.<sup>134</sup>

Dentro dos núcleos urbanos havia inúmeros ofícios mecânicos que eram exercidos pelos indígenas. Em 1784, Zavala descreveu as atividades de prateiros, ferreiros, armeiro, carpinteiros, sapateiros, pedreiros, costureiros, torneiros, canoeiros - aqueles que faziam ou ajudavam a fazer barcos - além de tirarem óleos de sementes para lamparinas<sup>135</sup>. Muitos destes ocupariam a função de *maestros* destas atividades, ficando com o encargo de supervisionar as atividades dos seus companheiros e os equipamentos utilizados. Para *San Nicolás* em 1768, é possível saber que o “*maestro herrero*” era Honorio Payeyu, o “*platero*” era Francisco Ñembey, o “*curtidor*” era Ancelmo Yeyu, o “*tornero*” era Estanislao Cuninde, o “*rosariero*” era Estanislao Chaunda e o “*zapatero*” era Eugenio Vera<sup>136</sup>. Algumas funções poderiam receber vantagens extras, como os *maestros tejedores* que tinham preferência na repartição do vestuário, prêmio por cada peça de tecido terminada e compensação do tempo de trabalho empregado em semanas de folga para trabalhar em sua chacara particular ou requisitar o trabalho de outros índios para esta função.<sup>137</sup>

Com a saída dos jesuítas, introdutores destas funções entre os indígenas e principais professores, e com a fuga de diversos *maestros* indígenas, que tinham sua mão-de-obra muito valorizada em todos os centros urbanos da região, tanto do lado espanhol como português, o contato com *maestros* espanhóis tornou-se fundamental para a continuidade e atualização destes ofícios. Por exemplo, em 1787 o sapateiro de *Santo Angel*, Ignacio Guarapi, estava em Buenos Aires para aperfeiçoamento<sup>138</sup>. Por outro lado, como afirma Carvalho Junior para os trabalhadores no contexto amazônico, dominar um ofício trazia

---

<sup>134</sup> ZAVALA, Francisco Bruno de. *Carta para o Governador Francisco de Paula Sanz*. Buenos Aires, 28/08/1784. AGN IX, 22.2.7

<sup>135</sup> *Idem*.

<sup>136</sup> SAN NICOLÁS. *Inventário realizado em 1768*. ANCh. Archivo de Jesuitas, Volume 140.

<sup>137</sup> MAEDER, E. *Misiones del Paraguay... op. Cit.* Pg. 164/165.

<sup>138</sup> CASSERO, Diego. *Correspondencia da Administração Geral para o Povo de Santo Angel*. Buenos Aires, 13/10/1787. AGN IX.27.1.1. WILDE. *Religión y poder... op.cit.* pg. 80 expõe também o caso de *Yapeyú*, que mandou 18 *muchachos* para aprenderem ofícios em Buenos Aires, a cargo da Administração Geral.

benefícios também para os que ficavam na redução, pois, “na maioria das vezes, significava não serem obrigados a trabalhos pesados”.<sup>139</sup>

Já para *San Luis*, em 1784, a discussão foi sobre a contratação, ou não, do *maestro escultor* espanhol Dom Bartolome Ferres. No final de 1783, o administrador, o tenente corregedor e o secretário do cabildo acertaram com o *maestro* uma grande reforma na igreja, que incluía toda obra de carpintaria, menos a “*Media Naranja*” que já estava pronta, sendo a igreja de três naves e oitenta varas de largura, com 22 colunas, incluindo as do pórtico com 13 varas de altura, que deveriam ser revestidas com pedestais talhados. Também deveria ser talhado todo o teto das naves e pórtico e fazer três coros de madeira, um púlpito com capela e dois confessionários. O povo deveria fornecer a madeira e ajudantes aptos para o ofício, além da remuneração, moradia e alimentos para os envolvidos. Por razões que veremos no próximo capítulo, o acerto com Ferres não prosperou, e assim chegou-se a conclusão que os índios ajudantes de carpintaria, Eduardo Payeyu e Francisco Xavier Ybayeyu, seriam capazes de concluir os itens necessários. No entanto, perguntados quanto custaria fazer cada item das obras que o povo estava contratando, eles responderam não saber nada sobre preços. O cacique corregedor do Povo, Dom Santiago de la Palma, complementou que a obra havia parado porque o povo tinha várias outras necessidades internas, e que três dos melhores carpinteiros tinham ido a *San Borja* trabalhar.<sup>140</sup>

Também era atividade exercida pelos indígenas a de enfermeiros ou sangradores, chamados de “*indios médicos*” ou *curusuyás*. Em uma solicitação conjunta dos cabildos de *San Juan* e *Santo Angel* em 1786, para que fossem autorizados a contratar um médico cirurgião espanhol, que atendesse exclusivamente seus povos, foram informados a remuneração e as condições de trabalho para o médico. Entre as condições estava a dispensa de contratação de um sangrador espanhol, uma vez que teria ajudantes “*indios médicos*” escolhidos de cada povo, que eram sangradores e seriam instruídos para os procedimentos de cura, pois como “*é do conhecimento de v.s.*” havia índios hábeis para isso

---

<sup>139</sup> CARVALHO JÚNIOR, Almir D. *Índios Cristãos... op.cit.* pg. 237.

<sup>140</sup> SAN LUIS. *Documentos sobre a contratação do maestro escultor Don Bartolome Ferres.* AGN IX.18.3.5

“*que constantemente nos sangram*” e assim seria inútil o gasto com esta atividade.<sup>141</sup>

O aluguel da mão-de-obra para terceiros era outra forma de angariar fundos para os povos e garantir o sustento do indivíduo. Para sanar o problema de falta de barcos para o transporte das mercadorias, mencionado por Zavala em 1769, no ano seguinte já surgiram dois carpinteiros espanhóis querendo tirar madeira e confeccionar barcos com auxílio da mão de obra indígena. Quem mandou a proposta para Bucareli foi o próprio *Administrador General de los Pueblos Guaranis e Tapes*, Dom Julian Espinosa. Os termos da proposta eram os seguintes: os dois mestres carpinteiros iriam até os povos cortar a madeira para fazer as balsas e levariam suas próprias ferramentas sem receber nada para isso. Eles fariam quantas balsas o governador quisesse. Os índios empregados no trabalho receberiam seis pesos ao mês de acordo com as vendas das madeiras, assim como aqueles que fossem baixar com as balsas, incluindo os gastos com a sua manutenção. Tais índios teriam reservados seus dias de festa conforme costume do Povo e sua fadiga de trabalho deveria ser moderada, além de que deveriam ser bem tratados. Seria pago 8% do custo ao administrador geral dos povos, que era Dom Julian. Caso ocorresse perda do material eles não receberiam nada, tampouco o Povo e os trabalhadores. O valor arrecadado seria dividido igualmente entre o povo e os mestres depois de descontados os custos diversos, incluindo os salários.<sup>142</sup>

Note-se que o administrador geral também estava interessado na sua comissão sobre o negócio acima, mas não temos informações se ele foi aceito. Em 1787, Gonzalo de Doblaz, preocupado com os interesses particulares e o uso em benefício dos próprios administradores, no momento de permitir o trabalho para terceiros, propôs algumas regulamentações como a anuência do administrador e cabildo, e que uma pequena comissão fosse paga para a comunidade como recompensa, de modo que o custo do índio seria três pesos de prata ao mês mais comida, ficando um para a comunidade, que ficaria livre de dar qualquer mantimento neste período. Caso fosse uma índia, ela receberia um terço do valor, nas mesmas condições, e sendo meninos ou meninas, teriam de ter a anuência dos pais, além de serem vestidos, alimentados, educados e bem tratados, até a idade de “*tomar*

---

<sup>141</sup> SAN JUAN & SANTO ANGEL. *Solicitud de cirurgiões*. Candelaria, 1786. AGN IX.18.3.5. Para alguns comentários acerca das trocas de conhecimento de ervas e outros elementos medicinais entre indígenas e jesuítas ver WILDE. *Religión y poder... op.cit.* pg. 249 em diante.

<sup>142</sup> ADMINISTRADORES espanhóis. *Correspondência para o Governador Bucareli y Ursua*. 1769/1770. AGN IX.18.5.1.

estado”.<sup>143</sup>

Fora dos núcleos urbanos os missionários poderiam trabalhar para seus povos em função das estâncias de gado e da coleta de produtos, principalmente da erva-mate. As estâncias variavam bastante de tamanho conforme o povo e o número de cabeças de gado que possuíam, as maiores estavam nos departamentos de *San Miguel* e *Yapeyú*. Em grande parte delas existia capela, galpões, currais e habitação para os responsáveis, que poderiam chegar a mais de trinta índios, que com suas famílias, passavam de setenta pessoas. Com relação aos ervais, ainda que alguns povos passassem a cultivar próximo às áreas centrais, normalmente a coleta era organizada em locais distantes onde ficavam os ervais silvestres, e assim, era necessário organizar uma grande expedição para a atividade.<sup>144</sup>

Nestas funções, fora dos núcleos urbanos, normalmente faziam-se presente as milícias armadas indígenas, que tinham a finalidade de proteger os trabalhadores e os bens de ladrões, que poderiam ser portugueses, índios infieis, espanhóis, ou um tipo mestiço que ficou conhecido como “*guaderíos*” ou “*gauchos*”<sup>145</sup>. As milícias guaranis podiam portar armas de fogo, ainda que não fossem em número suficiente para todos, e estavam organizadas desde o século XVII, seus componentes, a exemplo do exército espanhol, tinham os cargos de Mestre de Campo, Sargento, Comissário, Capitão, Tenente, Alferes, Cabos e Soldados<sup>146</sup>. Desta forma, em 1794, sabemos que o cabildo de *San Luis* organizou uma expedição com 180 “*naturaes*”, para “*yerbales lejanos*”, sendo que 30 eram “*de armas*” “*a causa de arriesgado del destino por la nacion Tupis*”. Para acompanhá-los foram contratados três Dragões que estavam acampados em *Santo Angel*, por ocasião da divisão de limites.<sup>147</sup>

Muitos confrontos foram registrados na atuação das milícias indígenas, em *Yapeyú*,

---

<sup>143</sup> DOBLAS, Gonzalo de. Correspondencia para o Governador Paula Sanz. Concepción, 1787. AGN IX.18.3.5. Gonzalo de Doblás já havia proposto diversas mudanças na administração das missões em sua *Memoria histórica, geográfica, política y económica sobre la provincia de Misiones de indios guaranis*, e continuou propondo em correspondência e adições a sua *Memoria*. Para mais informações sobre suas propostas ver MAEDER. *Misiones del Paraguay...op.cit.* pg. 195 em diante.

<sup>144</sup> WILDE. *Religión y poder...op.cit.* pg. 292, e MAEDER. *Misiones del Paraguay...op.cit.* pg. 156 em diante.

<sup>145</sup> WILDE. *Religión y poder...op.cit.* pg. 296, voltaremos a falar dos “gaúchos” no item 3.2.

<sup>146</sup> Sobre a formação das milícias guaranis ver KERN. *Missões: uma utopia...op.cit.* pg. 185 em diante, para uma discussão sobre a dinâmica das lideranças até a expulsão dos jesuítas ver TAKEDA. Cambio y continuidad del liderazgo indígena en el cacicazgo y en las milícia de las misiones jesuíticas: análisis cualitativo de las listas de índios guaraníes. *Tellus*, ano 12, n.23, jul/dez. 2012. Campos Grande (MS).

<sup>147</sup> SAN LUIS, Cabildo de. *Correspondencia para o Governador Lassarte y Esquivel*. 1794. AGN IX.3.6.4.

no inverno de 1791, uma tragédia marcou a vida de Tiburcio Parapy<sup>148</sup>. Ele seguia com uma partida de naturais a cargo do cabo Miguel Guarioho, ao porto de San Joseph, tal partida tinha o objetivo de prender Antonio Arupa, também de *Yapeyú* acusado de estar envolvido com o comércio clandestino de couros. Ao reconhecer as costas do rio, encontraram couros frescos e alguns cavalos cansados, enquanto os demais destruíam os couros, Parapy adentrou um monte para verificar alguma presença estranha e deparou-se com um *changador* que segurava uma adaga. Neste momento o *changador* teria investido contra Parapy, que atirou. Ao escutar o tiro, os demais integrantes da partida aproximaram-se, Martin Mathias ajudou Parapy a carregar o baleado até um rancho no Posto de San José. Lá deixaram o agonizante *changador* Luis Francisco Vasquez aos cuidados do administrador do posto e saíram em busca de Arupa. Vasquez faleceu momentos depois.

O primeiro relato do acontecido foi feito pelo administrador do posto Luis Barreyro. Além de narrar os fatos acima, reclamou que teria mandado prender o atirador e que não foi obedecido, pois o sargento e o cabo disseram que iriam acompanhá-lo até a sede do povoado, depois que fizessem a busca do contrabandista. De fato, Parapy foi preso em *Yapeyú* e, junto com os demais presentes ao crime, foi interrogado sobre o acontecido no mesmo povo. No total foram seis os interrogados, que além de relatar o que viram, tinham que dizer a idade, pátria (qual povo), estado (civil) e religião, são eles: Parapy (30 anos), Martin Matias (35 anos), Carlos Curima (29), Christoval Changa (30), cabo Miguel Guarioho (25) e Pedro Cayrabu (22). Todos se declararam de *Yapeyú*, cristãos e deram versões parecidas para o fato, com exceção de Martin, de *Candelaria*, e o único que testemunhou o tiro. O cabo Guarioho explicou que o sargento Xavier Chupa não estava junto no momento do fato, mas teria pedido a prisão do réu, no entanto, foi o cabo quem achou melhor deixá-lo solto até chegar ao povo. Nenhum dos envolvidos índios escrevia ou falava espanhol.

Depois dos testemunhos, Parapy seguiu preso, foi enviado para Buenos Aires e novamente interrogado. Desta vez as perguntas de apresentação feitas ao réu incluíam o “*exercício*” e a “*qualidade*”, para as quais respondeu ser índio em qualidade e soldado miliciano de exercício, além de esclarecer ser casado com Martina Yuy do mesmo povo.

---

<sup>148</sup> Todos os fatos referentes a este ocorrido foram retirados do conjunto de documentos intitulado: SANCHO, Tenente Governador do Departamento de Yapeyu Don Juan. *Causa Criminal contra Tiburcio Parapy, delincente que matou o changador Luis Francisco Vasquez*. SET/1797. AGN IX.37.7.3.



Repetiu quase a mesma história, mas entrou em contradição ao dizer que estava a pé ao entrar no monte, enquanto Martin teria dito que estavam a cavalo, e não esclareceu o motivo que o levou ao monte, dizendo ser uma ordem do cabo.

Foi então, formulado uma acusação que criticava a tese de legítima defesa, pois se eram dois índios deveriam ter imobilizado o falecido, ou recuado para chamarem os outros. Dizia ainda, que o homicídio foi voluntário e doloso, já que não teria razão o espanhol, que se escondia da partida, resolver investir contra os homens armados, e que o índio Tiburcio matou por considerá-lo um delinquente. Ressaltou que seus companheiros tentaram acorbertá-lo, como é característico da conhecida insolência e excessos dos índios, exposto na reclamação do administrador quando disse que, num primeiro momento, negaram-se a prender o réu. Do lado da defesa, foi justificando que ele tinha testemunhas da vítima avançando e, que tinha autorização para portar arma de fogo, necessárias nas partidas que buscavam os *changadores*. Então começaram as sentenças: Christoval de Aguirre condenou Tiburcio a dez anos de trabalho em obras públicas, sem soldo. O fiscal de naturais Mantilla recorreu e reforçou o discurso da autodefesa, e da autorização que os índios tinham de estar armados, pois a situação era perigosa. Mas o caso piorou para Parapy, já que Marques de La Plata reforçou que o homicídio poderia ter sido evitado, uma vez que o réu estava acompanhado e a cavalo, e sugeriu que a pena aplicada não estava de acordo com as instruções, devendo ser a pena capital. Novamente foi feito recurso e, em 26 de maio de 1792, o Senhor Presidente do Conselho de sua Majestade informou das atribuições para a apelação, refletiu sobre a situação ser extrema, e sugeriu uma diminuição da pena, não a pena de morte. A sentença definitiva ficou em um ano de presídio.

### **“Empleados en el Real Serbizio”**

Além dos tributos pagos à Coroa espanhola os povos eram constantemente solicitados para enviar mão-de-obra e força armada para locais estratégicos. A situação da fronteira meridional na América seguia indefinida mesmo depois de todas as iniciativas tomadas no sentido de equacionar diplomaticamente o problema de limites entre os Impérios Ibéricos.<sup>149</sup> Assim, foram constantes as movimentações de tropas que envolveram

---

<sup>149</sup>. Em 1761, após a ascensão de Carlos III, as monarquias ibéricas assinam o Tratado de El Pardo, anulando o de Madri. Porém a situação seguia instável nas fronteiras americanas e, em 1763, tropas espanholas atacam

grande parte da população residente entre a Colônia do Sacramento até a Ilha de Santa Catarina. Durante este período os índios missioneiros estiveram envolvidos em vários acontecimentos ao longo da fronteira, principalmente na construção de fortes e presídios.

Uma das grandes expedições ocorreu entre 1771 e 1772, e contou com mil e quinhentos índios de diferentes povos. Os indígenas foram até a praça de Montevideo, onde trabalharam nas fortificações da localidade. O cura de *Concepción* acompanhou o grupo, e teve seu trabalho elogiado por Dom Antonio Garcia Alvares, visitador da província e comandante de Milícias. Por outro lado, Zavala comentou o impacto deste grande número de índios fora das missões, e como isso prejudicou o trabalho com o gado. Mesmo assim, segundo o governador, foi possível evitar a fome nos povos, ainda que alguns tiveram que ser socorridos, e ainda foi o suficiente para suprir Dom Julian de Lara, que comandava trabalhos nas minas. O algodão e tecidos enfrentaram algumas dificuldades, mas foram distribuídos entre os povos e usados para troca por outros bens.<sup>150</sup>

Já em 1773, as obras de Maldonado e Santa Tereza foram um disfarce para a movimentação de trezentos índios em direção a serra de “*Asegua*”. Francisco de Zavala emitiu dois conjuntos de instruções referentes a esta jornada. Uma para os povos do Departamento de *Yapeyú* (*Yapeyú, San Borja, Santo Tomé e La Cruz*) e outra para o “*Portaguion*” Dom Fernando Navarro. Na primeira foi estipulado que os quatro povos deveriam organizar os participantes conforme a sua disponibilidade, e estes deveriam levar armas e, se possível, quatro cavalos ou burros por pessoa. Dizia ainda que deveria fazer-se presente um religioso do Departamento, de preferência que falasse guarani, e que os índios seriam conduzidos pelo *Mayordomo* do povo até a paragem determinada para a união, de onde sairiam sob as ordens de Navarro. Pediu para informarem que estariam indo para as obras acima citadas, mas na realidade seriam divididos em três companhias com a

---

e conquistam a Vila de Rio Grande e Colônia. No mesmo ano é assinado o Tratado de Paris que proporciona a devolução da Colônia, mas não Rio Grande. Inconformados com a não devolução de Rio Grande as autoridades sulinas da América portuguesa preparam a retomada da Vila, o que só será efetivado em 1776. Com o Tratado de Santo Ildefonso, assinado em 1777, a paz é novamente acertada, ficando a Espanha definitivamente com a Colônia e Portugal com Rio Grande e a Ilha de Santa Catarina. Estas mudanças são mais detalhadas em CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período Colonial*. Porto Alegre: do Brasil, 2ª ed., 1980; pg. 165 e seguintes, e em KÜHN, Fabio. *Rivalidades Ibéricas no Sul da América Portuguesa (1762-1801)*. In.: NEUMANN, E. & GRIJÓ, L. *O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

<sup>150</sup> ZAVALA, Francisco Bruno de. *Correspondência diversa sobre índios enviados para as obras de Montevideo*. Itapua, 1771/1772. AGN IX, 22.2.7.

finalidade de evitar o furto de gado na região, que estava diminuindo muito nas estâncias. Para Navarro, escreveu uma lista com onze itens que deveria observar: cuidado com “*guaderios*”, portugueses, tratar bem os infiéis, reter os estranhos mesmo que fossem espanhóis ou índios com permissão, etc. Não fica claro se o objetivo era realmente o repassado para os povos, pois pediu para Navarro aguardar mais instruções ao chegarem ao local determinado.<sup>151</sup>

No entanto, um dos documentos mais reveladores para entender o controle que os cabildo tinham da presença dos indígenas na disputa pelas fronteiras americanas seja a “*Razon de los indios enpleados en el Real Serbizio*”<sup>152</sup> do povoado de *San Lorenzo*. Este documento, escrito pelos cabildantes e pelo administrador em 1779, relaciona diversos serviços prestados pelos índios que saíram do povoado entre 1772 até a data em que foi feita a descrição, além do tipo de trabalho que realizavam. Vamos acompanhar alguns exemplos:

Para 1773, em 8 de março, registrou-se que saíram 12 índios, entre eles o Capitão Dom Antonio Taperobi, para trabalhar nas obras de Maldonado e Santa Teresa. Lá se encontravam até a data da *Razon*. Note-se que o forte de Santa Teresa havia sido tomado dos portugueses poucos dias antes da conquista de Rio Grande em 1763, e junto com Maldonado era importante ponto de apoio militar para a manutenção deste espaço sobre domínio espanhol<sup>153</sup>. Já no dia 2 de julho, saíram para a Guarda de São Matinho do Monte Grande oito índios e seu Capitão Ignácio Ayruca. Lá ficaram por nove meses sendo sustentados pelo povo com ração, armas e cavalos. A sobredita Guarda, estava “situada na serra deste nome, à margem da estrada aberta por Gomes Freire, ao tempo da Guerra Guaranítica, para comunicar o vale do Jacuí com as Missões”<sup>154</sup>, e havia sido tomada pelos espanhóis após a invasão de Rio Grande sendo uma preocupação constante portuguesa devido a proximidade com Rio Pardo. Em outra expedição, saíram mais de 40 índios que foram surpreendidos pelos portugueses, e perderam tudo. Ao final da jornada apenas 14

---

<sup>151</sup> ZAVALA, F. *Instruções para a condução de trezentos índios para a serra de “Asegua”*. 1773. AGN IX.22.2.7. Este documento é analisado mais detidamente no contexto das disputas ibéricas em: NEUMANN, E. & RANZAN, A. *As missões orientais nas vésperas da conquista: os guaranis frente à expansão territorial da América portuguesa (1756-1801)*. In.: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

<sup>152</sup> SAN LORENZO, Cabildo de. *Razon de los indios enpleados en el Real Serbizio*. AGN IX.22.2.7

<sup>153</sup> . CESAR, G. *História do Rio... Op. Cit.* pg. 170.

<sup>154</sup> . *Ibidem*, pg. 190

índios conseguiram regressar ao povoado. Ainda nesse ano, partem 15 índios para o recém-construído forte de Santa Tecla próximo a região onde hoje se encontra Bagé, comandados pelo Capitão Dom Alverto Caracará. Foram com 60 cavalos e voltaram no ano seguinte com 8 animais a menos.

Em 1774 foram descritas duas saídas para suprir de alimentos os indígenas em *Real Serbizio*, uma, em janeiro, foi “*cojer ganado de los Campos de San Miguel para mantener los índios que estaban en la guardia de San Martin*”. A outra descreve a doação de pão torrado, erva e milho para índios do Paraná que estavam no povoado de *San Miguel*. Expondo que não só os moradores dos povoados próximos ao rio Uruguai estavam envolvidos com a movimentação ali existente, uma vez que os “*índios del Paraná*” deve se referir aos povoados próximo ao rio com o mesmo nome e, portanto, mais distante da zona de conflito. No mesmo ano, outras duas partidas estavam envolvidas com a fabricação de armas. Uma que foi coletar taquaras utilizadas na construção e outra que enviou dois ferreiros para o povo de *San Miguel* para este fim.

O ano de 1775 foi um período de intensa movimentação dos portugueses que preparam a retomada de Rio Grande. No dia 12 de fevereiro saíram oito índios com o Capitão Gerbacio Caracara com ração para seis meses e cavalos, com destino a Santa Tecla. Lá ficaram durante o sítio português até se retirarem para Montevideú, perdendo todos os cavalos para os inimigos. Em outubro partiram mais duas carretas com ração para Santa Tecla e dez índios para a guarda de São Martinho, perdendo mais alguns animais. Segundo Guilhermino Cesar<sup>155</sup>, a Guarda de São Martinho foi tomada pelo Sargento-mor Rafael Pinto Bandeira e 200 homens no mesmo mês de outubro. Em fevereiro de 1776, com o reforço do Sargento-mor Patrício José Correa da Câmara, ocasião em que contabilizavam mais de 600 homens foi sitiado Santa Tecla, que se rendeu no mês de março.

No ano de 1776 não foi registrada a saída de nenhuma tropa do povoado. Em 1777 saíram o “*capatas*” espanhol e oito índios para a Costa do Monte Grande (provavelmente o mesmo do Forte de São Martinho). Foram surpreendidos pelos portugueses e perderam armas e cavalos. Também perderam 8 dos 40 cavalos que levaram para o acampamento de São Miguel, os dez índios que lá ficaram entre julho e agosto. No mesmo ano ainda foram registrados saídas para o Paço do Piratini e o trabalho de dois ferreiros que foram para o

---

<sup>155</sup>. *Ibidem*, pg. 190/191

povoado de *San Miguel*. Finalizando a listagem, ainda em 1777, foram registradas duas saídas para trabalharem na reconstrução de Santa Tecla, uma em maio outra em dezembro.

No total foram relacionados vinte saídas, envolvendo mais de 170 índios, além de centenas de animais e diversos bens materiais entre alimentos, armas e utensílios. Chama atenção o minucioso controle que o cabildo tinha destas movimentações, lembrando que se tratava de apenas um povo. Ao final do documento, foi ressaltado que, em quase todos os casos, as pessoas envolvidas no “*Real Serbizio*” foram mantidas pelo povo, destacando a importância destes trabalhos, e do povoado, para a manutenção da fronteira. Da mesma forma indica que os indígenas tinham noção da importância desses trabalhos prestados e por isso faziam questão de manter o controle e divulgar os feitos realizados.

A Relação de serviços descrita acima permite evidenciar que os guaranis das reduções seguiam nos planos das autoridades colônias para as mesmas atividades que executavam anteriormente. Desta forma, acreditamos que é significativa a presença de guaranis das reduções nestas disputas de fronteiras, mostrando que a prática de requisitar a mão-de-obra indígena para o serviço da coroa, fora do povoado de residência, continuava bem presente, como havia sido durante a administração dos jesuítas. Cabe ressaltar, que além de apoio militar, os Serviços Reais que os guaranis prestavam eram utilizados na construção civil, tendo inclusive edificado o Templo principal de Córdoba, além de inúmeros serviços em Buenos Aires e Assunção, como se refere Neumann, para o período ainda anterior a expulsão<sup>156</sup>. No entanto, alguns povos reclamam que os seus templos estão inconclusos, como *San Cosme e Mártires*.

O caso de *Mártires*, em 1786, é interessante porque além de solicitar mão-de-obra para a manutenção da igreja o corregedor Simenon Coe, o alcaide de 1º voto Juan Marcelo Chore, o secretário Eusebio Quarara, e o administrador, utilizaram-se de argumentos econômicos para pedir a ajuda. Assim os dados do inventário demonstravam as necessidades materiais do povo, como ele tinha créditos a receber de outros e o que já enviou de produtos para a Administração Geral desde 1770, além dos bens entregues para as tropas espanholas entre 1764 e 1767. Os dados do último censo explicavam a necessidade de ajuda que precisavam, por terem menos de cem pessoas disponíveis para o trabalho da comunidade. Mais do que isso, aproveitaram para pedir pessoas de outros povos

---

<sup>156</sup> NEUMANN, E. *O Trabalho Guarani... op. cit.* pg.92/96.

para o trabalho, lembrando que em locais com mais gente, como *San Nicolás*, *San Luis* ou *San Juan*, algumas dezenas de trabalhadores não fariam falta, prometeram, também, providenciar o sustento deles.<sup>157</sup>

Lembrando que as ajudas entre povos para a construção das igrejas foi algo comum no período jesuítico<sup>158</sup>. Provavelmente *San Juan* recebeu ajuda de *San Miguel* quando construiu a sua, uma vez que esta missão foi formada por habitantes provenientes de *San Miguel*. Em 1770, *San Juan* teria retribuído a ajuda, colaborando com cem trabalhadores na reedificação das casas do povo, que ainda encontrava-se desolado devido à perda de mais de três mil pessoas em uma epidemia de varíola.<sup>159</sup>

### 1.5 – REMESSAS DE BENS PARA A ADMINISTRAÇÃO GERAL

Outro trabalho que fazia os guaranis ausentarem-se dos seus povos era levar a produção até a nova Administração Geral centralizada em Buenos Aires, e eventualmente para outros importantes núcleos urbanos dos espanhóis na região, como Assunção, Corrientes e Santa Fé. Apesar de já haver remessas para Buenos Aires nos tempos dos jesuítas, nesse momento a pressão para o envio era muito maior. Além de terem por objetivo mostrar que estavam fazendo um bom trabalho, alguns administradores, tanto nos povos como na capital, recebiam comissões de acordo com os bens que eram vendidos e comprados, ou seja, o foco principal não era a manutenção dos povos, mas o lucro dos envolvidos. Segundo Maeder, a concentração dos produtos das missões em Buenos Aires deixava nas mãos do administrador geral um grande poder e significativos benefícios, dado o volume de produtos acumulados. Segundo as contas da administração geral organizadas pelo autor, o volume de transações manteve-se alto até o início da década de 1780, mas começou a decair até que, na década de 1790, representava um quarto do volume inicial.<sup>160</sup>

Essas pressões econômicas acabaram por transformar, inclusive, a estrutura produtiva dos povos. A partir dos anos 1770 passou a ocorrer uma diferenciação regional

---

<sup>157</sup> DOBLAS, Gonzalo. *Correspondência enviada a Francisco de Paula Sanz, sobre o pedido do Corregedor, Cabildo e Administrador de Mártires de reforma da igreja*. Concepción, 1786. AGN IX.18.3.5.

<sup>158</sup> BAPTISTA, J. *Igrejas...* *op.cit.* pg. 4.

<sup>159</sup> LA PLAZA, Gaspar de. *Carta para o Governador Juan Joseph de Vertiz*. Buenos Aires, 09/07/1773. AGN IX.22.02.07.

<sup>160</sup> MAEDER, E. *Misiones del Paraguay...* *op.cit.* pg. 80 e 106.

entre os povos do sul e do norte, em função das suas especializações na produção. Essa especialização prejudicou um dos pilares de organização dos povos, a autossuficiência de cada redução e sua produção diversificada. Principalmente os povos do sul (Departamentos de *Yapeyú* e *San Miguel*) concentraram-se na produção pecuária e de couros.<sup>161</sup>

No entanto, a prioridade da nossa abordagem não são os aspectos econômicos gerais, mas verificar algumas características da mobilização para o transporte e o trabalho indígena na condução destas mercadorias. Para isso destacamos alguns casos:

O primeiro exemplo trata-se de um caso insólito, pois o item enviado não tem um valor comercial, mas aparentemente, despertou a curiosidade dos administradores e visitantes que participaram do ritual de expulsão dos jesuítas. Em 1770, esta documentado o envio de um canhão de taquara com duas bolas de munição, similares as utilizadas durante os confrontos da década de 1750 em função do Tratado de Madri.<sup>162</sup>

O seguinte citou o envio de 34 carretas com bens e madeiras para o “serviço de sua majestade” dos quatro povos do Departamento de *Yapeyú*, mais seis carretas e treze “*carretillas*” de *San Luis*, enquanto foi averiguado que outros povos ainda precisavam fazer as carretas para o transporte. Os comboios foram para o porto localizado no povo de *Yapeyú*, onde seriam embarcados e transportados pelo rio Uruguai até Buenos Aires. Dentre os bens enviados estava uma pequena amostra de um bom “*tabaco negro*”, de *San Miguel*, feito por índios que andavam entre os portugueses, e uma quantidade maior feita em *San Juan*, povo elogiado por Zavala, pois estava bem abastecido, já havia feito suas carretas e tinha como corregedor Ysidro Daré, que “ainda que velho, se porta bem e cuida bem do Povo”.<sup>163</sup>

Tanto Zavala como Gaspar de La Plaza, Governador do Departamento de *San Miguel*, disseram que as carretas podiam ir para o rio Uruguai, em *Yapeyú*, ou para o rio Paraná. La Plaza chegou a falar que alguns povos estavam enfrentando problemas para enviar os bens desde *Yapeyú*, e *Santo Angel* preferiu fazer um acordo com *Mártires* para mandar seus bens a Buenos Aires via rio Paraná<sup>164</sup>. Alguns dos problemas apresentados

---

<sup>161</sup> WILDE, G. *Religión y poder...op.cit.* pg. 280.

<sup>162</sup> BUCARELLI y URSUA, Francisco. Correspondencia para Conde de Aranda. Buenos Aires, 10/02/1770. ANCh. Archivo de Jesuitas, Volume 144.

<sup>163</sup> ZAVALA, F. *Carta para o Governador Bucareli*. San Nicolas 10/04/1770. AGN IX.18.5.1.

<sup>164</sup> LA PLAZA, Gaspar de. *Carta para o Governador Juan Joseph de Vertiz*. Buenos Aires, 09 de julho de 1773. AGN IX.22.02.07

eram a falta de barcos que pudessem navegar o rio e balseiros índios para passar nos saltos “*grande y chico*”.<sup>165</sup>

Descendo e subindo pelo rio Paraná há vários registros de saídas, principalmente pelo porto de “*las conchas*”, no povoado de Itapuã. De *Candelaria* sabe-se que saiu um barco comandado pelo piloto e alcaide de 1º voto Dom Pedro Guaraci, em 1771, e outro pelo capitão e piloto Agripino Yarupa, em 1778. De Buenos Aires, com bens para *Trinidad* e *San Cosme* foram dois barcos, um comandado pelo piloto e tenente corregedor Dom Ignacio Guarupay e o outro, pelo piloto e regedor Ypolito Chambi, respectivamente, em 1769. Partindo de *Trinidad* com madeiras, foi outro comandado pelo capitão Dom Antonio Taperati, em 1770. Muitas vezes acompanhava a relação de bens transportados, uma relação dos bens gastos com os tripulantes, como a que consta assinada pelo secretário do barco Anastacio Yepopici, para o barco de *Trinidad*, em 1769.<sup>166</sup>

Pelo Rio Uruguai, também a movimentação foi constante. Um barco de *Yapeyú* em 1777 levou três réus criminosos: Gregorio Asaye, Martin Poti e Lucas Assimbi<sup>167</sup>. Em 1785, sabemos que um barco de *Yapeyú* foi adquirido pela Administração Geral para servir a todos os povos sem custo<sup>168</sup>. Talvez isso tenha feito *Santo Angel* voltar a utilizar este porto, chamado San Joseph, pois a partir da década de 1780 vários registros foram feitos de seus transportes pelo Uruguai, nos barcos San Juan Baptista e Nuestra Señora de Dolores, e através deles é possível acompanhar um pouco mais da história de alguns responsáveis.

Um destes registros teve como responsáveis o comissionado Mathias Tapari e o secretário Geronimo Cachu. Constam que foram enviados trinta fuzis para a administração geral e os gastos necessários para a sua manutenção, já que chegaram com problemas sendo que seis ficaram inutilizados. Os responsáveis informaram que o armamento foi entregue na mesma condição que receberam. Entre 1786 e 1788 foram várias as viagens, principalmente para levar erva-mate. Em uma delas excederam os gastos normais, pois ficaram mais que o previsto devido ao tempo ruim. Em 1788, Mathias era secretário do cabildo.<sup>169</sup>

---

<sup>165</sup> ZAVALA, F. *Carta para o Governador Bucareli*. La Cruz 16/06/1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>166</sup> CANDELARIA & TRINIDAD. *Relação de bens que transportados por barcos*. 1769 a 1771. AGN IX.18.5.1; CANDELARIA. *Licença para despacho de barco*. 08/04/1778. AGN IX.12.2.6;

<sup>167</sup> SAN MARTIN, Juan. *Carta para o Governador interino Don Diogo Salas*. 11/11/1777. AGN IX.12.2.6.

<sup>168</sup> SANZ, Juan de Paula. *Informe para os povos das missões*. Buenos Aires, 06/06/1785. AGN IX.11.8.1.

<sup>169</sup> SANTO ANGEL. *Diversos documentos sobre o envio de bens para Buenos Aires*. 1786 a 1789. AGN IX.27.1.1. A partir deste ponto, todos os casos relatados nesta seção são do mesmo grupo de documentos, com exceção, de poucos complementos indicados por outra referência.



Outros índios que aparecem frequentemente como responsáveis pelos barcos são Januario Guayeyi, Ignacio Neendi e Vizente Sumey. Os produtos que transportavam com recorrência eram o tabaco e a erva-mate para venda na capital, e o trigo que compram para o povo; como mantimentos para os tripulantes levavam sempre erva-mate, carne e sal. Tudo listado e com suas assinaturas. Eventualmente levavam produtos de outros povos, em um dos casos, o fiscal reclamou que bens de povos diferentes estavam misturados o que dificultava a conferência.

Mas a dupla que mais destaca-se pela quantidade de informações que encontramos sobre eles são Gaspar Tarapi e Luis Ayecatu. Entre 1787 e 1788 foram inúmeras as viagens que fizeram conjuntamente levando e trazendo bens da capital para o povo. Mais de uma vez tem seus serviços elogiados por Diego Cassero, responsável pelo controle dos bens pela fazenda real, como quando afirma que estava satisfeito com *“la aplicacion y el destino honroso de su desenzia y luzimiento a que los dedican”*.

O registro mais antigo que consultamos em que aparece Luis Ayecatu foi o censo de 1772, no qual consta casado e com uma filha. Nesse censo, ele estava colocado como o primeiro tributário do cacicado de Dom Ignacio Ayecatu, com o qual não é demonstrado ter parentesco, os filhos do cacique são Dom Phelipe Santiago (18 anos), Dom Norverto (10) e Ambrosio (4). Em 1783, o responsável pelo cacicado tinha 20 anos, o que indica ser Dom Norverto. Luis era, possivelmente, um dos 41 tributários deste grupo. No entanto em 1801, Luis Ayecatu, tinha 49 anos e estava aos *“cuidados del cacicado de su apellido”*, casado com Eulalia Ibiriya e com uma filha<sup>170</sup>. Nenhum dos filhos Ignacio aparecem no censo, possivelmente faleceram ou fugiram. Note-se que em 1801, Luis não estava designado como cacique, apesar de ser responsável pelo cacicado, temos alguns indícios que ele estava reivindicando esta honraria desde, pelo menos 1788. Em 13 de maio ele assinou um documento escrito pelo seu companheiro Gaspar Tapari, como Dom Luis Ayecatu (ainda que Tapari não o tenha qualificado assim ao longo do texto – ver anexo 5), depois disso em, pelo menos, duas oportunidades em um ano Diego Cassero referiu-se assim nos documentos que enviou ao cabildo de *Santo Angel*. Pelo visto, parece que a demanda de

---

<sup>170</sup> SANTO ANGEL. *Padron del Pueblo 1772*. AGN IX.18.8.5; SANTO ANGEL. *Estatísticas dos censos de 1783*. AGN IX.10.7.4.SANTO ANGEL. *Padron del Pueblo 1801*. AHRS, *Estatísticas*, Maço 1.

Luis não havia sido atingida até 1801. Possivelmente a coroa espanhola não estava interessada em perder mais um tributário.

Gaspar Tapari não teve uma história mais feliz. Em 1772, ele apareceu com 14 anos, irmão de Andres (9 anos) e de uma menina. Neste ano sua mãe era falecida, pois seu pai Joseph Tapari já era viúvo. A família fazia parte do cacicado de Dom Ventura Piyu, com o qual não foi demonstrado parentesco, tampouco tem o mesmo *apellido*<sup>171</sup>. Provavelmente, Gaspar foi alfabetizado pelos jesuítas, expulsos quando ele tinha 9 anos. Possivelmente por ser bom com as letras, seguiu participando das atividades da igreja, como as aulas de música e dança. Em 1776, foi arrolado como vítima de um caso de “pecado de sodomía”. Após um menino de 9 anos ter sido atendido pelo cirurgião do povo por estar “*enfermo del orificio*”, uma investigação acusou os professores de música, Miguel Ignacio Guarapí, e de dança, Juan Caguari, de praticarem o delito com cinco meninos. Segundo as testemunhas, Gaspar, que teria em torno de 18 anos, era tido por Guarapí “*como si fuese su mujer*”. Ao que parece, o fato era de conhecimento público há, pelo menos, dois anos, mas após o julgamento os professores foram presos e desterrados, possivelmente para as Ilhas Malvinas<sup>172</sup>. Não sabemos que tipo de envolvimento afetivo tinha Gaspar com seu professor, mas, passado dez anos, o ocorrido não parece ter prejudicado seu prestígio como trabalhador letrado e tampouco sua possibilidade de casamento. Foi ele quem escreve os documentos que assina conjuntamente com Luis Ayecatu (ver anexo 5) e, em 1788, foi o *mayordomo* do povo de *Santo Angel*.

No início deste mesmo ano, ele deve ter ficado sabendo que “*naufrago a la distancia de una légua del salto del Uruguai*” o barco *Nuestra Señora de Dolores* do povo de *Yapeyú*, que transportava erva para o povo de *San Juan* em dezembro de 1787. Talvez tenha ficado preocupado com o incidente, mas não imaginava que o mesmo iria acontecer com ele, passado um ano, no mesmo mês de dezembro, novamente com uma tempestade, típica do verão as margens do rio Uruguai. A diferença é que agora próximo ao porto de San Joseph, e com o barco *San Juan Baptista*. Gaspar, Luis e a tripulação conseguiram salvar boa parte das mercadorias, levando para a margem do rio e guardando nos armazéns dos ranchos lá existentes. Deveriam esperar alguns dias por uma nova embarcação que

---

<sup>171</sup> SANTO ANGEL. *Padron del Pueblo 1772*. AGN IX.18.8.5

<sup>172</sup> A descrição do caso e os trechos citados foram retirados de WILDE, G. *Religion y poder... op.cit.* pg. 229.

estava vindo de Buenos Aires. No entanto, Gaspar Tapari não pode esperar, aos 30 anos, faleceu dias após a tempestade, em cinco de dezembro, de um “*pasmo*” possivelmente causado pelo enorme esforço que fez para salvar os 224 *tercios* de erva.

De suas constantes idas a Buenos Aires tinha o apreço de Diego Cassero, quem, em pelo menos duas oportunidades, escreveu para o cabildo de *Santo Angel* pedindo as devidas distinções pelo seu trabalho e manifestando “*tan doloroso como me fue la perdida del mayordomo Gaspar Tapari*”. Informa também, o envio de seus pertences e roupas, conforme o pedido da viúva. No “*imbentario de ropa y trastes del finado*” constam itens como: “*un poncho*”, “*un par de calzones*”, “*una chamarra*”, “*un estuche con una imagen de la Concepción*”, “*un salero de palo*”, “*un matesito*” e “*un catre de cuero curtido*”.

Foi Luis Ayecatu quem conferiu os bens de Tapari, junto com Sebastian Poti “*que lo assistio hasta la ultima hora*”, e depois os entregou a viúva. Nesse momento, já em 1789, Ayecatu estava como novo *mayordomo* do povo e seguia fazendo o transporte de bens para Buenos Aires.

#### 1.6– LIVROS DE CONTAS CORRENTES: CIRCULAÇÃO E RECIPROCIDADE

Ainda que alguns *mayordomos* acompanhassem os barcos com produtos para serem vendidos em Buenos Aires, sua principal função era controlar a movimentação de bens no armazém central de cada povo. Para isso existiam em cada localidade livros de controle diário de contas correntes. Esta dinâmica letrada fazia com que estivessem constantemente exercitando essa prática e, como consequência, tivessem uma boa capacidade de expressar-se no papel. Neumann aborda alguns momentos em que os detentores deste cargo foram responsáveis por importantes missivas, principalmente durante os conflitos decorrentes do Tratado de Madri, mas também em situações pós-expulsão dos jesuítas.<sup>173</sup>

Ademais, neste momento nosso interesse é utilizar alguns livros que demonstram esta movimentação constante de bens para discutir questões como: quem eram as pessoas que tinham contas correntes com os povos? É possível perceber indícios de relações de reciprocidade a partir da movimentação dos bens? Quais momentos da rotina *pueblerina*

---

<sup>173</sup> NEUMANN, Eduardo S. A escrita em guarani dos *mayordomos* e o exemplo de Valentín Ybariguá (Paraguai, XVIII), *Corpus*, Vol 4, No 2 | 2014.

destacam-se nestes registros?

Nos livros de *San Borja*, entre os anos de 1777 e 1780, assinados pelos cabildantes Pedro Baray, Juan Miguel Guayrumba, pelo *mayordomo* Juan Josef Ibarasa e pelo administrador, foram vários os credores e devedores do povo. Nele constam transações com os outros povos do Departamento (*Yapeyú, La Cruz e Santo Tomé*), mas também com *Apóstoles, San Lorenzo, Concepción, San Juan, San Carlos, San Ignacio Miní e San Javier*. Constam ainda, as contas dos dois religiosos, do *maestro de primeras letras* e do administrador do povo, e também do cura de *Santo Tomé* e do Governador do Departamento. Entre os particulares aparece um capitão e um “*maestro ferrero*”. Já o corregedor Andres Chaguarucay, o *mayordomo* Isidro Guaribe, o secretário Ramon Arari e o administrador de *Mártires* utilizaram o envio de um resumo da sua movimentação de 1783 para pedir e justificar a compra de seis mil cabeças de gado.<sup>174</sup>

Por sua vez, *San Luis* também comprou gado e vários outros itens, seus parceiros comerciais parecem que se restringiam ao rio Uruguai, pois encontravam-se nos povos dos Departamentos de *San Miguel e Yapeyú*. Entre os indivíduos, aparecem alguns espanhóis e tantos outros indígenas, como Juan Antonio Ati, Domingo Yure, Buenaventura Cabusu, Christobal Sai, Anna Aramani, Dom Juan Cheá, etc. Assinaram os controles Santiago Pindo corregedor, Hernando Guaurama *mayordomo*, Ernesto Guareupi procurador maior, Pedro Pablo Pindo secretário e o administrador.<sup>175</sup>

Para *Santa María la Mayor* são diversos os livros de registros entre 1790 e 1797. No início da década, a situação não deveria estar muito boa, pois a Administração Geral informou que o povo não possuía nada de fundos na fazenda real, além disso, estava devedor com o administrador e com o povo de *San José*. Ainda assim, conseguiu autorização para compras de diversos produtos com particulares. O mesmo aconteceu entre os anos de 1792 e 1797. Em 1796, o livro diário descreve melhor os produtos que cada “natural” negociou, são exemplos Andres Apuy, que vendeu cavalos para o povo; Hilario Yacare, cebolas; Lorenzo Tandeca, Pasqual Guarupay, Pedro Murungi, Petronilda Tapari e o tenente corregedor Vicente Aybi, algodão; o corregedor Dom Luis Acaraoba pagou dívidas que tinha com o povo com algodão, amendoim e milho; Mariano Guaiha, Jose

---

<sup>174</sup> SAN BORJA. *Livros de contas correntes*. 1777 a 1780. AGN IX.16.1.3; MÁRTIRES. *Pedido de compra de gado*. 1783. AGN IX.18.3.5.

<sup>175</sup> SAN LUIS. *Livros de contas correntes (1794-1797)*. AGN IX.3.6.4

Acaraoba, Antonio Añeve venderam tabaco; Eustaquio Chemombe e Thiburcio Ñaranda trigo; o *mayordomo* Jose Antonio Eusebio comprou quatro facas de mesa. Assinaram o livro o corregedor, o *mayordomo*, o procurador Lorenzo Apuy, o secretario Eustaquio Arecayu e o administrador. Em 1797, entre os itens comprados, chama a atenção as espadas e adagas para uso do Alferes Real, um “*estandartesito*” para as crianças da escola chegarem a igreja, 280 flechas e seis tambores. Algumas compras eram feitas de indígenas, dentre as pessoas com as quais tinham débitos estão Santiago Guari, Christoval Asarigua e Thomas Guairaye, mais doze espanhóis, além de dez outras reduções. Por outro lado, tinha a receber do povo de *San José*, de seis espanhóis, da administração geral, da partida de demarcação e de vários “*naturales de este Pueblo*”, que perfazem um terço do total a receber.<sup>176</sup> Em 1799, foram enviados livros de contas corrente, referentes a 1798, do Departamento de *Concepción* para o Vice-rei. Com o caderno no qual foi registrado a conferência entre os livros do administrador e do *mayordomo*, podemos saber quem ocupava o cargo de *mayordomo*: em *Santa María la Mayor* era o Eustaquio Arecayu, antigo secretário do cabildo; em *San Carlos*, Mariano Camambu; em *Concepción*, Ildefonso Maruami; em *Mártires*, Eustaquio Guanana.<sup>177</sup>

Desta forma, dentre os livros que localizamos, verificamos que as transações dos povos tinham um número bem variado de parceiros, mas que podem ser agrupados em uma dessas quatro categorias: funcionários da administração colonial espanhola (administradores, religiosos, governadores, maestros); particulares espanhóis (comerciantes ou fazendeiros vizinhos); outros povos missioneiros; indígenas moradores do povo. Destaca-se que a única exceção encontrada ao último item é o corregedor de *San Miguel* Pasqual Areguati. Em 1793, ele apareceu vendendo 150 arrobas de algodão para *Santa María la Mayor* e em 1795 cem touros e três varas e meia de tecido grosso para *San Luis*.<sup>178</sup>

Ainda que quase sempre as transações ou as contas fossem identificadas com valores monetários, muitas vezes não envolviam dinheiro, pois se referiam a trocas de mercadorias ou pagamento de algum serviço com produtos do povo. Muitos destes

---

<sup>176</sup> SANTA MARÍA LA MAYOR. *Livros de contas correntes e diários (1790-1797)*. AGN IX.27.1.1.

<sup>177</sup> DEL CORTE, Feliciano. *Envio das contas do Departamento de Concepción pelo Tenente Governador para o Vice-rei Marques de Aviles*. 1799. AGN IX.12.2.6.

<sup>178</sup> SANTA MARÍA LA MAYOR. *Livros de contas correntes (1790-1797)*. AGN IX.27.1.1; SAN LUIS. *Livros de contas correntes (1794-1797)*. AGN IX.3.6.4. Falaremos mais deste personagem no capítulo 2.

negócios confirmam a tese de Wilde, exposta anteriormente, sobre as especializações e o fim da autossuficiência de produtos básicos. Aparentemente, as críticas que Juan Lazcano (Governador entre 1771 à 1785) fez aos negócios com particulares, pois estava diminuindo o número de produtos que eram enviados para os pagamentos das contas da Administração Geral em Buenos Aires<sup>179</sup>, não tiveram muito efeito. Por sua vez, Lassarte y Esquivel, Governador do Departamento de *San Miguel*, sugeriu que o povo de *San Luis* desse preferência para trocas, para não haver evasão de dinheiro.<sup>180</sup>

Apesar de sermos acostumados a associar as missões com o gado e a erva-mate, os livros de contas demonstram uma variedade muito grande de produtos que são produzidos ou chegam através de comerciantes e dão uma dimensão de como a região missioneira era um espaço de circulação de bens e mercadorias. Alguns exemplos: vinhos, sal, copos, pratos, talheres, tecido, algodão, lã, seda, cânhamo, papel, cera, mel, açúcar, mandioca, escovas, agulhas, machados, enxadas, formões, ponchos de Córdoba, cera de Castela, vinhos e frutas secas de Mendoza, pólvora, azeite, anil, chocolate, aço, ferro, trigo, livros, pólvora, cevada, etc.

Evidentemente não eram todas as pessoas que tinham acesso a estes produtos, alguns itens eram exclusivos para os religiosos e administradores, outros chegavam somente para os cabildantes e enfermos. Mas, todos os povoados tinham a prática de repartir bens entre os necessitados, especialmente para as viúvas, órfãos e enfermos. Os bens que comumente eram distribuídos eram carne, tecido de baixa qualidade para fazer roupas e erva. Entre 1795 e 1796, em *Santa María la Mayor* chama a atenção vários registros de distribuição de carne e tecido para índios de nação charrua e minuano. Ao que parece um grupo fixou-se próximo ao povoado, e como estratégia de convencimento para uma relação pacífica e talvez a conversão dos “infiéis” foi realizada a distribuição. É possível que o ponto alto da relação tenham sido o casamento de Antonio Paiba e o batismo de sua mulher “infiel”, em 28 de fevereiro de 1796. Não foi verificado se outros charruas também foram batizados, aparece nos livros diários que eles seguem recebendo a “ração” nos meses seguintes.<sup>181</sup>

---

<sup>179</sup> MAEDER, E. *Misiones de Paraguay... op.cit.* pg. 89/90.

<sup>180</sup> SAN LUIS. *Livro de contas corrente.* 1794. AGN IX.3.6.4.

<sup>181</sup> SANTA MARÍA LA MAYOR. *Livros de contas correntes (1790-1797).* AGN IX.27.1.1. A relação entre os missioneiros e os índios infiéis será melhor discutido no capítulo 3 desta dissertação.

Mas os eventos que mais consumiram produtos dos armazéns, em um curto espaço de tempo, eram as festas em homenagem à monarquia ou ao padroeiro do povo. Conforme Wilde, especialmente as festas em homenagem à monarquia serviram tanto para a administração colonial, como para as lideranças indígenas atualizarem seus laços de comunidade e reciprocidade. Neste sentido, o autor ressalta a importância do retrato real dentro das cerimônias, ao qual é destaque nos rituais em que esta envolvido, como na apresentação, na colocação em frente a igreja, nas saudações que recebe, no momento de retirar, etc. Dai a importância do personagem indígena responsável por este manejo, o alferes real, reforçando o que havíamos visto, sobre suas indumentárias, no item 1.2.<sup>182</sup> A reverência era correspondida com a distribuição de bens, como em *San Luis*, onde foi repartido mel, tabaco, açúcar, sal, “*sarsillos*”, facas e pólvora “*a naturales en obsequio del dia de mañana que es cumpleaños del Rey Nuestro Señor*”, em novembro de 1794.<sup>183</sup>

Anos antes, Zavala havia notado que os povos estavam dando mais destaque ao dia de seus padroeiros do que as homenagens à monarquia e resolveu emitir um regramento para que ficasse guardado nos arquivos de todos os cabildos. Primeiro, referiu-se às festas do dia 04 de novembro, em homenagem a nomeação de Carlos III. Orientou que os corregedores deviam avisar os Padres na manhã anterior que, a partir do meio-dia deveria ser anunciado de hora em hora a missa em homenagem a ele e depois um “*te deum*”. Na noite anterior, para manter a ordem e o silêncio, se montaria guarda na porta de igreja e seria feito rondas pelo povo. Antes, ao anoitecer deveriam ser acessos luminárias e fogueiras. Dia 4, pela manhã, abrir-se-ia o retrato com solenidade e ao som do tambor de marcha. Todos os caciques e cabildantes deveriam se encontrar na casa do corregedor para dirigirem-se a Igreja assistir a missa. Ao fim da tarde, um baile público na praça diante do retrato real, até o anoitecer quando deveria ser fechado o retrato e retirada a guarda. O mesmo procedimento deveria ocorrer no dia 20 de janeiro, festa de São Sebastião e aniversário do Rei, que não poderia ser adiada, para evitar visitantes de outros povos. Por fim, ordenou também, nos dias da festa do padroeiro do povo, quando o estandarte real

---

<sup>182</sup> WILDE, G. *Religión y poder...* op.cit. pg. 203-205.

<sup>183</sup> SAN LUIS. *Livros de contas correntes (1794-1797)*. AGN IX.3.6.4. Carlos IV nascido em 11/nov.

fosse retirado para colocar a imagem do patrono, tal ato fosse feito com veneração das armas reais e se formasse uma marcha com decência e o devido acompanhamento.<sup>184</sup>

E realmente, eram as festas dos padroeiros que pareciam mobilizar mais as comunidades. Doblas reclamou dos gastos elevados realizados nestas ocasiões nas quais

*se disipan los bienes de los indios es en las fiestas anuales de los santos patronos de los pueblos. No baja lo que se gasta, en las más reducidas, del valor de 300 a 400 pesos; y de éstos los que disfrutan menos son los indios, a los que sólo se da carne en abundancia esos días, y algún corto regalillo que se les distribuye; pero para los religiosos, administradores y otros españoles que concurren, como también para el gobernador o tenientes, si asisten, hay abundantes y exquisitas comidas, y regalos llamados **tupambaes**.(...) y aunque desde luego me repugné y lo di a entender, como se me encargó siguiera en todo el método de mi antecesor, y vi que así en los pueblos del inmediato mando del gobernador como en los demás tenientazgos se practicaba lo mismo, no tuve por conveniente el hacer yo novedad en una cosa en que tienen imbuidos a los indios, que hacen un grande obsequio al santo de aquel día en repartir parte de sus bienes entre quienes no lo necesitan*<sup>185</sup>

Assim, para *San Luis*, já em abril de 1795, encontramos um pedido de autorização de compra de cera em vista da festa que ocorreria em 21 de junho. No ano anterior também foi intensa a movimentação de produtos entre 11 e 22 de junho, incluindo pólvora, açúcar, vinho, chocolate, mel, tudo para “*gasto de la funcion*”. Na véspera os convidados já começavam a chegar aumentando o consumo de carne, dia 20 foram 44 reses para ração “*del Pueblo, mesas de Santo y convidados a la festividad de los demas Pueblos*”. Dia 21, foram arroz, facas, tabaco, 60 rosários “*de palo*”, mais 55 reses, e, dia 22, mais 50 reses. No mês seguinte, foram pagos aos religiosos de *Santo Tomé* e *La Cruz*, que participaram da festa, 50 varas de tecido. Tudo assinado pelo corregedor, *mayordomo*, cabildo e administrador. Em *Santa María la Mayor* também foram registrado vários itens, comprados, distribuídos e consumidos, para a festa de agosto. Em 1792 cinco padres visitantes foram remunerados por rezarem missa.<sup>186</sup>

Passados alguns anos da reclamação citada acima, Doblas reconheceu que mesmo em crise as festas deviam continuar acontecendo com fartura, já que era um dos pontos que mobilizava o trabalho dos índios. O corregedor e cabildo gostavam de convidar os corregedores e cabildos de outras localidades, e muitos outros índios vinham sem ser

---

<sup>184</sup> ZAVALA, F. *Regramento para os corregedores, cabildos, caciques e “homens bons” dos povos da província do Uruguai*. 22/10/1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>185</sup> DOBLAS, Gonzalo de. *Memoria histórica...op.cit.* Pg. 28/29.

<sup>186</sup> SAN LUIS. *Livros de contas correntes (1794-1797)*. AGN IX.3.6.4; SANTA MARÍA LA MAYOR. *Livros de contas correntes (1790-1797)*. AGN IX.27.1.1.



convidados. Se a festa não tinha muita fartura, ficavam constrangidos e desmotivados, pois trabalhavam o ano inteiro com este objetivo<sup>187</sup>. Assim, parece caracterizar bem, o que Souza atribui como princípios do prestígio social guarani, a reciprocidade e redistribuição, materializada no incentivo a produção para consumo em rituais de abundância e formando um “complexo de festas”.<sup>188</sup>

Outro ponto que merece destaque é um caráter autônomo de certas manifestações teatrais que eram realizadas nas festas e causavam surpresa nos observadores espanhóis. Doblas mesmo, falou que “*los bailes que usan son antiguos o extranjeros; yo no he visto en España danzas semejantes*” e “*entre danza y danza hacen juegos o entremeses, que en su idioma llaman **menguas***”. Já Alvear citou que “*otros figuran una danza de negros vestidos y tiznados como tales, haciendo aquellos ademanes y gestos que acostumbran con sus malimbas y tamboriles*”<sup>189</sup>. Por sua vez, Azara descreveu uma apresentação a cavalo que faziam os guaranis juntamente com charruas e minuanos visitantes, em *San Miguel*:

*Iban montados en pelo: un palito servía de bocado al freno y sus puntas de cuero hacían de alacranes. El vestido se reducía á un escasso taparabo ó trapillo sucio ceñido á los riñones: los adornos consistían en una cuerda sobre la frente atada en el cogote, el pelo tendido y las quijadas pitadas de blanco. Algunos estaban armados de una lanza larga 12 piés con la punta de fierro delgada y larga media vara: otros llevaban su aljada muy aplastada que ocupaba la espalda y lomos en la que estaban las flechas cortas y en abanico, cuyas plumas sobresalían á la cabeza formando un arco de vários colores que hacia por delante una apariencia verdaderamente hermosa. Su figura y talla es arrogante y bela como la de los bárbaros mbayá, y sin comparación mejor que la de los Guaraní.*

*Estos índios y los del Pueblo imitaron un combate de Guaycurú; los que representaban á estos últimos iban completamente desnudos, muy pintados y com muchas plumas puestas com extravagancia en sus personas y caballos. Aquí ví todo lo que es capaz de hacer un hombre á caballo en pelo y con un grande lanzón. Disparaban los caballos á la fúria, los sentaban de repente y revolvían con agilidad indecible: en lo más violento de la carrera saltaban en tierra, y outra vez á caballo con ligeireza de un halcón apoyádo (se) en la lanza: á veces se hechaban á un lado ocultáncose de forma com el cuello y cabeza y cuerpo del caballo que parecia que este corría solo.*<sup>190</sup>

Talvez possamos pensar nos termos de Carvalho Jr. para as missões jesuíticas na

---

<sup>187</sup> DOBLAS, G. Nota. 15/01/1788. In.: *Expediente formado sobre instancia del R. Parroco del Pueblo de San Juan Bautista Fr. Antonio Urbon, y lo deducido procedente de ella, por los Tentes. Gov. de Concepción, Yapeyu y San Miguel*. 1787. AGN IX.18.3.5.

<sup>188</sup> SOUZA, J.O.C. O sistema ... *op.cit.* pg. 242/243.

<sup>189</sup> DOBLAS, Gonzalo de. *Memoria histórica...op.cit.* Pg. 45/46; ALVEAR, Diego. *Relación geográfica e histórica de la Provincia de Misiones*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, [ca.1791]1836-1837. Pg. 83/84. O autor fazia parte da divisão de demarcação de limites e circulou pelas missões entre 1784 e 1801;

<sup>190</sup> AZARA, Félix de. *Geografía física y esférica de las Provincias del Paraguay, y Misiones Guaraníes*. Redigida a partir do manuscrito da Biblioteca Nacional, com bibliografia, prólogo e anotações de SCHULLER. Montevideo: Anales del Museu Nacional, [1790] 1904, Pg. 118/119.

amazônia portuguesa com índios tupi:

O significado destas festas, ainda que nebuloso, pode indicar dois aspectos relevantes. O primeiro revela um espaço não somente festivo mas ritual, no qual as antigas tradições que estas populações traziam, ainda que mantidas de forma tênue nas estórias contadas por seus avôs e pais, persistiam com algumas adaptações no mundo cristão. Outro, diz respeito à constituição de um espaço autônomo descolado da disciplina moral daquele novo mundo, lugar onde todas as tensões emergiam.<sup>191</sup>

### 1.7 – O ESCRIVÃO CIPRIANO CHORA

Para finalizar este capítulo, após analisar alguns documentos de controle administrativo da Coroa espanhola sobre os habitantes das missões guarani, vamos nos deter um pouco acerca da trajetória de um discreto funcionário da burocracia colonial. Cipriano Chora serviu por mais de dez anos como escrivão do Tenente Governador do Departamento de *San Miguel*. Esse fato por si só, já o diferencia, pois conseguiu fazer da atividade letrada um ofício que possibilitou uma proximidade com os administradores coloniais, por um longo período. Não sabemos se outro índio exerceu esta função nos demais departamentos ou para o Governador Geral, mas se o fizeram, foram poucos.

Segundo o censo de 1772, Cipriano era natural do povo de *San Luis*, tinha 14 anos e era filho de Christoval Chora, de 59 anos e de Gabriela. Naquele período não tinha irmãos. Ainda que seu pai tenha sido tenente corregedor do povo entre 1768 e 1770, ele não era cacique, tampouco do mesmo *apellido* de Dom Bonifácio Pimentel responsável por este grupo de *mboyas*<sup>192</sup>. Por estes dados podemos deduzir que foi alfabetizado pelos jesuítas, recebendo uma atenção especial por ser filho de cabildante. Tinha 8 anos quando ocorreu a expulsão dos padres.

Provavelmente depois da expulsão seguiu praticando a escrita, inclusive aperfeiçoando-se no espanhol. Depois de um longo tempo em que não encontramos registros sobre suas atividades aparece em algumas missivas emitidas pelo Governador do Departamento de *San Miguel* Lassarte y Esquivel. Nas primeiras, o Governador estava envolvido em um litígio entre o povo de *San Luis* e um comerciante espanhol, em, pelo menos, quatro ocasiões entre 10 de dezembro de 1785 e 09 de janeiro de 1786, Cipriano

---

<sup>191</sup> CARVALHO JUNIOR, Almir D. *Índios cristão... op.cit.* pg. 273.

<sup>192</sup> SAN LUIS. *Padron del Pueblo 1772*. AGN IX.18.8.6; SAN LUIS, Cabildo de. *Correspondencia para o Governador Dom Gaspar de la Plaza*. 24/06/1770. AGN IX 18.5.1.

assinou como testemunha, desde *San Luis*. Passados alguns meses, novamente acompanhou Lassarte, agora em outro litígio, no povo de *San Miguel*. Entre 03 de outubro de 1786 e 08 de janeiro de 1787 assinou, pelo menos, sete documentos emitidos pelo Governador como testemunha, incluindo alguns interrogatórios. Provavelmente foi Chora quem escreveu parte deles (ver anexo 6). Na década seguinte, os dois estavam em outro povo, agora no Departamento de *Concepción*, onde Lassarte estava como Governador interino. Desde *Santa María la Mayor*, em 1792, mais uma vez Cipriano assinou como testemunha. Até podemos pensar se, nesta prática de acompanhar Lassarte, teria Chora presenciado sua queda de cavalo com “*susto y verguenza*” narrado por Azara, durante passagem pelos povos?<sup>193</sup>

Mas o que realmente caracteriza as funções de Cipriano Chora como um ofício são os registros nos livros de conta corrente de *San Luis*. Em 1794, temos um registro de soldo como “*escribiente*”, já para 1795 a descrição esta mais completa: “*escribiente de la tenencia de Gobierno*”. No último ano mostrou que alguns pagamentos foram feitos com bens: algumas reses em janeiro, varas de tecido em junho. Nos mesmos moldes destes registros, podemos acompanhar que ele recebeu soldo também em 1798 e 1799. Aparentemente os valores eram integralmente pagos por seu povo de origem, ainda que prestasse serviço para o Departamento todo.<sup>194</sup>

Na verdade sabemos muito pouco da história de Cipriano, nenhum documento consultado faz comentários sobre as suas características e tampouco ele é o emitente de alguma carta. Ao que parece não é uma liderança indígena, ainda que fizesse parte de uma elite letrada, mas soube encontrar um papel relevante nas estruturas burocráticas, e ali permanecer por, pelo menos, mais de uma década.

\*\*\*

Como vimos ao longo deste capítulo a “cidade letrada” também é uma construção indígena, na qual uma parcela tinha conhecimento do que era retratado. Esta elite acabou

---

<sup>193</sup> SAN LUIS. *Expediente sobre contrato que fez com Dom Andres de Salazar*. 1785. AGN IX.18.3.5; SAN MIGUEL. *Expediente promovido pelo Corregedor, Cabildo e caciques contra Dom Manuel de Buergo Administrador provido deste Povo*. 1786. AGN IX.18.3.5; SANTA MARÍA LA MAYOR. *Inventarios 1791/1792*. AGN IX.27.1.1; AZARA, Félix de. *Geografía física y esférica...op.cit.* pg. 112.

<sup>194</sup> SAN LUIS. *Livros de contas correntes (1794-1797)*. AGN IX.3.6.4

tornando-se mediadora entre as diferentes “cidades” e o mundo ao redor, ainda que não saibamos como estas construções foram traduzidas para as pessoas “comuns”. Por outro lado, sabemos bastante, ainda que de forma fragmentada, de como as ações destes indígenas eram retratadas na dura visão dos livros de controle. Complementarmente, os relatos de alguns espanhóis, também parte de uma elite letrada, demonstram uma diversidade de experiências que tiveram ao relacionarem-se com os índios, ainda que tenham um discurso distante, de estranhamento, algumas vezes caricato e generalizante.

Como resposta a essas generalizações, este capítulo apostou bastante em citar os nomes dos envolvidos em cada situação específica, recurso que vai repetir-se nos demais. O trabalho com nomes é justificado por Ginzburg para guiar o investigador no “labirinto documental” distinguindo um indivíduo do outro e possibilitando a emergência de biografias, ainda que fragmentadas. Ainda assim, como tratamos de grupos subalternos, o autor sugere a busca pelo “excepcional normal”, ou seja, documentos estatisticamente não frequentes que funcionem como “indícios de uma realidade oculta que a documentação, de um modo geral, não deixa transparecer”.<sup>195</sup>

Nesse contexto entra a trajetória de Cipriano Chora e seu caso excepcional de ser remunerado regularmente por um ofício letrado, ressaltando que os cabildantes não tinham remuneração. Vimos, pelos diferentes registros, que a forma mais comum dos indígenas ganharem algum soldo era através de trabalho para terceiros, e eventualmente poderiam realizar alguma pequena transação comercial ou serviço para o povo, nada que garantisse uma regularidade no recebimento, a ponto dos artesãos de *San Luis* não terem ideia de quanto valeria seu trabalho na igreja (item 1.4). Ademais não conhecemos demanda dos indígenas referente à regulação ou melhorias nas suas remunerações, diferente do que apresenta Almeida para os indígenas aldeados do Rio de Janeiro no mesmo período.<sup>196</sup>

Desta forma podemos pensar que para Cipriano, seu trabalho e remuneração fosse um importante motivo para que permanecesse nas reduções, assim como, para muitos dos que saíram esta era uma perspectiva, pois como foi citado anteriormente, eles estavam “*por todas partes ganando su sustento del modo que les acomoda*” e sabiam que sua mão-de-

---

<sup>195</sup> GINZBURG, C. O nome e o como... *op.cit.* pg. 173 e seguintes. O próprio autor adverte que ele não é o pioneiro na utilização do nome, mas o artigo que escreveu, ao relacionar com método da micro-história, reforçou a importância dessa forma de pesquisa.

<sup>196</sup> ALMEIDA, M.R.C. de. *Metamorfoses indígenas...* *op.cit.* pg. 210/212.

obra era valorizada. Por outro lado, para boa parte dos que ficaram o sistema de comunidade - *abambae* e *tupambae* - poderia ser satisfatório, se mantivesse a prática de redistribuição e reciprocidade, o que se tornou cada vez mais difícil com o declínio material dos povoados.

Assim, vimos que as lideranças indígenas faziam questão da continuidade das festas com fartura, momento do auge daquelas práticas. As celebrações das datas religiosas e da realeza ajudavam a mobilizar e dar sentido aos diferentes trabalhos, incluindo o “serviço real”, além de atualizar a relação com a monarquia, o cristianismo e as próprias hierarquias internas. No entanto, parece que as festas dos padroeiros podiam trazer um sentido mais amplo, de identidade do próprio povoado, de afirmação perante os outros que costumavam visitá-los nessa época e de valorização dos trabalhos dos ancestrais. O mesmo aplica-se à manutenção das igrejas e seus ornamentos (como visto no item 1.2).

A construção dos núcleos urbanos guaranis a partir da idealização de sua arquitetura, com a “tipologia urbana missioneira”, e da “cidade letrada” não são projetos indígenas. Ambos os projetos tinham por finalidade ordenar e controlar os habitantes destes povoados. Entretanto, este capítulo demonstra como a atuação destas pessoas é fundamental para a realização material das mesmas. Ressalta também que, ainda que não seja possível ouvir as vozes dos índios nestes documentos, em muitos momentos deixaram suas marcas nas confecções destas estruturas e criavam um sentido para elas. Algumas vezes, aproveitavam-se das suas fraquezas para adulterá-las, como no caso das trocas de idade nos censos, e das trocas de habitações sedentárias (fileiras de casas) por semi-sedentárias (os ranchos de palha).

Os exemplos aqui analisados torna inegável que parte da elite alfabetizada indígena tinha conhecimento das informações que circulavam nestas pilhas de papéis. O manejo destas informações para conseguir alcançar seus interesses, ficará ainda mais claro nas situações de conflitos analisadas do capítulo seguinte. Para além das informações estatísticas, que os documentos analisados neste capítulo podem dar, e já deram, para diversos trabalhos, e de modo geral, vão demonstrar a decadência material e populacional dos povos, propusemos analisar como também muitos indígenas ficaram nos seus locais de origem. Manter-se no mesmo lugar também pode significar grandes mudanças para estas pessoas. Nas “cidades de pedra” e nas “cidades das letras” muita coisa mudou, e em função

destas “cidades” eles morreram, mataram, fugiram, casaram, trabalharam, celebraram, enfim viveram e se reinventaram.

## CAPÍTULO 2

### A PENA E O BASTÃO: LIDERANÇAS E CONFLITOS

A carta que os corregedores e caciques presentes em Buenos Aires escreveram para o Rei Carlos III, em 1768, inaugurou um novo momento na comunicação escrita entre as lideranças indígenas e as autoridades coloniais. Ainda que a escrita já tivesse ganho muita visibilidade e autonomia desde, pelo menos, os conflitos de demarcação do Tratado de Madri na década de 1750, sem a intermediação, real ou suposta, dos jesuítas abriram-se caminhos e intensificou-se uma comunicação direta.

Dois pontos da carta são reveladores da nova postura adotada pelas lideranças indígenas. O primeiro trata do compromisso que assumiram de aprender “*la lengua castellana*”, ou seja, mais do que a escrita eles estavam manifestando uma adesão a nova ordem, antecipando-se até as “*instrucciones*” de Bucarelli, que provavelmente já tinha comunicado esta intenção a eles. O segundo refere-se a demanda por um encontro com o rei, vislumbrando um vínculo pessoal e uma comunicação direta, já que pressupunha o aprendizado da língua: “*después de haber aprendido bien, con la voluntad de Dios hemos de procurar ver a Vuestra Majestad*”.<sup>197</sup>

Como bem assinalou Wilde, o processo de expulsão marcou uma oportunidade para os guaranis e espanhóis reconstruírem seus vínculos. Neste sentido a coroa espanhola colocou em prática uma política assimilacionista e de reforço às hierarquias internas na sociedade indígena. Assim, propunha acabar com as divisões entre espanhóis e índios, com os guaranis aprendendo o castelhano e convivendo dentro dos povos com espanhóis, ainda que o sistema de comunidade seguisse em vigência, mesmo contestado. Por outro lado, aumentou o prestígio dos cabildos e incentivou a participação dos caciques, enfatizando sua “nobreza” através de cargos e vestimentas. O autor também sugere que a relação com os

---

<sup>197</sup> WILDE. *Religión y poder... op.cit.* pg. 208/209; e NEUMANN. *Práticas letradas...op.cit.* pg. 255/256.

jesuítas estava bastante desgastada, e isso refletiu nas poucas manifestações de contrariedade expressadas.<sup>198</sup>

Por sua vez, as lideranças indígenas manifestaram-se externamente através de frequente correspondência, que expressavam diferentes interesses, por vezes conflitantes e, muitas vezes, com objetivo de obter vantagens pessoais. Internamente, interpretaram que teriam mais autonomia sobre os bens dos povos e aumentaram o consumo e distribuição entre a população em geral<sup>199</sup> e como presente para os novos representantes coloniais. Tal atitude se deu especialmente nos primeiros anos, enquanto o Governador tinha dificuldade de consolidar seus tenentes governadores e os funcionários da nova divisão da administração de cada povo entre espiritual e temporal.

No entanto, mesmo com a administração colonial reformulando-se e aumentando o controle sobre os bens e os trabalhos das reduções, a reação das lideranças nunca foi de apatia. De forma alguma podemos compreender a atitude destas pessoas, nas décadas que seguiram, como indiferentes em relação ao futuro das reduções, mesmo com os problemas que enfrentaram. Veremos que eles aderiram “às regras do jogo político, das estratégias de negociação, através do domínio dos códigos de comunicação escrita. Certamente, houve uma clara intenção por parte dos indígenas letrados na eleição do idioma do colonizador no momento de recorrerem aos governadores”.<sup>200</sup>

Para discutir as múltiplas situações que os indígenas enfrentaram neste período vamos acompanhar a ação de diversas lideranças, principalmente através de suas manifestações escritas. Neste intento, o capítulo começa por tratar do conhecimento que a elite indígena já tinha da escrita e algumas mudanças que serão verificadas a partir da intensificação da comunicação externa e do aprendizado do castelhano. O capítulo analisa também os conflitos surgidos na disputa pelos lugares de poder, especialmente entre os próprios caciques e cabildantes, passando pelos problemas com os novos religiosos e com os novos administradores. Também apresenta algumas disputas territoriais e possíveis parcerias entre os povos, discute algumas possibilidades de atuação femininas através da escrita e a forma como a administração espanhola via as manifestações indígenas. Por fim, relaciona as expressões indígenas com a singular trajetória de Pasqual Areguati, corregedor

---

<sup>198</sup> WILDE. *Religión y poder...* *op.cit.* pg. 198 a 212.

<sup>199</sup> HERNÁNDEZ. *Tumultos y Motines...* *op. cit.* pg. 90

<sup>200</sup> NEUMANN. *Prácticas letradas...* *op.cit.* pg. 295.



de *San Miguel*.

Assim, estas manifestações vão ensejar as análises dos tipos de demandas que tiveram os indígenas ao longo de três décadas após a expulsão dos jesuítas e algumas questões: quais argumentos foram utilizados nas disputas internas por poder? Como variavam as relações com os novos representantes da sociedade colonial? Como a administração colonial percebia os interesses indígenas: ação consciente ou manipulação? Como era a relação entre os diferentes povos? Quais os espaços para a manifestação feminina? O que fazia um índio ser reconhecido como “civilizado”?

## 2.1 – “LA BUENA ORTHOGRAPHIA”: DO GUARANI AO CASTELHANO

O manuseio de documentos escritos por parte dos guaranis estava bastante difundido dentro das reduções. É notório que os jesuítas utilizaram línguas indígenas, ainda que adaptadas, para produzir extenso material de catequização nos lugares onde se estabeleceram. Nas missões do Paraguai, destacam-se as obras de Antonio Ruiz de Montoya e do índio Nicolás Yapuguay, entre outros, difundidos inclusive com a utilização de obras impressas nas próprias reduções.<sup>201</sup>

No entanto, na época jesuítica, estes instrumentos eram restritos a uma parcela da população e para usos específicos. Tinham acesso a essa instrução os filhos da elite: caciques e cabildantes, eventualmente algum outro menino escolhido para os trabalhos da igreja. A grande maioria dos “alfabetizados” utilizava somente a leitura de textos, às vezes em voz alta para um público maior, com a finalidade de memorizar trechos das escrituras. Assim, eram poucos os que podiam comunicar-se através da escrita e menos ainda os que podiam fazer isto em espanhol, pratica não muito incentivada. Desta forma, foi comum a delegação da escrita para uma elite especializada, como os secretários e *maestros de escuela*.<sup>202</sup>

Foi com a necessidade imposta pelo conflito nas demarcações do Tratado de Madri, que a comunicação escrita entre guaranis e com os colonizadores espanhóis e portugueses

---

<sup>201</sup> Para indicação de uma extensa bibliografia sobre o tema ver MELIÀ & NAGEL. *Guaraníes y jesuítas ... op. Cit.* pg. 160 em diante. Para a América portuguesa ver: DAHER, Andréa. Cultura escrita, oralidade e memória: a língua geral na América portuguesa. In.: PESAVENTO (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru (SP): EDUSC, 2004.

<sup>202</sup> NEUMANN. *Práticas letradas... op.cit.* trata destes pontos no capítulo 2.

ganhou destaque. Naquele momento os guaranis evidenciaram a sua capacidade de romper com as convenções epistolares e ajustar a escrita conforme o interlocutor e intenção do momento. Para organizar e analisar estas diversas formas de manifestação, Neumann utiliza oito modalidades textuais verificadas no período (ainda que algumas já tivessem algum uso anterior), de acordo com as suas características.<sup>203</sup> Neste trabalho vamos analisar basicamente cartas e memoriais. Por sua vez, Wilde ressalta que documentos escritos em nome da coletividade e assinados em nome do cabildo são raros antes de 1767.<sup>204</sup>

Logo após a expulsão dos jesuítas, o guarani continuou sendo a língua utilizada para as missivas, em muitos casos era necessário contratar um intérprete para a tradução das mesmas. Já demos o exemplo do inventário de *San Nicolás* realizado no momento da expulsão, que trazia vários bens descritos em guarani, provavelmente escrito ou copiado de uma lista por um indígena. No entanto, já nos primeiros anos é possível notar uma disposição das lideranças em utilizar o espanhol, para além da promessa feita em Buenos Aires. A elite de *San Ignacio Guazu* assumiu diretamente este compromisso em dois documentos, um emitido pelo cabildo e outro pelos caciques, em abril de 1769.<sup>205</sup>

Meses depois, Zavala escreveu para Bucareli informando que estava cobrando o apoio dos novos cabildantes nomeados, especialmente dos corregedores e seus tenentes, mesmo que isto fosse difícil, levasse tempo e alguns se opusessem.<sup>206</sup> No geral, o sistema escolar deveria ficar a cargo dos novos religiosos, mas em alguns povoados foi possível nomear professores – *maestros de primeras letras*. Segundo Maeder, uma das maiores dificuldades para uma boa realização das atividades de ensino foi o desconhecimento do guarani, salvo para os religiosos provenientes de Corrientes ou do Paraguai. Para suprir esta necessidade foram ajudados por *maestros* índios, como já ocorria no tempo dos jesuítas.<sup>207</sup>

A tarefa docente era desenvolvida em uma sala do “Colégio”, ao redor de uma grande mesa. Durante a manhã e a tarde compareciam os alunos - crianças com mais de quatro ou cinco anos - que poderiam chegar a mais de 300. Maeder destaca ainda que, no

---

<sup>203</sup> NEUMANN. *Praticas letradas... op. Cit.* pg. 111 em diante. Carta “escrita voltada à comunicação com a sociedade colonial, relacionada às regras epistolográficas cultas e caligráficas.” Memorial: “voltado a expressar uma demanda extraordinária, com escrita ajustada para atingir uma determinada audiência”.

<sup>204</sup> WILDE. *Religión y poder... op. Cit.* pg. 76.

<sup>205</sup> SAN IGNACIO GUAZU. *Correspondencias para o Tenente Governador Joseph de Añasco*. 25/04/1769. AGN IX.18.5.1

<sup>206</sup> ZAVALA. *Correspondencia para o Governador Bucareli*. 01/07/1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>207</sup> MAEDER, E. *Misiones del Paraguay...Op. Cit.*, pg. 176.

geral, as avaliações feitas sobre o trabalho e o resultado dos novos *maestros* são desfavoráveis. No entanto, reforça que estas críticas devem ser consideradas caso a caso, já que as condições não eram ideais e, mesmo assim, alguns conseguiram realizar um bom trabalho. Por exemplo, Pedro Tuella em Itapúa, Manuel Ângulo em Yapeyú, e José González em *San Nicolás*, entre outros.<sup>208</sup>

De Manuel Ângulo, encontramos uma carta emitida já em 1769, expondo seu trabalho ao Governador. Nesta missiva, ele afirmou que, além de ler e escrever em castelhano, também rezavam todos os dias e eram bons cristãos. Disse também que chegou a ter trezentos alunos e bastante material, ainda que alguns precários - como a tinta que usam feito de carvão de caroço de pêssego- e livros, que evitava passar aos alunos, pois eles não tinham cuidado ao manusear. No entanto, reforçou que precisava seguir recebendo mais material, especialmente papel. Encerrou apontando que estavam progredindo “lindamente”, especialmente o menino que lhe servia e que muitas vezes atuava como interprete para os outros alunos. Além disso, enfatizou que havia orientado o corregedor para obrigar os pais de família a mandarem seus filhos diariamente já que alguns eram omissos.<sup>209</sup>

Junto com a carta mandou um exemplo de atividade realizada por seus alunos. Cada aluno preencheu uma lauda, na qual realizaram um exercício de caligrafia, vocabulário e forma, como podemos observar na sentença de abertura: “*La buena orthographia dicta se escriba com letra grande todo principio de nombre próprio, sobrenombre, dignidade, clausura y verso. Despues de –q siempre se há de seguir –u-. Antes...*”<sup>210</sup>. Dentre o material enviado por Ângulo estão os escritos dos meninos Francisco Cusu, Gregorio Ñaca e Clemente Angulo, menino indígena, que por servir diretamente o maestro, carregava também seu sobrenome.

Segundo o relato de Doblas, quando os meninos atingiam entre 4 e 5 anos ficavam a cargo da comunidade. Pela manhã, os alcaides e secretários “*de los muchachos*” recolhiam as crianças para a missa e depois se distribuía entre seus trabalhos e funções, ficando no povo os aprendizes de música, primeiras letras e ofícios.<sup>211</sup> Algumas vezes eram desviados

---

<sup>208</sup> *Ibidem*, pg. 177.

<sup>209</sup> ANGULO, Manuel. *Correspondencia para o Governador*. Yapeyu, 10/05/1769. AGN-BA IX.18.5.1.

<sup>210</sup> *Idem*, dois exemplos dos textos realizados pelos alunos estão no anexo 7.

<sup>211</sup> DOBLAS, Gonzalo de. *Memória histórica, geográfica... op.cit.* pg. 29.

para outras funções. Por exemplo, em 1787, Diego Cassero, funcionário da Fazenda Real, sugere que os meninos Pantaleon Yarepi e Manuel Guarapi, de *Santo Angel*, façam funções diferentes. Ambos estavam auxiliando a esposa do *maestro de primeras letras* que estava enferma, mas um deveria estudar para ler, escrever e cantar, e o outro, para um ofício<sup>212</sup>.

A presença de um professor espanhol em todos os povos não chegou a ser concretizada. Na década de 1780, Doblas, em uma de suas muitas sugestões de mudança na condução da administração, propôs que os *maestros* tivessem também um papel de analisar as contas do administrador local, configurando-se como uma espécie de interventor. Eles não receberiam a mais por isso, mas seriam promovidos a substitutos do administrador e auxiliariam o cabildo no controle dos bens da comunidade, reportando-se direto ao Governador<sup>213</sup>. Doblas fazia uma crítica ao trabalho dos cabildos que, segundo ele, não eram capazes de fiscalizar o trabalho do administrador. No entanto, veremos a seguir que o cabildo e o administrador podiam fiscalizar o trabalho do *maestro*.

Em 1786, outro professor manifestou-se, dessa vez pedindo mais material para as suas atividades. Era Ponciano, maestro do povo de *San Lorenzo*, que requeria *cartilla*, *carton* e *catecismo* em falta para seus mais de 80 *esculeros*. Diante da reclamação, o Governador Geral das Missões pediu para que fosse verificada a necessidade de material para todos os povos do Departamento de *San Miguel*. Como resposta o Tenente Governador Lassarte enviou a “*Razon de los Libros, y demas utensilios que se nesesitan para la enseñanza de primeras letras, y doctrina christiana de los niños*”. Para Lassarte, o material de *San Lorenzo* era suficiente para o bom andamento desta escola, discordando do *maestro*. Informou ainda que possuíam tábuas de madeira onde escreviam e depois raspavam para reutilização. No geral disse que todas as escolas tinham material, que variava um pouco conforme o número de alunos, e que com este material aprendiam também música e latim. Em alguns casos reclamou que as crianças só aprendiam a rezar e que as atividades precisavam ser aplicadas na idade certa. Seguiu com as informações para *San Nicolás*, *San Luis*, *San Miguel*, *San Juan* e *Santo Angel*. Afirmou ainda que havia mais material guardado nos armazéns que seriam disponibilizados conforme a demanda<sup>214</sup>.

---

<sup>212</sup> CASSERO, Diego. Correspondencia para o corregedor, cabildo e administrador de Santo Angel. 1787. AGN IX.27.1.1.

<sup>213</sup> DOBLAS. Sugestões para mudanças na administração. In.: *Expediente formado ....* 1787. AGN IX.18.3.5.

<sup>214</sup> SILVA, Ponciano de. *Instancia del maestro de primeras letras de San Lorenzo*. 1786. AGN IX.18.3.5

No ano seguinte, o mesmo Ponciano escreveu informando estar desempenhando suas atividades, dentro das possibilidades e que iam aprendendo com o material que ele trouxera de Buenos Aires<sup>215</sup>. No entanto, dois anos depois, ao solicitar seu soldo pelo tempo trabalho - provavelmente porque iria deixar o povo -, teve como retorno graves críticas ao seu trabalho, o que produziu um litígio que se desenrolou por mais de cinco anos e deu origem a mais de cem páginas de manifestações e registros.<sup>216</sup>

Em março de 1789, Dom Ponciano solicitou seu salário por dois anos de serviços no Povo de *San Lorenzo*, mas seu pedido foi devolvido por ser necessário acrescentar “*la certificasion Del Corregidor Cabildo y Adm.or que acredite el sai que tomo posecion Del empleo, tiempo que lo sirve, su solvência, o a deudo, com el Pueblo y Cumplimiento exacto de su obligación*”. Porém, quando o administrador e o cabildo manifestaram-se, eles denunciaram os maus tratos que o professor dispensava aos seus alunos, inclusive casos de açoite em crianças de 7 e 8 anos, e como isso estava fazendo com que muitas fugissem do Povo. Além disso, informam que ele não aceitava a intervenção de ninguém do cabildo, chegando ao ponto de suplicarem uma “*providencia que hallase de justicia, pues de lo contrario no quedará criatura alguna que no se huya*”. Assinaram a carta: Isidro Faupa (corregedor), José Olivencia y Castañeda (Administrador), Thimoteo Candapayu (regedor terceiro), e, pelos caciques e demais do cabildo que não sabiam assinar, Clemente Ayxuca (secretário).

Segundo o despacho de Zavala, Governador dos 30 povos, o *maestro* ficou dois anos, sete meses e 28 dias no emprego, foi considerado louco e dispensado. Teria direito a 531 pesos, mas já tinha recebido 200. As crianças pouco sabiam ler ou soletrar palavras, e praticamente só usavam o castelhano para cantar nas igrejas aos sábados e domingos. A ele foi entregue o passaporte para que se retirasse à capital. Como resposta, Ponciano escreveu uma justificativa afirmando que 15 açoites não eram excessivos e que já havia feito representações relatando os seus avanços no ensino. Mesmo assim em 26 de fevereiro de 1790, o processo do pagamento ainda corria para definir se os avanços justificavam tal gasto. Inclusive, o “*Fiscal Protector General de Naturales*” determinou que fosse enviado ao povo uma diligência para averiguar os fatos. Assim, o Governador do Departamento de

---

<sup>215</sup> SILVA, Ponciano de. *Expediente para o Governador Geral*. 1787. AGN IX.18.3.5

<sup>216</sup> SILVA, p. *Expediente maestro de primeras letras del Pueblo de Sn Lorenzo solicita la recaudar sus sueldos*. 1789. AGN IX.31.5.7. As informações dos próximos parágrafos são todas deste conjunto.

*San Miguel*, Lassarte y Esquibel, convocou alguns moradores do Povo para depor em *San Nicolás*. Posteriormente voltaremos ao caso para tratar dos interrogatórios e como foi avaliado o comportamento dos índios. Agora, ficaremos com a informação do desfecho, que foi um acordo entre as partes para o pagamento de uma indenização ao *maestro*.

Assim, com avanços e problemas, a alfabetização nas missões seguia em curso nos anos pós-jesuíticos. Do mesmo modo, a apropriação do recurso da escrita em espanhol para a comunicação com as autoridades coloniais ganhava impulso. Neumann entende que neste período “as correspondencias elaboradas nos cabildo missioneiros – por seu nível de refinamento – são práticas culturais que demandam um domínio da escrita que está muito além da mera alfabetização, pois requer um contato frequente com a cultura gráfica”.<sup>217</sup> Por sua vez, Melià acredita – com um certo tom apologético em relação ao trabalho dos jesuítas – que os escritos degeneraram, e a caligrafia e a ortografia pioraram ao longo tempo.<sup>218</sup> No entanto, não é a forma que interessa mais nesse trabalho, e sim a intencionalidade dos documentos e as razões que utilizaram os indígenas para argumentar. Por exemplo, Neumann avalia que “os textos passaram a ser desvinculados da escrita religiosa, o que indica uma autonomia daqueles que escrevem diante de uma emancipação efetiva das formas convencionais de notação praticadas nas reduções”.<sup>219</sup>

Por esta razão, o exemplo que segue é interessante para analisar os diversos argumentos dos quais indígenas podiam apropriar-se no seu arrazoado. Comparando os dois casos que vimos anteriormente (item 1.2) de povos solicitando ajuda para concluir suas igrejas, *Mártires* apostou em apresentar dados econômicos para convencer seu interlocutor, enquanto as nove lideranças indígenas de *San Cosme* resolveram encaminhar um memorial diretamente para o Vice-Rei do Prata. Talvez porque não estivessem satisfeitos com a nova divisão implantada na administração dos povos, resolveram ir direto ao mais importante funcionário colonial, uma vez que a divisão estipulava que *San Cosme*, pertencente ao departamento de *Santiago*, seria de responsabilidade da intendência do Paraguai, não de Buenos Aires. Chama também a atenção o uso de uma retórica de lealdade a Coroa, fato comum neste tipo de documento, mas principalmente uma retórica cristã que repete várias

---

<sup>217</sup> NEUMANN. *Práticas letradas... op. Cit.* pg. 293.

<sup>218</sup> MELIÀ, Bartomeu. La lengua guaraní dependiente en tempos de la Independencia en Paraguay. In.: *V Congreso Internacional de la Lengua Española*. Paneles y ponencias. Pg. 2.

<sup>219</sup> NEUMANN. *Práticas letradas... op. Cit.* pg. 267.

vezes a palavra “Dios” (10 vezes em apenas 3 páginas). A repetição deste termo, seja pedindo ou desejando graças, é comum, mas não com tal frequência. Neste caso, podemos supor que esteja sendo usado como uma artimanha, para ressaltar a importância da demanda que fazem. Outros pontos a destacar são o fato dos cabildantes se referirem a expulsão dos jesuítas quase vinte anos depois do acontecido, ao trabalho conjunto que realizaram com o povo de *Candelaria* e também a presença dos portugueses na região. Ou seja, avaliaram para quem mandar a carta, ajustaram a linguagem ao tipo de demanda e utilizaram eventos do passado para reforçar seu histórico de trabalho e problemas, como podemos observar no trecho a seguir:

*este pueblo solamente aquí nosotros no tenemos Iglesia por causa de los portugueses porque la tierra de nosotros estaba mui logo serca de la tierra de los portugueses (...) tendra interes por esa tierra por eso el dueño lo echo cuando lo echo de esa tierra que los casiques vien a llegar del Pueblo de Candelaria ai que estaba trabajando hunto al hazer las Yglesias y ayudar de trabajar hunto y despues los corregidor lo presto un pedaso de tierra ai mismo del Pueblo de Candelaria y de ai el Padre Jesuita Padre provincial se liama Padre Rafael Caua li endo copro un pedaso de tierra con este pueblo de Itapuã y mil pesos ai que estaba poblando rresien poblado era del pueblo de San Cosme el combento estaba por acabar ya y las Iglesias rresien conmiensar de trabajar cuando se li enbantar el simiento de la Iglesia que liego el mandado de Dios y el mandado y al Rey mi Señor por quitar de Padre Jesuita lo que lo dejo sin acaba las Iglesias<sup>220</sup>*

Por fim, assim como alguns envolveram-se na confecção das missivas, outros indígenas aplicaram-se na distribuição das mesmas. Zavala explica que funcionava um sistema de correios e correspondência com a Administração Geral e com todos os povos, por meio dos portos e capelas. Quando chegava uma carta, o capataz despachava um índio para entregar no ponto seguinte. De ponto em ponto, sem demora, ela chegava ao destino. Segundo o Governador, os índios levavam as cartas como sagradas e “*volaban con ellas sin detenerse*”<sup>221</sup>.

## 2.2 – “NOSOTROS LOS CACIQUES”: NOVAS CONFIGURAÇÕES DE PODER ENTRE AS LIDERANÇAS INDÍGENAS

Assim como os cabildos foram valorizados, os caciques também foram, pois Bucareli orientou aos responsáveis pelas nomeações que os corregedores deveriam ser

<sup>220</sup> SAN COSME. *Memorial do Corregedor, Cabildo e Caciques para o Vice-rei*.1985. AGN. Sala IX 17/7/2.

<sup>221</sup> ZAVALA, Francisco Bruno de. *Carta para o Governador Francisco de Paula Sanz*. Buenos Aires, 28 de Agosto de 1784. AGN IX, 22.2.7

preferencialmente caciques. Ainda assim, o domínio da escrita e do espanhol era muito importante, e nem todos os corregedores ostentariam antes dos seus nomes o adjetivo “Dom”. A chegada de novos administradores e religiosos nos povos, bem como as novas divisões administrativas e seus respectivos Governadores e altos funcionários, abriram diversas frentes de atuação nas relações de poder. A política de privilegiar os caciques tinha o objetivo de angariar a simpatia destas importantes lideranças que, de certo modo, foram relegadas pelos jesuítas. Os antigos religiosos conseguiram tirar dos caciques um pouco do poder de decisão sobre as atividades do povo, conforme foram colocando nos cargos do cabildo jovens escolhidos, que haviam sido educados por eles e assim seriam mais leais.

Situação diferente foi analisada por Poloni-Simard na região de Cuenca (hoje Equador). Naquela localidade o autor identifica, no século XVII, que as autoridades espanholas não conseguiram fazer dos cabildos indígenas um poder grande o suficiente para competir com os caciques enquanto representantes da comunidade. Em alguns casos os caciques dominavam o cabildo. Em outros, criou-se uma resistência que fez com que as funções do cabildo fossem percebidas muito mais como a atuação da coroa sobre os indígenas, do que como uma representação dos indígenas perante a coroa, tirando o poder de liderança destes indígenas em relação aos demais índios. Somente no século XVIII os caciques vão perder força, com a fragmentação dos cacicados e a chegada de “forasteiros”, e os cabildos vão alcançar certa autonomia.<sup>222</sup>

Vale lembrar que, além da formação dos cabildos, a administração colonial interferiu nos cacicados ao tentar engessar a sucessão na figura do primogênito e criar linhagens de sangue. Tradicionalmente as lideranças indígenas eram legitimadas nas habilidades guerreiras e de oratória, no entanto, cada vez mais valorizava-se o sangue e a capacidade de escrever. Ainda assim, internamente a escrita não relegou a oralidade a um patamar inferior<sup>223</sup>, continuando a ser o principal meio de comunicação e conhecimento entre os próprios indígenas e com a sociedade envolvente. Tornou-se, todavia, mais uma forma de prestígio, e como afirma Wilde, a escrita podia reforçar o poder dos bons oradores, ou distribuí-lo a silenciosos escritores<sup>224</sup>.

---

<sup>222</sup> POLONI-SIMARD, Jacques. *El Mosaico Indígena: Movilidad, estratificación social y mestizaje en el corregimiento de Cuenca (Ecuador) del siglo XVI al XVIII*. Quito: Abya-Yala, 2006. Pg. 323 e 480.

<sup>223</sup> NEUMANN, E. *Prácticas letradas... op. cit.* pg. 53

<sup>224</sup> WILDE, G. *Religión y poder... op. cit.* pg. 58/60 e 131.



Neste sentido, em 1769, Zavala comentou que os índios estavam numa disputa por cargos devido às novas possibilidades que se abriram com a saída dos jesuítas. Preocupado, avisou que estava orientando para que fossem respeitadas as eleições do cabildo.<sup>225</sup> De fato, podemos perceber que nos anos imediatamente posteriores a expulsão os novos governadores receberam uma enxurrada de cartas com a finalidade de estabelecer relações pessoais e divulgar os méritos das lideranças indígenas. O contato pessoal parece que foi bastante valorizado, e os 59 caciques e corregedores que foram a Buenos Aires (ver anexo 8)<sup>226</sup> estão entre os que assinaram as cartas em praticamente todos os povos.

Melià afirma que alguns caciques e corregedores “*seducidos con regalos y honras ridículas*”<sup>227</sup>, eram os que diziam estar libertando-se com a expulsão dos jesuítas e agradeciam poder viver um novo modo de vida. No entanto, notamos que foram muitos os povos que usaram destes expedientes, e talvez os *regalos y honras* tiveram um valor maior para estes indígenas. Ademais, temos registros de apenas dois povos nos quais ocorreram resistências à expulsão dos jesuítas, e ainda assim temos registros, imediatamente posteriores, da adesão à nova ordem de importantes lideranças das mesmas localidades.

O primeiro é o povo de *San Luis*, ainda enquanto os caciques e corregedores estavam em Buenos Aires, em fevereiro de 1768. Em resposta a uma solicitação de aves que seriam mandadas como presente ao Rei, o cabildo, representando também 41 caciques, escreve uma famosa carta<sup>228</sup>, na qual afirmavam que não eram escravos e pediam a manutenção dos jesuítas, pois não queriam viver do modo espanhol. No mesmo ano, Zavala, quando passou pelo povo para executar a expulsão, entrou em contato com o cabildo, que negou ter escrito a carta<sup>229</sup>, por outro lado, não sabemos se Chrisanto Nerenda ainda estava lá. Ele foi um dos cabildantes que assinou, e teve uma interessante trajetória como “índio historiador” e defensor do trabalho dos jesuítas<sup>230</sup>. No entanto, no outro

---

<sup>225</sup> ZAVALA, F. Correspondencia para Don Bucareli y Ursua. La Cruz, 1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>226</sup> A partir deste ponto, nesta seção, vamos identificar os caciques e corregedores que foram para Buenos Aires com um asterisco\* para avaliarmos suas participações no documento emitido.

<sup>227</sup> MELIÀ, B. La lengua guarani... *op. cit.* pg. 02.

<sup>228</sup> Esta carta é citada e transcrita em partes por diversos autores como GANSON. *Our warehouses...op.cit.*, NEUMANN. *Práticas letradas...op.cit.*; WILDE. *Religiión y poder... op.cit.*; MELIÀ. *Escritos... op. cit.*, no entanto, dentro da bibliografia que consultei, uma vez que o documento encontra-se na Inglaterra, somente no blog <http://blogs.ua.es/eltiempodelosmodernos/tag/guarani/> foram citados os nomes dos cabildantes que supostamente assinaram.

<sup>229</sup> WILDE. *Religiión y poder... op.cit.* pg. 190.

<sup>230</sup> NEUMANN. *Práticas letradas... op. cit.* pg. 139 em diante; apresenta detalhes e a repercussão de seus relatos, escritos a partir da sua vivência nos conflitos da “Guerra Guaranítica”.

documento do cabildo que encontramos, ele não constava mais entre os subscreventes. Dos que assinaram a missiva de 1768, constavam o tenente corregedor Christoval Chora (pai do Cipriano), Eustaquí Arapoti, Christoval Acatu e Ignacio Yeguaca, mas o único que parece escrever e assinar o documento é Santiago Pindo\*<sup>231</sup>, que estava ausente na carta anterior. Além disso, com o retorno de Santiago e Dom Pantaleon Cayuari\* a adesão à nova ordem consolidou-se. O corregedor Santiago também alcançou ser nomeado cacique e, inclusive mudou de *apellido*, passando a chamar-se Santiago de la Palma uma tradução do seu nome ao espanhol<sup>232</sup>.

Outro caso de resistência seguido de adesão é *San Ignacio Guazu*. Quando o comissionado Riva Herrera foi ao povo para retirar os jesuítas, as lideranças não aceitaram e alegaram que ele teria que mostrar “*la bula del Pontífice*” que registrasse a ordem.<sup>233</sup> Apesar de retardar um pouco, o problema foi resolvido e, como vimos antes, tanto o cabildo como os caciques enviaram uma carta na qual afirmaram estar satisfeitos e que iriam aprender espanhol. Meses depois enviaram outro documento em guarani, à cuja tradução não tivemos acesso, com as assinaturas de nove lideranças, entre elas do corregedor Dom Angelo Tapari\*. Também não temos a tradução das missivas de Dom Juan Baptista Cayu\* de *San Carlos*, e dos cabildos de *Trinidad*, que incluía o corregedor Damazo Mbiri\*, e de *Santa María de Fe*, incluindo o corregedor Dom Joseph Chirima\* e o tenente Dom Juan Bautista Guirapepi\*.<sup>234</sup> Por não encontrarmos nenhuma referencia a problemas, vamos considerar que para estes povos a situação estava estabilizada.

Por sua vez, o corregedor de *San José*, Cornélio Mingu\*, limitou-se a agradecer e prometer obediência, do mesmo modo que o cabildo de *Santa María la Mayor*, junto com o corregedor Esteban Acaraobao\*, e o corregedor de *San Cosme*, Buenaventura Yabacu\*. Yabacu já tinha se declarado um grande entusiasta do rei ao escrever outra carta para Bucareli, assim como o corregedor de *La Cruz*, Dom Miguel Yeguacá\*<sup>235</sup>, e o corregedor

---

<sup>231</sup> SAN LUIS, Cabildo de. *Carta a Dom Gaspar de la Plaza Tenente Governador da Província do Uruguai*. 14/06/1770. AGN IX.18.5.1.

<sup>232</sup> SAN LUIS. *Padron del Pueblo 1772*. AGN IX.18.8.6.

<sup>233</sup> WILDE. *Religión y poder...op.cit.* pg. 192.

<sup>234</sup> SAN IGNACIO GUAZU, SAN CARLOS, TRINIDAD & SANTA MARIA DE FE. *Correspondência das lideranças indígenas para os novos Governadores*. 1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>235</sup> WILDE. *Religión y poder...op.cit.* pg. 205 para Yabacu e pg. 194 para Yeguacá.

de *Corpus Sebastian Joseph Oquenda\**, que creditou ao Rei a conversão que o povo conseguiu de um grupo de Guayanas<sup>236</sup>, em uma de suas missivas.<sup>237</sup>

Carlos Añasco, que substituiu o Tenente Governador Riva Herrera, também foi saudado por vários povos. Dois exemplos são o cabildo de *Santa Rosa*, incluindo o corregedor Dom Francisco Cambare\* e o alcaide 1º Dom Francisco Cherucu\*, e o cabildo de Itapuã, incluindo o corregedor Dom Pedro Mbacapi\*, que avisava estar mandando dois caciques para visita-lo. Outro é o corregedor de *Concepción*, Dom Pedro Curimande\*, que avisou estar mandando um cacique para Corrientes fazer transações comerciais. Já os seguintes não estavam em Buenos Aires, mas também saudaram os novos governadores. Trata-se do cacique e alcaide de 1º voto de *Apóstoles*, Dom Bernardino Piribera, do corregedor Dom Jacinto Abacica e cabildo de *Santiago*, e do cacique Dom Macedonio Arete, com a tradução de seu bilhete feita pelo próprio Zavala, mas sem indicação do povo.<sup>238</sup> Ganson apresenta também as missivas do cacique Dom Christoval Arirá, de *Itapua*, e Juan Antonio Curiguá, sem indicação de povo<sup>239</sup>.

Quem também não estava entre os cinquenta e nove, mas desejava ser lembrado, foi o cacique Dom Juan Alberto Caracara. Logo depois de ter sido chamado a Buenos Aires para uma acareação com Nicolás Ñeenguirú, por ter sido corregedor de *San Lorenzo* na década de 1750<sup>240</sup>, resolveu pleitear novamente o cargo. Ele não escreveu, mas acompanhou o Tenente Governador Gaspar de la Plaza até *San Nicolás* para falar com Zavala. Lá, apresentou um título no qual era nomeado corregedor do povo pelo governador de Buenos Aires anterior, Jose Andonegui, devido a sua fidelidade ao Real Serviço, especialmente quando esteve em Maldonado. Segundo Zavala, sua nomeação seria importante para o adiantamento do povo que se encontrava em dificuldades, e porque o atual corregedor não era muito ativo. Ainda assim, fez uma consulta para verificar a procedência da nomeação<sup>241</sup>. Não sabemos o resultado do pleito, mas parece que não atingiu o objetivo, pois, em 1773, ele constava como capitão em outra atividade de Real

---

<sup>236</sup> GANSON. *Our warehouses...op.cit.* pg. 52.

<sup>237</sup> SAN JOSÉ, SANTA MARÍA LA MAYOR, SAN COSME & CORPUS. *Correspondência das lideranças indígenas para os novos Governadores*. 1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>238</sup> ITAPUA, CONCEPCIÓN, APÓSTOLES, SANTIAGO & ARETE, Don Macedonio. *Correspondência das lideranças indígenas para os novos Governadores*. 1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>239</sup> GANSON. *Our warehouses... op.cit.* pg. 52.

<sup>240</sup> DECLARACIONES de Dn. Nicolas Nienguiru y dos casiques. ANCh. Archivo de Jesuitas, Volume 184.

<sup>241</sup> ZAVALA. *Carta enviada ao Governador Bucareli*. 10/04/1770. AGN IX 18.5.1.

Serviço, como visto na “*razon*” citada no item 1.4. De qualquer forma, a demanda é reveladora da importância atribuída aos papéis que confirmam seus títulos e serviços, a exemplo do ocorrido no Rio de Janeiro colonial<sup>242</sup>, e a capacidade de utilizar este código colonial ao seu favor.

Outra situação inesperada vivida por La Plaza foi a tomada pelos caciques de *San Juan* dos teares do povo. O governador descreveu que os caciques aproveitaram-se das indefinições da nova administração para distribuir os tecidos entre os moradores, quando lá esteve em maio de 1770<sup>243</sup>. Aqui, é possível que estejamos verificando um caso de falta de liderança do corregedor, embora La Plaza não o cite e tampouco tenhamos conhecimento que tenha escrito para a nova administração, pois neste povo os caciques já haviam deposto o corregedor durante a “guerra guaraníca” por ser favorável à mudança<sup>244</sup>. Neste sentido, ressaltamos a atuação das lideranças na busca de prestígio não somente através de cargos, mas ao expor sua capacidade de estabelecer relações pessoais e ser um distribuidor de bens. Como lembra Felipe, argumentando que “ao contrário de ser um captador de recursos para si, o cacique era um capitalizador de relações (...) independente da maneira como se alcançava tal função no grupo, o líder ocupava mais um cargo de prestígio do que coerção ou policiamento”.<sup>245</sup>

Ainda entre 1769 e 1770 foram três os povos com problemas devido à morte de seus corregedores por varíola: *Santo Angel*, *San Miguel* e *Yapeyú*. Em *Santo Angel* morreu Domingo Guarapi\*; em *San Miguel*, Martin Paire\* e também seu tenente Valentin Ybariguá. Ao comentar estas mortes, Zavala informou que já havia orientado la Plaza a indicar caciques para os cargos, mas estava em *Corpus* esperando para ver quais sobreviveriam. Também fez um prognóstico de que os mais jovens seriam mais “amantes do governo espanhol”, já que os mais velhos não os compreendiam<sup>246</sup>. Ybarigua era um experiente cabildante que participara ativamente dos conflitos da década de 1750. Como tenente, já havia escrito duas breves missivas para os novos governantes, uma saudando os

---

<sup>242</sup> ALMEIDA. *Metamorfoses... op. cit.* pg. 158.

<sup>243</sup> LA PLAZA, Gaspar de. *Carta para o Governador Juan Joseph de Vertiz*. Buenos Aires, 09 de julho de 1773. AGN IX.22.02.07

<sup>244</sup> QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra en las fronteras del Prata: Guaraníes, jesuítas e imperios coloniales*. Buenos Aires: FCE, 2009, pg. 177.

<sup>245</sup> FELIPPE, Guilherme G.. Objetos, técnicas e subjetividades de fora: a cosmologia sul-ameríndia no contato colonial do século XVIII. *Espaço Ameríndio*. Porto Alegre, v.5, n.2, out/2011, pg. 117.

<sup>246</sup> ZAVALA. *Carta para Bucareli*. 11/09/1770. AGN IX.18.5.1.

novos religiosos, outra solicitando cavalos para o serviço<sup>247</sup>. No entanto, foi a morte de Dom Maximiliano Chepota\* de *Yapeyú*, em junho de 1769, que mais deu trabalho a Zavala.

Primeiro, porque este aparentemente fazia um bom trabalho. Em mais de uma oportunidade Zavala fez questão de elogiar seu comportamento. Depois, Zavala recebeu um bilhete escrito por Dom Jorge Chepota “cacique velho” e pai do falecido. Ao comentar o bilhete transparece que tinha afinidade com os dois, e mostrou-se preocupado em consolar a aflição do “velho” Chepota. Além disso, mostrou reverência ao providenciar um enterro com cerimônia, levando seu cavalo enlutado como forma de honra militar, uma distinção para os principais de um povo, assim como sugeria Padre Antônio Vieira para a América portuguesa.<sup>248</sup> Escolher o corregedor substituto também não seria tarefa fácil: o governador afirmou que os índios estavam em uma disputa por cargos.<sup>249</sup>

Seis remanescentes do cabildo, entre eles o tenente corregedor Dom Narciso Guirabo e o 1º regedor Dom Ignacio Xavier Boya\*, sugeriram os nomes dos caciques Dom Bernabe Joseph Mendau, de 38 anos, Dom Cyrino Azurica (39), mayordomo, ou Dom Francisco Tararaá (35), 2º mayordomo, porque sabiam ler e escrever. Por outro lado, denunciaram que os caciques Dom Benito Tañuyrá (48) e Dom Cayetano Oroazu (58) careciam deste benefício. E era exatamente Tañuyrá quem Zavala tinha escolhido, por ser “ativo e inteligente” com os bens do povo, saber fazer-se respeitar e ser “servidor do Rei”. Ele era capataz da estância de San Joseph, e já havia sido prestativo com o funcionário da Coroa. Além disso, Zavala considerava Dom Narciso Guirabo pouco ativo, e não tinha gostado da sua atuação quando levou gado para auxiliar os povos da margem oriental do Uruguai. Ele havia demorado e fora preciso a ajuda do falecido corregedor para concluir a tarefa, sendo esta a última atividade maior antes de morrer.

Assim, sugeriu para tenente o cacique Dom Chrisanto Tayuaré, que entendia o espanhol, mas que ainda não tinha o “*manejo de governar*”. No entanto, podemos perceber que Tayuaré e Tañuyrá já estavam a tempo trabalhando por uma aproximação com os novos governantes, em busca destes cargos. Tañuyrá foi discreto e mandou alguns pães. Já Tayuaré, que denunciara para Bucareli, em julho de 1768, que o jesuíta de seu povo havia

---

<sup>247</sup> NEUMANN. *Práticas letradas... op. cit.* pg. 260, comenta pontos da trajetória deste personagem.

<sup>248</sup> ALMEIDA. *Metamorfoses... op. cit.* pg. 159.

<sup>249</sup> YAPEYU. *Carta referente a morte e substituição do corregedor Dom Maximiliano Chepota.* 1769/1770. AGN IX 18.5.1.

queimado alguns livros, antes da chegada da comissão responsável pela expulsão, em setembro pediu permissão para ir a Buenos Aires falar diretamente com o governador e comentar seus esforços<sup>250</sup>. Parece ter conseguido, pois em setembro de 69, escreveu uma nova carta falando sobre seu retorno à *Yapeyú*, como deixou seu neto com o funcionário real San Gines para aprender ler e escrever bem em “*castilla*”, e como sua esposa Dona Margarita estava bem - e ainda, ela mesma mandou uma carta com palavras em guarani e espanhol, na qual parece que pede um favor: “*dos cositas para manta y para pallera buenita*”.<sup>251</sup>

Em novembro o novo cabildo mandou uma carta agradecendo sua nomeação, e Tayuaré enviou uma missiva individual no mesmo sentido. Mas a epidemia de varíola continuava forte no povo. Em agosto de 1770, Zavala informou que já havia mais de dois mil mortos entre eles o corregedor. Tayuaré ficou mais próximo da realização de seu objetivo, pois era o principal candidato ao posto. No entanto, em 11 de setembro, Zavala avisou Bucareli que Chrisanto também falecera, e indicou o cacique Dom Zotico Chepota - atual alcalde de 1º voto, que cumpria com suas obrigações e sabia o espanhol -, e para tenente, Don Abraham Guirabo filho maior de cacique, já que precisariam de muita atividade para recompor o povo.<sup>252</sup>

Além da morte, outro motivo que forçou a substituição de alguns corregedores que foram a Buenos Aires foi o excesso de violência. Um caso conhecido é o do cacique e corregedor de *San Nicolás*, Dom Cipriano Guarasiyu\*, que foi preso devido a sua crueldade e agressividade, especialmente com uma menina órfã, chamada Maria Chonday, que vivia em sua casa. Ele a golpeava, açoitava e chegou a queimá-la. Sua reputação não estava boa, a ponto de ser acusado de ter planos de fuga com os portugueses. Porém, quando foi chamado confessou o erro e aceitou entregar o bastão e ser preso, ainda que com distinção na casa do cabildo. Se por um lado a distinção era uma restrição da legislação às punições impostas às autoridades nativas<sup>253</sup>, por outro Zavala orientou La Plaza a divulgar o ocorrido no Departamento para servir de lição aos outros. Para a substituição do corregedor, Zavala

---

<sup>250</sup> GANSON. *Our warehouses... op. cit.* pg. 48 e 52.

<sup>251</sup> YAPEYU. *Correspondência referente a morte e substituição do corregedor Dom Maximiliano Chepota.* 1769/1770. AGN IX 18.5.1.(ver anexo 9 e 10).

<sup>252</sup> YAPEYU. *Correspondência referente a morte e substituição do corregedor Dom Maximiliano Chepota.* 1769/1770. AGN IX 18.5.1.

<sup>253</sup> WILDE. *Religión y poder... op. cit.* pg. 219.

não queria o tenente Francisco Curunde e preferia o alferes real Joseph Mariano Mayra, no entanto como a orientação de Bucareli era no sentido de que os corregedores fossem caciques, o indicado foi Don Eugenio Tubichamiri, que servira como alcaide de 1º voto e era “homem de razão”.<sup>254</sup>

Em *Santa Rosa* o substituto do corregedor foi o cacique Dom Ignacio Seraca. O anterior, Dom Francisco Cambará, teria “*lastimado*” com o sabre o braço de um alcaide de estancia sem motivo. Tal fato foi negado por caciques e alguns cabildantes que atribuíram a lesão ao hábito do ferido de embriagar-se. Como o ferido e sua mulher estavam dispostos a perdoar o corregedor, o governador inclinava-se a agir neste sentido. No entanto, o ferido piorou, e na mesma noite em que ele foi levado ao “*beatico*”, o corregedor fugiu com a sua família. O governador, então, descobriu que haviam informado falsamente, que o corregedor é que se embriagava e “fazia besteiras”. Com a falta do corregedor, passou o bastão, provisoriamente, para o alcaide 2º Miguel Cuyubé, porque estavam ausentes o tenente e o alcaide 1º que haviam ido conduzir os bens do povo a Buenos Aires. Com relação ao fugitivo, oito dias depois ele foi trazido pelo corregedor de Santa Maria de Fé, depois de ter sido encontrado em um monte próximo ao Rio *Tibiquari*, e ficaria preso até que o ferido melhorasse.<sup>255</sup>

### **Em busca da prata**

Vimos que a maioria das lideranças dos povos aderiu à escrita como um meio de comunicação direta, sem que, para muitos, isso significasse abster-se do contato pessoal. Mais do que isso, eles devem ter percebido que o governador recebia bem aqueles que se aproximavam, e era receptivo aos presentes, assim como seus funcionários, mantendo a reciprocidade com favores e cargos. No entanto, como foram vários em cada povo que trataram de estabelecer uma boa relação, os indígenas tiveram que apropriar-se de outros instrumentos, para além da escrita, que eram valorizados pela administração. Saber o espanhol escrito e adequar-se minimamente à lógica econômica e de eficiência do ocidente eram dois dos principais instrumentos.

Por sua vez, alguns índios, incluindo caciques, usaram de um expediente diverso

---

<sup>254</sup> ZAVALA. *Correspondência à Bucareli. Abril, agosto e setembro de 1770*. AGN IX.18.5.1.

<sup>255</sup> BARBOSA, Dom Joseph. *Carta para Bucareli*. 15/06/1770. AGN IX.18.5.1.

para aproximarem-se dos novos governantes e obter benefícios próprios. O que ofereciam não era um bem material imediato, mas uma informação que sabiam ter um valor inestimável no imaginário espanhol e que despertaria a imediata cobiça dos interlocutores: a localização de minas de prata.

Dom Carlos Añasco foi o tenente governador que mais se envolveu com estes sujeitos. Mesmo ficando pouco tempo no cargo, entre o começo de 1769 e o começo de 1770<sup>256</sup>, ressaltou que já imaginava que os índios saberiam da existência de várias minas nos territórios das missões, mas que só revelariam se fossem empregados artifícios para atingir o “*genio*” dos índios com confiança e bom tratamento. Assim, aproximou-se do corregedor Dom Francisco Xavier Porangari\*, de *San Ignacio Miní*, que já havia manifestado boa receptividade, junto com o cabildo, por ocasião da sua chegada<sup>257</sup>, e o deixou com a missão de descobrir mais informações sobre as minas. Enquanto isso, colocou como corregedor Dom Francisco Xavier Chequa no povo de *Santa Ana*, por este ter sido um dos primeiros a lhe repassar este tipo de informação.

A rápida substituição do Governador, no entanto, o fez perder o contato com seus informantes. Em agosto de 1770, Zavala informou que suspendeu o bastão de Porangari, por estar atuando de forma despótica, e o passou provisoriamente a seu irmão, tenente corregedor Juan Baptista, até escolherem outro cacique.<sup>258</sup> Em janeiro de 1771, Añasco e alguns outros espanhóis estavam debatendo quem iria poder explorar as minas. E em fevereiro ele informou que o ex-corregedor de *San Ignacio Miní* havia mandado uma carta, mas que não recebera por estar ausente e o mensageiro só poder entregar em mãos. Acreditava que eram mais informações sobre minas. Informou também que recebeu cartas de seu confidente no povo de *Mártires*, Estanislao Gueyu, que teria descoberto, por meio de outro índio chamado Thomas Yaguaracai, uma abundante mina de prata. Registrou ainda a sua frustração por seu trabalho nas missões.<sup>259</sup> Os escritos de Gueyu eram um bilhete e uma carta de duas páginas, ambos em guarani e datadas em dezembro de 70<sup>260</sup>. Añasco seguiu repercutindo as informações das minas. Em março, comentou as informações de Gueyu; em

---

<sup>256</sup> MAEDER. *Misiones del Paraguay... op. cit.* pg. 23.

<sup>257</sup> SAN IGNACIO MINI. *Correspondência das lideranças indígenas para os novos Governadores*. 1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>258</sup> ZAVALA. *Carta para Bucareli*. 31/08/1770. AGN IX.18.5.1.

<sup>259</sup> AÑASCO. *Carta para o Governador*. Janeiro e fevereiro de 1771. AGN IX.22.2.7.

<sup>260</sup> GUEYU. *Duas missivas para Añasco*. 16/12/1770. AGN IX.22.2.7.



agosto, as amostras que o corregedor e o administrador de *Santa Ana* trouxeram; e em setembro, a análise de cobre e outros metais.<sup>261</sup> Em dezembro ele questionou porque o corregedor de *Santa Ana* fora deposto, afinal era um importante informante.<sup>262</sup> Essa resposta não localizamos. No ano seguinte, seguiu com as diligências e análises. E é de abril a última carta que temos notícia de Añasco sobre este tema. Ele contou que foi juntamente com Thomas Yaguaracai reconhecer as localidades que poderiam ter as minas. Estanilao Gueyu já tinha desertado do povo. Mas não encontraram nada, segundo Añasco, Yaguaracai, embora afirmasse que a mina estava próxima, dizia não lembrar exatamente o local. Sobre a indecisão do índio Añasco fez uma interessante observação: “*aunque apunto fixo, no se acordaba del propio lugar, mezclando en apoyo de su dicho varias supersticiones propias de estos indios*”.<sup>263</sup>

Mesmo sem notícias de Añasco, a movimentação em torno das minas continuava. Entre março e abril de 1773, Zavala enviou para o Governador Geral Juan de Vértiz várias cópias de relatórios do tenente governador e outros espanhóis, e se dizia satisfeito com as descobertas de mercúrio e outros metais não preciosos.<sup>264</sup> Passado mais de dez anos, ele retomou ao tema, mas sem muita novidade.<sup>265</sup> Algum tempo depois, Félix de Azara foi outro a comentar sobre a mineração, ressaltando que em *Santa Ana* e *San Carlos* o cobre poderia ser melhor explorado. Também falou das lendas sobre o morro de prata, que seria uma grande falsidade.<sup>266</sup> Podemos notar que as *supersticiones* ainda persistiam.

Pela lógica colonial, os primeiros anos depois da expulsão dos jesuítas serviram para colocar não só novos funcionários e religiosos, mas também novas lideranças nos cargos do cabildo, nas quais pudessem confiar e fossem “amantes do reino espanhol”. Parte da consolidação deste processo foi o acordo com o famoso cacique e ex-corregedor de *Concepción*, Nicolás Ñeenguiru, para que ele se fixasse em Buenos Aires às custas dos fundos das missões. Ñeenguiru havia sido uma das principais lideranças da “guerra guaraníca”, e mesmo passado mais de dez anos do conflito, tendo sido desterrado para o povo de *Trinidad*, seguia sendo muito respeitado entre os indígenas. Mesmo declarando-se

---

<sup>261</sup> AÑASCO. *Três missivas sem destinatário*. Março, agosto e setembro de 1771. AGN IX.22.2.7

<sup>262</sup> AÑASCO. *Carta para o Governador Geral*. 10/12/1771. AGN IX.22.2.7.

<sup>263</sup> AÑASCO. *Três missivas sem destinatário*. Março e abril de 1772. AGN IX.22.2.7. Grifo meu.

<sup>264</sup> ZAVALA. *Correspondência e cópia de documentos para Vértiz*. Março e abril de 1773. AGN IX.22.2.7.

<sup>265</sup> ZAVALA. *Carta para o Intendente de Buenos Aires Paula Sanz*. 28/08/1784. AGN IX, 22.2.7.

<sup>266</sup> AZARA, Félix de. *Geografía física y esférica...op.cit.* pg. 158, 214 e 315.

vassalo do Rei espanhol, foi considerado melhor mantê-lo a uma distância segura das missões.<sup>267</sup>

Voltando ao caso de Añasco, podemos vê-lo como o começo de uma realidade atrelada à consolidação dos novos funcionários da coroa e dos novos religiosos. Continuaram existindo vários conflitos com a participação dos indígenas, todavia, dentre os conflitos que conhecemos, sempre um dos lados, se não todos, estava aliado a algum funcionário ou religioso. É o que vamos verificar nos próximos itens.

### 2.3 - “*QUERE GOVERNAR COMO TIEMPO DE ANTES*”: A RELAÇÃO COM OS NOVOS RELIGIOSOS

Primeiramente, ao falar dos novos religiosos, temos que lembrar que não poderia ser uma tarefa fácil substituir os jesuítas, que possuíam mais de cento e cinquenta anos de experiência com aqueles grupos. Maeder alerta para a dificuldade de repor os 78 religiosos que haviam sido expulsos dos trinta povos, ainda mais porque não era da vontade da coroa espanhola que os substitutos fossem de uma mesma ordem, tampouco que uma mesma ordem se concentrasse em uma única região. Assim, foram convocados religiosos dominicanos, franciscanos e mercedários para se instalarem, intercaladamente, nos povos (ver anexo 11). Mesmo assim, não havia número suficiente de pessoas preparadas para essa função, sendo que alguns foram chamados apenas por falar a língua guarani, e outros nem este atributo tinham. Porém, este autor lembra que os relatos normalmente denunciam os religiosos que estão tendo algum atrito, mas destaca que outros foram citados por realizar um bom trabalho. Além disso, 15 religiosos ficaram mais de 15 anos numa mesma redução e 21 permaneceram até virem a falecer. Também lembra que não é possível compará-los com os jesuítas, uma vez que suas finalidades não eram missionais, inclusive tinham que disputar o horário das missas com o horário de trabalho e outras atividades que, para os administradores, eram prioritárias.<sup>268</sup>

Ressalvas feitas, vamos analisar alguns casos de conflitos e alianças que

---

<sup>267</sup> DECLARACIONES de Dn. Nicolas Nienguiru y dos casiques. ANCh. Archivo de Jesuitas, Volume 184. WILDE. *Religión y poder... op.cit* pg. 127 e 207 e QUARLERI. *Rebelión y guerra...op. cit.* pg. 331, tratam do interrogatório e da acareação pelas quais passou Ñeenguiru.

<sup>268</sup> Sobre o processo de seleção e características dos novos religiosos ver MAEDER, E. *Misiones del Paraguay...Op. Cit.*, pg.170-179.

envolveram estes novos personagens nas missões e os indígenas, especialmente aqueles em que eles manifestaram-se por escrito, para pensarmos algumas questões. Será que os indígenas agiram de forma diferente com eles por exercerem funções diversas das dos jesuítas? Que tipo de atitudes e argumentos puderam utilizar ao se opor às ações dos religiosos? Como era a relação entre lideranças indígenas, administradores e religiosos na divisão dos espaços de poder? Como ficaram as questões relativas ao trabalho e aos bens materiais da igreja?

Os primeiros conflitos de que temos notícia, em relação aos religiosos, já estavam acontecendo no início de 1769. Os casos de *San Miguel*, *Yapeyú* e *La Cruz* tem em comum o fato de serem uma disputa pelos espaços do “Colégio”, que antes era residência unicamente dos religiosos, mas que agora deveriam ser compartilhados com os administradores. Em *San Miguel*, Zavala denunciou que o Cura havia mandado desfazer algumas cercas e construções para ter privacidade com sua família, além de estar agredindo alguns índios e “*asorando aquel Pueblo con sus temeridades*”<sup>269</sup>. Em *Yapeyú*, Zavala afirmou que o Cura dava mais trabalho que todos os índios juntos, e por isso estava pensando em mandá-lo embora. O Padre estava implicando com o *maestro* da escola, e o acusando de levar mulheres ao seu quarto, a ponto de Zavala ficar receoso de nomear professores indígenas Eustáquio Guayupa e Joseph Guiyu, pois acreditava que o padre também não os respeitaria. Ainda reclamou que ele e o Padre de *La Cruz* queriam tomar conta da casa principal.<sup>270</sup> Para o caso de *La Cruz*, no entanto, temos vários pontos de vista.

O primeiro é o do Cura, que reclamou das habitações frequentadas por todo tipo de gente - parecem “*mesquitas o tambo*”. Com a chegada do Governador do Departamento à *La Cruz*, reforçou que os religiosos do povo estavam se sentindo como escravos e que a esposa do Governador “*tiene espíritu inquieto y provocativo*”. Assim, explicou que ela queria ter acesso às portas internas das habitações religiosas de *Yapeyú* e se instalar lá. Como não foi permitido, e com a ausência do marido, tentou se instalar nas habitações de *La Cruz*. Depois da chegada do marido, não cessou até ir viver na *clausura* com todas as mulheres de seu serviço, indo contra as “*bulas Pontificias*”, mesmo havendo uma casa específica para o governador em outro lugar. Ainda reivindicou chaves de locais sob

---

<sup>269</sup> ZAVALA. *Carta para Bucareli*. 01/07/1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>270</sup> ZAVALA. *Carta para o Administrador Geral San Ginés*. 21/09/1769. AGN IX.18.5.1.

responsabilidade da igreja. Por fim, o padre ameaçou que iria fechar a igreja e ir viver em baixo de árvores e atender o povo lá no oratório, com medo de que estes “infiéis” voltassem ao seu antigo modo de vida.

Por sua vez, o cabildo de *La Cruz* mandou um memorial assinado pelo corregedor Dom Miguel Yeguaca, o tenente Dom Joaquin Guaracuye, Dom Thomas Guirarague, “*y lo demas cabildos y todos casiques del Pueblo*”. Apresentavam-se como estando na jurisdição “*del Uruguay*”, segundo as novas divisões administrativas a cargo de Zavala. Também elogiaram o governador por falar a língua guarani, e ressaltaram como isso era importante para o bom relacionamento e confiança entre as partes: “*esplicando nos y conbersando las ordenes del Rey y enseñan en castilla tambien sabe lengua del Paraguai por eso el explicar bien, y claro las orden deste Magestad no nos enseñando algunas falsedades*”. Também neste documento eles solicitaram que suas mulheres e crianças não fossem chamadas para conversas pois o Cura proibiu, embora ressaltassem que a esposa do Governador Interino “*quere mucho a nuestras mugeres, y a nuestros hijos*”. Ressaltamos que esta era uma situação nova, uma vez que a presença de mulheres não índias nas reduções era praticamente nula antes da expulsão dos jesuítas, e que agora, com o Governador Interino residindo com sua família nos povoados, o fato tornou-se constante. Aproveitaram para denunciar que o Padre “*quere gobernar, como tiempo de antes*”, numa clara referência ao tempo dos integrantes da Companhia de Jesus, que se envolviam em todos os assuntos referentes aos povoados, demonstrando reivindicar a mudança aplicada. Ainda denunciaram que ele estava castigando seus filhos, embora destacassem que respeitavam o sacerdote e estavam sentidos porque ele estava deixando o povoado.<sup>271</sup>

Ao que parece, o mal estar com o cabildo e com Zavala acabou forçando a saída do religioso do povo. Ele chegou a pedir para que o cabildo e o administrador se manifestassem sobre o fato de não tê-los expulsados da horta. Zavala ironizou a iniciativa, escrevendo que foi a primeira vez que o religioso tratou o administrador e os indígenas com respeito.<sup>272</sup>

Passado alguns meses, a situação mudou bastante em *La Cruz*. Dessa vez o povo se mobilizou para manter o novo religioso. Apenas no dia 08 de novembro três missivas foram

---

<sup>271</sup> LA CRUZ, Cabildo de. *Carta para o Governador Geral*. 08/05/1769. AGN. IX.18.5.1.

<sup>272</sup> ZAVALA. *Cópia de documentos relativos ao litígio com o Cura*. 12/08/1769. AGN IX.18.5.1.

remetidas por diferentes pessoas tentando sensibilizar os governantes. Na escrita pelo corregedor e cabildo, disseram ter ouvido que seria nomeado o Padre Mariano Agüero, mas suplicaram para que ficasse o Padre Manuel Antonio Irrazabal, que fazia ótimo trabalho, além de terem dúvida se, vindo de outra congregação, poderia ser tão bom. Indicaram também o nome de alguns possíveis companheiros para o Padre, “para seu conforto espiritual”. Outra, escrita por três *maestros* de música, reforçou o pedido do corregedor, tendo sido assinada por Christoval Guiraygue, Marcos Ybabe e Antonio Tupayu (que meses depois foi convocado a Buenos Aires para a acareação com Ñeenguiru por ter sido secretário de *La Cruz* a época da “guerra guaraníca”). E a terceira escreveu Eustaquio Guapayu *maestro* de crianças, argumentando que “*en tres meses se ha experimentado mas adelantamiento en los niños que en todo en un año estuvieron otros dos*”, reforçando a suplica e destacando como rezam em castelhano.<sup>273</sup> Ou seja, articularam uma ação com vários argumentos relevantes para a nova ordem e associaram o aprendizado à catequese<sup>274</sup>, bem diferente do caso anterior.

Em janeiro de 1770, o cabildo seguiu argumentando fortemente em favor do franciscano, afirmando que “*aunque sea uno solo que no lo trocaremos por 50 de outra experiência*”. Mais ainda, disseram ter o padre feito um milagre, já que depois da missa, em uma tarde de verão depois de meses sem chover, cantaram para São Francisco, e, na manhã seguinte, choveu muito nas duas margens do rio Uruguai e em todas as capelas do Povo. O mesmo não aconteceu no povo de *Yapeyú*, porque foi *La Cruz* que recebeu a graça de Deus intermediada por São Francisco de Assis. Afirmaram já ser o segundo requerimento e esperavam por resposta para colocar como cura o “*amado padre e pastor presente Fra. Manuel Antonio de Irrazaval quien nos há cativado los corazones*”. Assinaram o corregedor Miguel Yeguacay, o tenente e cacique Don Juáquin Guaracuye, mais sete cabildantes e caciques. No final do mesmo mês o corregedor mandou outra carta em guarani. No mesmo papel, Zavala respondeu que também estava gostando do trabalho do Frei, e estava encaminhando uma solicitação ao Bispo para que ele permanecesse.<sup>275</sup>

O começo confuso das relações dos religiosos com os povos atraiu diversas recomendações e comentários por parte dos governadores. Bucareli escreveu para Zavala

---

<sup>273</sup> LA CRUZ. *Três missivas pedindo a manutenção do Cura*. 08/11/1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>274</sup> NEUMANN. *Práticas letradas... op. cit.* pg. 275.

<sup>275</sup> LA CRUZ. *Duas missivas sobre a manutenção do Cura*. Janeiro de 1770. AGN IX.18.5.1.

passando algumas instruções sobre os curas: cada um deveria ter apenas um quarto próximo à igreja, e que eles poderiam ter um quarto coletivo para despensa; deveriam usar coletivamente a cozinha e refeitório; e poderiam ter entrada livre na horta, que deveria ser coordenada pelo administrador. O restante do espaço deveria ter uso coletivo, para o bom andamento dos trabalhos e guarda dos bens do povoado. O trabalho do religioso deveria ficar restrito à pregação religiosa e ao ensino de ler e escrever em castelhano. Deu apoio para que Zavala ficasse com sua família no povo, podendo ser atendido por empregados com comedimento. Por fim, estimulou que fizesse os índios trabalhar, visitasse as escolas para ver se estavam funcionando, e castigasse os que cometessem delitos conforme seu julgamento.<sup>276</sup>

Já os governadores locais tiveram mais reclamações. José Barbosa disse que os padres não acompanhavam os estudos e que não via progresso entre eles, e que os índios de *San Cosme* haviam pedido a troca do curato dos dominicanos para franciscanos.<sup>277</sup> Será que o movimento de *Yapeyú* influenciou outros povos? Zavala reclamou que os religiosos queriam ter todas suas vontades atendidas, se fossem contrariados diziam que os índios estavam fora da doutrina, esquecendo que “*todos son índios doctrineros*” agindo “*como si aora recien los huvieram convertido*”<sup>278</sup>. Francisco Perez acusou que o Padre de *San Luis*, Pedro Hernandez, se trancava no quarto com dois caciques, Don Francisco Abarro e Don Joseph Tabaerá, para ler as ordens de La Plaza e escrever a Buenos Aires contra ele<sup>279</sup>. Já La Plaza afirmou que os administradores vieram de início com pouco auxílio e os religiosos tomaram conta de tudo<sup>280</sup>. Tantas recomendações e reclamações tiveram um efeito limitado, pois os conflitos continuaram acontecendo, muitas vezes com bastante violência.

Um caso que parecia tranquilo, mas tem uma reviravolta, é o de *San Nicolás*. Em junho de 1769, Zavala reportou um clamoroso pedido do cabildo para manter o Frei Pasqual Hernandez, coisa que ele próprio disse já ter feito anteriormente, pois estava aprovando o trabalho do mesmo.<sup>281</sup> Tal pedido foi feito através de uma carta em guarani assinada por vinte cabildantes e caciques, entre eles o corregedor Cipriano Guarasiyu, o

---

<sup>276</sup> BUCARELI. *Carta para Zavala*. 07/06/1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>277</sup> BARBOSA, José. *Carta para Bucareli*. 15/06/1770. AGN IX.18.5.1.

<sup>278</sup> ZAVALA. *Carta para Bucareli*. 10/04/1770. AGN IX.18.5.1.

<sup>279</sup> PEREZ, Francisco. *Carta para La Plaza*. 25/06/1770. AGN IX.18.5.1.

<sup>280</sup> LA PLAZA. *Carta para o Governador Vertiz*. 09/07/ 1773. AGN IX.22.02.07.

<sup>281</sup> ZAVALA. *Carta para Bucareli*. 16/06/1769. AGN IX.18.5.1.

tenente Juan Francisco Curunde e o alferes Joseph Mariano Mayra.<sup>282</sup> Por mais de um ano as coisas deveriam ter andado tranquilas no povo, mas, em 1771 o Frei morreu, e em poucos meses o substituto foi trocado, pois estaria causando grande “alvoroço” na localidade.<sup>283</sup>

Quem primeiro comunicou o caso foi o cabildo, através do corregedor Dom Eugenio Tubichamiri e mais seis integrantes. No dia seguinte o administrador também contou sua versão. Em poucos dias o Governador La Plaza concluiu os autos que vamos resumir: depois de vários dias de tempo ruim, o administrador e o cabildo decidiram fazer algumas mulheres trabalharem na casa principal, por estar chovendo. Como era dia de São José, os padres Jose Gauna e Pedro Pasqual Gomes mandaram parar de trabalhar, e como não foram atendidos, saíram xingando e agredindo todos, incluindo um oficial sapateiro. Isso fez com que as meninas derrubassem os fios que trabalhavam no lodo feito pela chuva. Como o administrador entrevistou, para que ao menos deixassem que saíssem devagar para não estragar o material, foi agredido pelos dois Curas. Foram testemunhas da agressão, e posteriormente interrogados, Ignacio Payeyu, Dom Juan Ibarapuy, Eugenio Bera, Eucevio Sambuyu, Rudesindo Chipuy, Dom Francisco Xavier Quarasica, o mayordomo Ignacio Ibatiri e Dom Cipriano Guarasiyu. Lembramos que, como visto no item anterior, Guarasiyu era corregedor até ter sido preso por agressões e substituído por Tubichamiri. Basicamente todos deram a mesma versão ao fato, e até o próprio padre admitiu a agressão, mas aproveitou o momento para fazer várias denúncias contra o administrador: não havia providenciado seu transporte; a comida era ruim; não havia recebido a chave da porta principal quando queria sair para “*embarasar un fandango*”; não havia recebido as velas que deveria; entre outras. O administrador se defendeu, e eles quase brigaram novamente. La Plaza ficou responsável por definir uma punição, mas o próprio religioso manifestou vontade de sair.<sup>284</sup>

Em *Mártires* o religioso também tentou fazer valer suas vontades à força. Entre setembro e novembro de 1771, o administrador reclamou que ele não respeitava as ordens reais, manipulava o cabildo dizendo que a sua palavra valeria mais, ameaçava e castigava os índios com frequência, e chegou até a ameaçar que degolaria, com o punhal que sempre

---

<sup>282</sup> SAN NICOLAS, Cabildo de. *Carta para Zavala*. 05/06/1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>283</sup> ZAVALA. *Carta para Vértiz*. 07/04/1771. AGN IX.22.2.7.

<sup>284</sup> SAN NICOLAS. *Autos do conflito entre o administrador e os curas*. Março 1771. AGN IX.22.2.7

carregava, quem se opusesse. Disse que pensava em sair do povo se não mudasse a situação, e que apesar do cabildo obedecer por constrangimento, o corregedor concordava e até facilitou um cavalo para sua viagem. No mesmo dia o cura estava em *Concepción* com alguns pajés, onde ficou preso por causa da chuva. Com a ida do administrador para *Itapua*, para falar com Zavala, a administração deveria ficar a cargo do corregedor Dom Jacobo Arari, que ainda foi a *Concepción* conversar com o padre. Outra denuncia a surgir foi de que o cura tinha chácara particular no povo, gado marcado e negociava com seus parentes em Corrientes. O cabildo só foi se manifestar por escrito em fevereiro de 72, em guarani, em carta assinada pelo novo corregedor Dom Chrisogano e o secretário Andres Chaguaruca. Além disso, três sacristãos foram atrás de Zavala, que estava em *Concepción*, fazer novas queixas. No mesmo mês, Zavala encaminhou as queixas ao Governador Vértiz, e informou que os caciques e o cabildo pediam a retirada do padre. Aparentemente o frei não chegou a ser expulso, e em outubro comunicaram a sua deserção. Segundo denúncias, levando alguns bens da igreja.<sup>285</sup>

Outro cabildo cuja manifestação conhecemos é o de *San Carlos*, quando avisou que estava perdendo paciência com o tenente cura Antonio Romero, há quatro anos no povo. Ele os tratava por “*perros índios*” e maus cristãos, deixando todo o povo desgostoso. Pelas manhãs, depois que o cabildo passasse para dar bom dia ao Cura, chegaria ao quarto do ajudante, onde seria recebido com palavrões. Também o administrador fora agredido e ameaçado, ouvindo ainda que não deveria fazer nada no povo, que ele seria um ladrão, e que quem mandava era o padre. O cabildo posicionou-se do lado do administrador, porque ele faria um bom trabalho, cuidando dos bens do povo e os aconselhando nas tarefas. Assinam o corregedor Dom Ignacio Moño, o secretário Marti Yarapi e mais quatro cabildantes.<sup>286</sup> Já em relação ao cura de *Jesús*, que teria a igreja e abandonado o povo<sup>287</sup>, e o de *San Miguel* que cobraria pelas “*funciones*” e diria que “*los que mandamos en lo temporal somos unos fariseus a semejanya de los que prendieron a la Magestad de Cristo, y que es falso que nosotros somos embiados de orden del Rey, que unicamente venimos à hechar a perder a los Indios*”, sabemos apenas o informado nos relatos dos

---

<sup>285</sup> MÁRTIRES. *Vários documentos sobre o litúgio do administrador contra o Cura*. Set/1771 a Out/1772. AGN IX.22.2.7

<sup>286</sup> SAN CARLOS, Cabildo de. *Carta para o governador*. 09/02/1772. AGN IX.22.2.7.

<sup>287</sup> ZAVALA. *Carta para Vértiz*. 03/08/1771. AGN IX.22.2.7.



governadores.<sup>288</sup>

Por *San Juan* passou o Padre Antônio Urbon, que ficou conhecido pelos diversos problemas que causou em diferentes povos. Isso inclusive indica como era difícil a substituição dos religiosos problemáticos e como, muitas vezes, o máximo que se conseguia era trocá-los de povo. No início de 1787, Urbon escreve que precisava de melhores condições físicas para trabalhar em *San Juan*. Como resposta, Doblas faz uma extensa observação sobre os problemas das missões, os administradores e religiosos em geral, e especificamente sobre o Frei Urbon, a quem acusou de ser “*dominativo y insultante*”. Aproveitou e anexou cópia de um relato feito pelo governador de Departamento Francisco Piera, sobre um “*atentado*” feito por ele em *Santa Ana*, quando vivia lá em 1783. Nesse relato, constam agressões ao *mayordomo*, ao administrador, e a diversos índios, bem como insulto ao governador (“*ardendo en los infiernos*”), a ponto do corregedor pedir demissão. Piera recomendava que Urbon fosse removido, e não ficasse em localidade que contasse administração temporal, coisa que não aconteceu, pois acabou em *San Juan*. Entre fevereiro, quando o padre escreveu sua reivindicação, e abril, quando Doblas respondeu, Urbon foi transferido como tenente cura de *San Luis* e, segundo Doblas, não haviam cessado as discórdias no povo desde então.<sup>289</sup>

Inclusive em uma briga entre os próprios religiosos de um mesmo povo os cabildos acabaram envolvendo-se. Foi o caso de *San Borja*, em novembro de 1771, quando o cabildo informou ao Governador Zavala que o Tenente Cura Juan Thomas estava tendo atritos com o Cura. Esses atritos ficam bem caracterizados como uma disputa por poder quando a carta cita uma pergunta sobre quem manda mais: “*qual es a quien han de obedecer le dijo a los muchachos son yguales respondio el muchacho quando dijo el muchacho esto le dio un bofeton el Padre Cura, a mi me an de obedecer*”. Também foram relatados castigos aplicados aos sacristãos, discussões e ameaças, e que Juan Thomas não aceitava ter sido humilhado pelo Padre principal, insistindo que não era seu subordinado e que poderia até matá-lo. A situação chegou ao ponto do Padre principal ficar doente e atravessar o Rio Uruguai para ficar no povoado de *San Thomé*. Quando isso aconteceu, conforme o relato dos cabildantes, Juan Thomas se preocupou e, junto com o administrador

---

<sup>288</sup> LA PLAZA. *Carta para o Real Padre Gabriel Toledo Pimentel*. 02/07/1770. AGN IX.18.5.1.

<sup>289</sup> URBON. “*Expediente*” sobre condições de trabalho em *San Juan*. Fev-Abr/1787. AGN IX.18.3.5

Antonio Pires foram buscá-lo. Mas a relação entre eles não melhorou, pois seguiam sem se falar, e por fim pediram para que o Governador trocasse o padre auxiliar do Cura, pois este estava doente e podia piorar e morrer. Interessante notar que os cabildantes escreveram que: “*por eso Señor Gobernador como vmd es nuestro padre y superior mayor solo a vmd le hemos participado, ni al Señor Theniente siquiera no le hemos escrito*”. Demonstrando assim que acreditavam que a sua demanda deveria ultrapassar a autoridade do Tenente, para se comunicarem direto com Zavala, com quem a relação estava mais consolidada. Assinaram o tenente corregedor Pedro Mbaray, o secretário Dom Enrique Apaguay, mais três cabildantes. O cura principal também escreveu com acusações ao seu companheiro, mas acabou retratando-se e, tempo depois, faleceu.<sup>290</sup>

Mas, nem só de conflitos vivem os povos. Em 1790, o corregedor Mariano Ibarava, o 2º secretário Domingo Ayuari, e o administrador de *San Borja* fizeram uma “*peticion*” para que fosse nomeado tenente cura do povo o Frei Domingo Maciel. Como argumento, disseram “*conocer su buena vida, y costumbre, y tener el amor por el conocimiento que de su modo de proceder*”. Depois de alguns meses Zavala observou que o religioso era tio do atual Cura, e que já havia trabalhado bem em outros povos, autorizando a nomeação.<sup>291</sup>

Passados quase trinta anos da expulsão dos jesuítas, foi escrito um relatório sobre o comportamento dos religiosos, encomendado pelo vice-rei ao governador do Departamento de *San Miguel*. *Santo Angel* e *San Lorenzo* foram os únicos dos seis povos nos quais os religiosos foram elogiados. Em *San Nicolás* eles eram novos e o governador não tinha o que declarar. Sobre o povo de *San Miguel*, diz ter recebido várias queixas extrajudiciais, por motivo do seu gênio “*díscolo*”, e notou sua insubordinação por mero capricho, enquanto o tenente era de conduta “*escassa*”. Já em *San Juan*, continuavam os problemas. Para o redator a conduta do padre era muito grave (a ponto de exclamar: “*me ruboriso exponer*”). Segundo o avaliador o sacerdote teve problemas com o antigo e o atual administrador, especialmente por empregar índios a seu serviço e utilidade, e apesar de ter sido notificado, não mudou a atitude. Recomendou que o Cura fosse afastado. O antigo tenente de *San Juan* foi alçado à cura de *San Luis*, mas tampouco é elogiado, pois tentaria

---

<sup>290</sup> SAN BORJA. *Diversos documentos sobre o conflito entre os Curas*. Nov/1771 a Fev/1772. AGN IX.22.2.7. Embora eu não saiba como foi resolvida a demanda, conforme MARTÍN, C. Op. Cit. Pg.39, no censo finalizado em fevereiro de 1772, o Religioso responsável é o Padre Juan Tomás.

<sup>291</sup> SAN BORJA. *Documentos referentes a “peticion” para nomeação de tenente cura*. 1790. AGN IX.31.5.7.

subjugar e governar a todos, incluindo o cabildo e o administrador. Além disso, solicitara um número cada vez maior de pessoas para os trabalhos da igreja (sacristãos, músicos, *maestros*, adultos e crianças), e, para completar, seu tenente era o já citado Padre Urbon, que fora expulso de *San Juan*, e seguia em constante conflito. No geral o parecer do Departamento foi bastante desfavorável.<sup>292</sup>

Por fim, um ponto que chama a atenção na relação entre religiosos, administradores e lideranças indígenas é que não encontramos demandas coletivas do povo, que parecessem unir estas diferentes funções. Nem mesmo nos pedidos para a manutenção da igreja e compras de ornamentos e utensílios transparece esta articulação conjunta. Tampouco nos registros dos conflitos a questão material das igrejas é destacada pelos religiosos. Falou-se mais nas disputas pelo trabalho, pela obediência, por servidores que deveriam providenciar o bem estar pessoal dos padres. Doblas compartilhou também essa ideia:

*Aunque los curas se reciben de las iglesias y sus alhajas, quien corre con ellas, las cuida y guarda, son los indios sacristanes, de modo que en algunos pueblos es tanto el descuido de los curas que ni saben lo que hay, ni dónde están las cosas, aun las más preciosas y usuales. Bien lo notó el Ilustrísimo Señor Obispo de esa diócesis en su visita, en la que dejó dadas las correspondientes providencias para remediar el doloroso abandono que advirtió en algunos pueblos, siendo maravilla el que con tanto descuido no faltasen ya muchas alhajas de la iglesia, mayormente sucediendo que a menudo suelen quitar y poner sacristanes, sin que a los entrantes se les entregue por cuenta la sacristía, ni a los salientes se les tome cuenta, de modo que si faltase alguna cosa sería imposible el averiguar cuándo o en qué tiempo había faltado; y si no suceden frecuentes extravíos o robos es porque los indios tienen mucha veneración a las cosas de la iglesia.*<sup>293</sup>

## 2.4 –MBURUBICHA GUAZU: ALIANÇAS E CONFLITOS COM OS NOVOS ADMINISTRADORES

A aproximação de Bucareli com as lideranças indígenas, mantendo um contato pessoal com eles e incentivando uma comunicação direta com o rei, parece ter ajudado a dar confiança para que estes personagens participassem ativamente em questões da administração colonial. Ainda enquanto estavam em Buenos Aires, os 59 caciques e corregedores escreveram solicitando que Francisco de San Ginés ficasse como Administrador Geral das contas dos povos em Buenos Aires, e que as remessas de bens

---

<sup>292</sup> PLANCHON, Sebastian. *Relatório sobre padres e companheiros para vice-rei*. 1798. AGN IX.26.1.7.

<sup>293</sup> DOBLAS, Gonzalo de. *Memoria histórica...op.cit.* Pg. 73.

fossem concentradas na capital, não ficando mais nada em Santa Fe.<sup>294</sup> Mesmo que as solicitações da carta provavelmente representassem mais a vontade de Bucareli - que desejava a centralização e tinha boa relação com San Ginés - do que realmente um plano das lideranças indígenas, essa carta representa mais um sinal de adesão à nova ordem por parte das lideranças, ao mesmo tempo que as colocava participantes ativas da nova estrutura.

Bucareli foi hábil em transformar as ordens reais e seus planos em uma situação aparentemente negociada a partir da reciprocidade, rituais e convencimento, assim como as formas tradicionais das autoridades guaranis. Essas lideranças assumiram como suas as propostas, e qualificaram Bucareli como um “*Mburubicha Guazu*”<sup>295</sup>, ou seja, incorporando o Governador no esquema nativo de autoridade, como já havia sido feito na época dos jesuítas com o Rei, ou “*mburuvicha vete*”<sup>296</sup>. Não sabemos que tipo de relacionamento e aproximação teve San Ginés durante a estada dos caciques e corregedores em Buenos Aires, mas lembremos que um cacique de *Yapeyú* deixou o neto sob sua responsabilidade, para o ensino do castelhano, como visto no item 2.2.

Nem todos os novos governantes tiveram a mesma habilidade de Bucareli, e a adesão aos novos administradores não foi uma situação automática, mas negociada caso a caso. Em *Candelaria*, no ano de 1769, o corregedor e o governador Riva Herrera entraram em conflito, e o segundo acabou renunciando. Embora não saibamos o motivo, podemos acompanhar o desenrolar de alguns fatos. Em 06 de abril, as lideranças do povo demonstraram uma certa unidade ao emitirem um documento em guarani, de formato bem elaborado, escrito pelo secretario Simon Guarioho, no qual apresentam doze cabildantes - entre eles o corregedor Dom Juan Paracatu e o tenente Dom Raymundo Guariacu, que estavam no encontro com Bucareli -, mais vinte e dois caciques.<sup>297</sup> Nos dias seguinte deve ter ocorrido o conflito e a prisão de Paracatu, pois em 22 de abril escreveu o novo corregedor Dom Ignacio Aracuyu agradecendo a nomeação.<sup>298</sup> Mas como explica Wilde, quando Añasco assume o cargo, tinha ordem de libertar e restituir o cargo de Paracatu, que

---

<sup>294</sup> HERRERO GIL, Maria. De las misiones guaránicas al comercio de Cádiz: Francisco de Llano San Ginés o la acumulación originaria del capital. In: *Naveg@mérica*[on-line]: n.10, 2013, pg. 10.

<sup>295</sup> CAYU, Dom Juan. *Carta para Bucareli em guarani*. San Carlos. 07/05/1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>296</sup> WILDE. *Religión y poder... op. cit.* pg. 60.

<sup>297</sup> CANDELARIA, Cabildo de. *Carta para Bucareli*. 06/04/1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>298</sup> ARACUYU, Dom Ignacio. *Carta para Bucareli*. 22/04/1769. AGN IX.18.5.1.

trouxera “*enorme regocijo para la población guaraní*”.<sup>299</sup> Em 05 de maio Paracatu escreveu nova missiva, agradecendo ao novo governador.<sup>300</sup>

Em *San Javier* também o administrador, o corregedor Nazario Guayuyu, e o cabildo escrevem uma carta para Bucareli, demonstrando descontentamento com Riva Herrera e questionando suas ordens.<sup>301</sup> Parece que sua renúncia não foi muito sentida pelos povos. No ofício em que comunica a saída, Riva Herrera confessa que teve problema por não dominar o idioma guarani, e assim suas diretivas eram adulteradas com frequência<sup>302</sup>.

E não foi somente Riva Herrera que abandonou o cargo ainda em 1769. Devido às muitas críticas, descontrole com os bens do povoado e possíveis favorecimentos pessoais, pelo menos dezoito administradores foram substituídos quase ao mesmo tempo. Nove dos substitutos foram para *Yapeyú* - mandados por barco pelo Rio Uruguai- , e outros nove pelo Rio Paraná.<sup>303</sup> Añasco comentou que, quando viu quem eram os administradores, logo imaginou que teriam problemas. No entanto, mesmo com a substituição alguns dos novos já preocupavam ao chegar, como o de *Corpus* e o de *San José*.<sup>304</sup>

Como vimos, alguns caciques esforçaram-se para manter uma relação muito próxima com Bucareli e Zavala. O cacique de *Loreto*, Basílio Gomes, foi outro que utilizou esta estratégia com algum sucesso. Ele foi para o encontro em Buenos Aires como cacique, e já em abril de 1769 escreveu agradecendo a nomeação como corregedor. Avisou também que estava mandando alguns presentes como pão, mel, cana, laranjas e tabaco, e ainda disponibilizou-se para ir ver pessoalmente o governador caso ele precisasse de qualquer ajuda, num claro tom adulatorio.<sup>305</sup> Cabe destacar o sobrenome espanhol do cacique, embora não saibamos quando e tampouco porque ele o adotou. No entanto, uma reclamação escrita pelos caciques do povo indica que o corregedor aproveitou-se da boa relação firmada com a administração e seus funcionários para favorecer-se de modo pessoal, além de utilizar-se do argumento de sua capacidade letrada como mecanismo de autoridade. Vários anos depois, Doblas afirmou que a prática de dar presentes por parte dos cabildantes para os governadores continua: “*a los Indios si algo me dan es gratuyto y que*

---

<sup>299</sup> WILDE. *Religión y poder... op. cit.* pg. 195.

<sup>300</sup> PARACATU, Dom Juan. *Carta para Bucareli*. 06/05/1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>301</sup> SAN JAVIER. *Carta para Bucareli*. 15/04/1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>302</sup> WILDE. *Religión y poder... op. cit.* pg. 227.

<sup>303</sup> SAN GINÉS, Francisco. *Correspondência para Zavala*. Julho a dezembro de 1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>304</sup> AÑASCO. *Carta para o Governador Geral*. 07/01/1770. AGN IX.18.5.1.

<sup>305</sup> GOMES, Basilio. *Carta para Bucareli*. Abril e maio de 1769. AGN IX.18.5.1.

*estoy llano a pagarlo pero ellos no han querido jamas recibir nada manifestando que quisieran servirme de todo*".<sup>306</sup>

Os caciques denunciaram que o corregedor e o cabildo não estariam cumprindo com algumas determinações, entre elas, não utilizando os recursos da fazenda para cuidar dos pobres: "*nada de esto se cumple havendo haziendas en el Pueblo y siendo adquiridos con el trabajo de los mismos pobres.*" E ainda acusaram o corregedor de não aceitar ser questionado por ninguém, dizendo: "*Yo tambien soy casique y he tenido escuela y asi ninguno ay que pueda oprimir mis ordenes*". Para piorar, segundo os caciques, o cabildo era formado por gente inexperiente e que não sabia ler, não sendo permitido a presença de caciques e dos mais experientes. Expuseram ainda que o governador havia concedido que eles receberiam um administrador que viria ajudá-los a manejar os bens ao estilo dos espanhóis, e que eles não poderiam ser maltratados. No entanto, o administrador abusaria da violência, e inclusive havia castigado um cacique com açoite. Assim, eles explicaram que haviam escrito um memorial para o tenente governador em *Candelaria*, e enviado três caciques e o tenente corregedor, todos homens "antigos e experientes", para falar pessoalmente, mas tampouco o governador os atendeu, e pior, os prendeu com grilhões por 15 dias. Ainda por cima, acusaram que ao tenente não faltavam remessas de açúcar, biscoitos doces, e era comum tirar até 20 índios do trabalho para irem colher mel com esta finalidade. Por isso haviam procurado diretamente o governador geral para conseguir algum apoio.<sup>307</sup>

Passados alguns anos, os novos cabildantes de *Loreto* estavam satisfeitos com o administrador, mas reclamavam do religioso, que estaria sempre atrás das mulheres e "*amancebado*" com pelo menos uma delas, além de aplicar castigos físicos sem justificativa e chamá-los de "*Indios Sucios, y Chinas Sucias*". Novamente transparece a disputa entre os próprios indígenas por posições no *cabildo*. O Corregedor Don Diego Yarara – sendo ele um dos que assinaram o memorial - acusou o Padre Cura de estar elogiando o antigo Corregedor porque este lhe prestava favores. Por outro lado, Yarara teria sido perseguido por causa de sua mulher, que teria visto e denunciado a conduta do Padre.<sup>308</sup>

---

<sup>306</sup> DOBLAS, Gonzalo de. *Correspondência para a Administração Geral*. 1787. AGN IX.18.3.5

<sup>307</sup> LORETO, Caciques de. *Carta para o Governador Geral*. 17/12/1770. AGN IX.18.5.1.

<sup>308</sup> LORETO, Cabildo de. *Carta para Tenente Dom Juan Valiente*. 24/04/1777. AGN IX.17.6.3

Em *San Juan*, Zavala teve que mandar um funcionário para investigar o que estava acontecendo, pois recebeu uma denúncia anônima contra o administrador, que estaria de caso com uma índia chamada Andrea, e várias contra o cura. Chegando lá, logo o funcionário manifestou-se a favor do administrador, que contava com a unanimidade do cabildo. Chama atenção o fato do Frei Juan Baptista Fretes ter convidado ao seu aposento o cacique Dom Ignacio Mbaegue, para que bebesse aguardente e o ajudasse a ameaçar o cabildo e o administrador. Mas não foram somente essas as acusações contra o frei: ele teria consumido as hóstias da igreja, excomungado o administrador, agredido índios, especialmente açoitado Sinforosa Mboroa, feito ressaltado pelo cabildo quando pediu sua remoção. Assinaram pelo cabildo Isidro Ñdare e o secretário Ambrosio Ticho, e pelos caciques, Dom Roque Canguiy. Embora não saibamos o final do conflito, parece que o governador estava decidido a remover o religioso.<sup>309</sup>

No entanto, no ano seguinte, o que vemos é quase uma repetição do caso de *Loreto* em *San Juan*. Os caciques reuniram-se para denunciar o corregedor Isidro Ndare e o administrador Dom Isasbiribil. Falaram do excesso de trabalho, do péssimo estado das construções, de agressões e que somente aqueles amigos do corregedor e administrador eram contemplados com vestes, o que estava fazendo com que muitos optassem por fugir. Ressaltaram que encontravam dificuldades até para fazer as denúncias, pois os que iam a Buenos Aires eram comprados com presentes e os informes das melhorias econômicas seriam falsos. Inclusive, retomaram a acusação do envolvimento do administrador com uma índia casada, chamada Andrea Aripa, e de que sua família ficava isenta do trabalho. Pediram encarecidamente que fossem retirados o administrador e o corregedor, sugerindo o nome do espanhol Juan Ignacio Aguirre para o cargo porque era “mais honesto e pouco codicioso”, e recomendando que ao lado do padre tomasse conta da igreja e de todo povo. Para corregedor, sugeriram o nome de Dom Raphael Tovias Guaybica, “o mais amante de todos seus filhos”. Além do próprio Guaybica, assinaram diversos cabildantes e caciques, entre eles alguns que estavam no memorial do ano anterior contra o cura.<sup>310</sup>

Um conflito de grandes proporções ocorreu em *Yapeyú* no ano de 1778. A rebelião de cabildantes e caciques contra o tenente governador Juan de San Martín, devido à prisão

---

<sup>309</sup> SAN JUAN. *Diversos documentos sobre o conflito com o Cura*. Out. a dez/1772. AGN IX.22.2.7.

<sup>310</sup> SAN JUAN, Cabildantes e caciques de. *Carta para Vertiz*. 07/10/1773. AGN IX.22.2.7.

de um cacique, já chamou a atenção de diversos autores, por isso não vamos retomar os detalhes da situação<sup>311</sup>. O que gostaríamos de destacar, uma vez que os outros autores não o fazem, é que o principal redator dos memoriais de denúncias por parte dos índios foi Juan Pastor Tayuaré. Juan Pastor era neto de Chrisanto, como vimos no item 2.2, e havia ficado em Buenos Aires com o Administrador San Ginés, para melhor aprender ler e escrever em espanhol. Não sabemos quanto tempo ele ficou afastado do povo para os estudos, mas é interessante notar que, de volta ao povo, ele ficou do lado das lideranças no momento do conflito com a administração colonial.

Um tipo de conflito diferente no qual os cabildantes participaram foi entre os administradores locais e a Administração Geral pela conclusão de alguma transação. Em *San Luis* isso aconteceu duas vezes. Na primeira, entre 1783 e 1785, o cabildo e o administrador tinham contratado um *maestro escultor* para fazer diversas obras na igreja. No entanto, depois de interrogar diversas pessoas entre índios e funcionários coloniais, chegou-se à conclusão de que a obra total não era necessária, e que os itens restantes poderiam ser feitos pelos próprios talhadores do povo, ainda que o administrador Patricio French tenha insistido no pagamento do *maestro*<sup>312</sup>. O que poderia ter sido apenas um excesso do administrador e do cabildo fica mais suspeito após a transação seguinte que fizeram com Dom Andres de Salazar, em 1785, para compras diversas que seriam pagas com erva e couros. Depois que o comerciante começou a fazer cobranças ao povo, algumas diligências foram feitas para verificar o negócio. A partir delas, o tenente governador Lassarte elaborou várias críticas, pois, segundo ele, o trato era prejudicial e “*graboso*” para os interesses da comunidade, devido ao fato de ter um preço baixo para a erva e para os couros, e envolver a compra de itens desnecessários ou que demorariam um ano para virem da capital, acarretando mais dificuldades para o Povo mandar recursos para a Administração Geral. Além disso, alguns cavalos seriam comprados por *San Luis*, mas Salazar os deixou, sem autorização, para pastar nas estâncias do Povo, e depois revendeu a preço mais alto. Indignado, chegou a sugerir uma intervenção no povo. A Administração

---

<sup>311</sup> WILDE, *Religión y poder... op. cit.* pg. 219 em diante; HERNANDEZ. *Tumultos y motines... op. cit.* pg. 93 em diante; COUCHONNAL & WILDE. De la política de la lengua a la lengua de la política. Cartas guaraníes en la transición de la colônia a la era independiente. In.: *Corpus* [on-line] vol 4, n.1 2014, publicam uma carta escrita por Juan Pastor em guarani e a sua tradução.

<sup>312</sup> SAN LUIS. *Varios documentos sobre a contratação do maestro escultor Don Bartolome Ferres*. AGN IX.18.3.5



Geral concordou com as críticas e anulou o contrato. Apesar disso, o administrador Patrício French continuou no povo.<sup>313</sup>

Nesse caso não temos nenhuma manifestação do cabildo contra o administrador. Ao contrário, em alguns momentos cabildantes como Ignacio Pindo, Albino Chora e o secretário Hermenegildo Curipi mostraram-se cientes das suas atitudes. Felipe analisa um relato de um cacique Abipone, em 1780, que demonstra a vontade que os indígenas tinham de reger suas próprias transações comerciais, sem a intermediação dos administradores. Disse o cacique: *“aun cuando sea capaz de engañarnos en el contrato el español mercader, sufriríamos con gusto el engaño primero que la violencia del administrador y protector”*<sup>314</sup>. Doblas demonstra não entender a lógica nativa nas transações comerciais, apesar destas ocorrerem constantemente, pois *“es grande en ellos la inclinación a tratar y contratar continuamente, cambiar unas cosas por otras”*. Assim julga que eram enganados, e mesmo quando eram avisados, resistiam: *“muchas veces se les hace ver el engaño que han padecido, no hay forma de persuadirlos a que no compren ni vendan por sí solos, teniendo por mengua el que los consideren incapaces de comprar y vender”*. Embora destaque que não são todos: *“algunos, que en esta parte se han aventajado a los demás, no es fácil el que los engañen, pues saben muy bien darle la estimación a las cosas que posuen”*.<sup>315</sup>

Em *San Miguel* vamos analisar um caso de resistência ao novo administrador, exatamente utilizando argumentos econômicos segundo a lógica colonial. Em 14 de julho de 1786, o corregedor Pasqual Areguati, cabildantes e caciques escreveram uma carta em língua guarani, que foi traduzida a pedido do Governador Intendente Don Manuel de Lassarte y Esquivel. O referido documento inicia com o relato das riquezas do povoado: 60 mil vacas, 11 mil arrobas de algodão, boas casas, disponibilidade de vestimentas e alimentação. Em seguida, passa a denunciar que o Administrador indicado para assumir o povoado, Dom Manuel Burgos, já era conhecido por seu péssimo trabalho em *San Juan*, concluindo com a solicitação para que não fosse confirmado no cargo, como podemos ver no trecho a seguir:

---

<sup>313</sup> SAN LUIS. *“Expediente” sobre contrato que fez com Dom Salazar. 1785/1787. AGN IX.18.3.5.*

<sup>314</sup> FELIPPE, Guilherme. *Objetos, técnicas... op. cit. pg. 121.*

<sup>315</sup> DOBLAS, Gonzalo de. *Memoria histórica... op. cit. pg. 11.*

*según su alcance y reflexión ponga otro español de mas alcance y de espíritu y que mirase bien a toda la gente de este Pueblo mas que este que a benido para nuestro administrador Don Manuel Burgos no es por querer lo mal ni menos lastimar su honrra pero conosiendo las muchas cosas que ai que haser en este nuestro Pueblo decimos que **este hombre es apocado de poco espíritu y tardo en resolvier** asi lo emos bisto de todo el tiempo que **estubo en el Pueblo de San Juan** y todos conocen y considerando que en entrando este Español en Nuestro Pueblo como es de poco pensar se **empobrecerá este Pueblo** y como el es el que a de pensar y nos a de dirigir y mostrarnos su buen exemplo y al mismo tiempo con su agencia el aumento de nuestras Hasiendas = Y como el es que a **demonstrar su buen exemplo a todos los naturales de este Pueblo savemos que es algo apasionado a tomar el aguardiente** y el que toma esta no anda vien y tiene dado repetidas ordens<sup>316</sup>*

Um detalhe da ocorrência anterior em *San Luis*, que passaria despercebido não fosse este caso, é que Pasqual Areguati já conhecia pessoalmente Manuel Burgos, pelo menos desde janeiro de 1786, uma vez que os dois assinaram como testemunhas uma das diligencias feitas por Lassarte. Também é de se destacar a presença de Primo Ybarena neste documento, indígena de longa experiência<sup>317</sup> como secretário, que escreve a sentença “*a ruegos de todos los Caciques que no saben firmar pongo mi nombre aqui Primo Ybarena*”. Deste modo, parece que os caciques solicitaram auxilio de alguém de confiança, fora do cabildo, para terem certeza que estavam fazendo o encaminhamento de sua demanda corretamente, enquanto quem assinou como secretário do cabildo foi Ubaldo Mbanuari.

Lassarte entrou em contato com Zavala, que afirmou não ter como cancelar a troca, pois, o antigo administrador estava voltando para a Espanha. O cabildo solicitou, então, permissão para enviar três “*diputados*” para Buenos Aires, na tentativa de convencer a Administração Geral, mas Zavala negou a autorização. Apesar disso, comprometeu-se a acompanhar de perto o novo administrador. Além disso, fez-se uma série de interrogatórios com outros administradores, incluindo Patricio French, e alguns índios de *San Juan*, onde havia trabalhado anteriormente, mas todos elogiaram a conduta de Burgos, apesar de confirmarem que ele bebia nas festas, embora sem excessos. A possibilidade dos indígenas terem sido insuflados por um terceiro também foi investigada, sem maiores descobertas. Ao

---

<sup>316</sup> SAN MIGUEL. *Expediente promovido pelo Corregedor, Cabildo e caciques contra Dom Manuel de Burgos Administrador provido deste Povo*. 1786. AGN IX.18.3.5, grifo meu.

<sup>317</sup> Primo Ybarena esteve presente nos conflitos da demarcação do Tratado de Madrid e teve sua trajetória traçada, a partir de 4 documentos por NEUMANN, E. Os Guaranis e a razão gráfica: cultura escrita, memória e identidade indígena nas reduções – séculos XVII & XVIII. In.: KERN, A; SANTOS, M.C. & GOLIN, T. *Op. Cit.*, pg. 268.

que parece, Burgos assumiu normalmente, apenas com a promessa de uma maior vigilância.<sup>318</sup>

Em *Santa María la Mayor*, o administrador Carlos Ruano denunciou o cura e o tenente governador Doblas. Ele estava há pouco tempo no povo, e de início escreveu sobre vários problemas que estava tendo com o Padre, diretamente para o Governador Geral. Afirmou que isso acabava prejudicando a economia do povo, e que muitos administradores o haviam abandonado, pois não conseguiam trabalhar. Ao exemplificar os problemas financeiros, fez um interessante elogio à expressão letrada do corregedor Dom Luis Acaraoba: “*haga concepto y aprecio del sugeto que es el índio corregidor de este Pueblo, remito la adjunta carta que en gracioso estilo dá parte del miserable estado en que hallo la estancia y de los trabajos*”. A Administração Geral fez algumas investigações, mas não chegou à conclusão alguma. Outro funcionário confessou ter ouvido dizer que um menino, chamado Justo, era filho do padre com uma “*china*”. Acaraoba também foi interrogado, mas depois de poucas perguntas foi dispensado com a justificativa de, por ser índio, “pode não guardar segredo”. Ruano voltou, então, a escrever: disse que havia tentado falar com Doblas, que pouco o ouviu, e o julgou estar equivocado. Comentou que Doblas também tinha se beneficiado dos bens e do trabalho dos índios da comunidade, principalmente quando morara no povo e seu sogro fora administrador. Pouco tempo depois, Ruano pediu demissão, pois queria mudar-se, e alegou tratar da saúde da esposa. Doblas e o Cura também acusaram Ruano. É instigante que os dois lados tenham denunciado que o oponente estava manipulando o corregedor com presentes, bebida, etc. Mas Acaraoba possuía uma boa relação com todos os envolvidos, inclusive tendo-lhes escrito cartas tratando de questões pessoais e mandou presentes a eles. Doblas, ao referir-se ao corregedor, afirmou que era um dos índios mais hábeis das missões, mas, por acreditar que o administrador estaria escrevendo coisas para ele e o cabildo assinarem, pediu-lhes para que só escrevessem em guarani, pois assim saberia que não fora feito pelo administrador. Em novembro de 1785, Ruano foi nomeado administrador em *Santo Angel*.<sup>319</sup>

Apesar de ter sido acusado de favorecimento, Doblas reiteradamente falava do descontrole dos bens de cada povo, e como os administradores podiam apropriar-se deles

---

<sup>318</sup> SAN MIGUEL. “*Expediente*” promovido pelo Corregedor, Cabildo e caciques contra Dom Manuel de Burgos Administrador provido deste Povo. 1786. AGN IX.18.3.5

<sup>319</sup> SANTA MARÍA LA MAYOR. “*Expediente*” do administrador contra o Cura. 1785. AGN IX.27.1.1.

sem dar satisfação a ninguém. No início dos anos 1790, aconteceu um evento que dá indícios de que nem sempre isso acontecia. Luis Acaraoba seguia ocupando o cargo de corregedor - não sabemos se ininterruptamente -, mas o administrador já tinha sido trocado pelo menos mais uma vez. Após conferirem os livros de conta corrente de 1791, a Administração Geral devolveu o livro ao administrador, para que ele justificasse cada item que ficara diferente do livro enviado pelo mayordomo, cujo nome infelizmente não sabemos. Ainda que o administrador tenha justificado que pequenos erros fossem normais, com relação a data e quantidade, fez um pequeno texto para cada item apontado. Mesmo que não acarretasse maiores consequências, esta ocorrência demonstra uma valorização e autonomia do trabalho do mayordomo.<sup>320</sup>

Por fim, vamos voltar ao conflito entre o *maestro de primeras letras* e o administrador do povo de *San Lorenzo*, para tratar um pouco mais das acusações de manipulação dos índios, que repetem-se em diferentes datas e locais. Como citado no item 2.1, a Administração Geral resolveu interrogar os integrantes do cabildo para saber se eles tinham assinado conscientemente o memorial com as acusações contra o *maestro*. Ainda que todos tenham dito que sabiam que o professor açoitava as crianças, alguns disseram que não sabiam o conteúdo do memorial que assinaram. A partir deste ponto, foi deixada em segundo plano a questão da violência do professor, e passou-se a discutir somente a possível manipulação. Enquanto a defesa do professor dizia que os “*boçales*” do cabildo não sabiam do que tratava o documento, a do administrador dizia que ele precisava informar o governador da violência, e que os índios, supostamente manipulados, haviam deposto com medo, e por isso disseram não saber da representação. Argumentou ainda que outros componentes do cabildo de 1789 não haviam sido ouvidos, chegando a citar um ordenamento do antigo Vice Rei do Peru, Dom Francisco de Toledo, o qual dispunha que quando indígenas fossem ouvidos em interrogatórios, fossem ouvidos no mínimo três, já que eles não tinham o mesmo compromisso com o juramento que os espanhóis. No meio desta disputa, transparece um conflito administrativo, sobre quem deveria nomear ou remover os *maestros*, entre Lassarte, Governador do Departamento, que apoiava o professor, e Zavala, Governador Geral, que apoiava o administrador. O mais interessante desse caso, para essa pesquisa, não é o resultado final, mas o fato das argumentações terem

---

<sup>320</sup> SILVA DE LARA, D. Clemente. *Contas de S. M. la Mayor de 01/01/1791 a 21/01/1792*. AGN IX. 27.1.1.

caminhado no sentido de afirmar ou questionar a participação dos indígenas na concepção e redação do parecer que denunciava o *maestro*. Fica claro que a participação consciente dos membros do cabildo tinha um peso importante no momento de validar a denúncia.

## 2.5 – DISPUTAS TERRITORIAIS, MAPAS INDÍGENAS E RELAÇÕES ENTRE POVOS

As novas configurações de poder após a expulsão da Companhia de Jesus, trouxeram para alguns cabildos a expectativa de retomar algumas disputas territoriais que não tiveram o desfecho que esperavam. Maurer já contabilizou pelo menos onze disputas para o período jesuítico, e faz uma interessante abordagem da tentativa dos jesuítas de passar a ideia de um espaço missionário ordenado e homogêneo, o que não reflete a realidade da região, e tampouco do interior dos povos.<sup>321</sup> No entanto, o que nos interessa aqui são as manifestações e argumentos que utilizaram os cabildos indígenas no período pós-jesuítico. Tinham fatos novos para apresentar? Como trataram dos feitos passados? Como faziam para identificar os espaços de disputa? Quais recursos que estavam em jogo?

No primeiro caso de que temos registro, índios de *San Borja* reclamaram que os de *San Nicolás* entraram nas suas estâncias para pegar gado. Segundo Zavala, o cabildo de *San Nicolás* lhe apresentou uma carta, escrita pelo jesuíta Sigismundo Asperger, na qual desqualifica a pretensão de *San Borja* e os seus habitantes. Para Maurer, o único inaciano remanescente nas missões tomou esta atitude devido ao preconceito que tinham contra aquela redução, por ser “culturalmente distinta”, com grande participação de grupos não-guaranis, que fizeram com que ela fosse vista como tendo um “estigma refratário”.<sup>322</sup> Ainda assim, chama a atenção a sagacidade que Asperger atribui aos *borjistas*, pois eles estariam enganando o Cura e o Administrador e teriam esperado novatos para fazer isso.<sup>323</sup>

Mas não foi somente *San Borja* que resolveu retomar as disputas territoriais já em

---

<sup>321</sup> MAURER, Rodrigo. Entre o desejo de expansão e os litígios pueblerinos: a província do Paraguai como paradigma do conflito (séc. XVII-XVIII). In.: *Estudios Historicos* [on-line], CDHRPyB, n.13, dez/2014, também trata dos conflitos BARCELOS, Artur H. F. *O Mergulho no Seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2006, especialmente pg. 451 em diante.

<sup>322</sup> MAURER, R. Da Alocação às Intrigas: O Caso da Antiga Redução de San Francisco de Borja e o Estigma Refratário. In.: COLVERO, Ronaldo & MAURER, Rodrigo (org.). *Missões em Mosaico..op.cit.*, Asperger não foi expatriado para a Europa devido a sua idade avançada, foi removido para a missão de *Apóstoles*.

<sup>323</sup> ASPERGER, Sigismundo. *Resposta ao administrador de San Borja*. 10/10/1769. AGN IX.18.5.1.

1769. *La Cruz* e *Yapeyú* discutiram um terreno que *La Cruz* havia desocupado para que *Yapeyú* utilizasse, mas que deveria ser devolvido, com a retirada do gado e dos postos que lá se encontravam. Zavala mediou um acordo com a presença do tenente corregedor Dom Joachin Guaracuye, do regidor Miguel Cayure e do secretário Bartolome Hata, de *La Cruz* e do regidor cacique Dom Juan Cararu, do secretário Santiago Ñaca e do procurador Dom Nicolas Guayraye, do cabildo de *Yapeyú*. Todos os “*diputados*” dos povos concordaram com a localização da “*parage del Paririti*”, na costa oriental do Uruguai, que tem uma cruz como limite, e o arroio Tembetari, que deságua no Ibicuy, como outro. Também combinaram algumas regras para a navegação e retirada de madeiras nas margens do Ibicuy. Em outra carta, Zavala falou da disputa por um monte, mas não deixou claro se era em outra localidade. Informou que havia reunido os cabildos e olhado títulos e mapas, e que *Yapeyú* havia admitido que ocupara o monte somente em 1768, instigado por Don Gregorio Soto e o cura, mas que antigamente *La Cruz* era quem ocupava. Prometeram sair, mas seguiram postergando com a conivência do administrador Soto. Comentou que os montes já eram de *La Cruz* quando passara por lá em 1749 e 1757, e que havia instruído o corregedor Tañuyra para “deixar de quimeras” para cuidar melhor das estâncias de San Pedro e Santa Ana.<sup>324</sup>

Em 1777, Zavala elaborou listas de títulos e mapas que havia arquivado em *Candelaria*, “capital” onde estava instalado. Nelas, descreveu um mapa antigo das terras de *Yapeyú* e *La Cruz*, em pergaminho, em que consta que as terras de *La Cruz* chegavam até onde fora demarcado com três cruzeiros, ficando com *Yapeyú* o rincão que faz o Ibicui com o Uruguai, e um pedaço de mapa das terras dos povos orientais.<sup>325</sup> Em 1784, Paula Sanz solicitou que fossem conferidos papéis e instrumentos referentes aos limites de dezessete povos sob sua responsabilidade, e caso não houvessem documentos, que administradores e cabildo mandassem termos com estes dados.<sup>326</sup> Neste contexto, o cabildo de *La Cruz*, elaborou cópias dos mapas citados no início do parágrafo, que Barcelos publicou em sua tese, e reproduzimos nos anexos 12 e 13.<sup>327</sup> Já o mapa de *Santo Tomé* é apresentado por

---

<sup>324</sup> ZAVALA. *Informes sobre disputas territoriais entre La Cruz e Yapeyu*. 1769. AGN IX.18.5.1.

<sup>325</sup> JESUS & YUTE. *Sobre límites territoriais*. 1694-1784. AGN IX.10.7.4

<sup>326</sup> SANZ, Paula. *Solicitação de documentos sobre límites territoriais e respuestas*. 1784. AGN IX.22.2.7.

<sup>327</sup> BARCELOS, A. *O Mergulho no Seculum...op.cit*, comenta os mapas a partir da pg. 451.

Furlong como uma criação indígena, e também foi feito no mesmo ano (ver anexo 14).<sup>328</sup> Outro atestado de que os índios também produziam mapas encontra-se na descrição dos papéis arquivados no povo de *San Luis*, de 1794, na qual relatou doze mapas pequenos “*hechos por los Indios de las tierras de este Pueblo y de barrios Yerbales*”. Infelizmente os mapas não estavam junto com este documento.<sup>329</sup>

Embora sejam raros os registros de mapas feitos por indígenas, especialmente na região, Barcelos observa que “o intercâmbio de informações é sempre uma via de mão dupla e, se o conhecimento geográfico indígena foi fundamental para a exploração e a representação espacial da América, também pode ter ensejado a apreensão do registro cartográfico europeu pelas sociedades nativas”.<sup>330</sup> Apesar da tradição dos jesuítas de restringir o saber repassado aos indígenas, eles não teriam como impedir que esta forma gráfica de comunicação fosse apropriada, pois certamente os indígenas tiveram contatos com os mapas, se não os ajudaram a fazer. Depois disso, e especialmente depois da expulsão dos jesuítas, utilizaram isso conforme os seus interesses e necessidades, a exemplo do que temos visto com a escrita.

Voltando aos conflitos, ainda em 1769 Zavala mostrou descontentamento com os requerimentos do cabildo, chegando a escrever que fora ensinado aos índios que toda terra era pouco, e assim todos os povos reivindicavam alguma terra que os jesuítas haviam deixado “enredados”. Assim, dizia ele, um pedido influenciava o outro, como o de *Yapeyú*, que influenciou a disputa entre *La Cruz* e *San José* pelo monte *Mangarati*. No entanto, nesta situação parece que Zavala ficou satisfeito com a resolução, ele propôs dividir o monte entre as partes, e declarou que os índios haviam sido convencíveis e facilmente se ajustaram.<sup>331</sup> Outro conflito dessa época era entre *Santiago* e o povo franciscano de Itati, a propósito de uma ilha chamada *Apipe*, mas não sabemos como terminou a disputa.<sup>332</sup>

Aparentemente a disputa mais documentada é a de *Jesús*, com o povo franciscano de Yute. *Jesús* era um povo que ocupou várias localidades até estabelecer-se em terras doadas pelo povo de *Corpus*. É interessante que, entre os documentos desta disputa, estão cópias dos antigos documentos de doação e transferência e outras decisões sobre o conflito,

---

<sup>328</sup> *Ibidem*, pg. 370 em diante.

<sup>329</sup> SAN LUIS. *Relatório de papéis arquivados no povo*. 17/09/1794. AGN IX.3.6.4.

<sup>330</sup> BARCELOS, A. *O Mergulho no Seculum...op.cit*, pg. 369.

<sup>331</sup> ZAVALA. *Correspondência sobre o conflito entre La Cruz e San José*. 1769/1770. AGN IX.18.5.1.

<sup>332</sup> ZAVALA. *Carta para Bucareli*. 31/08/1770. AGN IX.18.5.1.

desde 1683, passando por 1690, 1715, etc. Mas vamos nos focar nos documentos escritos no período pós-jesuítas. Em 1773, o corregedor Pedro Tacurary, o administrador Juan Alvares, o tenente corregedor Carlos Taguaçu, o regedor Faustino Ñengari e o secretário Henrique Tacurary, escreveram que era difícil viver próximo aos infieis, e ainda que seus antecessores, quando na infidelidade das montanhas de Monday, nos anos de 1683, foram reduzidos a “*ley que oy professamos*” pelo Padre jesuíta Geronimo del Fin, e fixaram povoação na margem daquele rio, próximo ao Paraná. Depois, devido às dificuldades do terreno, da distancia das outras reduções e de problemas para os transportes de bens, mudaram para o Mandizovi, onde estavam então, em terras doadas pelo Povo de *Corpus*, com o conhecimento do Povo de Yuti. Desta forma, consideravam que Yuti não poderia ter ervais deste lado do Tibiquary (Tebicuary), e citaram uma lei que afirmava não poder ser retirada dos índios as terras que uma vez ocuparam. Assim, não poderiam abrir mão daquelas terras sem sofrer grandes prejuízos e atrasos, ainda mais considerando que seus antepassados possuíam com autorização, por serem cristianizados. Afirmaram também que o Governador do Paraguai não deveria intervir nisso, uma vez que o território era jurisdição das missões. O Povo de Yuti deveria ainda ser orientado a não desalojar violentamente os habitantes de *Jesús* que lá estivessem, como já acontecera outra vez, inclusive queimando as capelas, cruzeiros e casas, além de derrubarem currais e pontes. Pediam por fim, se este destinatário não tivesse competência para intervir nesta situação, que esta representação fosse levada ao Governador Geral das Províncias do Rio da Prata. Yuti também se defende e diz que os “*jesuatos*” os haviam ameaçado com armas.<sup>333</sup>

As acusações e discussões sobre os danos causados avança e, em 1776, os cabildantes de *Jesús* lamentaram que não estavam sendo “olhados” e completam “*A! Señor nos alegramos mucho de que este nuestro papel llegase a manos de nuestro Rey natural, o que supiera siquiera, pero nos alegramos, que llegue a manos de V.S. que esta en lugar de el para que nos oiga.*” Chegaram a dizer que gostariam de mandar um filho para falar diretamente com o rei, mas, consolados pelo governador estar em seu lugar, pediam que ouçam seus “*diputados*”, finalizando logo a questão: “*y asi pedimos em nombre de Dios, y del Rey, señor justicia, justicia, justicia*”. Assinam o corregedor Isidro Yaguaranga, o tenente corregedor Carlos Taguacu, o alcaide de 2º voto Leandro Zandu, pelos demais do

---

<sup>333</sup> JESUS & YUTI. *Documentos sobre conflito territorial*. 1694-1784. AGN IX.10.7.4.



cabildo Francisco Ignacio Taguauto, cacique Diego Xavier Arabera, cacique Ebaristo Curaye, cacique Andres Arabe, e pelos demais caciques Ignacio Guairapepo. O outro lado também argumentou, dizendo que tinham “*merced real*” das terras, e discutindo mapas e documentos. Ao final, em 1784, a administração colonial definiu o rio Tebiquari como limite entre as Missões e o Paraguai, e que nenhum dos lados poderia ultrapassar sem permissão.

Provavelmente em algum momento deste conflito foi feito outro mapa (ver anexo 15), considerado “indígena” por Furlong, que representa uma área entre os Rio Paraná e Tebiquari, na qual estão registradas as reduções de *Itapua*, *Trinidad* e *Jesús*, além das reduções franciscanas de Yuti e Caazapá. Barcelos acredita que os indícios que Furlong apresenta para afirmar que o mapa teria sido feito por indígenas são “duvidosos”, mas não sugere outra alternativa.<sup>334</sup>

Neste último conflito, podemos classificar alguns textos produzidos pelos cabildantes de *Jesús* como sendo “narrativas históricas”, de acordo com a tipologia de Neumann, pois apresentavam uma versão nativa, ordenada cronologicamente, dos fatos do passado.<sup>335</sup> No geral, estes conflitos deixam latentes questões sobre relatos históricos para fortalecer uma identidade “*pueblerina*”, ou seja atribuindo características a um grupo por pertencer a uma localidade, como vimos “*jesuatos*”, “*borgistas*”, etc. Assim, um elemento importante de comprovação desta identidade foram os títulos de terras, pleitos e mapas, que estavam arquivados em *Candelaria*, mas que cada povo deveria ter o seu, e diante do pedido de 1784, se não tinham, fizeram questão de criar, como no caso de *Santo Tomé*.

Por fim, para não apresentar apenas conflitos, destacamos um caso de parceria entre dois povos. Já havíamos comentado sobre alguns povos ajudarem nos mutirões de construção de outro povo, e no caso de *San Juan*, que ajudou *San Miguel* após este ser atacado por uma epidemia. Mas, uma parceria diferente tentaram fazer os povos de *San Juan* e *Santo Angel*, em 1786. Eles reuniram seus corregedores, cabildo e administrador para tentar a contratação de um cirurgião exclusivo, já que tinham que dividir o do Departamento com os outros quatro povos. Ressalta-se o relato de que a questão dos gastos foi deliberada nos dois cabildos com a participação de “*diputados*” dos dois povos, e que

---

<sup>334</sup> BARCELOS, A. *O Mergulho no Seculum... op. cit*, pg. 370.

<sup>335</sup> NEUMANN. *Práticas letradas... op. cit*. pg. 132 em diante.

foi “*combenido y hermanado para tan importante fin*” como consta nos acordos celebrados. Assinaram Juan Antonio Ysasbiribil administrador de *San Juan*, Carlos Ruano administrador de *Santo Angel*, Dom Simon Pedro Chave, Miguel Cuñabey corregedores, e, pelos cabildos, Dom Francisco Faya Secretário e Lorenzo Aguay secretários. Chegaram a conseguir a aprovação de Zavala, mas não temos certeza se isso chegou a ser efetivado.<sup>336</sup> Ainda assim, ressalta a possibilidade de uma articulação conjunta entre diferentes povos, sem ser induzido pela Administração Geral, e sem ser uma simples transação de compra e venda.

## 2.6 – ANA MARIA EM BUSCA DA FILHA: ESCRITOS FEMININOS

As figuras femininas nas missões são normalmente invisibilizadas nos registros escritos, tanto no período jesuítico como depois da expulsão. Para Mendes, a invisibilidade fazia parte de um modo de ver e mostrar as missões, uma vez que “nota-se na escriturária jesuíta (...) uma preocupação em dar um ordenamento racional para a vida em redução, prescrevendo lugares e comportamentos específicos para as mulheres indígenas: reclusas e em silêncio”.<sup>337</sup> Ainda assim, um olhar atento às fontes pode perceber que “na condição de agentes, mediadoras ou portadoras da palavra, elas administraram o seu prestígio no interior de uma nova ordem e ajudaram a compor espaços maleáveis tornando porosas as fronteiras delimitadas pelos padres”.<sup>338</sup>

No período pós-jesuítico, o silêncio da maioria dos administradores continua, até mesmo nos censos que contavam a população e, desta forma, indicavam que em muitos povos a maioria da população era feminina. Muitos nomes das filhas menores não eram citados, assim como era comum as esposas terem seus sobrenomes e, por consequência seu cacicado de origem, ignorados. No entanto, em situações atípicas, elas poderiam ocupar locais de destaque, e até com certa quantidade expressiva, como em 1772, depois da grande

---

<sup>336</sup> ZAVALA. *Carta para Paula Sanz*. 16/12/1786. AGN IX.18.3.5.

<sup>337</sup> MENDES, Isackson L. C. *As mulheres indígenas nos relatos jesuíticos da província do Paraguai (1609-1768)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS [Dissertação], 2013, pg. 118.

<sup>338</sup> *Ibidem*, pg. 17.

epidemia da virada da década, quando foi registrado que, dos vinte e um cacicados do povo de *San Miguel*, cinco eram comandados por mulheres.<sup>339</sup>

Ainda assim, não verificamos nenhuma indicação de mulheres ocupando cargos nos cabildos. Em 1770, Zavala sugeriu que teriam existido duas mulheres corregedoras, em *Santa Ana* e *San José*. Entretanto cruzando com outras fontes não conseguimos confirmar a informação - talvez fossem as esposas dos corregedores. O governador criticava os administradores e comentava sobre a vestimenta das índias:

*no les parece bien a paraguayos y correntinos que las índias anden con polleras y mantas, solo a dos corregidoras la antecedente de Sta. Ana y otra de Sn. Joseph les han hecho los administradores polleras y casacas de perciana o gênero de seda de lo que havia en los almazenes...*<sup>340</sup>

O fato do governador não citar quem eram as índias repete um problema enfrentado por Mendes, quando afirma que “a nomeação da índia é um detalhe importante, já que muitos dos casos em que percebo o protagonismo das índias, elas em sua maioria não são nomeadas”.<sup>341</sup> Se elas aparecem discretamente nos documentos, menos ainda são redatoras de textos, principalmente porque não eram contempladas nos projetos de alfabetização. Mesmo assim, conseguimos encontrar dois documentos possivelmente redigidos por mulheres, o que mostraria que elas tinham outras formas de adentrar ao mundo letrado, novamente “tornando porosas as fronteiras delimitadas”.

O primeiro trata-se da carta que vimos anteriormente no item 2.2, em guarani com palavras em espanhol, escrita por Dona Margarita Yaricha, esposa de Dom Chrisanto Tayuaré, em 1769. Tayuaré era cacique e chegou a ser corregedor de *Yapeyú*, sendo ele também letrado, talvez tenha sido o professor da esposa. Curioso que, entre os poucos trechos em espanhol da carta, podemos identificar a frase “*me haga favor le pido yo, por dos cositas para manta y para pallera buenita*”<sup>342</sup>, exatamente os dois itens identificados por Zavala ao referir-se às “corregedoras”, e que deveriam ser indicadores de uma posição social elevada dentro dessa sociedade.

---

<sup>339</sup> MARTIN, C. M. . El padrón de Larrazábal... *op.cit.* pg. 46.

<sup>340</sup> ZAVALA. *Carta para o Governador Juan Joseph de Vertiz*. Itapuã, 07/02/1772. AGN IX.22.2.7, na lista dos corregedores que foram para Buenos Aires em 1768 e no censo de 1772 (AGN IX.18.08.07), os corregedores dos dois povos tem nomes masculinos.

<sup>341</sup> MENDES. *As mulheres indígenas...* *op. cit.* pg. 103.

<sup>342</sup> YACHITA, Dona Margarita. *Carta para o Governador*. AGN IX 18.5.1. Ver anexo 10.

Além da reflexão sobre os bens de prestígio, também podemos ressaltar que Dona Margarita estava inserida na estratégia do casal de criar um laço de afinidade com o novo governador. Ainda que quem almejasse o cargo de corregedor ou cabildante fosse o homem, a função afetaria a vida dos dois. Mesmo sendo uma situação muito diferente, uma aldeia kaingang contemporânea, o relato de Azelene Kaingang é sugestivo:

As mulheres têm formas próprias de se impor, de se fazer ouvir, de fazer valer a sua “autoridade” e de comandar revoluções silenciosas no interior das suas aldeias, sem que isso fique explícito. (...) recordo que meu pai, cacique durante muito tempo, trazia os problemas da comunidade para dentro de casa e os discutia com minha mãe. Embora ninguém mais soubesse, muitas das decisões e das soluções que ele adotava eram ideias dela.<sup>343</sup>

O segundo documento é uma missiva da índia Ana Maria Martinez para o Governador Geral, solicitando que fosse devolvida sua filha. Ela se apresentou como sendo, junto com seu marido, do povo de *Loreto*. Informa que estavam a mais de cinco anos na cidade (que não identifica, mas possivelmente é Buenos Aires), e assina ao final, indicando ser mulher de Miguel Cavañas, empregado no “Real Serviço”. Segundo Ana Maria, a filha, chamada Maria Magaleda, foi requisitada pelo Senhor Protetor e entregue para o governador Don Juan Ignacio San Martin, que “*la tiene de esclava*”, há três anos. Ademais, já teriam solicitado duas vezes para o Protetor a devolução da filha, não sendo atendidos, por isso recorriam ao Governador. Escreveu que o “*Señor Theniente Rey*” teria ordenado a devolução da menina e/ou o pagamento de 200 pesos aos pais. No entanto, o marido foi convocado para “*servir al gran soberano*” na outra Banda do Uruguai, e nada foi feito. Diz ainda que a filha teria ficado grávida e tido o bebe há pouco tempo. De acordo com sua acusação, a menina teria sido ensinada e catequisada para não querer seguir a mãe, mas a reconheceu como mãe, embora não fique claro se ela queria voltar para os pais ou não. Por fim, atribuiu o fato de ser ignorada por razões sociais, e fez um desabafo: “*yo la crie y siendo yo su madre viva y su pobre padre sirviendo al Rey no nos quiere entregar a nuestra hija quitarnos para dar esclava a um ryco (...) no somos oydos ni atendidos por ser yndios y pobres*”. Após verificar algumas informações apresentadas por Ana Maria, os

---

<sup>343</sup> KAINGANG, Azelene. Depoimento de uma militante. In.: *Nova História das Mulheres no Brasil*. PINSKY, Carla & PEDRO, Joana. São Paulo: Contexto, 2012, pg. 411.

funcionários coloniais definiram que a menina poderia continuar com San Martin, “*en donde expone hallarse bien*”.<sup>344</sup>

Estes dois casos, de mulheres indígenas com capacidade letrada são excepcionais e demonstram como essas personagens se apropriaram da palavra escrita para agir em busca dos seus objetivos. Ambas as mulheres, cada uma a partir de sua experiência e necessidade, souberam se dirigir diretamente aos governantes e utilizar os argumentos que julgaram adequados para o momento. A excepcionalidade destas mulheres é reforçada pelo fato do único documento do período que analisamos, mencionado na bibliografia consultada, redigido por mulheres ser, provavelmente, da mesma Ana Maria Martínes. Na missiva, de 1798, ela faz uma solicitação para voltar ao povo de *Loreto*, pois seu marido estava em Montevideú, novamente a serviço da Coroa.<sup>345</sup>

Voltando aos casos, ressaltamos que as duas perceberam, nesse mundo letrado masculino, que deveriam se identificar vinculadas aos seus maridos e às posições que eles tinham na sociedade, líder de um povoado ou a serviço do Rei. Ademais, destaca-se que as atividades de seus companheiros eram típicas dos indígenas coloniais, o que difere dos casos recentemente sugeridos por investigadores, nos quais algumas mulheres poderiam utilizar como estratégia de afirmação ou ascensão social o casamento ou o *amancebamento* com os agentes coloniais euro-americanos detentores de atividade de prestígio. Estratégia que poderia ser pessoal ou familiar, como no caso de Maria Lorenza, filha de Pasqual Areguati, que esteve por casar com um espanhol, como veremos no item a seguir, e foi descrita como capacitada para ler e escrever, embora não tenha sido possível encontrar algum registro escrito que ela tenha produzido.

## 2.7 - A CIVILIDADE GRÁFICA DE PASQUAL AREGUATI

Dentre as muitas lideranças indígenas que acompanhamos neste capítulo, Pasqual Areguati é com certeza aquele que mais elogios recebeu por sua “civilização”. Ainda assim, como quase todos os indígenas das missões, quase nada foi escrito a seu respeito por seus

---

<sup>344</sup> MARTINES, Ana Maria. *Carta para o Governador Geral, com encaminhamento*. 1783. AGN IX.26.1.7. Ver anexo 16.

<sup>345</sup> DOS SANTOS, Cristina. *Aspectos de la Resistência Guaraní: Los Proyectos de Integración en el Virreinato del Río de la Plata. (1768-1805)*. Madri:UCM [Tese], 1993. Pg. 423

contemporâneos índios ou espanhóis. O que vamos apresentar neste item são pequenos retalhos, recolhidos em diversos documentos produzidos para finalidades bem distintas e algumas rápidas citações da vasta bibliografia sobre as missões. Neste sentido podemos pensar algumas perguntas como: o que fez Areguati ser uma liderança indígena? Quais os significados de “civilizado” que ele encarna? É possível identificar uma rede de relações que ele estabelece? Seu prestígio tem uma relação hereditária?

O documento mais antigo que consultamos e no qual consta o seu nome é o censo de 1772. Nele Pasqual aparece como um órfão de 14 anos, único Areguati do povo de *San Miguel* e participante do cacicado de Dom Cristovál Cuyaré.<sup>346</sup> Teriam os demais Areguati do povo morrido nas devastadoras epidemias do início da década de 1770? Não temos como saber, mas sobre sua educação podemos especular que foi alfabetizado pelos jesuítas, pois tinha 9 anos quando eles foram expulsos, assim como Cipriano Chora.

Depois de 1772 Pasqual deve ter continuado estudando e aperfeiçoado-se na escrita do guarani e do espanhol, e talvez tenha ocupado alguma função na igreja. Só voltamos a ter notícia dele em abril de 1785, quando um interprete adoeceu enquanto o Governador Lassarte fazia alguns interrogatórios em *San Luis* e ele foi chamado do seu povo para a função, conforme o “termo de aceitação de interprete”: “*a quien por su buena cibilisation, y practicada inteligência, en el uso de los dos idiomas castellano y guarani, se le empleara para esta actuasion en la ocupasion de interprete, aseptado el cargo, y jurando su legal proceder...*”<sup>347</sup>. Em janeiro de 1786, estava em *San Nicolás* e assinou um informe como testemunha junto com Cipriano Chora.<sup>348</sup>

No mesmo ano assumiu como corregedor de *San Miguel* e esteve bastante envolvido no conflito para tentar impedir a posse do administrador Dom Manuel Burgos. Ele inclusive é o tradutor do documento do guarani para o espanhol. No entanto, Lassarte não acredita que eram os índios os mentores das cartas e questiona: “*no me parece pueda producir en semejantes términos por lo que me inclino a que tienen influxo que los acalora*” e ainda fala de Areguati: “*aunque el correxidior que es bastantemente cibilisado, y de concideracion, ha sido por los demás instado, por aquel pensar, a que se huciessen las*

---

<sup>346</sup> SAN MIGUEL. *Censo do povo*. 1772. AGN IX.18.8.6.

<sup>347</sup> SAN LUIS. *Documentos sobre a contratação do maestro escultor Dom Bartolome Ferres*. AGN IX.18.3.5

<sup>348</sup> SAN LUIS. “*Expediente*” sobre contrato que fez com Dom Salazar. 1785/1787. AGN IX.18.3.5.

*representaciones, por los medios que las han hecho, y sin apartarse de hacer obediente conformidad a lo que por superior providencia sea resuelto*".<sup>349</sup>

Em 1790, quando tinha em torno de 32 anos de idade, Areguati foi citado em documentos sobre um conflito entre o cabildo e o *maestro* Dom Ponciano, em *San Lorenzo*. Ele pretendia casar suas duas filhas com dois espanhóis, Pelegrino Villegas, que já servira como *pilotin* e é sugerido como novo professor, e José Orve. Sendo que a mais velha, Maria Lorenza, havia sido educada na capital e sabia ler, escrever e costurar. O professor de primeiras letras de *San Miguel*, Dom Jose de Mitre, que era pretendente de uma de suas filhas, foi preterido e resolveu sair do povoado, e assim acabou tomando o lugar de Dom Ponciano em *San Lorenzo*. Ele também foi citado pelo Governador dos 30 Povos, Zavala, por sua "civildade", "estilo próprio" e qualidade gráfica, quando escreveu para o Vice Rei, em 1790, justificando a nomeação de Mitre para *San Lorenzo* e contando a história acima.<sup>350</sup> Podemos observar sua cuidadosa caligrafia e assinatura no anexo 17.

Seu prestígio aparece também por ser incluído, em 16 de outubro de 1792, como testemunha por falta de "*Escribano Publico*", na procuração que o administrador de *San Lorenzo* fizera para ser representado em Buenos Aires, junto com outros integrantes do Cabildo de *San Miguel*, e três espanhóis da administração. Entre as testemunhas estava também Burgos, o administrador de *San Miguel*, que sofrera com duras críticas do cabildo quando assumiu em 1786.<sup>351</sup>

A partir da década de 1790, a maioria dos registros que consultamos e nos quais consta o nome dele, referem-se a transações comerciais de *San Miguel*. Algumas vendas para o povo de *San Luis* em 1794, 1795 e 1798 - em uma delas seu prestígio confunde quem registra, pois o qualifica como Dom, sendo que ele não era cacique<sup>352</sup> -, e negócios com o Governador Piera em 1791.<sup>353</sup> Embora não tenhamos o registro desta transação, provavelmente ele estivera envolvido na compra das cinco mil fanegas (aproximadamente 180.300 kg) de cal para a restauração da igreja em 1793, conforme citado no item 1.2.

Mas, o que faz o caso dele ser único entre os que consultamos foram as negociações

---

<sup>349</sup> SAN MIGUEL. *Expediente promovido pelo Corregedor, Cabildo e caciques contra Dom Manuel de Burgos Administrador provido deste Povo*. 1786. AGN IX.18.3.5.

<sup>350</sup> SILVA. *Expediente maestro de primeras letras del Pueblo de Sn Lorenzo*. 1789. AGN IX.31.5.7

<sup>351</sup> *Idem*

<sup>352</sup> SAN LUIS. *Livros de contas correntes (1794-1797)*. AGN IX.3.6.4.

<sup>353</sup> SAN MIGUEL. *Livro de contas correntes*. 1791. AGN IX.10.7.4.

particulares que ele realizou com outros povos. Em 1793 ele aparece vendendo 150 arrobas de algodão para *Santa María la Mayor*, e em 1795 cem touros e três varas e meia de tecido grosso para *San Luis*, além de receber outros valores em 1798.<sup>354</sup> Ou seja, anos antes da “liberação” dos indígenas para terem suas próprias terras e negócios (processo que vamos analisar no próximo capítulo), Pasqual já negociava seu excedente com outros povos. Provavelmente por isso ele foi o primeiro indígena favorecido por essa medida poucos meses antes de falecer em novembro de 1799, logo depois de fazer um testamento.<sup>355</sup>

Pasqual Areguati também ficou marcado, talvez até com mais destaque, pela atuação dos seus filhos. Pablo Areguati foi designado capitão de milícias urbanas pelo vice-rei Avilés em 1799, e em 1801 foi a Córdoba fazer seu “*doctorado*”, mas voltou depois da ocupação portuguesa em *San Miguel*. Em 1810 foi designado como autoridade máxima em Mandisoví, e quatro anos depois, capitão de milícias em Entre Rios. Mas seu nome é mais lembrado por ter sido designado comandante militar das ilhas Malvinas. Seu irmão Félix foi capitão de uma companhia que socorreu Belgrano em Paraguarí e cruzou a outra banda do rio Uruguai, depois da derrota e armistício de Tacuarí.<sup>356</sup> O outro irmão, Pedro Andrés, aparentemente estava entre o grupo de “*Los 33 orientales*”, importantes líderes da independência Uruguiaia.<sup>357</sup> Não vamos entrar em detalhes das suas atuações, pois extrapolam o período e a temática que estamos abordando.

\* \* \*

Pasqual Areguati é um exemplo excepcional, mas revelador, das características das novas lideranças que emergiram nos povoados missioneiros após a expulsão dos jesuítas. A troca de uma geração que liderou a resistência aos termos do Tratado de Madri por uma que vai apropriar-se do espanhol como instrumento de comunicação de suas demandas é

---

<sup>354</sup> SANTA MARÍA LA MAYOR. *Livros de contas correntes (1790-1797)*. AGN IX.27.1.1; SAN LUIS. *Livros de contas correntes (1794-1798)*. AGN IX.3.6.4.

<sup>355</sup> CORE, Fernando Aguerre. Ni explotación ni utopía: un proyecto ilustrado en el corazón de América del Sur. In.: *Hispania Sacra* [on-line], LXIII jul/dez 2011, pg. 543.

<sup>356</sup> WILDE. *Religión y poder...* op. cit. pg. 323. O nome de Pablo é evocado atualmente, em diversos textos jornalísticos e *blogs*, na disputa entre Argentina e Inglaterra pelas ilhas Malvinas. Em um texto que critica a pretensão argentina, foi publicado em anexo uma carta de Pablo sobre as condições que encontrou no arquipélago, reproduzimos parte no anexo 18, destacando que utiliza o símbolo de assinatura similar ao pai.

<sup>357</sup> Conforme reportagem publicada pelo site espectador.com em 18/04/2011, disponível em: <http://www.espectador.com/sociedad/210228/otro-aniversario-de-la-gesta-de-los-treinta-y-tres>



simbolicamente marcada pelo conflito de *San Miguel* em 1786, onde os “antigos” são representados por Primo Ybarenda e os “novos” por Pasqual Areguati.

A continuidade de Areguati, adaptado mas ao mesmo tempo adaptando o “vigiado” administrador Burgos, contrasta com a aparente saída da vida pública de Ybarenda. Assim como tínhamos visto quando do exílio de Nicolas Ñeenguiru, e o ocaso de Chrisanto Nerenda em *San Luis*, enquanto ganha destaque Santiago Pindo, que virou “de la Palma”.

Embora existisse a ideia de acabar com as *republicas de indios* e substituí-la por uma política assimilacionista, o processo ocorreu de forma lenta o suficiente para as lideranças reorganizarem-se em torno dos cabildos indígenas, ainda que com muitas disputas internas. Nesse sentido, as disputas territoriais e as demandas coletivas para o povo rearticularam o processo de territorialização, no sentido usado por Oliveira, para a “construção de uma identidade étnica individualizada daquela comunidade em face de todo o conjunto genérico”. No nosso caso, os índios missioneiros.<sup>358</sup>

Assim como Boccara identifica para os mapuche da região centro-sul chilena, há uma mudança nas formas de legitimação do poder político. Internamente, na comunidade indígena, as festas e a capacidade redistributiva continuaram a ter grande valor, como vimos no capítulo 1. Externamente para o relacionamento com a administração colonial, as lideranças serão aquelas capazes de acumular capital econômico (com o comércio), capital político (com as representações escritas) e capital informacional (com as redes de alianças com indígenas e espanhóis).<sup>359</sup>

No entanto, acreditamos que o caso das missões, nesse momento, não enquadra-se na definição de etnogênese, pois trata-se mais de um aprofundamento da cultura mestiça, que somou ao bastão que alguns cabildantes já utilizavam no período jesuítico, a pena, importante instrumento para expressar suas demandas e, cada vez mais, aprofundar relações, sem mudar a identificação de guarani-missioneiro. Ou seja como afirma Gruzinski, são ao mesmo tempo “portadoras de emancipação” e “contribuíram para a integração das elites indígenas ao mundo ocidental”.<sup>360</sup>

---

<sup>358</sup> OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia... *op. cit.*

<sup>359</sup> BOCCARA, Guillaume. Etnogenesis mapuche: resistência y restructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII). In.: *Hispanic American Historical Review*. 79 (3): 1999. Pg. 424-461.

<sup>360</sup> GRUZINSKI, Serge. O Renascimento Ameríndio. In.: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem... op. cit.* pg. 295.

## CAPÍTULO 3

### FRONTEIRAS EM MOVIMENTO

A palavra fronteira tem muitos usos e significados, tanto para a transição dos séculos XVIII para XIX, como para a atualidade. Entre seus usos, pretendemos tratar nesse capítulo dos que se referem à questão político-geográfica, da imensa região fronteira sul dos impérios ibéricos na América, e à questão identitária da população em suas várias facetas: guarani, não guarani, cristão, infiel, português, espanhol, ladino, gaúcho, etc. Como característica comum – no final do século XVIII para o XIX, destacamos o fato que as fronteiras estavam em constante movimento, muitas vezes eram desconhecidas, e transitar de um lado ao outro era o modo de vida de grande parte da população. Esta característica de movimento, a formação dos Estados na região, a partir do século XIX, teve a ilusória pretensão de eliminar.

Sobre a questão político-geográfica, Helen Osório alerta que era uma fronteira “de difícil materialização, pois não havia diferenças marcantes naquelas terras recém-dominadas pelos dois impérios europeus”, além disso, “não tinham denominado sequer seus rios, desconheciam aquelas terras e discutiam sua localização no momento de demarcar limites, como ocorreu após os tratados de 1750 e 1777”. Nesse sentido acredita que deveria tratar a região como uma “zona-fronteira”, descartando a ideia de uma linha divisória, caracterizada como “imprecisa, móvel, provisória e permeável,” na qual se verifica “vários tipos de trocas e circulação de pessoas”.<sup>361</sup> Esta definição é complementada por Tiago Gil, que atribui ao vocabulário da época a noção de fronteira como “uma área que engloba as localidades próximas aos territórios vizinhos e, portanto, passíveis de invasão.” Também eram “uma espécie de corredor comum de passagem entre os territórios espanhóis e portugueses (...) espaços privilegiados para a ação dos contrabandistas”. Do

---

<sup>361</sup> OSÓRIO, HELEN. *O Império Português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007, pg. 58.

lado português, dois núcleos urbanos dão nome a um imenso território formado por campos e florestas, a “fronteira de Rio Grande” e a “fronteira de Rio Pardo”<sup>362</sup>.

Com relação às fronteiras de identidades dos grupos étnicos, os adjetivos “imprecisa, móvel, provisória e permeável”, novamente adequam-se bem. Foi contínua a relação com os diferentes grupos “infiéis”, os espanhóis e os portugueses, inclusive com cada vez um número maior deles fixando-se dentro dos territórios onde comumente os missionários circulavam e consideravam dos seus povos. Nesse contexto, os missionários passaram a vivenciar e participar, ainda mais de uma sociedade mestiça no sentido cultural e biológico. Mais do que isso, muitos deles passaram a ser os responsáveis pelos contatos interétnicos por isso, seguindo a sugestão de Faberman & Ratto, vamos investigar “*quiénes eram los personajes que se hallaban mejor posicionados en sus sociedades de origen y en su relación con la otra, como para convertirse en intermediários culturales*”.<sup>363</sup>

A partir dessas ideias, esse capítulo trata de como os indígenas missionários, principalmente as lideranças através de seus documentos escritos, participaram das mudanças nas fronteiras, geográfico-política e identitária, do final do século XVIII e início do XIX. Procura identificar o protagonismo dos indígenas nas mudanças, e de que forma as lideranças puderam identificar nelas oportunidades de continuarem sendo importantes na condução dos povoados, seus bens e demandas.

Dessa forma abordamos o aumento na regularidade com que os missionários entravam em contato com os portugueses, seja em situações de conflitos ou negociações, do mesmo modo abordaremos os diferentes tipos de relações que tinham com as diferentes etnias classificadas como “infiéis”, principalmente nos imensos campos ao sul dos povoados. Internamente, tratamos como os povos estavam passando por diversos problemas de ordem econômica e administrativa, incluindo vários questionamentos ao regime de comunidade. Tantos problemas fizeram muitos missionários cogitarem seriamente a passar para o lado português. O item seguinte trata da participação e apoio de diversos indígenas para a ocupação portuguesa, em um momento de aliança entre guaranis e portugueses. Por fim, analisamos como seguiu operando a administração dos povos, especialmente a continuidade do cabildo, dos dois lados da fronteira, nos anos

---

<sup>362</sup> GIL, Tiago. *Infiéis Transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, pg. 34

<sup>363</sup> FABERMAN, J. & RATTO, S. *Historias Mestizas... op. cit.* Pg. 31.

imediatamente posteriores à mudança, apontando algumas características de Santiago Pindo, liderança indígena que foi corregedor do povo de *San Luis* sob administração espanhola e portuguesa.

### 3.1 – OS CONSTANTES CONTATOS COM PORTUGUESES

No período em que os jesuítas foram expulsos, as relações entre as Coroas ibéricas na América meridional eram bastante conflituosas. Os espanhóis haviam tomado a vila de Rio Grande em 1763, e os portugueses, principalmente a partir de 1767, intensificaram as tentativas de retomada. Enquanto não conseguiam seus intentos, os portugueses patrocinavam o roubo de gado espanhol e o contrabando. Na tentativa de terminar com as “corridas” portuguesas, o governador de Buenos Aires Vértiz despachou reforços para a vila de Rio Grande em 1773 e mandou construir o Forte de Santa Tecla. Trabalho que contou com grande presença de “*real serbizio*” missioneiro, como visto no item 1.4. Vértiz tinha intenção de tomar Rio Pardo, mas com a importante participação de Rafael Pinto Bandeira, as forças portuguesas conseguiram fazer Vértiz adiar o seu intento. Como consequência, foram reforçados os efetivos militares existentes na região. Em 1776, os portugueses conseguiram retomar Rio Grande.<sup>364</sup>

Rafael Pinto Bandeira era conhecido por alguns índios das missões. Em 1771, o cacique Dom Zenon Teray fugiu de Rio Pardo e encontrou Ignacio Guarie e Pasqual Ponangari, dos povos de *San Miguel* e *Santo Angel* respectivamente, que o levaram ao encontro de Zavala. O cacique avisou que Pinto Bandeira estava com vinte canhões, vinte soldados infantis, seis dragões, e vinte índios para o trabalho de construção de um forte em terras espanholas.<sup>365</sup> Destacamos também que Pinto Bandeira ocupou importantes cargos do governo português no Continente de São Pedro, foi casado com uma índia de *San Lorenzo*, chamada Maria Madalena, mas que provavelmente já estava do lado português desde a década de 1750. A família de Cândido Pereira e Benedita Madalena, pais de Maria Madalena, tomaram duas decisões corajosas e estratégicas, ao migrar para o lado português e ao aceitar o casamento.<sup>366</sup>

---

<sup>364</sup> KÜHN, Fabio. Rivalidades Ibéricas... *op. cit.* pg. 53 em diante.

<sup>365</sup> ZAVALA. *Carta para Gaspar de La Plaza*. 27/11/1771. AGN IX.22.2.7.

<sup>366</sup> GIL, Tiago. *Infiéis transgressores...* *op. cit.* pg. 141.

Na década de 1750, foram intensos os contatos por conta da execução do Tratado de Madri. Depois dos conflitos da “Guerra Guaranítica”, o exército português, comandado por Gomes Freire de Andrada, ficou em *Santo Angel*, enquanto o espanhol em *San Juan*. Segundo nos apresenta Elisa Garcia, Gomes Freire tinha a estratégia de tratar bem aos índios, especialmente os caciques, para tentar convence-los a tornarem-se vassalos portugueses. Quando o comandante português notou que a maioria dos índios não estavam dispostos a abandonarem seus povos, retirou-se para Rio Pardo e foi acompanhado por algumas famílias missioneiras. Nos meses seguintes mais famílias apresentaram-se e, no total, é estimado que mudaram-se mais de três mil pessoas.<sup>367</sup>

Nas décadas seguintes a política de atração continuou. Em 1771, quinze portugueses foram presos na região das missões, e acusados de estarem sublevando os povos.<sup>368</sup> Inclusive as “corridas” era uma oportunidade de propor alianças, o que preocupava a administração espanhola e algumas lideranças indígenas. Em 1772, o tenente corregedor de *San Miguel*, Juan Jose Irepi, encontrou alguns portugueses que estavam “colhendo” gado, e já tinham mais de seiscentas cabeças. Quando foram interpelados, tentaram estabelecer uma negociação com palavras amigáveis e presentes, e ainda entregaram um índio de *San Luis*, chamado Lorenzo Guacaye. Segundo o testemunho de Irepi, ele negou a tratativa com voz firme, exigiu a devolução do gado, ameaçou levá-los presos e apreendeu algumas armas. No mesmo ano, funcionários espanhóis também informam conflito entre *miguelistas* e portugueses, no qual morreram sete portugueses e um índio, mas não fica claro se foi o mesmo encontro.<sup>369</sup>

Em termos diplomáticos, em 1777 as Coroas ibéricas assinaram o Tratado de Santo Ildefonso, que objetivava nova definição dos limites territoriais. No entanto, efetivamente, os trabalhos de demarcação começaram somente em janeiro de 1784.<sup>370</sup> Pouco tempo antes, Doblás sugeriu ao Vice-rei que cada povo mandasse de quinze a vinte índios para organizar uma expedição de recolhimento de gado na fronteira, antes que a presença da comissão demarcatória portuguesa dificultasse a tarefa.<sup>371</sup>

Depois que começaram os trabalhos das comissões demarcadoras, Garcia aponta

---

<sup>367</sup> GARCIA, E. *As diversas formas... op. cit.* pg. 50 em diante.

<sup>368</sup> *Ibidem*, pg. 142.

<sup>369</sup> ADMINISTRADORES espanhóis. *Avisos de “correrias” portuguesas*. 1772. AGN IX.22.2.7

<sup>370</sup> KÜHN, Fabio. *Rivalidades Ibéricas... op. cit.* pg. 64.

<sup>371</sup> DOBLAS, G. *Correspondencia para o Vice-rei*. 14/10/1783. AGN IX.18.3.5.

que ambas as comissões dependiam de vários suprimentos provenientes das missões. Para comercializar com os índios, os portugueses levaram vários produtos que poderiam ser úteis nas trocas, inclusive itens de “prestígio”, como roupas de seda. Além do comércio, em alguns momentos as comissões ficaram alojadas nos povos missioneiros. O engenheiro João Francisco Roscio, que seria governador interino do Continente no início do século XIX, por exemplo, passou por *San Juan* e *Santo Angel*.<sup>372</sup>

O bom tratamento dispendido pelos portugueses parece ter sensibilizado alguns índios que desejavam mais do que simplesmente fugir. Em agosto de 1786, durante os insistentes pedidos das lideranças de *San Miguel* pela não nomeação do novo administrador (visto no item 2.4), Zavala alerta que alguns índios do povo haviam tentado “*escribir a los Portugueses que vinieran a apoderarse del Pueblo porque estaban quejosos del Teniente de Gobernador Lassarte*”. Lassarte por sua vez, faz uma longa explicação sobre o acontecido, que abordaremos de forma resumida. Primeiro ele confirma a tentativa dos índios de *San Miguel*, depois disse que os *miguelistas* estavam sentido-se esquecidos pelo governo espanhol. Assim um índio “*caviloso*”, acompanhado por outro, escreveram dois “*papeles*” pedindo ajuda, um para os índios infiéis e outro para o comandante de Rio Pardo. No texto, “*se manifestaban subyugados de los españoles, y con razón para unirlos a su voluntad, o servicio*”, segundo Lassarte, demonstrando sua “*barbarie*”.<sup>373</sup>

Lassarte explicou também que resolveu agir com serenidade e discrição para que a informação não chegasse naquele momento à capital pois “*las inquietudes de revoluciones del Peru, y estado rota la Guerra con Inglaterra no causase cuidado el que se pensase havia moncion en las Misiones y que estaban Ynquietados los Guaranies*”, mas ainda assim, consultou Zavala em *Candelaria*. Depois, esperou os envolvidos voltarem das “*baqueria*” que estavam realizando e interrogou seis índios, sendo que quatro confessaram serem os autores, e “*les hise entender la gravedad de su desordenado yntento, y la pena que meresian*”, destacando que esclareceu que seria indulgente com eles.<sup>374</sup>

Nota-se nesse fato que os indígenas estavam atentos às possibilidades que surgiam com a proximidade dos portugueses, e que resolveram utilizar a escrita como forma de

---

<sup>372</sup> GARCIA, E. *As diversas formas...* Op. cit. pg. 144/145.

<sup>373</sup> SAN MIGUEL. *Expediente promovido pelo Corregedor, Cabildo e caciques contra Dom Manuel de Burgos Administrador provido deste Povo*. 1786. AGN IX.18.3.5, grifo meu.

<sup>374</sup> *Idem*.

contato. Por outro lado, Lassarte viu que só a repressão poderia não ser o suficiente para acalmar os índios, e resolveu ser brando com eles. Além disso, ressaltamos que, após este fato, o Governador parece ter apostado em cercar-se de indígenas que tivessem uma boa capacidade de lhe traduzir os anseios dos povoados, em espanhol e por escrito, como os já vistos Cipriano Chora e Pasqual Areguati, que começam a destacar-se na documentação a partir desta data.

Mas não só do lado espanhol os indígenas poderiam desertar. Na Aldeia dos Anjos, um povoado formado por índios que saíram das missões na década de 1750 que se localizou onde hoje é a cidade de Gravataí, um funcionário sugeriu forte controle sobre os habitantes: “nos índios domina com particularidade o vício da deserção, bebedice, e preguiça: o primeiro, só a vigilância dos comandantes das fronteiras e distritos em procurar apreender neles todos os índios e índias que forem achados sem legítima licença”<sup>375</sup>. Anos mais tarde, Félix de Azara chega a sugerir que os índios das missões, que estivessem no “Brasil”, e conseguissem retornar para o lado espanhol, fossem estabelecidos nos novos povoados criados, ou que ele pretendia criar, após a liberação dos índios<sup>376</sup>, voltaremos as liberações no item 3.3.

Entre tantas idas e vindas dos indígenas pela fronteira, nem todos estavam necessariamente querendo mudar de lado. Adriano Comissoli vem destacando o papel dos “bombeiros” e “espias” como fonte de informação para os governantes portugueses a partir de 1801. Sabe-se que, parte deles, eram indígenas e que, anteriormente, o expediente já era utilizado. Bombeiros eram aqueles que acompanhavam as patrulhas, mas “se adiantavam ao grosso da formação para observar o campo, procurar vestígios de deslocamentos inimigos ou preparar tocaias”, por sua vez os espias eram agentes infiltrados “de forma discreta ou dissimulada em áreas de controle espanhol”.<sup>377</sup> Esta “forma discreta” faz com que saibamos poucos casos concretos de atuação de espias. Um possível exemplo ocorreu em 1763, enquanto os espanhóis se preparavam para tomar Rio Grande, seis missionários preveniram os portugueses da iminência do ataque.<sup>378</sup>

---

<sup>375</sup> ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. *Os índios d'aldeia dos Anjos: Gravataí século XVIII*. Porto Alegre: EST, 1990; pg. 75.

<sup>376</sup> AZARA, Félix de. *Carta para o Vice-rei*. 26/12/1800. AGN IX.12.2.6.

<sup>377</sup> COMISSOLI, Adriano. Contatos imediatos de fronteira: correspondência entre oficiais militares portugueses e espanhóis no extremo sul da América (Séc. XIX). In.: *Estudios Históricos... op. cit.*; pg. 6.

<sup>378</sup> GARCIA, E. *Diversas formas... op. cit.* pg. 138.

### 3.2 – A RELAÇÃO COM OS INFIÉIS E A DISPUTA PELOS CAMPOS

Nesta seção analisaremos algumas situações nas quais os índios missioneiros se relacionaram com as demais parcialidades indígenas que não faziam parte das missões e tampouco de outros núcleos urbanos ibéricos, sendo chamados indistintamente de “infiéis”. “Infiéis”, embora tivesse um significado religioso, aquele que não seguia a fé cristã, ao longo do tempo vai sendo entendido como uma condição política de não se submeter à sociedade colonial. Isso não significa ignorar a existência, ou “resistir” bravamente, a essa sociedade, mas definir a forma de se relacionar com ela a partir de suas pautas culturais.

É consenso na historiografia atual que, principalmente na segunda metade do século XVIII, os infiéis “se aproximaram cada vez mais dos lugares oferecidos e/ou impostos pela sociedade colonial, transformando-os em espaços possíveis à sua sobrevivência”<sup>379</sup>, pois a pressão sobre os campos, por parte dos impérios ibéricos crescia constantemente. Assim, intensificaram-se os contatos com os missioneiros, que podiam ser conflituosos ou pacíficos, e dar-se ao acaso ou provocado por um dos lados, de acordo com o contexto específico. Nesse sentido, objetivamos analisar algumas razões e situações que poderiam levar a estas interações no período pós-jesuítico.

Como importante observação a ser feita com relação a estes contatos, é que não estamos tratando de dois grupos homogêneos ou com distinções claras. Os infiéis foram classificados com dezenas de nomenclaturas diferentes, que poderiam significar aspectos de sua cultura, aparência física, região, língua, etc. Boa parte destas classificações não foram assumidas pelos próprios grupos, inclusive, algumas destas “classificações poderiam ter sido propostas pelos próprios guarani reduzidos”<sup>380</sup> e depois registradas pelos jesuítas em seus documentos. Assim, algumas delas foram desaparecendo ao longo do tempo e, por sua vez, outras denominações foram assumidas por parcialidades e utilizadas em momentos de negociação e contato.

---

<sup>379</sup> *Ibidem*, pg. 234.

<sup>380</sup> PEREIRA, Cesar Castro. “*Y Hoy están en paz*”: *Relações sócio-políticas entre os índios “infiéis” da Banda Oriental e guaranis missioneiros no século XVIII (1730-1801)*. Porto Alegre: PPGH/UFGRS – Dissertação, 2012; pg. 46



Do mesmo modo, internamente, as missões não eram homogêneas, como já comentado anteriormente, além das diferentes parcialidades abrangidas sob a denominação guarani, várias outras tidas como “infiéis” fizeram parte das missões, ainda que com o tempo fossem sofrendo um processo de “guaranização” e desaparecendo na documentação. Wilde lembra que as identidades missionais “*respondían menos a un ethos cultural o a una filiación étnica – palmaria en el uso de categorías como ‘guenoa’, ‘minuan’, ‘yaro’, ‘charrúa’, etc. – que a las afinidades parentales y las pertinências cacicales, definidas en situaciones concretas*”.<sup>381</sup> Baptista complementa esta afirmação ao explicar que “a ideia de nação indígena foi substituída no interior dos povoamentos por dezenas de outras identificações ordenadas numa espacialidade simbolicamente adaptada ao projeto”.<sup>382</sup>

Alguns exemplos documentados são os “guenoas” em *San Borja, Concepción, San Javier* e *San Nicolás*; os “caribes” em *Santo Angel*; “gualachos” em *Jesús*; “charruas” em *Yapeyú*; “minuanos” em *San Miguel, Santo Angel* e *San Nicolás*, além de terem formado um povo nas terras de *San Borja*<sup>383</sup>, como vimos na disputa territorial do item 2.5. Em *San Borja* o cacique guenoa Dom Joseph Gueyncaí chegou, inclusive a ocupar cargos no cabildo, como alcaide, regedor e tenente, depois que a redução Jesus Maria, de guenoas cristãos, foi incorporada ao povo.<sup>384</sup>

O caso da redução de *San Borja* é destacado nos trabalhos de Maurer que, por seu carácter multi-étnica e “culturalmente distinta”, de forma que foi vista por alguns jesuítas com um “estigma refratário”. Nesse sentido, “passou a ser representada como uma redução flexível para os problemas de origem cultural e displicente para os assuntos de ordem administrativa do projeto da Companhia de Jesus”.<sup>385</sup> Por sua vez, Wilde reflete que cada povoado missionário vai ter a singularidade de sua história baseada em “*un conjunto específico de trayectorias familiares y geográficas sobre la que se funda esa heterogeneidade*”.<sup>386</sup>

Pereira esclarece que após a “Guerra Guaranítica”, os jesuítas e índios cristãos diminuíram o ímpeto de convencer novos cacicados a aderirem às reduções. Tais atividades

---

<sup>381</sup> WILDE. *Religión y poder... op. cit.* pg. 151.

<sup>382</sup> BAPTISTA. A visibilidade étnica... *op. cit.* pg. 219.

<sup>383</sup> WILDE. *Religión y poder... op. cit.* pg. 150/151.

<sup>384</sup> PEREIRA, Cesar. “*Hoy están em paz*”... *op. cit.* pg. 59.

<sup>385</sup> MAURER. O caso da Antiga... *op. cit.* pg. 104.

<sup>386</sup> WILDE. *Religión y poder... op. cit.* pg. 149.

foram retomadas com mais motivação com a chegada das novas ordens religiosas.<sup>387</sup> Cabe lembrar que os dois grupos, religiosos e lideranças indígenas, estavam interessados em mostrar um bom serviço angariando novos vassalos para a Coroa espanhola, o que poderia trazer boas oportunidades diante do contexto de mudanças na administração das reduções.

Alguns exemplos dessa retomada de atividades já em 1768 e 1769, ocorreram nos povos de *Yapeyú* e *Corpus*. Enquanto Zavala avisou que os povos do sul deviam ter cuidado com os charruas, para evitarem o roubo de gado, em *Yapeyú*, o Frei Marcos Ortiz comunicou estar em contato, através de índios da redução, com caciques infiéis perto de Santa Tecla e Rio Negro e pediu roupas para enviar a eles. Em *Corpus*, o corregedor Dom Sebastian Oquenda, avisou o cura sobre guanás que estavam na jurisdição do povo. O cura elogiou a atuação do corregedor, falou sobre a negociação e “dotes” que estava oferecendo e cogitou a formação de um povo com o nome de San Francisco de Paula em homenagem ao governador Francisco de Paula Bucarelli y Ursua.<sup>388</sup> Em 1770, Zavala avisou que orientou os cabildantes e administradores de *Corpus* e *Jesús* para ajudarem os guananas[sic] de San Francisco de Paula com sementes, e que mais nove haviam sido batizados, depois de passarem por *Santa Ana* e *Candelaria*. Comentou também, que em todos os lugares foram bem recebidos para que se animassem a chamar seus parentes.<sup>389</sup>

No mês seguinte, Zavala recebeu informações que índios “cainguas” tinham ido a uma estância do povo de *Jesús*, onde se encontravam o corregedor, o regedor, um capataz espanhol e outros índios beneficiando erva. Lá, o cacique do grupo, chamado Guirabo, acompanhado por mais seis pessoas, deram um arco com seis flechas para os *jesuatos*, que foi retribuído com um machado de ferro. Guirabo informou que eram vários, e estavam entre eles dois filhos do cacique principal, que havia ficado com os outros em Biraitagua. Segundo Juan de la Granja, queriam saber se tinham machados, facões, tecidos e outros bens, e ele teria respondido que no povo tinha de tudo e que eles poderiam ir visita-lo se quisessem, pois seriam bem recebidos e poderiam ganhar alguns instrumentos. Diz também, que os cainguas perguntaram por seus parentes, que viveriam no povo, depois saíam, pois tinham que terminar suas chácaras, já que a pouco haviam se mudado para

---

<sup>387</sup> PEREIRA, Cesar. “*Hoy están em paz*”... *op. cit.* pg. 57.

<sup>388</sup> FUNCIONÁRIOS espanhóis. *Noticias sobre gobierno de la Candelaria e reducción de infiele*. 1768-1769. ANCh Volume 159.

<sup>389</sup> ZAVALA. *Carta para Bucareli*. 31/08/1770. AGN IX.18.1.5.

Monday, próximo a estancia de San Xavier, onde estavam. Ao saber da notícia o Cura de *Jesús*, quis logo ir ao encontro deles, mas não pode por falta de companheiro e o trabalho ser coisa para vários dias já que “*habia mais cainguas nos montes do que índios na província*”. La Granja informou ainda, que estava aconselhando os índios das estâncias e ervateiros a tratarem bem os infiéis, apesar da coleta não autorizada de erva, e que logo iria à dita estancia levar mais alguns objetos e conversar, pois eles falavam o guarani. Disse também que eram índios de “*mas ingenio*” que os critãos e que falaram ao capataz que trariam um indiozinho guayaqui como presente, que tinham como escravo. Zavala repassou a informação afirmando que eram índios dóceis que tratavam os de *Jesús* como parentes, e o administrador foi encarregado de agasalhar e atraí-los com objetos de presente.<sup>390</sup>

Para Wilde, este caso é um exemplo de intercâmbios dinâmicos, nos quais “*las afinidades parentales y probablemente también los fines políticos, estaban por encima de las identidades étnicas*”<sup>391</sup>, e também, como tratamos anteriormente, as fronteiras identitárias podiam ser flexíveis e permeáveis. Assim, vimos que para sensibilizar a tomada de decisão política das lideranças infiéis, a Coroa espanhola também estabeleceu orientações de práticas atrativas, como o bom tratamento e a distribuição de presentes. Além disso, segundo as instruções do *Padrón* de 1772 os “*recien convertidos a nuestra católica religión*” ficariam isentos dos tributos por vinte anos.<sup>392</sup>

No entanto, a incorporação dos infiéis não objetivava somente o aumento no número de vassalos do reino espanhol, mas também evitar os roubos e ataques aos campos, estâncias e, até, núcleos urbanos missioneiros. No caso anterior, do povo de *Jesús*, falou-se sobre a coleta não autorizada nos ervais, no mesmo ano, em *San Ignacio Guazu*, o corregedor e o administrador tinham reclamado que o povo passava por dificuldade por ter sua principal estancia sistematicamente atacada por infiéis.<sup>393</sup> No início de 1772, os infiéis que causavam preocupações eram os mocovis do Chaco. Zavala propôs que tentassem impedir que eles se unissem à redução de San Fernando, de índios abipones, que ficava do lado ocidental do rio Paraná. A razão era que, em um ataque às estâncias das missões pelos mocovis, foram identificados três índios de San Fernando, prejudicando a boa relação que

---

<sup>390</sup> FUNCIONÁRIOS espanhóis. *Informe sobre contato com infiéis cainguas*. Set./1770. AGN IX.18.1.5

<sup>391</sup> WILDE. *Religión y poder... op. cit.* pg. 145.

<sup>392</sup> MARTIN, C. M. . *El padrón de Larrazábal... op.cit.* pg. 38.

<sup>393</sup> BARBOSA, Jose. *Carta para Bucareli*. 15/06/1770. AGN IX.18.5.1.

estavam tendo com *San Ignacio Guazu*. Também as outras reduções com estâncias próximas ao rio Tebiquari estavam preocupadas, pois tinham sido avistados vários mocovis pela região.<sup>394</sup>

Com o passar do tempo e a criação de novos povoados coloniais, a pressão sobre os campos por onde circulavam os infieis vai aumentando. Especialmente para as populações da zona oriental do rio Uruguai, as demarcações do Tratado de Santo Ildefonso, que eram seguidas pelo estabelecimento de pequenos povoados para garantir a posse da terra demarcada, foi bastante prejudicial. Ademais, outros grupos semi-nômades cresceram nesses territórios e complexificaram a disputa pelos recursos, em especial o gado, tratamos aqui dos *gauchos* ou *gauderios*.

Os *gauchos* eram desertores, contrabandistas, traficantes de gado e couro, não tinham um pertencimento étnico definido, podendo ser português, espanhol, escravo, liberto, infiel e até missioneiro fugitivo, com certeza eram mestiços culturais, com grande chance de serem mestiços biológicos. Esses mestiços não tinham um *status* próprio nas classificações coloniais. Embora disputassem os mesmos recursos, muitas vezes de forma bastante violenta, em alguns momentos podiam ser aliados e compartilhar informações sobre as áreas que já circularam, sejam elas os povoados coloniais, as missões, os fortes, as estâncias, os campos e os rios.<sup>395</sup>

Dois casos reveladores das possibilidades de relações dos infieis com as reduções envolvem o administrador Carlos Ruano. O primeiro ocorreu em 1786, ele estava de mudança de *Santa María la Mayor* – onde se envolveu em um problema com Doblas, que vimos no capítulo anterior – para *Santo Angel*. Na sua mudança, levava junto dois índios de “*nacion guanas*” que seriam batizados no novo povoado. Os documentos não explicam o que aconteceu com suas famílias, tampouco se tinham vivenciado, ou sobrevivido, alguma situação de violência, no entanto, passavam por um processo de adaptação para “*el trato y civilizacion*”. O administrador comenta que os trata com suavidade e caridade e esta feliz porque tem a “*cada dia mas ciertas esperanzas de su reducion por verles tan sujetos diariamente a mi voz y direccion*”, além disso, “*los reconosco mas adelantados, que en saber de memoria el rezo, porque de esta potencia son escasos. El Matheo se inclina a*

---

<sup>394</sup> ZAVALA. *Carta para o governador*. 16/02/1772. AGN IX.22.2.7.

<sup>395</sup> PEREIRA. “*Hoy están en paz*”... *op. cit.* pg. 91, e WILDE. *Religión y poder*... *op. cit.* pg. 297.

*aprender lo en castilla ya Roquito le gusta mas el Guarani*". A questão do idioma nos alerta sobre diferentes possibilidades que os infiéis tinham ao se incorporar as missões, Matheo preferiu se aproximar mais do mundo espanhol, Roquito teve preferência pelo mundo guarani. O primeiro foi "recompensado" pela sua escolha, uma vez que Ruano ofereceu a Zavala para que fosse padrinho de um deles e o governador preferiu "*Matheo porque se inclina a saver la Doctrina en Castella*".<sup>396</sup>

O segundo caso diz respeito a um terreno na jurisdição de *Santo Angel*, a vinte léguas do núcleo urbano, que o administrador Ruano pediu para comprar e ali erguer um povoado espanhol com capela. Como parte da sua argumentação para tentar convencer o governador e o vice-rei, afirmou que os índios viviam na miséria e precisavam estar mais em contato com povoadores espanhóis para ensiná-los a melhor cultivar e comercializar e ainda "*veo com dolor (...) sus muchas ruinas y la natural pureza de estos infelizes*". Disse também que o local era um "*terreno desierto poblado de infieles*", ou seja, para o administrador, o terreno ter infiéis, o faz deserto, esta aparente contradição provoca a questão sobre o que pode ter acontecido com os parentes dos guanas que o acompanharam. Mas nos campos de *Santo Angel* era outra a parcialidade que estava em contato, os tupis, que o administrador afirmou, faziam os missioneiros paralisarem de medo e pânico, de tal forma que o "*sugeito que se ve acosado en el Monte porque los Tupis no salen de el de un Infiel se hecha en tierra como desmayado y tapandose la cabeza se entrega a la muerte en el modo que su enemigo se la quiere dar diciendo solamente omano marangusu que quiere decir quiero morir o desarmado*". Ainda que o administrador devesse estar exagerando para convencer seus interlocutores, é interessante a sua observação para refletir sobre os estranhamentos na relação entre missioneiros e infiéis. Não sabemos que fim levou sua proposta.<sup>397</sup>

Em 1794 era o povo de *San Luis* que estava enfrentando os tupis. O corregedor Santiago Pindo, o administrador e o cabildo expuseram um acordo para mandar cento e oitenta pessoas para os ervais distantes, das quais trinta índios deveriam ir armados. Além disso, eles contrataram três Dragões que estavam no povo, devido a presença da comissão demarcadora, para ajudarem na escolta "*a causa de arriesgado del destino por la nacion*

---

<sup>396</sup> RUANO, Carlos. "*Expediente*" em que solicita terreno "*poblado de infieles*". 1789. ANCh – volume 159.

<sup>397</sup> Idem.

*Tupis*”.<sup>398</sup> Essa era mais uma forma de as comissões demarcadoras intensificarem a pressão sobre os campos onde circulam os infieis.

Mais ao sul, o cerco contra os charruas e minuanos também se fechava. No final de 1781, foi preso um índio de *Yapeyú*, chamado Miguel Aviane, que estava junto com minuanos. Ele esteve com um grupo de índios missioneiros que defenderam a fronteira de *San Borja* em 1777 e não voltou mais ao povo, suspeitavam que ele inclusive, estava com um grupo minuano que atacou uma estância de *Yapeyú*. Ainda assim no início do ano seguinte, o administrador defendeu que ele poderia ter sido levado a força pelos minuanos e pede sua soltura, pois o mesmo era necessário nos trabalhos do povo.<sup>399</sup> Em 1785 um cacique minuano, chamado Dom Bartolomeu, escreveu para Pinto Bandeira pedindo para passar ao lado português, segundo outro cacique, seu grupo havia sido “destroçado” pelos espanhóis e ele teria ido se juntar aos caciques de *Yapeyú*, mas agora queria mudar de lado. O cacique informante era Dom Miguel, que fora sogro no primeiro casamento de Pinto Bandeira, fato que ressalta o português como um mediador cultural.<sup>400</sup> Nessas constantes passagens de um lado ao outro entre a fronteira dos impérios, também os infieis podiam servir de espias. Sabemos de um exemplo anterior, em 1752, ainda no contexto prévio as execuções do Tratado de Madri quando, segundo o jesuíta Nusdorffer, dois Payaguas aliados dos portugueses teriam fingido não conhecer a língua guarani e se apresentaram aos jesuítas no povo de *San Ignacio Miní* para serem batizados e depois foram desmascarados.<sup>401</sup>

Situação mais intensa viveram os charruas e minuanos com os moradores de *Santa María la Mayor* entre 1795 e 1796. Durante meses ficaram estabelecidos próximos ao povoado e recebendo diversos objetos, principalmente alimentos e tecidos, dos bens da comunidade. Infelizmente os únicos registros que encontramos desta relação estão nos livros de conta corrente, logo são registros curtos e sem explicações. O registro mais revelador foi o gasto de reses no casamento de Antonio Paiba, e o batismo de sua mulher, que era infiel. Depois de algumas semanas os registros de distribuição de bens para os

---

<sup>398</sup> SAN LUIS, Corregedor, administrador e cabildo. *Sobre expedição aos ervais*. 22/09/1794. AGN IX.3.6.4.

<sup>399</sup> YAPEYU. *Documentos sobre um missioneiro preso com infieis*. 1781/1782. AGN IX.26.1.7.

<sup>400</sup> GIL, Tiago. *Infieis transgressores... op. cit.* pg. 119/120.

<sup>401</sup> RELAÇÃO do Padre Fernando Nusdorffer sobre o plano de mudança dos 7 povos, desde setembro de 1750 até fins de 1755. In.: CORTESÃO. *Do Tratado de Madri... op. cit.* pg. 231.

charruas e minuanos termina.<sup>402</sup> Algumas questões ficam em aberto desta situação: como foi a reação da população de *Santa María la Mayor* a presença dos pampeanos? Porque eles se aproximaram? O casamento foi a causa, ou uma consequência da aproximação? Seria o casamento um tratado entre cacicados? Provavelmente para os indígenas o casamento era uma forma de registrar um acordo entre os grupos, muito mais forte que o papel, embora todos conhecessem este expediente.

Outras situações com os pampeanos foram melhor registradas. Pereira descreve que, em 1794, *San Borja* asilou um grupo que passava por dificuldades após um conflito com changadores. Entre eles os caciques Dom Felipe Santiago Blanco, Dom Ignacio, Dom Carupera, Dom Juan Carballo e Dom Juan Salcedo, foram bem tratados por Zavala, mas tiveram que entregar os cavalos como condição para serem aceitos.<sup>403</sup> Os funcionários espanhóis eram preocupados com as constantes fugas dos pampeanos das missões, pois estes não se adaptavam a esta situação, na qual tinham menos autonomia.

Em 1796, foram apreendidos duzentos e dois charruas e minuanos. Desta vez a proposta de Dom Manuel Saenz era distribuir os indígenas entre particulares de Buenos Aires para que “se reduzam a fé”, e não ir para os povos das Missões onde “*se aborrecem*”, e já haviam fugido três vezes. A ideia era leva-los nos barcos de *Yapeyú*. De acordo com a “*razon de los indios*” eram cinco “*toldearias*”, três dos charruas (cacique Pintado, cacique Blanco e cacique Cuenca) e duas de minuanos (cacique Tayuy e cacique Alberto), mais uma mulata com um filho, um índio chamado Damian, de *San Borja*, e uma índia de *Yapeyú* com uma filha “infiel”, que seriam devolvidos aos povos de origem.<sup>404</sup>

Os funcionários espanhóis começaram a assumir uma postura de terminar com a presença dos infieis nos campos, especialmente os charruas e minuanos na zona de fronteira. Em 1801, essa postura mais agressiva também transparecia na correspondência de Félix de Azara, o mesmo que havia se surpreendido com a participação de charruas e minuanos na festa de *San Miguel* alguns anos antes, como vimos no capítulo 1. Ele participava das comissões demarcadoras e foi o responsável pela fundação da vila de Batovi, local de onde escreveu pedindo reforços, pois sentia-se ameaçado a leste pelos portugueses e a oeste pelos charruas e minuanos. Dizia que só assim poderia continuar com

---

<sup>402</sup> SANTA MARÍA LA MAYOR. *Livros de contas correntes e diários (1790-1797)*. AGN IX.27.1.1.

<sup>403</sup> PEREIRA. “*Hoy están en paz*”... *op. cit.* pg. 55/56.

<sup>404</sup> SAENZ, Dom Manuel. *Participa a apreensão de índios infieis*. Ago. e out/1796. AGN IX.12.2.6.

a fundação de novas vilas.<sup>405</sup> Segundo Garcia, tal postura incentivou que os pampeanos pedissem ajuda aos portugueses e passassem para seu lado, embora continuassem fazendo “correrias” em terras espanholas. As “correrias” em terras espanholas continuaram após as mudanças na fronteira em 1801 (que trataremos a seguir), o que fez com que a Coroa espanhola, no momento em que estavam em paz os ibéricos, chegasse a propor ações conjunta com os portugueses para a extinção dos pampeanos, o que não foi aceito pelos lusitanos.<sup>406</sup>

### 3.3 – A CRISE DO REGIME DE COMUNIDADE E A “LIBERDADE” DOS ÍNDIOS

Com o término da administração dos jesuítas expandiram-se as críticas ao regime comunitário, que impedia a livre circulação dos missionários, concentrava seu comércio em Buenos Aires e mantinha todos os bens produzidos ou comprados pelos índios como pertencentes ao povo. Para Wilde, a idéia de romper com o segregacionismo entre indígenas e espanhóis vinha desde as *Instrucciones* de Bucareli de 1768, já influenciado por idéias homogeneizadoras da Coroa espanhola, no entanto, não se atreveram a acabar com o regime comunitário para evitar uma maior instabilidade dentro dos povoados indígenas, como visto no capítulo 2.<sup>407</sup>

Dentre os funcionários espanhóis foi tornando-se unanimidade que um dos maiores problemas dos povos era a corrupção e favorecimento pessoal dos administradores, tanto dos povoados como da Administração Geral. Alguns, como Gonzalo de Doblaz, queriam terminar com o regime de comunidade, que ele acreditava proporcionar a corrupção, e para que os índios “*gocen en la vida política y civil de los bienes de la libertad*”, mesmo que progressivamente, começando por aqueles que tinham mais capacidade de administrar seus bens e trabalho sozinhos. Esse tenente governador escreveu longos e completos planos para uma nova administração das reduções, o que lhe rendeu alguns conflitos de hierarquia,

---

<sup>405</sup> AZARA, Félix de. *Sobre reforços para a vila de Batovi*. Fevereiro/1801. AGN IX.12.2.6.

<sup>406</sup> GARCIA. *As diversas formas...* op. cit. pg. 254 em diante.

<sup>407</sup> WILDE, G. *Religión y poder...* op. cit., pg. 266.



especialmente com Zavala.<sup>408</sup> Félix de Azara também concordava com a proposta de liberdade, inclusive propunha que se distribuíssem as terras próximas aos povoados que estava fundando para os indígenas liberados, além dos colonos espanhóis. Pediu também permissão para que os índios “*de ofícios*”, se estabelecessem nessas novas localidades.<sup>409</sup>

Por outro lado, o intendente do Paraguai, Lázaro de Ribera, concordava que a corrupção era o maior mal, mas acreditava que os povos precisavam de uma reforma na administração, especialmente contratando melhores funcionários, que não mexesse no regime de comunidade. Para ele, dividir as terras, gado e fabricas dos povos iriam originar “perigosas dificuldades”. Com uma visão depreciativa dos índios, dizia que eles não teriam capacidade para o aumento e conservação dos seus bens e, sem ter como subsistir, iriam se perder pelas “selvas desconhecidas”.<sup>410</sup>

Também entre os historiadores atuais a questão é controversa, por exemplo, o estudo de Poenitz & Poenitz concorda com os problemas no regime no final do século XVIII, quando afirma que “*el regimen de comunidad de bienes, ya completamente desvirtuado, solo sirvió para la arbitraria servidumbre de los naturales y para las rapinas de los funcionarios corruptos que actuaban bajo el manto de las ordenanzas de Bucarelli*”<sup>411</sup>. No entanto algumas abordagens minimizam o problema da corrupção devido os diversos controles que existiam, desde os indígenas do cabildo, passando pelos diferentes níveis da administração, e atribuem o declínio principalmente a ineficiência e falta de competitividade para o mercado platino.<sup>412</sup>

O fato é que, ao entrar na década de 1790, a situação dos povoados era de decadência material e populacional, muito devido às más administrações, seja por incompetência, corrupção ou disputas judiciais. Complementando o quadro desfavorável, os Vice-reis que atuaram neste período demonstraram pouco interesse e pouco fizeram de efetivo para melhorar essa situação. Muito disso, talvez, se devesse a grande rotatividade desses Vice-reis, já que cinco diferentes personagens ocuparam este cargo em pouco mais de 10 anos: Nicolas del Campo – Marques de Loreto (1784/89), Nicola Arredondo

---

<sup>408</sup> MAEDER. *Misiones del Paraguay...* op. cit. pg. 197 em diante.

<sup>409</sup> AZARA, Félix de. *Carta para o Vice-rei*. 26/12/1800. AGN IX.12.2.6.

<sup>410</sup> RIBEIRA, Lázaro de. *Carta para Dom Francisco Saavedra*. 18/10/1798. AGN IX.16.2.7.

<sup>411</sup> POENITZ & POENITZ. *Op. Cit.*, pg.71.

<sup>412</sup> SARREAL, Julia. Introduction. In.: SARREAL. *The Guarani and Their Missions: A Socioeconomic History*. Stanford: SUP, 2014.

(1789/95), Pedro Melo de Portugal (1795/97), Antonio de Olaguery y Feliú (1797/99) e Gabriel de Avilés y del Fierro (1799/1801).<sup>413</sup>

Olaguery y Feliú até chegou a pedir um parecer sobre os administradores que estavam nos povos. Consultamos as informações remetidas pelo governador do departamento de *San Miguel*, Sebastian Planchon: em *Santo Angel*, Planchon considerou muito ruim a situação, tanto que já tinha feito uma reclamação anterior, e informou que o administrador segue com a infelicidade e deteriorização, através do abandono de suas obrigações, e que se não tiver uma mudança grande o povo corre o risco de extinguir-se; em *San Juan*, o administrador é novo, não tem muito a dizer, somente que ele estava sendo útil e empenhado; em *San Miguel*, o administrador tinha começado bem e depois decaiu por falta de resolução e “espírito para o governo e direção dos índios”; em *San Lorenzo*, considera com dificuldade, mas esforçado; em *San Luis*, diz que apesar da idade é esforçado, ainda assim os índios são insubordinados e tem problemas com negócios prejudiciais ao povo; por fim em *San Nicolás*, informa que o administrador tem “amor pelos índios”, mas seu espírito altivo, precipitado e orgulhoso, o faz insubordinado obscurecendo seu mérito, além de, por vezes, agir com violência. Enfim não era uma boa visão a que tinha dos administradores, ainda assim não sabemos se fez alguma mudança. Destaca-se que estava tendo problemas em *San Miguel* e *San Luis*, povos nos quais os corregedores, Pasqual Areguati e Santiago Pindo respectivamente, eram experientes e tinham uma boa relação com o anterior governador do Departamento Dom Lassarte.<sup>414</sup>

Quando Gabriel de Avilés y del Fierro, ou Marques de Avilés, assumiu como Vice-rei em 14 de março de 1799, já tinha como obrigação responder uma Real Ordem de 30 de novembro de 1798, que estipulava que ele “*debía informar dando su parecer sobre el problema, y se lo facultaba para que interinamente tomase providencias para contener desórdenes y abusos em el gobierno y administración de los pueblos*”<sup>415</sup>. Com esse objetivo, e com a ajuda do seu secretário Miguel de Lastarria, remeteu questionários para governantes, religiosos e militares da região. Segundo Maeder, “*la mayoría de los cuales opino en favor de la libertad de los índios*”<sup>416</sup>.

---

<sup>413</sup> MAEDER. *Misiones del Paraguay... Op. Cit*, pg. 195

<sup>414</sup> PLANCHON, Sebastian. *Relatório sobre administradores dos povos para vice-rei*. 1798. AGN IX.26.1.7.

<sup>415</sup> POENITZ & POENITZ. *Op. Cit*, pg.77.

<sup>416</sup> MAEDER, E., *Misiones de Paraguay... op. cit.*, pg. 201.

Sendo assim, depois de coletadas as informações, Avilés assinou um auto em 18 de fevereiro de 1800 que “*decretaba la liberación de una lista de 323 familias guaraníes consideradas ‘capaces de mantenerse por si’ (Lista [17-8-1799])*”<sup>417</sup>. Estas famílias, provenientes de 28 povoados diferentes, tinham direito a “*propiedad para si, sus hijos, herederos y sucesores perpetuamente, terreno bastante capaz y aparente para mantener sus buenas chacras y apacentar sus ganados*”<sup>418</sup>. Além disso, os libertos deveriam ser mantidos pela comunidade até o ano seguinte e ainda receber instrumentos para o trabalho. Os cabildantes podiam exercer até o fim do mandato, e os de ofício recebiam suas ferramentas. Segundo Wilde, “*el virrey suponía que el decreto tendría efectos ejemplificadores entre los guaraníes no liberados, logrando que ‘se alienten a aspirar a las mismas gracias y excepciones’*”<sup>419</sup>. Ademais, Maeder aponta que entre as propostas do auto estavam a liberdade gradual para os índios, o livre comercio com espanhóis, a extinção das *encomiendas* nos povos do Paraguai, além de “*acordar con ambos obispos el régimen eclesiástico más conveniente y poner en orden la administración general.*”<sup>420</sup>

Para Wilde, “*la reacción de los guaraníes al decreto parece haber sido em general muy positiva*”<sup>421</sup>, especialmente entre os libertos. Por outro lado, Maeder afirma que depois de um primeiro entusiasmo, em muitos povos agravou-se um descontentamento dos outros guaranis que viram na medida uma discriminação e, ademais,

*un recargo adicional en las tareas comunales. A ello se sumaban las quejas de los administradores y las advertencias de los curas por el desorden e indisciplina que había cundido. Avilés procuró equilibrar la situación, estableciendo una contribución de un peso anual a cada liberado para cubrir los gastos de salarios en los pueblos, y para que las autoridades locales pudieran contratar los jornaleros necesarios. Dispuso también nuevas libertades y favoreció la adjudicación de tierras a criollos y mulatos casados con indias. Todo ello unido a distintas medidas de control y saneamiento administrativo*<sup>422</sup>

No entanto, Poenitz & Poenitz pondera que alguns Curas denunciavam os opositores à liberação. Para os Curas, eram especialmente os “*Caciques y Capitulares*

---

<sup>417</sup> *Ibidem*, pg.269.

<sup>418</sup> AVILÉS, Circular [18-2-1800] apud. WILDE, G. *Religión y poder op. cit.*, pg. 270.

<sup>419</sup> WILDE, G. *Religión y poder op. cit.*, pg. 270.

<sup>420</sup> MAEDER, E. *Misiones de Paraguay... op. cit.*, pg. 202.

<sup>421</sup> WILDE, G. *Religión y poder op. cit.*, pg. 271.

<sup>422</sup> MAEDER, E. *Misiones del Paraguay... op. cit.*, pg. 203.

*habitados a servirse del trabajo gratuito de sus hermanos en provecho propio, sob pretexto de labor comunitaria*".<sup>423</sup>

De qualquer forma, uma situação que trouxe controvérsia na liberação foi a discussão de parentesco. Muitos indígenas interpretaram a designação “família” como a totalidade de sua rede de parentes. Poenitz & Poenitz comenta casos em que para cada um libertado, junto foram entre 10 à 50 pessoas a mais, o que levou Avilés a escrever instruções mais claras.<sup>424</sup>

Outra questão de interpretação que permeia esta discussão é a noção do termo liberdade para os indígenas. Como mostra Wilde, nas cartas escritas pelos guaranis em sua língua “*la palabra ‘libertad’ aparece en castellano, lo que acaso indica que no formaba parte del universo conceptual do nativo*”. Para este autor, o termo estava muito ligado a possibilidade de movimentação pela campanha e de participar de diversos intercâmbios com os outros atores que ali habitavam, “*sin que ello necesariamente implicara perder definitivamente sus lazos con la comunidad de origen*”.<sup>425</sup>

O autor também aborda a expansão da colonização territorial, principalmente a partir de Assunção. Nesses povoados a população qualificada como “índio” ou “pardo” vai sendo substituída por “espanhol”, estipulando na prática uma espécie de liberdade para esses índios. Dessa forma, as disposições de Avilés, são menos uma causa dessa transformação, do “*que un reconocimiento de la situación poblacional preexistente en las diferentes regiones*”.<sup>426</sup>

No entanto, a expansão da colonização territorial também trouxe um problema para a liberação, a falta de terra livre para distribuir entre todos os libertos. Como vimos anteriormente, a pressão sobre as terras por colonos espanhóis estava aumentando, já em 1788 o corregedor e cabildo de *Santa María de Fe*, tinham escrito uma carta em que denunciavam que alguns povoadores estavam muito perto de suas estâncias e se apropriando de suas riquezas.<sup>427</sup> Em *La Cruz*, já no contexto de liberação, o corregedor Dom Nicolas Mburu, o administrador e o cabildo, responderam um ofício, no qual citavam dez propriedades de colonos autorizados a ficar em suas terras, mais nove sem

---

<sup>423</sup> POENITZ & POENITZ, *Op. Cit.*, pg. 80.

<sup>424</sup> *Ibidem*, pg. 79.

<sup>425</sup> WILDE, G. *Religión y poder... Op. Cit.*, pg. 275.

<sup>426</sup> *Ibidem*, pg. 267.

<sup>427</sup> MELIA. *La lengua guarani... op. cit.* pg. 3.

autorização.<sup>428</sup> Pasqual Areguati foi uma exceção e recebeu a doação de suas terras antes mesmo da assinatura do Decreto<sup>429</sup>. Provavelmente foram as terras nas quais já desenvolvia suas atividades há bastante tempo.

Apesar destas questões, Maeder mostra que no final de fevereiro de 1801, Avilés recebeu sua nomeação como vice-rei do Peru, e em 20 de maio, transmitiu o cargo em Buenos Aires ao sucesor Joaquín del Pino. Até esta data tinham sido liberados 6.212 índios dos 42.885 que viviam nos povos<sup>430</sup> (ver anexo 19). Menos de um mês após assumir Joaquín del Pino, como aponta Garcia, “em 15 de junho de 1801, a notícia da declaração de guerra da Espanha contra Portugal chegou informalmente à capitania”<sup>431</sup> do Rio Grande de São Pedro.

### 3.4 – A ALIANÇA COM OS PORTUGUESES EM 1801

Esta seção tem o objetivo de apresentar e analisar algumas situações de interação entre os indígenas, moradores das reduções e suas estâncias, com os portugueses, no contexto em que os espanhóis foram expulsos e os habitantes dos povos orientais passaram a ser vassallos da Coroa portuguesa. Portanto, esse tópico não pretende fazer uma descrição detalhada sobre o conflito entre Espanha e Portugal em 1801, na fronteira meridional. Vários autores importantes, tanto tradicionais como mais contemporâneos, já trataram deste tema<sup>432</sup>. Por isso, vamos destacar apenas algumas situações para tentar dialogar com elas tendo em vista as possibilidades que se apresentavam para os indígenas em cada momento.

Com a notícia da guerra, o governador da capitania, Sebastião Xavier Cabral da Câmara, emitiu “um edital no qual ordenava aos vassallos portugueses reconhecerem a Espanha como inimiga, assim como outros editais em que perdoava todos os desertores que se apresentassem para a guerra, como era costume nestas situações”<sup>433</sup>. Entre os desertores anistiados estavam alguns gaúchos, ou gaudérios, que conheciam bem os índios dos

---

<sup>428</sup> LA CRUZ, Cabildo de. *Relação de espanhóis que estão nos terrenos do povo*. AGN IX.12.2.6.

<sup>429</sup> CORE, Fernando Aguerre. *Ni explotación ni utopia... op. cit.*, pg. 543.

<sup>430</sup> MAEDER, E. *Misiones del Paraguay... op. cit.*, pg. 203.

<sup>431</sup> GARCIA, E. *As Diversas formas... op. cit.*, pg. 189.

<sup>432</sup> Entre estes autores destaco TESCHAUER, C. *Op. Cit.*, PORTO, A. *Op. Cit.*, CESAR, G. *Op. Cit.*, nos seus estudos sobre a história do Rio Grande do Sul, e MAEDER, E. *Misiones... Op. Cit.*, e WILDE, G. *Religión... Op. Cit.*, nos seus estudos sobre os povoados missionários.

<sup>433</sup> GARCIA. *As Diversas Formas... op. cit.*, pg. 189.

convívios na campanha, sendo eles próprios, muitas vezes, mestiços filhos de indígenas. Um deles, José Borges do Canto se apresentou ao tenente-coronel Patrício José Correia da Câmara e manifestou o desejo de “hostilizar” as missões e teria solicitado homens e armas. Diante da impossibilidade de suprir estas necessidades o tenente-coronel teria disponibilizado munição e incentivado Canto a arregimentar seus conhecidos para a tarefa de atacar as estâncias, já que, aparentemente, a ocupação dos povos não estava prevista.<sup>434</sup>

Dentre os recrutados estava Gabriel Ribeiro de Almeida, filho de índia guarani e conhecedor do idioma nativo, habilidade que tinha também Manuel dos Santos Pedroso, fazendeiro da região que formou outra frente de ataque<sup>435</sup>. Estes dois personagens foram de extrema importância para o êxito do ataque, a consolidação do apoio indígena, e o ingresso nas missões, pois falavam guarani e podiam explicar em cada contato que a guerra era contra os espanhóis não contra os índios. Ambos, mais Borges do Canto, escreveram suas memórias sobre os acontecimentos, das quais destacamos alguns pontos a seguir.

O primeiro ataque foi realizado à guarda de San Martin, e logo depois de dominarem o local o Capitão Francisco Pereira Pinto, segundo Manuel dos Santos Pedroso

me ordenou que visto falar eu o Idioma Guarany, me avançasse com os mesmos 20 homens para os Estabelecimentos dos Indios das Missoens, afim de os persuadir a que se voltassem a nosso favor, e serem Vassallos Portuguezes, para o que nós os auxiliaríamos. Passei as Estancias dos Povos de S. Lourenço, e S. Miguel, nas quaes falei aos Indios, que além de me auxiliarem com as Cavalgadas de que precisei, me assegurarão que todos desejavão passar ao Dominio Portuguez, para o que nececitavão o nosso socorro, e participando eles os meus avizos aos seus **respectivos Corregedores, escreverão estes sem demora** ao mesmo Capitão Comandante, assegurando-lhe o desejo e boa vontade que todos tinhão do nosso socorro para serem Vassalos de S. A.R.<sup>436</sup>

Borges do Canto também repete a história da carta, e relatou que, após juntar quarenta homens, Manoel dos Santos “me encarregou de auxiliar os Indios do Povo de S. Lourenço, que herão os que mais instavão pelo socorro dos Portuguezes, prometendo-me, que eu seria brevemente socorrido com outra igoal[sic] Partida”.<sup>437</sup> Cabe ressaltar que

---

<sup>434</sup> *Ibidem*, pg. 191.

<sup>435</sup> *Ibidem*, pg. 194.

<sup>436</sup> PEDROSO, Manuel dos Santos. Relação dos serviços que pratiquei na conquista dos sete povos guaranis das missões orientais do Uruguai, desde o princípio até o fim da guerra próxima passada [09/11/1802]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, v.130, t.77, parte II, 1914,pg.63.

<sup>437</sup> CANTO, José Borges do. Relação dos acontecimentos mais notáveis da guerra próxima passada na entrada e conquista dos sete povos das missões orientais do rio Uruguai [1802]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, v. 130, t.77, parte II,pg. 53-62, 1914. Pg. 53.

participantes espanhóis das partidas demarcatórias do Tratado de Santo Ildefonso já haviam alertado que *San Lorenzo* e *San Juan* estavam sendo os dois povos mais prejudicado por perda de terras das estâncias com as demarcações.<sup>438</sup>

Em 3 de agosto, o grupo de Canto chegou à estância denominada São Pedro e, segundo o próprio, “ali achei os Índios muito favoráveis, oferecendos Cavalos, mantimentos, e suas pessoas.”<sup>439</sup> Gabriel Ribeiro de Almeida sugere que a partir deste ponto os índios passaram a ser guias, uma vez que, Canto pediu para ele “tomar parte no comando e direção d’aquella empreza, pois se confundia por não entender a lingua d’aqueles índios, e eu os entendia perfeitamente”.<sup>440</sup> Voltando ao relato de Canto, um pouco adiante aprisionaram um “bombeiro” que falou sobre uma patrulha de cinco espanhóis e varios índios, e de um acampamento com trinta espanhóis e trezendo indígenas.

Na estância seguinte o apoio parece ter aumentado: “achei quatro Espanhoes prezos, e os Índios todos daquele lugar dispostos a me acompanharem, oferecendo-me mantimentos e cavalgaduras”. Então, ele resolveu surpreender o acampamento antes que soubessem do seu grupo e adiantou a marcha a tempo de atacar antes do amanhecer. De novo, preocupou-se em receber o apoio dos índios “que procuravão fugir espavoridos com a bulha dos tiros, logo que lhes mandei falar, e dizer, que nós hiamos a socorrelos, e não a fazer-lhes damno, se voltarão todos a nosso favor, e muito contentes e prontos a nos acompanhar, e auxiliar em qualquer empresa que tentasemos[sic].”<sup>441</sup>

Em seguida, acompanhado por mais de trezentos indígenas, passou ao cerco do Colégio do povo de *San Miguel*, onde se encontrava o Tenente Governador do Departamento Francisco Rodrigo. Na versão de Canto, os missioneiros foram ativos:

mandei os Índios recolher todos os animaes Cavallares, e Vacuns que se achassem nas immediaçoens do sobredito Povo; ao qual puz cerco: nesta ocasião se oferecerão os mesmos Índios para tentarem com engano que se abrisse o Portão do Colejo, afim de segurarem 10 pessas pequenas d’Artilharia, e perto de 200 Espingardas, e de mais Armamentos, que havia no mesmo Colegio, e podermos entrar ao signal que nos fizessem; porem o Tenente Governador desconfiado dos índios, não os deixou entrar. Huma grande parte dos índios do povo, e muitas famílias se agregarão à nossa Partida neste mesmo dia que foi a 9 de agosto.

---

<sup>438</sup> ANÔNIMO. Memória sobre os incidentes ocorridos entre as partidas de demarcação, quanto aos artigos 3º e 4º do Tratado de Santo Ildefonso. [1795] In.: CORTESÃO. *Op. cit.* pg. 431.

<sup>439</sup> CANTO. *Op. Cit.* pg. 53.

<sup>440</sup> ALMEIDA, Gabriel Ribeiro de. Memórias sobre a Tomada dos Sete Povos De Missões da América Espanhola. In.: SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1979. [1909], pg. 92.

<sup>441</sup> CANTO. *Op. Cit.* pg. 54.

No dia seguinte fiz montar a cavalo 400 Indios, a frente dos quaes marchei com a nossa Partida huma pequena distancia, e mandei intimar por escripto ao sobredito Tenente Governador<sup>442</sup>

Quando chegou o reforço com a tropa de Manoel Pedroso, Canto disse que não precisava de ajuda e que o governador já estava por capitular. Assim, conforme as instruções do Capitão de Dragões, Pedroso passou direto ao “passo” do Rio Uruguai próximo ao povo de *San Nicolás*, por onde poderiam vir reforços espanhóis. Às margens do Uruguai, capturou seis carretas do “Povo de S. Nicolao, carregadas com as Alfaias da Igreja e gêneros dos Armazens, que o seu Administrador pretendia fazer passar ao outro lado do Uruguay, o que tudo fiz recolher ao mesmo Povo, entregando ao Reverendo Cura o que pertencia a Igreja, e ao Corregedor o que se havia tirado dos armazéns.”<sup>443</sup> A aceitação da vassalagem portuguesa pelo povo de *San Nicolás* não é descrita pelos cronistas, mas é provável, que depois da devolução dos bens o processo tenha se dado de forma tranquila.

Canto estava negociando com o governador, que pediu três dias para se entregar. Como capturaram um aviso de que estavam vindo espanhóis para o socorro, Canto deu um ultimato, que foi aceito. Francisco Rodrigo recebeu uma escolta até o “passo” do Uruguai e a permissão para ser acompanhado por mais de cento e sessenta espanhóis. No entanto ao chegar ao povo de *San Luis*, ainda distante do “passo”, Pedroso considerou muito perigoso que fossem todos, com os armamentos, uma vez que poderia ter reforços do outro lado do rio, e mandou “retroceder desarmando toda a sua gente”.<sup>444</sup>

No mesmo dia em que o governador deixou *San Miguel*, Canto liberou os trezentos índios do acampamento para voltarem aos seus povos. Embora nenhum dos cronistas descreva a organização deles, é provável que fossem seis companhias de milícias, uma de cada povo do Departamento, compostas por cinquenta pessoas, com um respectivo capitão.<sup>445</sup> Como cada uma voltou ao seu povoado, podemos supor que elas já realizaram uma primeira etapa da “ocupação portuguesa” e uma negociação com o corregedor e o cabildo. Segundo Canto, dia 15 de agosto, mandou “saber aos dous Povos S. João, e Santo Angelo, que se devião submeter à obediência de S. A. R., o que aceitarão sem

---

<sup>442</sup> *Ibidem*, pg. 55.

<sup>443</sup> PEDROSO. *Op. cit.* pg. 63.

<sup>444</sup> CANTO. *Op. cit.* pg. 56.

<sup>445</sup> Na segunda metade do século XVIII, cinquenta pessoas era a composição padrão das milícias missionárias, conforme TAKEDA. *Op. cit.* pg. 71.



repugnância”.<sup>446</sup> No mesmo dia, os dois cabildos dos povos responderam o aviso de Canto, e renderam vassalagem aos portugueses, segundo a interpretação de Garcia, que consultou as cartas, os dois cabildos não demonstraram entusiasmo com o fato.<sup>447</sup> Tampouco devem ter tido muita surpresa e decepção, o próprio cabildo de *San Juan*, já havia escrito em 1799, que necessitava de auxílio “antes que se acaben de expatriar los naturales por la escasez de alimento y vestuário al Reyno de Portugal y otros parajes”.<sup>448</sup>

Nos dias seguintes, Almeida passou pelos povos de *San Lorenzo*, *San Juan*, *San Luis* e *Santo Angel*, e assistiu suas festividades, consolidando a aliança:

Chegando aos ditos povos cuidei logo em recolher os estandartes das camaras ou cabildos fazendo ver, que não deviam ser mais arvorados, porque o domínio hespanhol tinha cessado (...)

Ainda que as circunstancias da guerra não me permitiam demorar no recebimento d’aquelles povos, com tudo sempre falhava um dia em cada povo e fazia por contentar ao publico, assistindo aos festejos, empenhando-me em contentar os reverendos curas (...) roguei-lhes juntamente que não abandonassem as suas igrejas.<sup>449</sup>

*San Borja* foi o último dos povoados orientais a receber os portugueses. O Capitão Anchieta, que havia chegado a *San Miguel* como reforço, foi para essa missão acompanhado de Pedroso. Canto descreve que no caminho encontraram vários índios “que trazião preso e amarrado o Espanhol seu Administrador para mo entregarem, certificando, que aquelle Povo estava rendido a obediência, e proteção de S.A. Real, e os seus habitantes o ficavão defendendo dos Espanhoes, esperando o socorro Portuguez”. Pedroso também afirma que os *borjistas* solicitavam o socorro português.<sup>450</sup> Por sua vez, José Saldanha sugeriu que os indígenas resolveram ficar do lado português porque os espanhóis “só cuidavão em persuadir-lhe a emigrassão, e em mudar as Alfayas da Igreja para o lado occidental do dito Uruguay”<sup>451</sup>, situação parecida com a de *San Nicolás*.

Mesmo com a presença em *San Borja* os conflitos não cessaram e, esse povo, é o que mais sofreu para evitar os contra-ataques espanhóis. Ao sul de *San Nicolás* até a altura de *Yapeyú* existiam diversos “passos”, onde foram montadas guardas e os espanhóis

---

<sup>446</sup> CANTO. *Op. cit.* pg. 56.

<sup>447</sup> GARCIA. *As diversas formas... op. cit.* pg. 196.

<sup>448</sup> SAN JUAN, Cabildo de. Apud MARILUZ URQUIJO. *Op. cit.* pg. 326.

<sup>449</sup> ALMEIDA, Gabriel R. *Op. cit.* pg. 95.

<sup>450</sup> CANTO. *Op. cit.* pg. 57, e PEDROSO. *Op. cit.* pg. 65.

<sup>451</sup> SALDANHA, José. Carta para o Governador. 20/10/1805. In.: INSTITUTO Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama*. [DVD] Porto Alegre: CORAG, 2008.

atacaram durante meses<sup>452</sup>. Pelo sul do povoado também ocorreram alguns ataques espanhóis e, nessa região, o auxílio dos minuanos e charruas parece ter sido muito importante, pois estavam “bem armados de lanças e boas cavalhadas”, enquanto negociavam o auxílio com os militares portugueses<sup>453</sup>. Lembremos que a Coroa espanhola tinha reforçado a opressão sobre estes grupos na década anterior, como visto, e muitos já tinham solicitado o apoio português, que, nesse momento, foi “recompensado”.

Ainda que Garcia alerte que os relatos de Canto, Pedroso e Almeida devam ter sido elaborados com a intenção de engrandecer seus feitos e a adesão dos missionários<sup>454</sup>, o contexto em que viviam os povos, e outros relatos, também sugerem uma adesão massiva. A memória de um funcionário espanhol sobre os acontecimentos falou em “*sublecion de los Yndios de S. Miguel y auciliares que havian enbiado de los otros Pueblos de aquel Departamento, y de los demas de la Provincia pudo motibar prudentes recelos de una insureccion general*”<sup>455</sup>, enquanto que o Marques de Sobremonte, ao discutir o destino das estâncias de *San Borja* ao sul do rio Ibicuy, afirmou que o povo havia sido infiel com o seu Reino.<sup>456</sup> Ademais, em vários momentos e, especialmente antes da tomada de *San Miguel*, os indígenas trocaram informações com portugueses sobre as missões, foram guias, prenderam, eles mesmos, alguns espanhóis, tentaram entrar no colégio disfarçado, e até, possivelmente, escreveram cartas solicitando a intervenção.

Analisando internamente a situação dos povos pouco tempo antes, notamos que o clima já era de muita instabilidade. O Vice-rei e o Governador do Departamento recentemente haviam sido trocados, os administradores de *San Miguel*, *Santo Angel* e *San Juan* também.<sup>457</sup> Talvez ainda mais impacto tenha tido a morte de Pasqual Areguati, e é significativo que a ocupação portuguesa tenha começado pelo povoado de *San Miguel* que, como vimos, teve, ao longo das últimas décadas, cabildantes respeitados por sua

---

<sup>452</sup> *Idem*.

<sup>453</sup> CÂMARA, Tenente Coronel Patrício Corrêa. Carta para o Brigadeiro Governador. [29/11/1801]. In.: *Revista do APERS*. Porto Alegre, N.1, janeiro/1921, pg. 56/57. GARCIA. *As diversas formas... op. cit.* pg. 251, afirma que “na conquista de 1801, os infiéis se aliaram aos portugueses tanto nos ataques aos espanhóis na campanha quanto na tomada dos povos”, possivelmente baseado nesse documento, pois não apresenta outro indício que sustente esta afirmação.

<sup>454</sup> GARCIA. *Diversas formas... op. cit.* pg. 195.

<sup>455</sup> ANÔNIMO. Memória dirigida ao Vice-rei do Prata sobre as causas da conquista dos 7 Povos pelo portugueses [26/09/1802]. In.: CORTESÃO. *Op. cit.* pg. 464/465.

<sup>456</sup> SOBREMONTTE, Marques de. Carta para o governador. 05/07/1805. In.: INSTITUTO. *Op. cit.*

<sup>457</sup> AVILES, Dom Gabriel. *Sobre a troca dos administradores dos povos*. 20/04/1801. AGN IX.26.1.7.

“civilidade” e reconhecidos por suas qualidades gráficas diante dos funcionários e governadores espanhóis, como nos casos de Primo Ybarena e Arenguati. Além disso, a situação dos liberados ainda não estava bem definida, e a fuga dos povos só crescia. Segundo os censos realizados em 1801, meses antes da entrada dos portugueses, *San Lorenzo* tinha 895 índios “de comunidade” e 142 “livres”, *San Nicolás* 1946 e 460, *San Luis* 2500 e 276, *San Juan* 548 e 744, e *San Borja* 1912 e 501. Ademais, *San Lorenzo* tinha 122 fugitivos recentes, que constam no mesmo censo, e *San Nicolás* 204<sup>458</sup>, boa parte, provavelmente, fugiram para o lado português.

Por fim, mais uma vez temos que destacar o papel dos mediadores culturais, atividade que, possivelmente, os novos governantes e administradores espanhóis tiveram dificuldade de executar, pois tinham a incumbência de consolidar o uso do idioma castelhano nas reduções e, alguns, sequer falavam o guarani. Como afirma Garcia, os portugueses puderam ser mais flexíveis, já que “enquanto os índios estabelecidos na aldeia dos Anjos eram terminantemente proibidos de falar o guarani, em um contexto de conquista como o de 1801, onde sem este idioma o diálogo seria prejudicado, os lusos-brasileiros não tiveram dúvidas em emprega-lo”<sup>459</sup>, além disso, souberam utilizar os códigos da divisão do butim, e a presença nas festas como sinal de uma relação de reciprocidade e respeito. Pelo lado missionário, tivemos os mediadores das estâncias e milícias, já acostumados ao trato com os portugueses nos encontros que tinham pelos campos, possivelmente com a presença de vários fugitivos que não aparecem nos relatos, e a elite letrada e cabildantes, que estabeleceram/responderam contatos escritos para formalizar a aliança, e realizaram as festas para reforçar a hierarquia interna, ao mesmo tempo em que a demonstravam aos novos agentes coloniais. Desta forma, a união destes diferentes mediadores, utilizando diversos códigos compreendidos pelas partes, especialmente a língua guarani, foi decisiva para a consolidação da aliança entre os povos orientais e a Coroa portuguesa.

---

<sup>458</sup> JACKSON, Robert H. The post-jesuit... *op. cit.* pg. 159/160.

<sup>459</sup> GARCIA. *Diversas formas...* *op. cit.* pg. 198.

### 3.5 – OS POVOADOS ESPANHÓIS ENTRE AS ROTINAS E OS CONFLITOS

Encerrado o período de hostilidades após a chegada das notícias de assinatura do tratado de paz em dezembro de 1801, a situação interna nos povoados que remanesceram vassallos espanhóis seguiram indefinidas. Vários cargos administrativos foram substituídos ainda em 1802, o Governador Geral Joaquin de Soria foi trocado por Santiago de Liniers, de forma interina, assim como os tenentes governadores dos Departamentos de *Concepción* e *Yapeyú*. Durante a gestão de Liniers duas “*reales órdenes*” foram promulgadas em 1803, uma conferindo ao governo das Missões independência com relação a Buenos Aires e Assunção, especialmente nas questões militares a cargo do tenente coronel Bernardo Velazco, e outra confirmando e estabelecendo condições para a liberdade dos índios. No ano seguinte o Vice-rei também foi substituído, assumindo o Marquês de Sobremonte.<sup>460</sup>

Alguns planos foram elaborados e sugeridos, visando melhorar a defesa da região, a restituição dos índios aos seus povos e a distribuição de terra entre os liberados. Pouco foi feito de concreto, devido à prioridade dada às negociações com os portugueses pela fronteira ao sul do rio Ibicuy e as invasões inglesas de 1806 e 1807. Maeder acredita que a mudança mais importante foi realizada por Velazco em 1806, com a liberação de mais índios, embora não saiba dimensionar o alcance da medida. Ainda assim, informa que os administradores locais foram demitidos e se nomearam *mayordomos* espanhóis para acompanhar a custódia dos bens de cada povoado, e os tenentes governadores passaram a ser subdelegados.<sup>461</sup>

Internamente os cabildos seguiam operando e tentando manter um controle dos bens que possuíam, para a manutenção dos índios que se mantinham sob o regime de comunidade e o pagamento dos bens e serviços que precisavam contratar. Em 1802, o administrador, o alcaide 2º Vicente Ñayra e o secretário Juan Bautista Ararai, do povo de Itapuã, apresentaram ao governador Soria uma relação do que foi consumido durante os trinta e dois dias em que a tropa do Capitão Dom Manuel Paloma ficou no povo. Eles comentam ainda que a maior parte do que foi consumido por diversas tropas que passaram por ali durante a “revolução” dos portugueses não foi devidamente controlado. No mesmo

---

<sup>460</sup> MAEDER. *Misiones del Paraguay... op. cit.* pg. 222/223

<sup>461</sup> *Ibidem*, pg. 228/230. Estão arquivados algumas nomeações de 1808 para subdelegados em AGN IX.26.1.7.

ano, *Santa Ana* e *Corpus* também prestaram contas sobre parte dos seus gastos.<sup>462</sup>

A presença por um longo tempo de tropas nos povoados à beira do rio Uruguai também causaram mudanças nas edificações dos povoados, especialmente naqueles que formavam o Departamento de *Yapeyú* junto com *San Borja: La Cruz, Santo Tomé* e *Yapeyú*. Segundo Levinton, em *La Cruz*, durante o ano de 1801, “*se realizaron una gran cantidad de obras que certamente debieron cambiarle su fisonomía en vários aspectos*”, embora ele não consiga precisar essas mudanças. Em *Yapeyú*, o autor identificou a reedificação de todo um lado do Colégio e a construção de uma sala de armas, apesar do povo ter perdido sua mina de cal que ficava do lado oriental. Já em *Santo Tomé*, foi construído um quartel com duas cozinhas e uma prisão de anexos.<sup>463</sup> Provavelmente quem executava essas construções eram os índios. Em 1805, uma missiva avisa que quinze índios do Departamento de *Yapeyú* estavam sendo enviados para trabalhar na recomposição de um “potreiro” e seriam qualificados como “agregados da Artilharia”, tendo direito a receber sete pesos e cinco reais por mês como “*artilleros 2º*”.<sup>464</sup>

Em Santa Maria da Fé a mobilização do corregedor Chrisanto Arambayu, do cabildo, representado pelo secretário Pedro Sarigua e do administrador era pela reedificação do templo local. Eles concordaram em pagar ao *maestro mayor de arquitectura* Dom Thamas Marmol, um terço de 2.800 pesos que havia solicitado. No entanto, como não tinham fundos no povo, solicitaram a Administração Geral. Não fica claro na documentação que consultamos se o povo tinha tal quantia, mas anexado ao documento estava arquivado uma certificação que o povo não havia mandado bens para Buenos Aires no biênio 1804/1806.<sup>465</sup>

Enquanto seguia operando a Administração Geral, que seguia denominada Administração dos trinta povos, apesar da perda dos sete orientais, os povos deveriam seguir mandando seus excedentes de produção para serem vendidos em Buenos Aires. Entretanto, o período tenso desorganizou a produção e a proximidade dos comerciantes acabava por diminuir muito as remessas. Em 1806, junto com a demissão dos administradores locais, chegou-se a cogitar a extinção do órgão e a venda de todos os bens

---

<sup>462</sup> ITAPUA, Cabildo de. *Carta para o Governador Soria, com relação do consumido pelas tropas em Itapua, Santa Ana e Corpus*. 15/12/1802. AGN IX.27.1.1.

<sup>463</sup> LEVINTON. Un aporte para... *op. cit.* pg. 178/180.

<sup>464</sup> ORDUÑA. Francisco de. *Carta para Marques de Sobremonte*. 01/04/1805. AGN IX.11.8.1.

<sup>465</sup> SANTA MARIA DA FÉ. *Sobre a reedificação do templo*. 09/05/1806. AGN IX.18.3.5.

para pagar as dívidas e soldos de seus funcionários. Neste período todos os povos foram intimados a mandar uma certificação com o total de bens que tinham enviado no último biênio. Mesmo que os povos tenham mandado a certificação informando que não enviaram nenhum bem no período, as certificações demonstram que os cabildos seguiam existindo, e assim podemos identificar alguns cabildantes: em *La Cruz* escrevem o secretário Estanislao Aratu e mais dois cabildantes, em *Concepción* o corregedor Ildefonso Miruani mais um, em *Trinidad* o secretário Dom Gaspar Ariapu e mais dois, em Itapua o secretário Thomas Macay e mais três, em *Yapeyú* o secretário Pedro Antonio Mongos e mais três, em *San Ignacio Mini* o secretário Mariano Añenda e mais dois. No mesmo lote estão, também, as certificações dos povos *Loreto*, *Apóstoles*, *San Cosme*, e *San José*.<sup>466</sup>

Nas certificações de *Santa Ana*, *Jesús* e *Santa Rosa*, emitidas entre julho e agosto de 1806, é interessante que já consta o *mayordomo* como sendo um espanhol, ou seja, o administrador já havia sido demitido. No entanto não sabemos exatamente o impacto das demissões nas funções dos corregedores Pedro Paya Irupa, Pasqual Araro e Francisco Xavier Poy, respectivamente.<sup>467</sup> No caso de *Santa Rosa*, o que sabemos é que o corregedor Francisco Poy e o secretário Ignacio Tiyui fizeram fortes críticas ao trabalho do mayordomo Tomas Esperati (que foi administrador em *San Luis* entre 1794 e 1798), denunciando o sumisso de vários bens e de dinheiro que o povo deveria receber: “*nada sabemos ni vemos entrar en el almacén*”.<sup>468</sup>

Mais um caso de conflito interno ocorreu alguns anos antes, em 1805, quando o Marques de Sobremonte recebeu seis caciques, dois *lenguarases* (intérpretes) e três “naturais” de *Corpus*, que foram a Buenos Aires reclamar do corregedor e administrador. Não sabemos exatamente quais eram as denúncias, que foram descritas por Sobremonte como “*agravios*”. O líder do grupo era o cacique Dom Francisco Paraguacho, mas quem assina o recibo do valor que receberam para a viagem de volta para casa é o cacique Antonio Quararay, único letrado. Chama atenção que Sobremonte mandou retirar o valor do fundo de outros povos do Departamento de *Candelaria*, pois *Corpus* estava no débito com a Administração Geral. No ano seguinte, o corregedor Gaspar Yaci confirmou que não

---

<sup>466</sup> CABILDOS. *Certificações sobre envio de bens para a Administração Geral*. 1806. AGN IX.18.03.05.

<sup>467</sup> *Idem*.

<sup>468</sup> SANTA ROSA, Cabildo. “*Expediente*” contra o *mayordomo*. 1808. Apud MELIA. *La lengua guaraní dependiente... op. cit.* pg. 3.

mandou bens no biênio anterior, no entanto reivindica que o povo havia cedido três mil pesos a caixa real em 1799 como “*prestamo Patriotico*” e sugere que se cobre eventuais débitos abatendo deste valor.<sup>469</sup>

Outro ponto que chama a atenção nas contas que geria a Administração Geral são os registros referentes aos sete povos orientais do rio Uruguai, que neste período eram vassallos portugueses. Nas contas do biênio 1804 a 1806 esses povos ainda possuíam créditos que foram usados para o pagamento do Administrador Geral Dom Jose Miguel Carvalho.<sup>470</sup> Em 1808, devem ter sido vendidas dezesseis caixas com ornamentos das igrejas dos seis povos do Departamento de *San Miguel*, e o dinheiro enviado para a Espanha. Não fica claro em que momento os bens foram recuperados.<sup>471</sup>

Por sua vez, um item muito interessante foi registrado nos livros de contas da primeira década do século XIX, no povoado de *Santo Tomé*. Nele consta cem pesos pagos para o Reitor Dr. Dom Luis Chorroarín do Colégio de San Carlos em Buenos Aires, mais sessenta pesos em 1804 e em 1805 para cobrir os gastos do “Colegial” Domingo Yabacu.<sup>472</sup> Ou seja, Yabacu estava estudando em um dos principais colégios do vice-reinado “às custas” do seu povo, situação que não era nova, porém foi o único registro desse tipo que encontramos na documentação consultada. Outras duas menções na documentação a filhos de caciques que pretendiam estudar fora das missões, foram o já citado neto do cacique Chrisanto Tayuaré, de *Yapeyú*, Juan Pastor, e o filho do corregedor Dom Luis Acaraoba, de *Santa María la Mayor*, que fez uma solicitação que não sabemos se foi atendida.<sup>473</sup> Sabemos também o caso dos filhos de Pasqual Areguati e, aparentemente, o único destes estudantes que chegou ao sacerdócio, Francisco Javier Tubichapotá, filho do tenente corregedor, na década de 1780, Estanislao Tubichapotá, de *Santiago*.<sup>474</sup>

---

<sup>469</sup> CORPUS. *Sobre os fundos do povo com a Administração Geral*. 1805/1806. AGN IX.18.03.05.

<sup>470</sup> ADMINISTRAÇÃO GERAL. *Livros de conta corrente dos Povos das Missões*. 21/07/1804 a 20/07/1806. AGN IX.18.03.05.

<sup>471</sup> FAZENDA REAL. *Correspondência sobre bens do Departamento de San Miguel*. 1808/1809. AGN IX.11.08.01.

<sup>472</sup> SANTO TOME. *Livro de Contas Correntes*. 1804 a 1806. AGN IX.18.03.05.

<sup>473</sup> RUANO, Carlos. *Carta para o Governador*. 13/05/1785. AGN IX.27.01.01.

<sup>474</sup> KERN, Arno. *Missões... op. cit.* pg. 123, um artigo da imprensa argentina traz várias informações sobre estudantes indígenas nos colégios de Buenos Aires e Assunção, infelizmente não fornece suas fontes para que pudéssemos checar, já que é um tema que merece maiores investigações, ver: TERRITÓRIODIGITAL. Tubichapotá, el primer sacerdote guaraní. [on-line] 18/08/2013, disponível em <http://www.territorioidigital.com/notaimpresa.aspx?c=9688652166877308>.

Depois de 1806, a Administração Geral não chegou a ser extinta, mas a demissão dos administradores locais e a quase eliminação do regime de comunidade, deixou a instituição praticamente sem sentido. Para Wilde, foi um momento de redefinição das redes de autoridade e poder, no qual os religiosos ganharam papel de destaque no desenvolvimento da vida religiosa e na manutenção da coesão dos povos. No entanto, a assistência religiosa também não estava garantida e muitos índios, que não mais viviam nos núcleos urbanos dos povoados, tinham dificuldade de participar com regularidade.<sup>475</sup> A deposição do Rei espanhol nos anos seguintes e as consequências na administração colonial, geraram para os indígenas missionários infinitas possibilidades, todas dotadas de alto grau de incerteza. Foram momentos muito difíceis, mas que permitiram a muitos destas personagens atingirem locais de destaque a partir de suas atitudes e experiências, que no momento não vamos abordar por fugir do nosso marco temporal.

### 3.6 - “REQUERIMOS QUE NOS ENTREGUE, LAS COSAS QUE NOS HA SACADO”: A ELITE INDÍGENA E A ADMINISTRAÇÃO PORTUGUESA

Do lado oriental do rio Uruguai, os povoados aliados dos portugueses também passaram por diversos momentos de instabilidade. Enquanto era consolidada a entrada das tropas portuguesas foi indicado, pelo tenente-coronel Patrício José Correia da Câmara, o sargento-mor de dragões José de Castro Moraes para governar os povos. O mesmo tenente-coronel orientou que os cabildos deveriam ser mantidos, e apenas os cabildantes contrários à presença portuguesa tinham ordem para serem removidos, ainda assim, os novos integrantes deveriam ser eleitos pelos moradores conforme a prática comum. Os Curas foram convidados a permanecer nos povoados e alguns aceitaram a proposta.<sup>476</sup>

No mesmo dia, Correia da Câmara escreveu aos cabildos do Departamento de *San Miguel* informando a manutenção das suas funções, do

regime, costumes e boa ordem com que se regulavam até o presente, consentindo todo o referido no cuidado e aumento da agricultura, nas manufaturas correspondentes ao seu vestuário, no ensino da doutrina cristã, e finalmente no aumento das suas fazendas, as quais se conservarão com todo o respeito, livres de furtos, e havendo algum se procederá as

---

<sup>475</sup> WILDE. *Religión y poder... op. cit.* pg. 330.

<sup>476</sup> CÂMARA, Patrício José da. *Carta para Sargento Jose De Castro Moraes*. 21/08/1801. AHRS. Autoridades Militares. Maço 01.



devidas reclamações ao comandante da Partida Portuguesa que dará as maiores providências para ser restituído qualquer furto por limitado que seja<sup>477</sup>

Se, por um lado, o tenente-coronel tranquilizou os cabildos com garantias de que seriam respeitados, por outro, também cobrou substancial ajuda para a manutenção da fronteira. Nas mesmas missivas citadas acima, demandou aos cabildos, seiscentos cavalos bons, quinhentos bois e cem mulas mansas para as tropas portuguesas, além disso, cada povo deveria disponibilizar cem homens armados de lanças. Com um contingente pequeno de soldados, a ajuda militar dos indígenas tornou-se imprescindível. Conforme Garcia,

tal como no caso dos *cabildos*, as milícias já existentes nos povos foram mantidas após a conquista, embora com a introdução de algumas modificações significativas. Dentre elas, certos privilégios outorgados aos índios que tinham auxiliado os lusos na conquista, como o pagamento de soldo aos milicianos.<sup>478</sup>

Mesmo depois da paz com o Tratado de Badajós, a possibilidade de retomada pelos espanhóis das sete reduções orientais ainda era grande. Apesar do debate diplomático que a questão dos povoados orientais suscitou entre as coroas ibéricas, a situação seguia muito instável a nível local, no qual transcorriam alguns confrontos e o contra-ataque espanhol parecia eminente. Dessa forma, os luso-brasileiros reconheciam a importância do apoio das milícias indígenas para a manutenção da fronteira. O Governador interino Francisco João Roscio escreve para Felix da Fonseca afirmando contar com a ajuda dos índios, pois os mesmos tinham medo de uma vingança espanhola, contra a “revolução” que fizeram, caso retomassem os povos.<sup>479</sup>

Neste contexto, o índio João Antonio Yaicha, Capitão dos Naturais do Povo de *San Borja*, que teria comandado o apresamento do administrador do povo, pediu uma permissão para passar a Rio Pardo, conforme segue:

cazo fique os Povos para Espanha como de antes, lhe conceda ao Superior e a seos soldados, e família respectiva, o retirarem-se para as fronteiras do Rio Pardo, determinando-lhes o Senhor Governador Hum pedaço de Campo, onde se conservem o Superior, e seos soldados em defesa dada referida Coroa de Portugal, onde mais útil for a mesma Coroa, exentando-os de outros serviços que não pertenção a armas.<sup>480</sup>

---

<sup>477</sup> CÂMARA, Patrício José da. *Correspondência para os cabildos do Departamento de San Miguel*. 21/08/1801. AHRS. Autoridades Militares. Maço 1.

<sup>478</sup> GARCIA. *As diversas formas... op. cit.*, pg. 283

<sup>479</sup> *Ibidem*, pg. 212.

<sup>480</sup> FONSECA, Joaquim Felix. *Correspondência para o Governador*. 1802. AHRS. Autoridades Militares. Maço 3.

Cabe ressaltar que a ida de indígenas para a Fronteira de Rio Pardo era estimulada pela Coroa portuguesa, que sempre manifestou interesse em atrair o maior número de guaranis egressos das reduções para os seus domínios onde, por sua posição estratégica e longevidade, se destaca o aldeamento de São Nicolau do Rio Pardo<sup>481</sup>, sendo também significativa a presença de indígenas na Capela de Santa Maria.<sup>482</sup> Nesse caso, o Capitão Yaicha, aproveitou as propostas e tentou garantir um pedaço de terra para sua família e soldados.

O pedido foi encaminhado pelo comandante das missões Joaquim Félix da Fonseca, em janeiro de 1802, através de uma carta para o governador do Rio Grande, expondo também, a situação dos religiosos que estavam nas missões, incluindo alguns que ficaram após a entrada dos portugueses. Nesta carta, Félix da Fonseca corrobora o pedido do Capitão dos Naturais, expondo que

Este natural, a quem eu, por elle me pedir, e ser assim consciente, confirmei a nomeação de Capitão, que o Sargento mor Jose de Moraes [antigo administrador português das missões] havia feito delle, tem effectivamente, com a companhia que depois formou, servido com hú zelo, e actividade, que admira, devendo eu manifestar a V. S<sup>a</sup>, que não só he certo o que elle expõem no requerimento, mas que he digno de que V. S<sup>a</sup> o attenda como lhe parecer conveniente.<sup>483</sup>

Correia da Câmara solicitou, também, um detalhado inventário dos bens dos povos, para o oficial Bernardo José Alves. No inventário deveriam constar armas, munições, pratas e ornamentos das igrejas, os diversos tipos de gado com seus carros e carretas, “tão circunspecto e cheio de integridade que não escape coisa alguma”. Os armamentos e gado poderiam ser utilizados em caso de necessidade, mas os ornamentos e pratas da Igreja “não bulirá antes se faça saber que mando se pratique o mesmo uso e costume com que respeitadamente observam o emprego”.<sup>484</sup>

No entanto, evitar os roubos realizados pelos portugueses não foi tarefa fácil. Como destaca Garcia, “as desordens e os saques promovidos pelos soldados (...) eram um comportamento comum em conquistas militares”. Por sua vez, os comandantes sabiam que os derrotados eram os espanhóis e, aparentemente, tentavam proteger os índios, donos dos

---

<sup>481</sup> MELO, Karina Moreira. *A Aldeia de São Nicolau do Rio Pardo nos oitocentos: mais de um século de histórias vividas por índios guaranis*. Porto Alegre: PPGHIS/ UFRGS [Dissertação], 2011.

<sup>482</sup> RIBEIRO, Max Roberto P. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS [Dissertação], 2013.

<sup>483</sup> FONSECA, Joaquim Felix da. *Correspondência para o Governador*. 1802. AHRS AM. Maço 3.

<sup>484</sup> CÂMARA, P. *Carta para Bernardo Alves*. 22/08/1801. AHRS. AM. Maço 1.

bens. Com a morte do Governador Sebastião Cabral da Câmara e a situação interina de seu substituto, Francisco Roscio, dificultou-se um controle mais intenso, enquanto muitos desobedeceram às proibições.<sup>485</sup>

Os cabildantes também não ficaram indiferentes aos roubos e mostraram que tentavam manter o controle sob seus bens. No inverno de 1802, a partir de *San Miguel* foi enviado ao sargento-mor Joaquim Felix da Fonseca, administrador geral dos povos em substituição a José de Castro Morais, uma missiva. Nela, o corregedor Rafael Payre, o tenente corregedor Damazio Arazay, os cabildantes Rafael Cuyu, Miguel Guayari e o secretário Pedro Cuyu solicitaram que “*mirandonos vm. con piedad e a nuestro Pueblo se digne vm. asernos la caridade aser con que se nos entregue la yeguada que nos han llebado los señores portugueses para las estancias de adentro del Rio Pardo*”. Afirmavam ainda, que faltavam seis mil seiscientos e trinta éguas, e que “*sabimos con certeza aber llevado señor Felipe Santiago*” mais de mil.<sup>486</sup>

Por sua vez, de *Santo Angel* também escreveram os cabildantes para o mesmo administrador. Estavam descontentes com o fato de que perderiam trezentos e oito terços de erva que estava em nome de Dom Pedro Marote, mas alegavam que Marote não cumpriu com sua parte no trato e seria injusto perderem o produto, assim pediam “*a su mercê que ponga algun remedio*”. Usaram ainda como reforço de seus argumentos sua vassalagem à Rainha de Portugal: “*esperamos la respuesta para nuestro Gobierno y a todo tempo podemos beneficiar esta misma yerva que aqui desimos que oi en dia somos basalios de la Reyna de Portugal y portanto consideramos que ya vastara las injustisias que nos a hecho los españoles y asi mandara su mercê lo que fuece servido*”. Assinaram Miguel Guirabe capitão corregedor, Geronimo Cachu tenente corregedor, Siguis mundo Yaribe secretario.<sup>487</sup> Geronimo Cachu foi secretário de barco e fazia o transporte de bens para Buenos Aires nos anos 1780, conforme visto no item 1.5.

Outro cabildo que mostrou que controlava seus bens e manifestou-se de forma incisiva foi o de *San Nicolás*, ao escrever “*requerimos que nos entregue las cosas que nos há sacado en este almacen de este Pueblo dicho señores que los nombres ban firmados*

---

<sup>485</sup> GARCIA. *As diversas formas... op. cit.*, pg. 207/208.

<sup>486</sup> SAN MIGUEL, Corregedor e cabildo. *Carta para Joaquim Felix da Fonseca*. 1802. AHRS. AM. Maço 2

<sup>487</sup> SANTO ANGEL, Corregedor e cabildo. *Carta para Joaquim Felix da Fonseca*. 04/07/1802. AHRS. AM. Maço 2.

como agora que se sigue:” uma carreta e seis bois mansos que levou Jose de Castro Moraes; cinco onças de *galon* de ouro fino que levou Manuel Carnero; oito livros da *Recopilacion de las Indias* e um relógio grande de mesa que levou o Capitão Anqueta; e quarenta e seis bois mansos, quatro carretas grandes novas e boas, e quatorze cavalos mansos, que levou o cabo Salvador Alves. Encerraram reforçando a demanda: “*pedimos y suplicamos a vm. Que se digne de mandar nos entregar lo que es nuestro*”, assinam o corregedor Benancio Curapa, o tenente corregedor Vicente Yatuy, o alcaide 1º Thomas Yarabi, o secretario Juan M. Maíra e o administrador portugues.<sup>488</sup>

Se estas ocorrências evidenciaram a usurpação dos bens indígenas, também demonstraram que os cabildos continuavam organizados, e reivindicavam seus direitos com algumas conquistas. A menção que fizeram os cabildantes de *Santo Angel*, sobre sua vassalagem à Rainha de Portugal, revelam os indígenas colocando-se como personagens ativos na relação com a Coroa. Garcia sugere que os livros *Recopilación de las Indias*, roubados em *San Nicolás*, provavelmente eram as *Recopilación de Leyes de los Reinos de Indias*, importante para os cabildos, pois “estavam descritas as suas prerrogativas e privilégios enquanto índios, os quais os portugueses haviam prometido respeitar”. Ainda que não saibamos se foi exatamente por causa dessa reclamação, depois da citação a Castro Moraes pelo cabildo, ele foi destituído “sob acusação de praticar abusos na gestão do patrimônio dos povos”<sup>489</sup>.

Mesmo que de forma limitada e paliativa as reclamações tiveram alguns efeitos. Em 1803, o comandante da província, Felix da Fonseca solicitou para que pagassem mil cabeças de gado para os povos de *San Borja* e *San Nicolás*. A intenção era satisfazer uma parte das suas necessidades, ainda que não cobrisse “nem a quarta parte” do que dispenderam com as tropas portuguesas.<sup>490</sup>

Para os anos seguintes não temos conhecimento de correspondência e reclamações emitidas pelos cabildantes. Aparentemente alguns indígenas aproveitaram para ter uma boa relação com os novos administradores e beneficiarem-se também dessas funções. João de Deus Mena Barreto, administrador das missões de 1805 a 1807, foi acusado de ter uma

---

<sup>488</sup> SAN NICOLAS, Corregedor, cabildo e administrador. *Carta para o Sargento Maior*. 26/07/1802. AHRs. Autoridades Militares. Maço 2.

<sup>489</sup> GARCIA. *As diversas formas... op. cit.* pg. 209.

<sup>490</sup> MENZ, Maximiliano. *A Integração do Guarani Missioneiro na Sociedade Sul-Rio-Grandense*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS [Dissertação], 2001, pg. 65.

relação extraconjugal com uma índia chamada Maria Salomé, de uma família importante de *San Nicolás*. O administrador, segundo as acusações “cercava Maria Salomé de todas as atenções possíveis, inclusive isentando ela e sua família da obrigatoriedade do trabalho, disponibilizando índios para servi-la”.<sup>491</sup> Já Ribeiro sugere que os cabildantes de *San Lorenzo*, especialmente o corregedor Jose Francisco Taupá, eram favorecidos pelo administrador, mesmo enquanto ele lesava os armazéns do povo.<sup>492</sup>

Alguns indígenas foram mais longe e assumiram, eles mesmos, como administradores interinos dos povos, na falta de um agente português. Foi o caso de João da Cruz, que assumiu o povo de *San Borja*, nomeado pelo comandante Francisco das Chagas Santos, por ser capaz e porque o povo não tinha como pagar 12.000 réis mensais a um administrador português. Mesmo que João da Cruz fizesse a função recebendo um percentual da produção do povo, ele foi substituído um mês e meio depois, pois não atingia a receita mensal exigida, meta na qual o administrador substituto também não teria sucesso.<sup>493</sup>

Outro indígena, que assumiu a tarefa de administrador interino, foi Santiago Pindo, corregedor de *San Luis*, em 1811. Trataremos de alguns momentos da sua trajetória no item seguinte, associando as considerações finais desse capítulo. Embora os cabildos dos sete povos orientais tenham se mantido em atividade até, pelo menos, o início da década de 1830<sup>494</sup>, as mudanças políticas nos impérios espanhol e português começadas na primeira década do século XIX, e as consequentes migrações de população, rearticularam as demandas e organizações indígenas de forma que continuar as análises extrapolariam os objetivos desta pesquisa.

### 3.7 – SANTIAGO PINDO: ADESÃO À “NOVA ORDEM” DE PAI PARA FILHO

Dentre os milhares de índios que se tornaram vassalos portugueses em 1801 estava o corregedor de *San Luis*, Santiago Pindo. Diferentemente de Cipriano Chora e Pasqual Areguati, Santiago era filho de cacique, porém, não recebera o título de Dom por ser o

---

<sup>491</sup> GARCIA. *As diversas formas... op. cit.* pg. 278.

<sup>492</sup> RIBEIRO. *Estratégias indígenas... op. cit.* pg. 70/71.

<sup>493</sup> *Ibidem*, pg. 53.

<sup>494</sup> *Ibidem*, pg. 55.

terceiro filho homem do cacique também chamado Santiago e da Dona Madalena. Além de não terem sido caciques, Santiago, Cipriano e Pasqual, que tinham a mesma idade, devem ter sido alfabetizados pelos jesuítas. Depois disso, Pindo seguiu seu interesse pelas letras por outros caminhos.<sup>495</sup>

No censo de 1772, o pai, Dom Santiago Pindo tinha 50 anos e cinco filhos. O mais velho Dom Ignacio tinha 32 anos, casado com Dona Isabel e quatro filhos, Felipe Santiago (9 anos) e três meninas; depois vinham Dom Ati[m]ogenes (21), casado com Dona Balbina e um filho, Pedro Paulo de (2); Santiago Pindo (14 anos) e Isabel (2 anos). Desde esta data, o jovem Santiago Pindo passa a ser o único com este nome na família, pois a partir desse censo seu pai assume o nome de Santiago de la Palma<sup>496</sup>, possivelmente como uma forma de confirmar sua adesão a nova ordem, conforme visto no item 2.2.

Nos anos seguintes, não temos notícias de Santiago Pindo, mas seu pai continuava vivo, pois aparecia como cacique em 1783, com 60 anos, e um cacicado com 38 índios tributários, 12 fugitivos e 12 reservados<sup>497</sup>. Em 1785, ele ainda era o corregedor, e estava envolvido com contratação dos maestros para a reforma da igreja, visto anteriormente, neste mesmo documento, é possível verificar que o irmão mais velho, Ignacio Pindo é um dos cabildantes.<sup>498</sup> Depois desses documentos não encontramos mais nenhum que citasse Dom Santiago de la Palma.

No entanto, a partir da década seguinte, Santiago Pindo começou a aparecer como corregedor de *San Luis*, com seu irmão Ignacio Pindo como secretário do cabildo. Isso ocorreu nos livros contábeis de 1794 e 1795, quando ele deveria ter aproximadamente trinta e seis anos (ver anexo 20). Já nos livros de 1796 a 1800 trocaram os secretários, um deles foi seu sobrinho Pedro Paulo Pindo, mas ele continuou como corregedor. No livro de 1797, inclusive, Santiago estava relacionado entre as pessoas com as quais o povo comercializou como particular. Os produtos transacionados por ele foram algodão, tecido, tabaco, trigo, cavalos e erva-mate.<sup>499</sup>

Com a passagem dos povoados orientais para a vassalagem portuguesa ocorreu um hiato de tempo em que não encontramos mais notícias de Santiago, no entanto, ele deve ter

---

<sup>495</sup> SAN LUIS. *Padron del Pueblo 1772*. AGN IX.18.8.6.

<sup>496</sup> *Idem*.

<sup>497</sup> SAN LUIS. *Estatísticas dos censos de 1783*. AGN IX.10.7.4.

<sup>498</sup> SAN LUIS. *Documentos sobre a contratação do maestro escultor Don Bartolome Ferres*. AGN IX.18.3.5

<sup>499</sup> SAN LUIS. *Livros contábeis 1794-1800*. AGN IX.3.6.4.

seguido como corregedor de *San Luis* e aderido à Coroa portuguesa com importantes serviços prestados. Supomos esta continuidade e adesão porque em 1810 ele tinha a confiança de Francisco Chagas Santos a ponto de estar como administrador interino do povo, embora a apreciação do seu trabalho não fosse muito positiva, pois Chagas Santos pretendia substituí-lo devido “faltar-lhe um certo manejo para as compras e as vendas do mesmo Povo o qual precisa de outro administrador voltando a ser o corregedor o mesmo Pindo”.<sup>500</sup> No mesmo ano foi feita uma lista de ofícios para os habitantes dos povos, na qual ele aparecia como agricultor, e sugeria que ele ficou no cargo de administrador por mais de um ano.<sup>501</sup> Chama a atenção que esta personagem, com larga experiência como cabildante, que vendia sua produção particular para o povo, fosse visto pela administração colonial com conduta insuficiente para o cargo, infelizmente não dispomos de mais informações sobre o caso no momento. Nesse ano, ele deveria estar com aproximadamente 53 anos de idade.

Por fim, ressaltamos que sua família seguramente era uma das mais importantes do povoado de *San Luis*. Além do pai que foi corregedor, um irmão e um sobrinho foram secretários do cabildo, ou seja, todos tinham capacidades letradas. Por essas razões sugerimos a possibilidade da família Pindo seguir influente em outras regiões. O segundo filho de Dom Santiago de la Palma, mais velho que Santiago Pindo, chamava-se Felipe Santiago. Esse nome é apresentado por Ribeiro como sendo o índio que mais serviu de padrinho de batizado para outros índios na Capela de Santa Maria, totalizando 24 cerimônias. Ele serviu como padrinho na Capela de Santa Maria entre 1814 e 1833, aparecendo também como padrinho de batismo de alguns escravos, além de ter sido padrinho em três casamentos. Felipe Santiago era natural de *San Luis*, e na lista de ocupações de 1810, ainda estava nesse povo e possuía a ocupação de agricultor, a mesma que seu possível irmão Santiago e da maioria dos cabildantes listados.<sup>502</sup>

\* \* \*

---

<sup>500</sup> CHAGAS SANTOS, Francisco. Carta para D. Diogo de Souza. 13/01/1811. In.: *Revista do APERS*. Porto Alegre, N.4, outubro/1921, pg. 51/52, este documento também encontra-se manuscrito no AHRS segundo RIBEIRO. *Estratégias indígenas... op. cit.*, pg. 54.

<sup>501</sup> RIBEIRO. *Estratégias indígenas... op. cit.*, pg. 54.

<sup>502</sup> *Ibidem*, pg. 118/119.

Santiago Pindo é um exemplo de personagem que participou e presenciou diversos movimentos nas fronteiras, político-administrativos e de identidade, ao longo da sua trajetória. Viu seu pai passar de “Pindo” para “de la Palma”, infiéis tornarem-se cristãos, cristãos juntarem-se aos gaudérios, espanhóis casarem com indígenas e tornarem-se parte do povo e, ele mesmo, junto com milhares de pessoas que viviam nos sete povos orientais, passarem de vassalos espanhóis a vassalos portugueses. Todos os pontos da imagem homogênea e cristalizada do “guarani-missionário cristão vassalo espanhol”, podiam ser situações transitórias de acordo com a experiência pela qual os indígenas estivessem passando.

Seguir um pouco da trajetória da família Pindó, assim como já fizemos com os Areguati e outros com menos informação ao longo do trabalho, opera no sentido de avançar no desafio proposto por Wilde em seu livro sobre as missões guaranis. Nessa obra, o autor aponta que um trabalho que ainda falta ser feito sobre os missionários é *“un seguimiento de los ‘linajes’ guaraníes a lo largo de la historia misional, lo que constituiría un fascinante trabajo microhistórico de vinculación de las biografías indígenas con las transformaciones políticas y culturales más amplias de la región.”*<sup>503</sup>

Nesse sentido, esse capítulo reforça que os indígenas missionários são personagens ativas dessas mudanças. Mesmo que, durante muito tempo, os jesuítas tivessem tentado passar uma imagem de isolamento dessa população, havia nos povos diversas pessoas que poderiam ser definidas como intermediários culturais, pois dominavam os códigos das diferentes sociedades.

Ao analisar a aliança dos missionários com os portugueses transparece que, por mais que houvesse divisões entre os indígenas que habitavam estes povoados, criou-se um consenso formalizado pela decisão tomada pelos integrantes do cabildo, já que não encontramos relatos de grandes fugas ou resistências depois da ocupação. Por outro lado, apesar de Garcia afirmar que “a conquista das missões foi sendo construída durante as negociações”<sup>504</sup>, o que parece ter acontecido realmente com parte da população, não podemos descartar a hipótese de que alguns indígenas, talvez até alguns integrantes dos cabildos, tenham feito a solicitação antecipadamente. Pelo contrário, os indícios apontam

---

<sup>503</sup> WILDE. *Religión y poder... op.cit.*, pg. 410.

<sup>504</sup> GARCIA. *As diversas formas... op. cit*, pg. 201.



que essa possibilidade foi bem real, como sugerem Aurélio Porto e Hemetério da Silveira<sup>505</sup>. Ademais, as manifestações analisadas ao longo desta pesquisa corroboram essa hipótese, uma vez que é perceptível que a relação dos cabildantes com a administração espanhola foi marcada por vários conflitos e que a situação das reduções com o fim gradual do regime comunitário era incerta.

De acordo com as narrações do episódio é possível perceber a autonomia dos cabildos e caciques ao tomar a decisão de aderir aos portugueses, por mais difícil e pressionada que possa ter sido esta escolha, naquele momento a opção pelos portugueses foi feita de modo racional. Assim, dificilmente a pequena tropa portuguesa teria condições de ocupar sozinha as missões, e a expansão da América portuguesa sobre o vasto território ocupado pelos sete povos orientais deu-se através dos índios, não contra eles, a exemplo do apresentado por Nadia Farage na Amazônia.<sup>506</sup>

Além disso, se lembrarmos de que uma grande parcela da população estava fugindo somente com a roupa do corpo para o lado português, a possibilidade de permanecer com os bens do povoado era um tanto atraente. Nesse caso, é possível que o consenso em torno da aliança com os portugueses tivesse se criado durante as negociações. Contribuindo para isso a proximidade dos portugueses e a confirmação que eles estariam dispostos a realizar a empreitada, ainda mais após as promessas reafirmadas pelos negociadores bilíngues e conhecedores do comportamento indígena e, no caso dos outros povoados, após a aliança com a população da sede do governo do Departamento, o povoado de *San Miguel*.

Ressaltamos também que, mesmo depois dos conflitos, os cabildos seguiram operando e os indígenas continuaram articulados pela manutenção dos povos, com seus bens e produções. Mais do que isso, seguiram atuando como intermediários culturais entre a sociedade ao redor e os agentes coloniais, rechaçando a ideia de que a grande presença de tropas e os conflitos os deixaram paralisados, ainda que, com certeza, tenha dificultado suas atuações e impedido que eles alcançassem sucesso em diversas demandas. Alguns fatos sugerem que os indígenas fizeram mais do que a intermediação entre os agentes coloniais e os seus povos, mesmo nesse período de incertezas coletivas. Lembramos aqui daqueles que

---

<sup>505</sup> SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1979. [1909], pg. 64/65.

<sup>506</sup> FARAGE, Nádía. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas do rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

foram estudar fora de seus povos, como o “colegial” Domingo Yabacu e o “sacerdote” Francisco Javier Tubichapotá, e os “administradores interinos” Santiago Pindo e João da Cruz, ou seja, apropriaram-se do aparato colonial e inseriram-se nele em uma posição de destaque. Olhando a partir dos seus vínculos com os povos eles são indígenas, talvez de outros pontos de vista, podiam deixar de ser, pois como afirma Poloni-Simar, as identidades podem variar de acordo com a *“identificación con tal o cual grupo, de la posición en las redes y de la naturaleza de los vínculos tejidos. Son estos criterios de análisis que, aplicados a la sociedad indígena, han permitido mostrar toda su heterogeneidad y su carácter multiforme.”*<sup>507</sup> Essas posições são definidas a partir de uma lógica relacional, ou seja, não existe um papel fixo e estabelecido para todos os sujeitos.

---

<sup>507</sup> POLONI-SIMARD, Jacques. *El Mosaico Indígena... op. cit.* pg. 564.

#### **4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As últimas décadas do século XVIII e o início do século XIX foram momentos de muita incerteza para os habitantes indígenas que viviam na fronteira sul dos impérios ibéricos. Grande parte desses habitantes vivia nas antigas missões, construídas na época da presença dos jesuítas. A mão-de-obra qualificada e os frutos do seu trabalho foram alvo de uma grande cobiça por parte dos agentes coloniais dos dois impérios. Devido a esse e outros fatores, foram objetos de políticas assimilacionistas que visava força-los a entrar em uma lógica de mercantilização da sua força de trabalho e produção, além de terem que utilizar a língua dos conquistadores como meio de comunicação com a sociedade envolvente.

No entanto, essa pesquisa procurou demonstrar que os indígenas missioneiros procuraram reagir às pressões coloniais de formas conscientes e diversas. No primeiro capítulo apontamos que muitos indígenas, com expectativa de receber benefícios diretos por meio de seu trabalho, deixaram os povos e foram trabalhar em locais onde eram valorizados, principalmente nos núcleos urbanos coloniais.

Ainda assim, a maioria da população permaneceu nos povos e, para boa parte desses, o mais importante não parece ser a remuneração direta, mas manter funcionando o aspecto dos bens coletivos. Nesse sentido, se enquadravam as elites indígenas, especialmente os cabildantes, que sabiam que suas funções só teriam sentido se os povos seguissem produzindo. Dentro da sua lógica tradicional, preocuparam-se em manter vivas as práticas reciprocitárias com a população em geral, principalmente com as festas, e de forma especial as festas do padroeiro do povo, momento em que podiam também compartilhar o seu prestígio com os povos vizinhos.

Outro ponto muito importante onde os cabildantes souberam manter e, aumentar sua

inserção, foi na “cidade das letras”, ou seja, nas pilhas de documentos produzidos pela administração colonial para tentar manter um controle do que acontecia nas reduções, especialmente relacionado à produção e ao pagamento de tributos. Vimos que mais do que serem controlados, os indígenas ajudaram a produzir estes documentos, muitas vezes burlaram as propostas originais, e utilizaram estas informações quando julgaram necessário.

Além de se apropriar da linguagem dos documentos escritos, a elite indígena procurou também se colocar como participante na administração das reduções como um todo. Sugeriram administradores, governantes e religiosos, denunciaram aqueles com os quais tinham conflitos, e eles mesmos disputaram de diversas formas, aqueles que mereciam maior confiança do governo colonial. Enfim, souberam também lidar com o complexo sistema administrativo espanhol recorrendo aos diferentes níveis da hierarquia colonial para expor seus interesses. A própria questão sobre a manipulação dos cabildantes pelo administrador ajuda a complexificar a situação, e perceber algumas diferentes visões que os espanhóis do período tinham sobre as manifestações indígenas.

Destacamos que este trabalho atuou no sentido de verificar as manifestações daquelas pessoas que se mantiveram vivendo na comunidade, mesmo com todos os problemas enfrentados desde a demarcação do Tratado de Madri e depois da expulsão dos jesuítas. Deste considerável número de indígenas, é de se supor que suas lideranças eram os mais interessados na manutenção do regime comunitário que lhes garantia *status* privilegiado. Da mesma forma, entre os que ficaram nas missões, a expulsão dos jesuítas e o contato maior com não-indígenas dentro dos povos, não chega a recriar a sua identidade, mas acarreta ressignificações, talvez até no sentido de maior afirmação com relação ao seu povoado e, inclusive, com relação aos portugueses antes vistos como inimigos mortais.

Neste sentido, ao sentirem que o regime comunitário estava ameaçado e diante da guerra travada entre portugueses e espanhóis parece lógico que estas lideranças tenham sido tentadas a se aliarem aos portugueses numa tentativa de manutenção da sua forma de organização a partir dos cabildos indígenas. Analisando as diversas manifestações que fizeram no período anterior, não é surpreendente que eles tenham se colocado contra os administradores locais, e do Departamento de *San Miguel*, no momento da rendição aos portugueses. Por mais que a noção de autogoverno não deva ser aplicada a este período, afinal o aparato burocrático espanhol estava muito presente, ações de protagonismo e

autonomia dos indígenas parecem ter sido constantes. Assim como na atitude de recusa em abandonar os povoados, como no caso de *San Borja*.

Mesmo que a vida na redução fosse muito diferente da vida dos guaranis que viveram no período pré-colonial, para aquelas pessoas, este modo de vida deveria representar a forma mais tradicional e indígena possível. Também a questão da terra e da comunidade, pode ser abordada como um processo, que vem desde a escolha de se submeterem às reduções para fugir das *encomiendas*, depois na luta contra a remoção pelo Tratado de Madri, e por fim com a aliança com os portugueses.

Assim acreditamos ter atingido o objetivo de reforçar a visão, que já há alguns anos vem sendo trilhada, de uma escrita da história que procura ver as atitudes indígenas como fruto de escolhas conscientes dentro dos espaços possíveis, não como fruto de sua pretensa ingenuidade ou mesmo bondade natural, mas como resultado de uma tática que pode dar certo ou errado, dependendo da interpretação de quem analisa.

Também o objetivo de complementar as análises de fontes deste período foi atingido. As fontes utilizadas nesta pesquisa reafirmam e/ou complexificam as análises contemporâneas que foram apresentadas ao longo do trabalho. Nesse sentido, a hipótese de terem os indígenas tomado a iniciativa da aliança com os portugueses, é apresentada como mais uma possibilidade de diálogo com estas fontes, a partir de uma visão que atribui esta atitude a agência e iniciativa indígena. Da mesma forma, esse trabalho complementa e complexifica as outras abordagens apresentadas, tanto as que apresentam a solicitação de aliança como uma atitude desesperada de quem não sabia mais o que fazer para fugir da opressão dos espanhóis, como para os que apresentam como resultado de uma situação limite construída no calor das negociações com os portugueses que se aproximavam.

Outra proposta dessa pesquisa é ressaltar alguns nomes que estiveram presentes nas situações analisadas, já que normalmente são invisibilizados atrás da categoria “índios”. Cipriano Chora, Paqual Areguati e Santiago Pindo, são os exemplos principais, mas muitos outros também são lembrados. Cipriano, Pasqual e Santiago não fugiram, tampouco tiveram ações de resistência bélica ao processo envolvente. Ficaram, e tomaram lugar de destaque na dinâmica que se desenrolavam em seus povos. Adaptaram e reconstruíram-se diante de desafios que se apresentavam.

O papel, a pena, e a fronteira são elementos que os indígenas souberam manejar

sempre que a conjuntura demonstrou necessário, buscando a melhor alternativa que lhes parecia possível de atingir. Da mesma forma não podemos pensar na história do nosso estado e do país, e sua consolidação de fronteira sem atribuir a estes personagens a importância que lhes é devida.

## 5 – FONTES E BIBLIOGRAFIA

### FONTES DE ARCHIVO

#### **Archivo General de la Nacion Argentina (AGN)**

Sala IX – Período colonial – Gobierno

*Legajos (Volumes):*

03.06.04 – Misiones – San Luis Gonzaga (1794-1800)

10.07.04 – Autos – Testimonios (1767-1803)

11.06.02 – Misiones – San Nicolás de Bari (1757-1809)

11.08.01 – Audiencia – Tabacos – Guerra (1799-1809)

12.02.06 – Misiones – Hacienda – Chacra del Rey (1753-1807)

14.07.16 – Milicias – De Indios (1770-1786)

16.01.03 – Guerra – Correo – Caudales a España (1717-1809)

16.02.07 – Pueblo de Misiones - Correspond. (1768-1772)

18.03.05 – Misiones – Indios (1806)

18.05.01 – Misiones (1770-1772)

18.08.05 – Empadronamiento de Misiones (1772)

18.08.06 – Empadronamiento de Misiones (1772)

18.08.07 – Empadronamiento de Misiones (1772)

22.02.07 – Hacienda – Corrientes – Temporalidades (1753-1784)

26.01.07 – Hacienda – Aduana – Correos (1773-1810)

27.01.01 – Guerra – Aduana – Tabacos (1778)

31.05.07 – Justicia – Expedientes (1785-1800)

33.09.05 – Hacienda – Contaduría (1770-1790)

37.07.03 – Tribunales – Criminal (1780-1805)

### **Archivo Nacional de Chile (ANCh)**

Archivo de Jesuitas – Documentos relativos a Argentina - Volume 140.

Archivo de Jesuitas – Documentos relativos a Argentina - Volume 144.

Archivo de Jesuitas – Documentos relativos a Argentina - Volume 159.

Archivo de Jesuitas – Documentos relativos a Argentina - Volume 184.

### **Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)**

Fundo Autoridades Militares. Maço 01.

Fundo Autoridades Militares. Maço 02.

Fundo Autoridades Militares. Maço 03.

Fundo Estatísticas. Maço 01.

## **MEMÓRIAS E DOCUMENTOS PUBLICADOS**

ARQUIVO Histórico do Rio Grande do Sul. *Os índios d'aldeia dos Anjos: Gravataí século XVIII*. Porto Alegre: EST, 1990;

ARQUIVO Público do Rio Grande do Sul. *Revista do APERS*. Porto Alegre, N.1, janeiro/1921;

ARQUIVO Público do Rio Grande do Sul. *Revista do APERS*. Porto Alegre, N.4, outubro/1921;

ALMEIDA, Gabriel Ribeiro de. Memórias sobre a Tomada dos Sete Povos De Missões da América Espanhola. In.: SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1979. [1909];. pg. 67/80;

ALVEAR, Diego. *Relación geográfica e histórica de la Provincia de Misiones*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, [ca.1791]1836-1837. Disponível em [www.cervantesvirtual.com](http://www.cervantesvirtual.com);

AZARA, Félix de. Geografía física y esférica de las Provincias del Paraguay, y Misiones Guaraníes. Redigida a partir do manuscrito da Biblioteca Nacional, com bibliografia,



- prólogo e anotações de SCHULLER. Montevideo: *Anales del Museu Nacional*, [1790] 1904, disponível em <http://books.google.com>;
- CANTO, José Borges do. Relação dos acontecimentos mais notáveis da guerra próxima passada na entrada e conquista dos sete povos das missões orientais do rio Uruguai [1802]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: O Instituto, v. 130, t.77, parte II, p. 53-62, 1914;
- CORTESÃO, Jaime. *Do Tratado de Madri à conquista dos sete povos (1750-1802)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1969. (Manuscritos da Coleção de Angelis);
- DOBLAS, Gonzalo de. *Memória histórica, geográfica, política y económica sobre la provincia de Misiones de indios guaraníes* [1785]. Alicante (Espanha): Biblioteca Virtual de Cervantes, 2002. Edição digital a partir da obra de Pedro de Angelis, *Colección de obras y documentos relativos a La historia antigua y moderna de las provincias del río de La Plata*. Tomo III. Buenos Aires: Imprenta Del Estado, 1836. Disponível em <http://www.cervantesvirtual.com>;
- INSTITUTO Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. *Capitania de São Pedro do Rio Grande: correspondência do Governador Paulo José da Silva Gama*. [DVD] Porto Alegre: CORAG, 2008;
- PEDROSO, Manuel dos Santos. Relação dos serviços que pratiquei na conquista dos sete povos guaranis das missões orientais do Uruguai, desde o princípio até o fim da guerra próxima passada [1802]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: O Instituto, v. 130, t. 77, parte II, p. 63-67, 1914;
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821*. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo:USP, 1974.

#### BIBLIOGRAFIA GERAL

- AHLERT, Jacqueline. Remanescentes missioneiros na estatuária. In.: KERN, A; SANTOS, M.C. & GOLIN, T (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas*. Vol. 5. Passo Fundo: Mérito, 2009;
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfozes Indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003;
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização no Brasil do*

- século XVIII*. Brasília: Editora UNB, 1997;
- BAPTISTA, Jean. Igrejas, capelas e Opy: as áreas de reza das lideranças missionais. São Leopoldo: *XXIV Simpósio Nacional de História – S.T. Os Índios na História: Fontes e Problemas* [texto apresentado], 2007. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/Textos/ST07Jean.pdf>;
- \_\_\_\_\_. A visibilidade étnica nos registros coloniais: Missões Guaranis ou Missões Indígenas? In.: KERN, A; SANTOS, M.C. & GOLIN, T (org.). *História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas. Vol. 5*. Passo Fundo: Mérito, 2009;
- BARCELOS, Artur H. F. *O Mergulho no Seculum: exploração, conquista e organização espacial jesuítica na América espanhola colonial*. Tese de doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2006;
- BARTH, Fredrik. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In.: POUTGNAT, P. *Teorias da etnicidade*. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998;
- BOCCARA, Guillaume. Etnogenesis mapuche: resistência y restructuración entre los indígenas del centro-sur de Chile (siglos XVI-XVIII). In.: *Hispanic American Historical Review*. 79 (3): 1999. Pg. 424-461;
- \_\_\_\_\_. Fronteras, Mestizaje y Etnogênesis en las Américas. In.: MANDRINI, Raúl J. y PAZ, Carlos D (org.). *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVII-XVIII: un estudio comparativo*. Neuquén/Bahia Blanca/Tandil, 2003. (pp. 63-73);
- \_\_\_\_\_. “Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas, repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel”. In.: *Memoria Americana. Cuadernos de Etnohistoria*. Buenos Aires. Número 13. 2005
- BOFF, Claudete. A produção artística da Redução de San Angel. In.: COLVERO, Ronaldo & MAURER, Rodrigo (org.). *Missões em Mosaico – Da interpretação à prática: um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Faith, 2011;
- BRACCO, Roberto; CURBELO, Carmen & FERRARI, Alejandro. Presencia Misionera en Uruguay. In.: MAPI. *Maderas que hablan guaraní*. MAPI: Montevideo, 2007;
- CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. *Índios Cristãos: A conversão dos gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769)*. Campinas: UNICAMP- Tese, 2005;
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis - RJ: Vozes - 3ª ed., 1994;

- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: Período Colonial*. Porto Alegre: do Brasil, 2ª ed., 1980;
- COMISOLI, Adriano. Contato imediatos de fronteira: correspondência entre oficiais militares portugueses e espanhóis no extremo sul da América (Séc. XIX). In.: *Estudios Históricos [on-line]*, CDHRPyB, n.13, dez/2014, disponível em <http://www.estudioshistoricos.org>
- COUCHONNAL, Ana & WILDE, Guillermo. De la política de la lengua a la lengua de la política. Cartas guaraníes en la transición de la colônia a la era independiente. In.: *Corpus [on-line]* vol 4, n.1 2014, disponível em <http://corpusarchivos.revues.org/774#ftn1>;
- CORE, Fernando Aguerre. Ni explotación ni utopía: um proyecto ilustrado en el corazón de América del Sur. In.: *Hispania Sacra [on-line]*, LXIII jul/dez 2011, disponível em <http://hispaniasacra.revistas.csic.es/index.php/hispaniasacra>;
- CUSTÓDIO, Luiz Antônio. *A Redução de São Miguel Arcanjo: Contribuição ao Estudo da Tipologia Urbana Missioneira*. Porto Alegre: PPGPUR/UFRGS - Dissertação, 2002;
- DAHER, Andréa. Cultura escrita, oralidade e memória: a língua geral na América portuguesa. In.: PESAVENTO, Sandra (org.). *Escrita, linguagem, objetos: leituras de história cultural*. Bauru (SP): EDUSC, 2004;
- DOS SANTOS, Cristina. *Aspectos de la Resistência Guaraní: Los Proyectos de Integración en el Virreinato del Río de la Plata. (1768-1805)*. Madrid: UCM [Tese], 1993;
- FABERMAN, Judith & RATTO, Silvia. Introducción. In.: \_\_\_\_\_ & \_\_\_\_\_(coord.) *Historias mestizas en el Tucumán colonial y las pampas, siglos XVII-XIX*. Buenos Aires: Biblos, 2009;
- FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas do rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991;
- FAVRE, Oscar Padron. *Ocaso de un pueblo indio: historia del exodo Guarini-misionero al Uruguay*. Durazno: Tierradentro, 2009;
- \_\_\_\_\_. Tres documentos de los siete pueblos orientales 1928-1929. *Estudios Ibero Americanos*. Porto Alegre: PUCRS, v.17, n.2, p. 17-29, 1991;
- FELIPPE, Guilherme. Objetos, técnicas e subjetividades de fora: a cosmologia sul-ameríndia no contato colonial do século XVIII. *Espaço Ameríndio*. Porto Alegre, v.5, n.2, out/2011;
- FREGA, Ana. Conflictos fronterizos en la conformación estatal. In.: *Cadernos CHDD*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, Ano 5, Número Especial, 2007;

- GANSON, Barbara. Our warehouses are empty: Guarani responses to the expulsion of the jesuitas from the Rio de la Plata, 1767-1800. In.: GADELHA, Regina (org.). *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: Educ, 1999. p.41-54;
- GARAVAGLIA, Juan Carlos. Las actividades agropecuarias en el marco de la vida económica del pueblo de indios de Nuestra Señora de los Santos Reyes Magos de Yapeyú: 1768-1806. In: FLORESCANO (Coord.). *Haciendas, Latifundios y Plantaciones en América Latina*, México, Siglo XXI, 1975. Pg. 464-492;
- \_\_\_\_\_. *Mercado Interno y Economía Colonial*. México: Grijalbo, 1983;
- \_\_\_\_\_. Un modo de producción subsidiario: la organización económica de las comunidades guaranizadas durante los siglos XVII-XVIII en la formación regional altoperuana-rioplatense. In.: \_\_\_\_\_(org.). *Modos de Producción en América Latina*. México: Siglo XXI, 6ª ed. 1978 [1973], p.161-191;
- GARCIA, Elisa. *As Diversas Formas de Ser Índio. Políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009;
- GIL, Tiago. *Infiéis Transgressores: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007;
- GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1989;
- GRUZINSKI, Serge. O Renascimento Ameríndio. In.: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999;
- \_\_\_\_\_. *El Pensamiento Mestizo*. Traducção de Enrique Gonzáles. Barcelona: Paidós, 2000;
- GUTFREIND, Ieda. *Historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS - 2ª ed, 1998;
- HERNÁNDEZ, Juan Luis. Tumultos y motines: la conflictividad social en los pueblos guaraníes de la región misionera (1768-1799). In.: *Memoria America: Cuadernos de Etnohistoria*. Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n.8, p.83-100, 1999;
- HERRERO GIL, Maria D. De las misiones guaraníes al comercio de Cádiz: Francisco de Llano San Ginés o la acumulación originaria del capital. In: *Naveg@merica* [on-line]: n.10, 2013, disponível em: <http://revistas.um.es/navegamerica/article/view/171901/146831>;

- JACKSON, Robert H. The post-jesuit expulsion population of the Paraguay missions, 1768-1803. In.: *Revista de História Regional*. Editora UEPG, Volume 13, nº02, Ponta Grossa (PR) Inverno 2008, disponível em <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/issue/view/221/showToc>;
- KAINGANG, Azelene. Depoimento de uma militante. In.: *Nova História das Mulheres no Brasil*. PINSKY, Carla & PEDRO, Joana. São Paulo: Contexto, 2012;
- KERN, Arno Alvaréz. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982;
- \_\_\_\_\_. *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território*. São Leopoldo: UNISINOS Cadernos IHU Idéias, 2007;
- KÜHN, Fabio. Rivalidades Ibéricas no Sul da América Portuguesa (1762-1801). In.: NEUMANN, E. & GRIJÓ, L. *O Continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010;
- LEVINTON, Norberto. Un aporte para la datación cronológica de las ruinas de las Misiones Jesuíticas: la distinción de los aglomerantes y la presencia de edificios pos-jesuíticos en Yapeyú, La Cruz y Santo Tomé. In.: COLVERO, Ronaldo & MAURER, Rodrigo (org.). *Missões em Mosaico – Da interpretação à prática: um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Faith, 2011;
- MAEDER, Ernesto. *Misiones Del Paraguay: Conflicto y Disolución de La Sociedad Guarani*. Madrid: Mafre, 1992;
- MANDRINI, Raúl J. Hacer história indígena. El desafío a los historiadores. In.: \_\_\_\_\_. y PAZ, Carlos D. *Las fronteras hispanocriollas del mundo indígena latinoamericano en los siglos XVII-XVIII: un estudio comparativo*. Neuquén/Bahía Blanca/Tandil, 2003, (pgs. 13/32);
- MARILUZ URQUIJO, José Maria. Los guaraníes después de la expulsión de los jesuitas. In.: *Estudios Americanos*, Sevilla, v.6, p. 323-330, 1953;
- MARTÍN, Carmen Martinez. El padrón de Larrazábal en las misiones del Paraguay (1772). In.: *Revista Complutense de Historia de América*, Madrid, 2003, 29: 25-50;
- MAURER, R. Da Alocação às Intrigas: O Caso da Antiga Redução de San Francisco de Borja e o Estigma Refratário. In.: COLVERO, R. & MAURER, R. (org.). *Missões em Mosaico – Da interpretação à prática: um conjunto de experiências*. Porto Alegre: Faith, 2011;
- \_\_\_\_\_. Entre o desejo de expansão e os litígios pueblerinos: a província do Paraguai como

- paradigma do conflito (séc. XVII-XVIII). In.: *Estudios Historicos* [on-line], CDHRPyB, n.13, dez/2014, disponível em <http://www.estudioshistoricos.org>
- MELIÀ, Bartomeu. Escritos guaraníes como fuentes documentales de la historia paraguaya. In.: *Nuevo Mundo Mundo Nuevos* [Online], 2006. Disponível em <http://nuevomundo.revues.org/2193>;
- \_\_\_\_\_. *La lengua guarani Del Paraguay*. Madrid: Mafre, 1992;
- \_\_\_\_\_. La reducción según los Guaraníes: dichos y escritos. In.: GADELHA, Regina (org.). *Missões Guarani: impacto na sociedade contemporânea*. São Paulo: Educ, 1999. p.55-64;
- \_\_\_\_\_. La lengua guaraní dependiente en tempos de la Independencia en Paraguay. In.: *V Congreso Internacional de la Lengua Española*. Paneles y ponencias. Disponível em [http://congresosdelalengua.es/valparaiso/ponencias/america\\_lengua\\_espanola/melia\\_bartomeu.htm](http://congresosdelalengua.es/valparaiso/ponencias/america_lengua_espanola/melia_bartomeu.htm)
- MELO, Karina M. R. S. *A aldeia de São Nicolau do Rio Pardo nos oitocentos: mais de um século de histórias vividas por índios guaranis*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS [Dissertação], 2011;
- MENDES, Isackson L. C. *As mulheres indígenas nos relatos jesuíticos da província do Paraguai (1609-1768)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS [Dissertação], 2013;
- MENZ, Maximiliano. *A Integração do Guarani Missioneiro na Sociedade Sul-Rio-Grandense*. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS [Dissertação], 2001;
- MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In.: NOVAES, Adauto (Org.). *A Outra Margem do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999;
- \_\_\_\_\_. Capítulo 3: Entre o Etnocídio e a Etnogênese: Identidades Indígenas Coloniais. In.: \_\_\_\_\_. *Tupis, tapuias e historiadores*. Tese de livre docência. IFCH - Campinas, 2001;
- \_\_\_\_\_. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994;
- MÖRNER, Magnus. Del estado jesuítico del Paraguay al régimen colonial guaraní misionero: un proceso de ‘normalización’ historiográfica desde los años 1950. In.: *Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas*, 7, 1988. Anales. Resistência: IIG/Conicet: UNNE, Facultad de Humanidades, 1998
- NEUMANN, Eduardo. *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial 1640-1750*.

- Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996;
- \_\_\_\_\_. *Práticas Letradas Guarani: produção e usos da escrita indígena (séculos XVII e XVIII)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005;
- \_\_\_\_\_. Os Guaranis e a razão gráfica: cultura escrita, memória e identidade indígena nas reduções – séculos XVII & XVIII. In.: KERN, A; SANTOS, M.C. & GOLIN, T. *História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas. Vol. 5*. Passo Fundo: Mérito, 2009;
- \_\_\_\_\_. A escrita em guarani dos mayordomos e o exemplo de Valentín Ybariguá (Paraguai, XVIII), *Corpus* [En línea], Vol 4, No 2 | 2014, Publicado el 19 diciembre 2014, consultado el 28 diciembre 2014. URL : <http://corpusarchivos.revues.org/1258>
- NEUMANN, Eduardo. & RANZAN, Alfredo. As missões orientais nas vésperas da conquista: os guaranis frente à expansão territorial da América portuguesa (1756-1801). In.: POSSAMAI, Paulo (org.). *Conquistar e defender: Portugal, Países Baixos e Brasil*. São Leopoldo: Oikos, 2012;
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana* [online]. 1998, vol.4, n.1, p. 47-77. Disponível em <<http://www.scielo.br/scielo.php>>, acesso em 12/09/2011;
- OSÓRIO, Helen. *O Império Português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: UFRGS, 2007;
- PEREIRA, Cesar Castro. “Y Hoy están en paz”: *Relações sócio-políticas entre os índios “infiéis” da Banda Oriental e guaranis missioneiros no século XVIII (1730-1801)*. Porto Alegre: PPGH/UFGRS – Dissertação, 2012;
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índio livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In.: CUNHA, Manuela C. da (org). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras: SMC:FAPESP, 1992;
- PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura. Primera lección de paleografía*. Buenos Aires: F.C.E, 2002;
- POENITZ, Edgar & POENITZ, Alfredo. *Misiones, Provincia Guaranítica: Defensa y disolución [1768-1830]*. Posadas: Universitaria, 2 ed. 1998;
- POLONI-SIMARD, Jacques. *El Mosaico Indígena: Movilidad, estratificación social y mestizaje en el corregimiento de Cuenca (Ecuador) del siglo XVI al XVIII*. Tradução: Edgardo Rivera Martínez. Quito: Abya-Yala, 2006 [2000];

- PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. 2.ed. Porto Alegre: Selbach, 1954;
- QUARLERI, Lía. *Rebelión y guerra en las fronteras del Prata: Guaraníes, jesuítas e imperios coloniales*. Buenos Aires: FCE, 2009;
- RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985;
- RIBEIRO, Max Roberto P. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. Porto Alegre: PPGH/UFRGS [Dissertação], 2013;
- SAMPAIO, Patrícia M. M. “Vossa Excelência mandará o que for servido...”: políticas indígenas e indigenistas na Amazônia Portuguesa do final do século XVIII. In.: *Revista Tempo*, nº23. Rio de Janeiro: DHUFF, Julho-Dezembro – 2007;
- SANTOS, Maria C. & BAPTISTA, Jean T.. Reduções jesuíticas e povoados de índios: controvérsias sobre a população indígena (séc. XVII-XVIII). In.: *História Unisinos*: 2007;
- SARREAL, Julia. Introduction. In.: \_\_\_\_\_. *The Guarani and Their Missions: A Socioeconomic History*. Stanford: SUP, 2014;
- SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus Antigos Domínios*. Porto Alegre: Cia União de Seguros Gerais, 1979. [1909];
- SOUZA, José Otávio Catafesto de. O Sistema Econômico nas Sociedades Indígenas Guarani Pré-coloniais. In.: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre: ano 8, n.18, [online] 2002, disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ha/v8n18/19063.pdf>;
- \_\_\_\_\_ & MORINICO, José Cirilo. Fantasmas das brenhas ressurgem nas ruínas: mbyá-guaranis relatam sua versão sobre as Missões e depois dela. In.: KERN, A; SANTOS, M.C. & GOLIN, T. *História Geral do Rio Grande do Sul: Povos Indígenas*. Vol. 5. Passo Fundo: Mérito, 2009;
- STELLO, Vladimir Fernando. *Além das reduções: a paisagem cultural da região missioneira*. Porto Alegre: PROPUR/UFRGS [Tese], 2013;
- TAKEDA, Kazuhisa. Cambio y continuidad del liderazgo indígena en el cacicazgo y en las milícia de las misiones jesuíticas: análisis cualitativo de las listas de índios guaraníes. *Tellus*, ano 12, n.23, jul/dez. 2012. Campos Grande (MS);
- TERRITORIODIGITAL. Tubichapotá, el primer sacerdote guaraní. [on-line] 18/08/2013, disponível em <http://www.territorioidigital.com/notaimpresa.aspx?c=9688652166877308>;



- TESCHAUER, Carlos. *História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos*. Porto Alegre: Selbach, 1921, v.2;
- THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981;
- VIÑUALES, Graciela María. Misiones jesuíticas de guaraníes (Argentina, Paraguay, Brasil). In.: *APUNTES*, vol 20, n° 1, disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apun/v20n1/v20n1a07.pdf>;
- WILDE, Guillermo. Hacia una perspectiva situacional en el análisis del liderazgo indígena. Reflexiones a partir de los “guaraníes históricos”. In.: \_\_\_\_\_ & SCHAMBER, P.(Orgs.). *Historia, poder y discursos*. Buenos Aires: SB, 2005, (pgs. 77/102);
- \_\_\_\_\_. La actitud guarani ante la expulsión de los jesuitas: ritualidad, reciprocidad y espacio social. *Memoria America: Cuadernos de Etnohistoria*. Buenos Aires: Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras, UBA, n.8, p.141-173, 1999;
- \_\_\_\_\_. *Religión y poder en las misiones de guaraníes*. Buenos Aires: SB, 2009;
- ZANIN, Nauíra. Aspectos simbólico-culturais e continuidade das construções Mbyá-Guarani. IN.: SILVA, Gilberto; PENNA, Rejane & CARNEIRO, Luiz Carlos. *RS Índio: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

# ANEXOS



1) Mapa com a localização das 30 missões guaranis e os rios Uruguai e Paraná.

Fonte: BARCELOS, A. *O mergulho no Seculum...* op.cit. pag. 311. Sem indicação da autoria





3) Imagem da Virgen Inmaculada em madeira talhada. Segundo a história oral teria sido um presente a filha do Vice-rei Vertíz y Salcedo quando ela completou quinze anos e vivia em Maldonado.  
Fonte: [http://www.mapi.uy/docs/libreria/catalogo\\_maderas.pdf](http://www.mapi.uy/docs/libreria/catalogo_maderas.pdf).

Os cabildos missioneiros quando atingiram no século XVIII sua formação padrão apresentavam os seguintes integrantes exercendo as seguintes funções (*cabildoiguara*):

<b>Cargos ou funções</b>	<b>Atribuições exercidas</b>	<b>Designação em guarani</b>
Corregedor	Principal autoridade junto ao cabildo, responsável pelas decisões.	Poroquaitara
Tenente de corregedor	Em caso de impedimento do corregedor ocupava suas funções.	
Alcaides ordinários	Segundo na hierarquia capitular, responsável por definir as regras, o controle do trabalho; um capataz.	Ibirayaruçu ou ibiraruçu
Alcaides da Irmandade	Encarregados do controle dos assuntos da área rural, vigilância dos campos.	Ibirayaruçu ou ibiraruçu
Alferes real	Encarregado de levar o estandarte nos dias festivos, responsável pela condução das solenidades.	Aobebé rerequara
Regedores	Atuavam como conselheiros junto aos cabildos.	Cabildoiguara
Alguazis	Responsáveis por executar as ordens, auxiliares diretos dos Alcaides.	Ibirayara ou ibiraiyas
Mayordomo	Desempenha as funções de procurador responsável pelo cuidado dos bens da comunidade e possuía auxiliares, como contadores, fiscais e “almaceneros”.	Mba’ e ri ñangarerekuára
Secretario	Sua função era a de redigir os acordos, autorizar os despachos e cuidar do livro do cabildo.	Quatiaapohara

**4) Tabela com a composição dos cabildos**

Fonte: Projeto de Pesquisa – *Os Guarani e a Fronteira: As missões orientais do Uruguai depois dos Jesuítas* – Coordenação: Professor Eduardo Santos Neumann. Com dados completados pelo autor.

Decimos nos los Cominorados Gaspar Tapari, y  
Luis Ayecatu que hemos vendido de nuestro Consejo  
Cav. y Adm.<sup>on</sup> de este Pueblo de Santo Angel  
Dos Cassones de Cedro con fajas de Cuero que con  
tienen Raiz de Xalapa, alias Mechoacan, con peso  
de siete @. diez y siete lib.<sup>s</sup> vnto. Y un baul grande  
delo mismo que con tiene siete dozenas de Varos de  
Aspa. nueve juegos de tinteros, y veinte y quatro Za:  
lenos y Anillos de Madera. Y cinco Almudes de Po:  
notos pintados y diez lib.<sup>s</sup> Piedra vende p.<sup>a</sup> Pintura  
que para muelas y beneficiar de cuenta de esta  
Comunidad hemos de conducir y entregar en Buen.<sup>s</sup>  
Ayres a nuestro Apoderado General en aquella Capital  
D.<sup>n</sup> Diego Carrero en futas y bien acondicionados  
con la marca del marfen Assi como los he vendido.  
Y firmamos tres del un tenor para solo un efecto.  
Santo Angel 13 de Mayo de 1788.  
Gaspar Tapari Don Luis Ayecatu

5) Correspondência escrita por Gaspar Tapari (note-se que a letra do nome escrito no corpo do texto corresponde a assinatura do mesmo no final do documento), e assinada conjuntamente com "Don" Luis Ayecatu.

Fonte: AGN IX.27.1.1, foto do autor.


Pueblo de la Real Corona Estulado de San Miguel Arcangel  
 a diez de Diciembre de mil, setecientos, ochenta y seis. Yo el Pre-  
 niente Gobernador D. Manuel de Larrarte y Esquivel, Haviendo dado  
 Cumplimiento, con la impexion reveraxia para ello, al Sup. Decreto  
 q. precede, que se envio librar el D. Gov. Intendente ala sollicitud,  
 con que se dixio a su Señoria el Maestros de Escuela de primeras  
 letras del Pueblo de San Lorenzo. y siendo practicado el citado Cumpli-  
 miento con la Razon, que por su Señoria se previene se le pare, por mi  
 informada como asiente; en su virtud se acompaña con el Res-  
 pectuoso instruido oficio, de quanto devo acompañando el Sup. D.  
 antecedente de que precede, para lo que su Señoria tenga por conve-  
 niente; y de todo quede copia integra como corresponde, para salvar  
 los acontecimientos de perdida. ò extravio; que así lo probei mande  
 y firme en presençia de los Subscritos Testigos. =

Man. de Larrarte, y  
 Esquivel

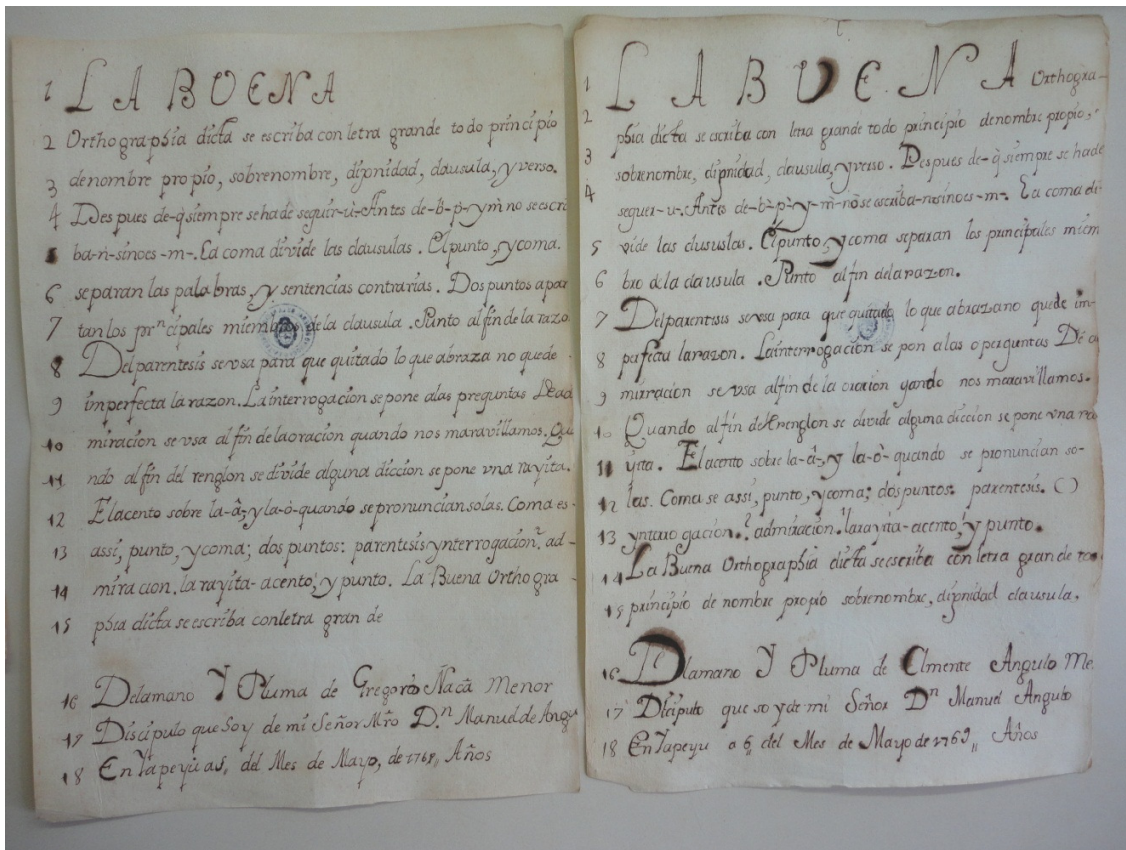
Fgo. Joseph Piza y Capella

Testigo Manuel de Burgos

Testigo Cipriano Chora



**6) Correspondência do Governador Lassarte y Esquivel.** Nota-se que o padrão das letras da assinatura de Cipriano e do texto indicam que o indígena foi quem redigiu o documento.  
 Fonte: AGN IX.18.3.5, foto do autor.



7) Atividades escritas pelos alunos Gregorio Nacà e Clemente Angulo.  
 Fonte: AGN IX.18.5.1, foto do autor.



	Cacique	Povo	Corregedor	Povo
1	Ignacio Xavier Boya	Yapeyú	Maximiliano Chepota	Yapeyú
2	Christoval Ybiti		Bonaventura Yabacu	San Cosme
3	Juan Baptista Chave	San Juan	Isidro Ndare	San Juan
4	Cipriano Guarasiyu	San Nicolás	Nicolas Yarecui	San Nicolás
5	Pantaleon Cayuari	San Luis	Santiago Pindo	San Luis
6	Valeriano Ybapoti	San Miguel	Martin Payre	San Miguel
7	Ponciano Mbiti		Phelipe Santiago Airuca	San Lorenzo
8	Miguel Guarasipucu		Domingo Guarapi	Santo Angel
9	Mathias Zuiriri	Itapua	Pedro Mbacapi	Itapua
10	Xavier Guapi		Juan Baptista Cayu	San Carlos
11	Juan Paragua		Francisco Xavier Porangari	S. Ignacio Miní
12	Ignacio Caracara		Francisco Curayu	
13	Celestino Mbacato		Athanasio Manuel	
14	Eusebio Areguati		Damaso Mbiri	Trinidad
15	Miguel Caipu		Pedro Curimande	Concepción
16	Romualdo Yburasa	San Borja	Thomas Guarumbare	
17	Phelipe Santiago Caniu		Pedro Tayubai	
18	Francisco Xavier Cherucu	Santa Rosa	Francisco Cambaré	Santa Rosa
19	Thomas Guirarague		Miguel Yeguaca	La Cruz
20	Joseph Ignacio Cuyasay		Estevan Acaraoba	S.M. la Mayor
21	Ignacio Nepiñey		Cornelio Mingu	San José
22	Pedro Tacurari	Jesús	Miguel Aberandu	
23	Leandro Añenguru		Sebastian Oquenda	Corpus
24	Raymundo Guariacu	Candelaria	Juan Paracatu	Candelaria
25	Juan Ñumbai		Nazario Guayuyu	San Javier
26	Jacob Arari	Mártires	Melchor Chabi	
27	Joseph Acemomba	S. Ignacio Guazu	Angelo [T]Yapari	S. Ignacio Guazu
28	Juan Baptista Guirapepi	S. M. de Fe	Joseph Chirima	S.M. de Fe
29	Diego Asiyu		Blas Ñamandigua	
30	Basilio Gomez	Loreto		

**8) Caciques e corregedores que foram a Buenos Aires antes da expulsão dos jesuítas e seus respectivos povos.** A organização dos nomes segue igual ao documento original, pela lógica dos nomes/povos encontrados, cada linha apresenta os representantes de uma localidade, neste sentido, provavelmente o corregedor ausente é de Loreto.

Fonte: ANCh – Fondo Jesuitas. Vol. 159. O nome dos povos foi pesquisado na documentação consultada.



Set 11/769

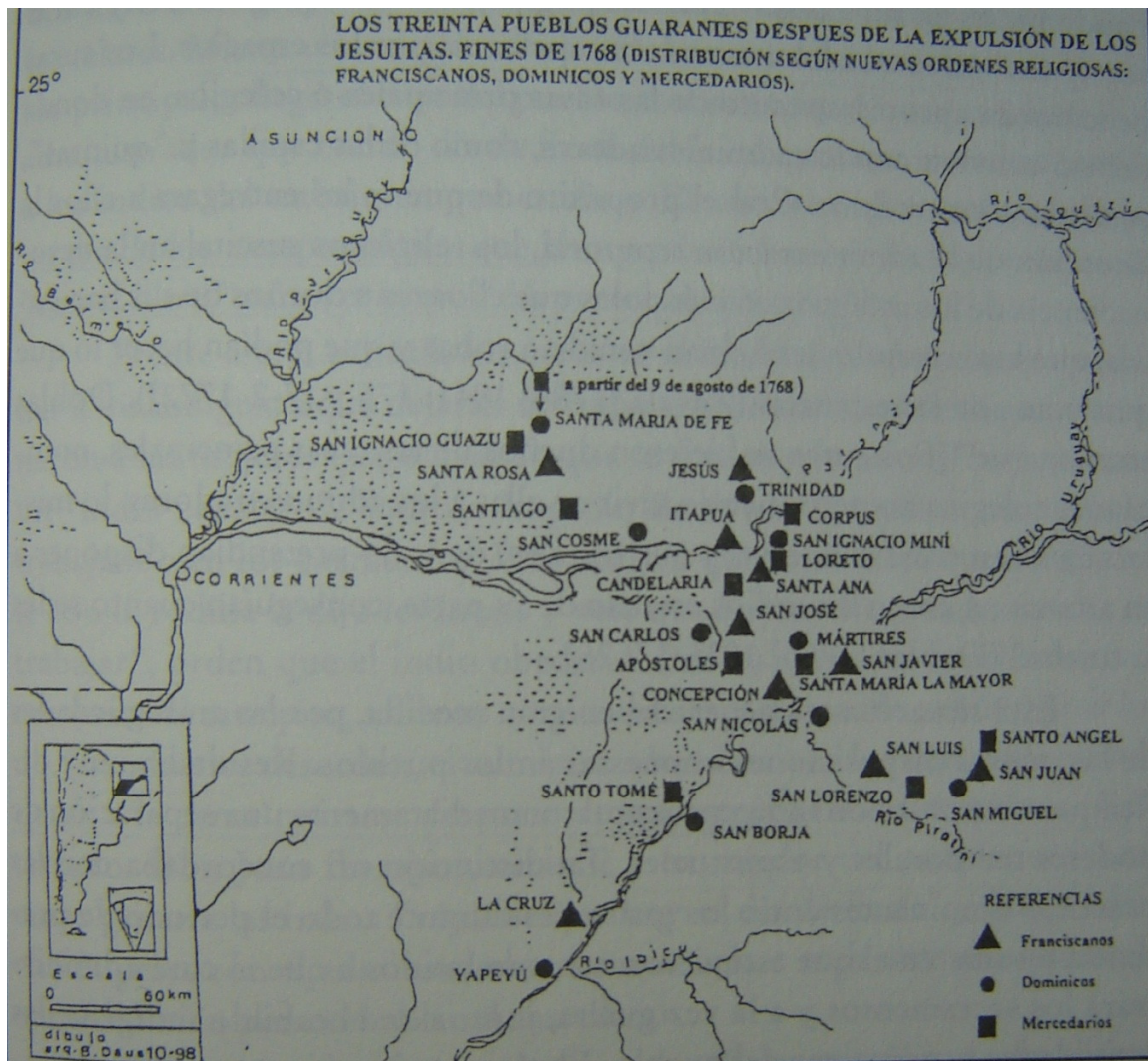
Dr. mo J. or

Señor D. Juan de Paula Brua  
 xeli, y Paua. 2.º Dios m.º an.º 8.º  
 Asemoanga pihite a bendu xamo  
 nde maxa ey haba, xeyapo haque  
 xebe Caridad chepaxiatu xpe, co-  
 baè Jupa mbæ ay pici nde hequi  
 acoi xamo qui chexetame, Jupa  
 xera pipe hæ nãndé Rey maxa  
 neatu xerapite, nãndé Rey xebe  
 nunga amae nde xebe amae xamo  
 acoi xamo, por q. su Ex.ª tiene  
 lugar de nuestro Rey, si se puede  
 me haga favor le pido yo, por dos  
 cosas para manta y para pollera  
 buenita, acoi exeme a bar cue debe

pollera haer manta ay pouu yopi  
 Misrape Jupa xpe agu yebete qui  
 yabo, Rey maxatigatu xera pipe  
 hæ nde xebe qui nemo maendua  
 go, xedon por esta mi palabra  
 Non mio, por lo q. mando yo  
 Caperu Oy Lunes y Sept. 14  
 de 69 an.º

La Mujer Christiano  
 a D.ª Margarita Yachita

10) Correspondência de Dona Margarita Yachita para o Governador  
 Fonte: AGN IX 18.5.1, foto do autor.



### 11) Distribuição das ordens religiosas nas missões

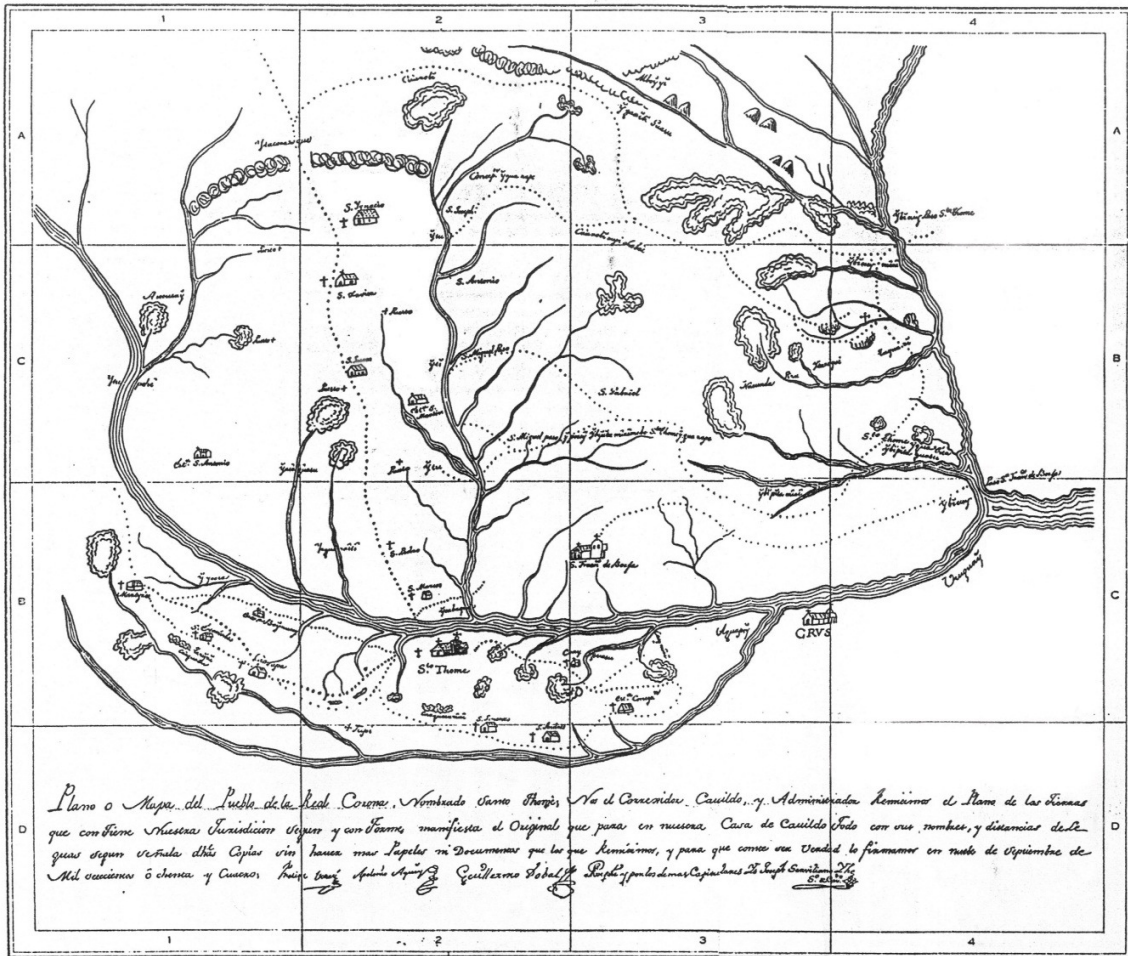
Fonte: Confeccionado na Sección Ethnohistoria del Instituto de Ciencias Antropológicas – FFyL-UBA. In.: WILDE. *Religión y poder... op. cit.* pg. 231.



**12) Mapa do povo de La Cruz e suas estâncias**

Fonte: AGN IX.22.8.2. In.: BARCELOS. *O mergulho no seculum... op. cit.*





14) Mapa del Pueblo de la Real Corona Nombrado Santo Tomé. 1784.

Fonte: FURLONG apud BARCELOS. *O mergulho no seculum... op. cit.*





Ningun modo quis seguir a la  
 Ciudad, pues la Señora la aten-  
 dia en todo; y en vista de esta se-  
 ntencia, y conociendo tambien  
 vivia mas segura con la Seño-  
 ra, tuvo a bien el no entregaa-  
 dela. E entonces por los motivos  
 referidos, en la inteligencia, q.  
 ignora, q. sea su hija.

Lo demás q. expone, dicen-  
 do, q. el Sr. ten. de Rey man-  
 do q. le entregare San Marti-  
 n de ciento p. no me conta  
 ni menos, q. se halle embarca-  
 da por lo q. no puedo decir na-  
 da sobre el particular. En orden  
 a continuar ella misma, q. asi ella  
 como el marido son del Pue-  
 blo de Loreto sera muy agra-  
 ciado a lo q. se tiene manda-  
 do, el que se limitan a su  
 Pueblo. P. me q. reproporcio-  
 no, ocasion. Advertiendo que  
 no me conta, que la India q.  
 se presenta tenga por eta-  
 rido al Indio q. dice se ha-  
 lla sin embargo al Rey. En q.  
 puedo informar a V. M. sobre  
 el particular. D. N. S. de  
 Dios. de 1783.

En xiego dezo banyo llevo a la m.  
 Cha Cha ala casa del Señor Protor y despues  
 gaela enseñaron y la caratizaron muy bien  
 a que diquese oli' quienome queria seguir  
 me llamo alli' a la mu Cha Cha le pregunt  
 do si reconocia dijo que si orayo su Ma-  
 re pero queria seguir me esto paso Señora  
 y la entrego a este hombre tres años la  
 recuendo de su servicio yo la paragoni ame  
 yo la cara y siendo yo sumada vieja y su  
 pobre padre sirviendo al Rey me nos ga-  
 re entregan a nuestra hija fu'zanos p  
 dar es clara aun Reyco es posible mi a  
 mo no se nos oy dos ni atendidos por ser y  
 dies y por bax causa que hego como boca de  
 frente de la salud como se diera alaga q.  
 D. N. S. Clamando le por la preciosa sangre de  
 Cristo Señora y por el gran soberano Rey ma-  
 re en que me mi hija asi la deviere favor  
 y mereced que espero al contar de la grand  
 pedad de D. S. Cuyabida que y man  
 ga el Señor a D. S. en su diuino amor  
 y gracia humilde Ciudad de D. S.

Ana Maria Martines

Juan Gregorio de Lamudis  
 P. N. S. de 1783.

16) Correspondência de Ana Maria Martines para o Governador Geral.  
 Fonte: AGN IX.26.1.7, foto do autor.

De los Señores Corregidor Cavildo y Alm.<sup>or</sup>  
del Pueblo de S. Luis la Cantidad de  
quatrocientos setenta y quatro p. ds y me  
dio reales de plata, Corriente. en lienzos q.  
de ds xv. Para Importe del Algodon  
que arriba mencionan de que queda en  
terramenta Santiago Pueblo de S. Miguel  
14 de Septiembre de 1798.

Pasqual Areguati

17) Assinatura de Pasqual Areguati.  
Fonte: AGN IX.3.6.4, foto do autor.

y meves en este tiempo, no tenemos el dote  
pax a la Isla a contar para puer de los  
dos Buques, ninguno me quiere dar uno  
por q' los necesitan. El Capitan del Rangan  
fin q' nos traxo, nos ha favorecido en qu  
anto ha podido, es todo un hombre de bien,  
pero el de la Coleta no se ha portado  
bien seg' se ve, y los muchos quejas de  
los Maestros que ha traido. Sin embargo  
honta no hablar con Escotfield, no puedo  
saber de la Condueta de este ultimo Ca-  
pitan q' me se lo q' traia p' este pun-  
to. Los flecos, espuelas, barchas, yerba, y fie-  
ros, viene todo mocho y deteriorado. No  
puedo ser mas laxo, yo estimare me  
haga el gran servicio de protestar a mi  
nombre los perjuicios q' se me originan  
por no ponerme los caballos pueiros  
p' la Corrida. En fin V sabe lo q' ha de  
hacer. Pongame V a los pies de Sr. ~~...~~  
y mande quanto quisiere a Sr. Amigo ~~...~~  
P.D. Pablo Areguati  
Si acaso el Sr. Escotfield no ha salido

18) Assinatura de Pablo Areguati.

Fonte: <http://www.falklands.gov.fk/assets/LaVerdaderaHistoriadelasFalklands.pdf>

Ex-Mission	De Comunidad	Libres de Comunidad
Trinidad	860	17
Santa Rosa	1,116	145
Jesús	993	43
San Ignacio Guazú	630	82
Nuestra Señora de la Fe	1,042	191
Santos Cosme y Damián	655	205
San Ignacio	886	20
Loreto	1,072	92
Candelaria	1,175	172
Corpus Christi	2,286	49
Yapeyú	4,899	49
La Cruz	3,196	42
Santo Tomás	1,616	170
Mártires	684	24
Apóstoles	986	328
San Francisco Xavier	712	247
San José	479	386
San Carlos	796	217
Concepción	1,033	94
Santa María la Mayor	399	160
San Lorenzo	895	142
San Nicolás	1,946	460
San Luis Gonzaga	2,500	276
San Juan Bautista	548	744
San Francisco de Borja	1,912	501

Source: Individual Mission Censuses, AGN, Sala 9-17-3-6.

#### 19) População livre em 1801 para algumas missões

Fonte: JACKSON, Robert. *The Post-Jesuit... op. cit.*

156

S. Sesenta y siete yd. muentas en los Campos  
S. Un Caballo yd. muento  
S. Quatro Obelas yd. mueltas  
S. Dos arrobas veinte y dos lb. de Yerba p.<sup>a</sup> Gast  
E. Quatrocientas Treinta y quatro Cueros de las Pieles mueltas  
para Gast  
Doscientas setenta y seis Cueros p.<sup>a</sup> Gast de Enteriar la  
Yerba de Cocha f. semcha entregado en panel, Cuero  
blanco, Lanas y Cordeles de las Cortun.<sup>as</sup> y el Pueblo.  
Cuyas partidas de Entradas y Salidas han sido con Intervencion del  
Corregidor, y Mayordomo que para su legitima comprobacion firmar  
con migo. Pueblo de S.<sup>n</sup> Luis Gonzaga, y Julio 31, de 1794

Santiago Pindo      Tomas Esperarij  
Domingo Luque

20) Assinatura de Santiago Pindo.

Fonte: AGN IX.3.6.4, foto do autor.